

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DA



Concessionária Auto Raposo Tavares

## CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº22268

CNPJ nº 10.531.501/0001-58

Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo

No montante total de

# R\$ 750.000.000,00

Código ISIN – Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: BRRPTADBS017

Código ISIN – Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: BRRPTADBS025

Classificação de Risco para as Debêntures (Rating) Moody's America Latina "A1.br"

A CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Emissora" ou "Companhia") está realizando uma oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), de, inicialmente, 750.000 (setecentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, a ser convolada em da espécie com garantia real, em até duas séries, todas nominativas e escriturais, da sua 2ª (segunda) emissão ("Emissão") com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo, na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão"), o montante total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") e "Oferta", respectivamente, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), do BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o Votorantim e o BB-BI, "Coordenadores"). A Oferta será registrada na CVM, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução da CVM 471, tendo sido o pedido de registro da Oferta submetido à análise prévia da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no âmbito do convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA ("Convênio CVM-ANBIMA"), nos termos da Instrução da CVM 471 e dos Códigos ANBIMA.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não foi aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.

A Emissão, a Oferta e a celebração da Escritura de Emissão foram realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2012 ("AGE"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 28 de novembro de 2012, sob o número 513.552/12-1 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico". A AGE aprovou, dentre outras, as características da Emissão e da Oferta, a taxa máxima da Remuneração (conforme abaixo definida) a qual definida em Procedimento de Bookbuilding, tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas.

A Emissão é regulada pela "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", celebrada entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), em 9 de novembro de 2012 e devidamente arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº ED001055-8/000 ("Escritura de Emissão"), pelo "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 12 de dezembro de 2012 e arquivada na JUCESP em 19 de dezembro de 2012 sob o número ED01055-8/001 ("Primeiro Aditamento").

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, como segue: (i) para distribuição no mercado primário, por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e para negociação no mercado secundário, por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário, por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e para negociação no mercado secundário, por meio do Sistema Bovespa Fix ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e sendo as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

Este prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" ou "Prospecto") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir adquirir Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que venham a integrar o Formulário de Referência da Emissora elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), anexo ao presente Prospecto ("Formulário de Referência"), sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Oferta não é destinada aos investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de infraestrutura.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), ambos anexados a este Prospecto.

ANTES DE TOMAR DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES DA OFERTA RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTES PROSPECTO E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA ANEXO AO PRESENTE PROSPECTO, EM ESPECIAL ÀS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO", E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA" A PARTIR DA PÁGINA 28 DESTES PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

PARA A AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES, OS INVESTIDORES DEVEM LER OS FATORES DE RISCO DESCRITOS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DESTES PROSPECTO E NOS ÍTENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de infraestrutura.

A totalidade da Emissão foi enquadrada pelo Ministério dos Transportes como projeto prioritário de investimento em infraestrutura na área transporte e logística do setor rodoviário, por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, de forma que as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.

A Emissora, nos termos e para fins do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, compromete-se a alocar os recursos provenientes da Emissão no projeto prioritário de investimento em infraestrutura conforme aprovado pelo Ministério dos Transportes. Para informações adicionais, veja seção "Destinação dos Recursos", na página 86 deste Prospecto.

Mais informações sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e a CVM nos endereços indicados na seção "Informações Cadastrais da Emissora", na subseção "Informações Adicionais", neste Prospecto.

A Oferta foi registrada na CVM em 21 de dezembro de 2012, sob nº CVM/SRE/DEB/2012/038 para as Debêntures da Primeira Série e sob nº CVM/SRE/DEB/2012/039 para as Debêntures da Segunda Série, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM 400 e da Instrução da CVM 471.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores



Bradesco BBI



Banco Votorantim



BB INVESTIMENTOS

HSBC



Coordenador Líder

A data deste Prospecto Definitivo é 26 de dezembro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA .....</b>	<b>12</b>
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES.....</b>	<b>28</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....</b>	<b>34</b>
Emissora .....	34
Coordenadores da Oferta .....	34
<i>Coordenador Líder</i> .....	34
Coordenadores .....	34
Consultores e Auditores.....	35
<i>Consultores Legais da Emissora</i> .....	35
<i>Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta</i> .....	35
<i>Agente Fiduciário</i> .....	35
<i>Banco Mandatário</i> .....	35
<i>Agente Escriturador</i> .....	35
<i>Auditores Independentes</i> .....	36
<b>DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES.....</b>	<b>37</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES .....</b>	<b>38</b>
Composição do Capital Social da Emissora .....	38
I. AUTORIZAÇÃO .....	38
A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão, foram aprovadas pela AGE.....	38
II. REQUISITOS .....	38
Arquivamento e Publicação da ata da AGE.....	38
Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.....	39
Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM .....	39
Registro para Distribuição .....	39
Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.....	39
III. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA .....	39
IV. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....	39
V. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES .....	40
Agente Fiduciário .....	40
Número da Emissão.....	40
Número de Séries .....	40
Valor Total da Emissão .....	41
Quantidade de Debêntures.....	41
Banco Mandatário e Agente Escriturador.....	41
Valor Nominal Unitário.....	41
Data de Emissão .....	41
Prazos e Datas de Vencimento .....	41
Tipo e Forma.....	42
Garantias .....	42
Certificados e Titularidade das Debêntures.....	44
Conversibilidade .....	44
Espécie .....	44
Prazo de Subscrição e Data de Liquidação.....	45
Forma de Subscrição e Integralização.....	45
<i>Remuneração das Debêntures</i> .....	45
<i>Atualização Monetária</i> .....	45
<i>Remuneração das Debêntures da Primeira Série</i> .....	48
<i>Remuneração das Debêntures da Segunda Série</i> .....	49

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures .....	49
Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures .....	50
Repactuação Programada .....	50
Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial .....	50
Aquisição Facultativa .....	53
Encargos Moratórios .....	53
Local de Pagamento .....	53
Tratamento Tributário .....	53
Prorrogação dos Prazos .....	54
Decadência dos Direitos aos Acréscimos .....	54
Publicidade .....	54
Liquidez .....	54
Fundo de Amortização .....	55
Vencimento Antecipado .....	55
Evento de Suporte de Acionista .....	59
<b>VI. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>60</b>
Contrato de Distribuição .....	60
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ) .....	60
<i>Pessoas Vinculadas</i> .....	61
Plano de Distribuição .....	61
Participação de Outras Instituições .....	61
Prazo de Distribuição e Subscrição .....	61
Regime de Colocação .....	62
Comissão dos Coordenadores .....	63
Assembleia Geral de Debenturistas .....	63
Demonstrativo do Custo de Distribuição .....	64
Custo Unitário .....	65
Classificação de Risco ( <i>Rating</i> ) .....	65
Público Alvo .....	65
Sobre as Debêntures .....	65
Sociedade Emissora .....	66
Projetos Prioritários .....	66
Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures .....	67
Manifestação de Aceitação à Oferta .....	67
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....	67
Modificação da Oferta .....	68
Suspensão da Oferta .....	68
Cancelamento ou Revogação da Oferta .....	68
Cronograma de Etapas da Oferta .....	69
Informações Adicionais .....	70
<b>APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES .....</b>	<b>71</b>
Apresentação do Coordenador Líder .....	71
Apresentação do Votorantim .....	72
Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim .....	72
Apresentação do BB-BI .....	73
Apresentação do HSBC .....	76
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES .....</b>	<b>79</b>
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder .....	79
Relacionamento entre a Emissora e o Votorantim .....	80
Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI .....	81
Relacionamento entre a Emissora e o HSBC .....	82



<b>OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA .....</b>	<b>84</b>
Coordenador Líder .....	84
Votorantim .....	84
BB-BI .....	84
HSBC .....	85
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....</b>	<b>86</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO A</b> - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E PRIMEIRO ADITAMENTO.....	91
<b>ANEXO B</b> - ATO SOCIETÁRIO DA EMISSORA RELATIVO À EMISSÃO .....	155
<b>ANEXO C</b> - SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	171
<b>ANEXO D</b> - DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....	179
<b>ANEXO E</b> - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, 2010 E 2009, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	187
<b>ANEXO F</b> - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR RELATIVO AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 .....	255
<b>ANEXO G</b> - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA .....	307
<b>ANEXO H</b> - CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES.....	329
<b>ANEXO I</b> - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS .....	367
<b>ANEXO J</b> - CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS .....	447
<b>ANEXO K</b> - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS .....	473
<b>ANEXO L</b> - CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS .....	489
<b>ANEXO M</b> - CARTA DE AVALIAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ELABORADA PELA APSIS – CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.....	539
<b>ANEXO N</b> - FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA .....	543

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos nesta seção, salvo se expressamente mencionado em contrário neste Prospecto, ou se o contexto exigir de forma diferente.

<b>Acionista Controlador ou INVEPAR</b>	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.
<b>Administradores</b>	Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora.
<b>AGD</b>	Assembleia Geral de Debenturistas
<b>AGE</b>	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 9 de novembro de 2012 e arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº 513.552/12-1.
<b>Agente Escriturador e Banco Mandatário</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de Encerramento da Oferta, informando acerca do resultado final da Oferta, a ser imediatamente publicado após a distribuição das Debêntures, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de Início da Oferta, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
<b>ARTESP</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
<b>Auditores Independentes</b>	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado referente à Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado conforme cronograma com as etapas da Oferta constante da seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures”.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BB-BI</b>	BB - Banco de Investimento S.A.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BNDES ou Instituição Financeira</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

<b>BOVESPAFIX</b>	Sistema Bovespa Fix administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
<b>Bradesco BBI ou Coordenador Líder</b>	Banco Bradesco BBI S.A.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CBN</b>	Concessionária Bahia Norte S.A.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>Conselho de Administração</b>	Conselho de Administração da Emissora.
<b>Conta Centralizadora</b>	Conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373, de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237).
<b>Contrato de Administração de Contas</b>	Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A., e, como Intervenientes Anuentes, o BNDES e o Agente Fiduciário.
<b>Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios</b>	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a BNDES e o Banco Bradesco S.A.
<b>Contrato de Concessão</b>	Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009, celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP.
<b>Contrato de Distribuição</b>	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.
<b>Contratos de Garantias Compartilhadas</b>	Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Penhor, em conjunto.
<b>Contrato de Penhor</b>	Contrato de Penhor de Ações celebrado entre a INVEPAR, o BNDES, o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora.
<b>Coordenadores</b>	Coordenador Líder, HSBC, Votorantim e BB-BI, considerados em conjunto.
<b>CSLL</b>	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2012.

<b>Data de Integralização</b>	Data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures, por meio do SDT ou por meio do DDA, no ato da subscrição e integralização, que ocorrerá dentro do Prazo de Distribuição.
<b>Data de Liquidação</b>	A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, até o último dia do Prazo de Distribuição (conforme abaixo definido).
<b>Datas de Vencimento</b>	A Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
<b>DDA</b>	Sistema de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
<b>Debêntures</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, em até duas séries, todas nominativas e escriturais, da 2ª (segunda) emissão pública da Emissora, compreendendo as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
<b>Debêntures da Primeira Série</b>	Debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, nominativa e escritural, da 2ª emissão pública da Emissora, as quais gozam de tratamento tributário diferenciado nos termos da Lei 12.431.
<b>Debêntures da Segunda Série</b>	Debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, nominativa e escritural, da 2ª emissão pública da Emissora.
<b>Debêntures em Circulação</b>	Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
<b>Debêntures Incentivadas</b>	Debêntures emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal, nos termos da Lei 12.431.
<b>Debenturistas</b>	Os titulares das Debêntures da presente Emissão.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
<b>Direitos Creditórios</b>	Todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão.

<b>DOESP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>Dólar ou US\$</b>	Dólar norte-americano, a moeda oficial dos Estados Unidos da América.
<b>Diretoria</b>	Diretoria da Emissora.
<b>Emissão</b>	2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, a ser realizada pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Emissora, Companhia ou CART.</b>	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
<b>Encargos Moratórios</b>	Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os Encargos Moratórios incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação pecuniária respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
<b>Escritura de Emissão</b>	Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., a ser celebrada em 9 de novembro de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário e arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº ED001055-8/000, anexa ao presente Prospecto.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto Social da Emissora.
<b>Evento de Inadimplemento</b>	Qualquer dos eventos previstos na seção “Informações Relativas à Emissão, às Debêntures e à Oferta – Vencimento Antecipado” deste Prospecto.
<b>Eventos de Vencimento Antecipado</b>	Eventos que geram o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, nos termos do item “Vencimento Antecipado”, na seção “Características da Oferta”, deste Prospecto e da Escritura de Emissão.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexado a este Prospecto. Ver Anexo N – Formulário de Referência, deste Prospecto.

<b>Garantias</b>	O Contrato de Penhor, os Direitos Creditórios, os Contratos de Garantias Compartilhadas e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, em conjunto.
<b>HSBC</b>	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instrução CVM 28</b>	Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 471</b>	Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Investidores da Oferta</b>	Investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e/ou no exterior, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409.
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE.
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
<b>ISS</b>	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>LAMSA</b>	Linha Amarela S.A. – LAMSA.
<b>Lei 12.431</b>	Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Valores Mobiliários</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Metrô</b>	Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
<b>Oferta</b>	A oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, Instrução CVM 471 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

<b>PAC</b>	Programa de Aceleração de Crescimento.
<b>Participante Especial</b>	Instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, que foram contratadas pelos Coordenadores durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , por meio de celebração de Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição, para assessoria na colocação das Debêntures junto a potenciais investidores clientes de tais instituições financeiras.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.
<b>Poder Concedente</b>	Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº914, de 14 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Prazo de Distribuição</b>	Prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, qual seja, 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Subscrição</b>	As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição.
<b>Preço de Subscrição</b>	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
<b>Primeiro Aditamento</b>	Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 12 de dezembro de 2012 e devidamente arquivado na JUCESP em 19 de dezembro de 2012 sob o nº ED001055-8/001.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	O procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, de forma a definir, de comum acordo com a Emissora as taxas finais aplicáveis às Debêntures de cada uma das séries, bem como o número de séries e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas.
<b>Prospecto Preliminar</b>	Prospecto Preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência e demais anexos.
<b>Prospecto ou Prospecto Definitivo</b>	Este Prospecto Definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência e demais anexos.



<b>Prospectos</b>	Este Prospecto e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
<b>Real ou R\$</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>SDT</b>	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>SND</b>	SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>SPE</b>	Sociedade de Propósito Específico.
<b>Termo de Adesão</b>	Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
<b>Valor Econômico</b>	Jornal Valor Econômico.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.
<b>Votorantim</b>	Banco Votorantim S.A.
<b>1ª Emissão</b>	1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção contém um sumário das características da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto. Este sumário não contém todas as informações da Oferta que deverão ser consideradas pelos investidores antes de se tomar uma decisão de investir nas Debêntures. A leitura desta seção não substitui a leitura deste Prospecto e/ou do Formulário de Referência da Emissora.*

*Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência, **principalmente os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência**, bem como as Demonstrações Financeiras e Informações Financeiras Trimestrais – ITR da Emissora e suas respectivas notas explicativas.*

*Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

### **Emissora**

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

### **Agente Fiduciário**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O Agente Fiduciário desta Emissão atua nas seguintes outras operações de empresas no nosso conglomerado financeiro:

(i) 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA”), com vencimento em 31 de maio de 2027, em que foram emitidas 386.722 (trezentas e oitenta e seis mil, setecentas e vinte e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$386.722.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tal operação. Na data da emissão, as debêntures da LAMSA foram garantidas por garantia fidejussória da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., cessão fiduciária equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade de toda a receita, presente ou futura proveniente da exploração do pedágio, dos direitos creditórios da LAMSA sobre todos os valores depositados e a serem depositados, e alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de qualquer fundo de investimento objeto de investimentos permitidos, além de todos os rendimentos, valorizações, amortizações, resgates e todas as demais quantias que a LAMSA tenha direito, conforme previsão na respectiva escritura de emissão;

(ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔ”), com vencimento em 14 de março de 2014, em que foram

emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da METRÔ não possuem garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e

(iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), com vencimento em 20 de maio de 2013, em que foram emitidas 35 (trinta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da CBN não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.

**Banco Mandatário e  
Agente Escriturador**

Banco Bradesco S.A.

**Coordenador Líder**

Bradesco BBI

**Coordenadores**

Coordenador Líder, Votorantim, BB-BI e HSBC, em conjunto.

**Número da Emissão**

A presente Emissão representa a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, da Emissora.

**Data de Emissão**

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2012.

**Número de Séries**

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures alocada em cada série foram definidas em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de Procedimento de Bookbuilding, observado que a alocação das Debêntures entre a séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes. O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes não significa que toda a Emissão seria realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, sendo que apenas as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma do referido dispositivo. Para informações adicionais sobre o enquadramento do projeto, os potenciais investidores devem ler a seção “Características da Oferta – Sobre as Debêntures” deste Prospecto.

	<p>As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado. Para mais informações sobre o tratamento tributário diferenciado que gozam as Debêntures da Primeira Série, veja as seções “Características da Oferta - Sobre as Debêntures” e “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures - Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.” deste Prospecto.</p>
<b>Valor Total da Emissão</b>	<p>O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.</p>
<b>Quantidade de Debêntures</b>	<p>Serão emitidas 750.000 Debêntures, sendo 380.000 (trezentas e oitenta mil) Debêntures da Primeira Série, emitidas no âmbito da Lei 12.431, e 370.000 (trezentas e setenta mil) Debêntures da Segunda Série.</p> <p>A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não foi aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.</p> <p>Para informações adicionais, veja seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures” – Características da Emissão e das Debêntures – Quantidade de Debêntures” deste Prospecto.</p>
<b>Distribuição Parcial</b>	<p>Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.</p>
<b>Valor Nominal Unitário</b>	<p>O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.</p>
<b>Forma e Comprovação de Titularidade</b>	<p>As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND, e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&amp;FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&amp;FBOVESPA, conforme aplicável.</p>
<b>Conversibilidade</b>	<p>As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.</p>
<b>Espécie</b>	<p>As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações, a ser convolada em garantia real na data em que ocorrerem (i) o resgate antecipado total e a liquidação integral do saldo remanescente das debêntures da Primeira Emissão e (ii) a liberação das garantias constituídas em favor dos debenturistas da Primeira Emissão, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário da ocorrência dos eventos previstos nos itens (i) e (ii).</p>

O Agente Fiduciário deverá confirmar aos Debenturistas que as debêntures da Primeira Emissão foram integralmente liquidadas, por meio de divulgação de comunicado em sua página na Internet ([www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br)). As garantias reais para a presente Emissão encontram-se descritas na seção “Características da Emissão e das Debêntures – Garantias”, bem como a referida condição suspensiva. Para mais informações, veja a seção “**Fatores de Risco Relacionados à Oferta - As Debêntures são inicialmente da espécie quirografária com garantia adicional real e serão convoladas em espécie com garantia real após atendimento das condições suspensivas previstas na Escritura de Emissão.**”.

#### **Distribuição e Negociação**

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, como segue: (i) para distribuir no mercado primário, por meio do SDT e para negociação no mercado secundário, por meio do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) para distribuição no mercado primário, por meio do DDA e para negociação no mercado secundário por meio do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

#### **Contrato de Distribuição**

Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

#### **Termo de Adesão**

Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

#### **Regime de Colocação das Debêntures**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, prestada pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Distribuição.

Para mais informações acerca do regime de colocação das Debêntures, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Regime de Colocação das Debêntures” neste Prospecto.

#### **Formador de Mercado**

Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação do Votorantim que atuará como formador de mercado da Emissão, no prazo de pelo menos 12 (doze) meses a partir da Data de Liquidação.

O Votorantim foi contratado para atuar na qualidade de formador de mercado, tendo seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures, perfazendo o montante de R\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), independentemente do ambiente de negociação na qual estejam custodiadas as Debêntures. Uma vez atingido tal limite de subscrição, considerar-se-á terminado o referido contrato de formador de mercado.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

Para informações adicionais a respeito da atuação do formador de mercado, veja seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Liquidez” neste Prospecto

#### **Participante Especial**

Instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, que foram contratadas pelos Coordenadores durante o Procedimento de *Bookbuilding*, por meio de celebração de Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição, para assessoria na colocação das Debêntures junto a potenciais investidores clientes de tais instituições financeiras.

#### **Público Alvo**

As Debêntures serão colocadas junto a investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e/ou no exterior, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto.

#### **Forma de Subscrição e Integralização**

As Debêntures de cada uma das séries serão subscritas e integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, no mercado primário, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

#### **Prazo de Distribuição**

Prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, qual seja, 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início.

#### **Prazo de Subscrição**

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição. Os Coordenadores estarão obrigados, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da Garantia Firme que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores até a Data de Liquidação.

#### **Preço de Subscrição**

As Debêntures de cada uma das séries serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se para tanto 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

## Destinação dos Recursos

Conforme enquadramento aprovado pelo Ministério dos Transportes, por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, a totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma (i) 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) para a viabilização e implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura, e (ii) 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento) para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão, cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, era de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais).

Para informações adicionais a respeito da destinação dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, veja seção “Destinação dos Recursos”, na página 86 deste Prospecto.

Para informações adicionais acerca das debêntures da Primeira Emissão da Emissora veja o Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

## Garantias

As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva:

(i) penhor sobre todas as ações que a Acionista atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, (“Ações Empenhadas”), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Acionista ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da Acionista, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Emissora que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado entre a Acionista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES” ou “Instituição Financeira”), o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora (“Contrato de Penhor”);

(ii) cessão fiduciária:

(x) de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 (“Contrato de Concessão”), celebrado entre a Emissora e o

Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP (“Edital”), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (“Direitos Creditórios”), os quais deverão ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no item (iii) abaixo, e

(v) de conta corrente de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de Banco Depositário, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas referido no item (iii) abaixo (“Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures”). A Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures receberá depósitos mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor referente à próxima parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizada da Data de Amortização (conforme abaixo definida) imediatamente subsequente e dos próximos Juros Remuneratórios devidos, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);

(iii) cessão fiduciária da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 (“Conta Centralizadora”), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário (“Banco Depositário”), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Contrato de Administração de Contas”), celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos valores relativos aos Direitos Creditórios mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os “Contratos de Garantias”, sendo todas as garantias constituídas pelos Contratos de Garantias doravante denominadas, conjuntamente, “Garantias”).



O Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Penhor, o Contrato de Administração de Contas e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias foram assinados antes da Data da Emissão.

A formalização e constituição das garantias a serem criadas, (i) pelo Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures e pelo Contrato de Penhor (“Garantias Compartilhadas”), (ii) pelo Contrato de Administração de Contas, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e (iii) pelo Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo), estão condicionadas ao quanto segue, como condição suspensiva para sua validade e eficácia (“Condição Suspensiva”):

(i) como condição exclusivamente à constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios, a prévia liberação da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios e do penhor sobre as Ações Empenhadas, a prévia liberação (x) da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, constituída em favor das debêntures da Primeira Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão e (y) do penhor sobre as ações detidas pela Invepar no capital social da Emissora, constituído nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, a Invepar, a Construtora OAS Ltda., o BNDES e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, respectivamente, devendo tal liberação ser comprovada mediante apresentação, ao Agente Fiduciário e à Instituição Financeira, dos registros dos respectivos distratos aos referidos Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Penhor de Ações relativos à Primeira Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(ii) em relação à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, bem como ao penhor das Ações Empenhadas, a aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1.1 (d) e (e) e 18.4.1 do Edital;

(iii) a comprovação de registro dos Contratos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o caso, de acordo com a localização da sede social dos signatários dos referidos contratos; e

(iv) a averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros do Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor.

Para informações adicionais acerca das Garantias veja a seção “Informações Relativas à Emissão, a Oferta e as Debêntures” – “Características da Emissão e das Debêntures” – “Garantias” deste Prospecto. O investidor deve ler a seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas. e As Garantias que serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamentos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e sua execução de forma eficiente poderá depender de uma ação conjunta e coordenada dos credores.”** deste Prospecto.

#### **Prazo e Datas de Vencimento**

Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados a Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024. Para mais informações acerca das hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures veja as seções “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures” – “Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial” e “Vencimento Antecipado” neste Prospecto.

O investidor deve ler a seção **“Fatores de Risco Relacionados à Oferta – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de extinção e não substituição do IPCA.”** deste Prospecto.

#### **Atualização Monetária das Debêntures**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### **Remuneração das Debêntures**

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,80% (cinco inteiros e oitenta centésimos por cento), para as Debêntures da Primeira Série, e 6,05% (seis inteiros e cinco centésimos por cento), para as Debêntures da Segunda Série, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

#### **Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures**

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures.

Para informações adicionais acerca das hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures e das datas de pagamento da Remuneração, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário”, “Remuneração”, Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária” “Vencimento Antecipado” e “Pagamento da Remuneração”, neste Prospecto.

#### **Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da Data de Emissão, ou seja, em 15 de dezembro de 2015. Para informações adicionais sobre as datas e percentuais de amortização das Debêntures, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária”, deste Prospecto.

#### **Procedimento de *Bookbuilding***

No âmbito da Oferta, foi organizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificou as taxas aplicáveis às Debêntures, bem como o número de séries e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que foi protocolado para arquivamento na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE.

A existência e a quantidade de Debêntures alocada em cada série foram definidas em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no Sistema de Vasos Comunicantes.

Em razão do enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes, as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado.

Para mais informações sobre o tratamento tributário diferenciado que gozam as Debêntures da Primeira Série, veja as seções “Características da Oferta – Sobre as Debêntures” e “***Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures - Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.***” deste Prospecto.

O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes não significa que parte ou toda a Emissão seria realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431. Para mais informações sobre o enquadramento do projeto como prioritário, ver seção “Características da Oferta – Sobre as Debêntures” deste Prospecto.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, foi aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, foi permitida a colocação das Debêntures a Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido mantidas as intenções de investimento realizadas por Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação nas taxas finais da Remuneração, bem como pode ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à instituição financeira contratada para atuar como formador de mercado da Emissão, conforme descrição acerca do direito de subscrição, conforme detalhado nos Prospectos.

O investidor deve ler a seção ***“Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.”*** deste Prospecto.

Para informações adicionais acerca do Procedimento de Bookbuilding, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Procedimento de Bookbuilding”, neste Prospecto.

#### **Pessoas Vinculadas**

Investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.

Conforme indicado no item “Procedimento de Bookbuilding” acima, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, foi aceita a participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. **A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação na taxa final da Remuneração, bem como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.**

#### **Período de Reserva**

Não houve período de reserva para subscrição das Debêntures.

#### **Lotes Mínimo e Máximo de Subscrição**

Não haverá lotes mínimos ou máximos para subscrição das Debêntures.

#### **Repactuação Programada**

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

**Aquisição Facultativa**

As Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Para fins deste item, por “Debêntures em Circulação” entendem-se as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série**

As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

**Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Primeira Série**

As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série.

**Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série**

A Emissora poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série.

Para informações adicionais acerca dos termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária”, neste Prospecto.

**Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série**

A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série poderá ocorrer a partir do 6º ano a contar da Data de Emissão, será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável), e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação.

Para informações adicionais acerca dos termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária”, neste Prospecto.

### **Vencimento Antecipado**

Estão elencados na Escritura de Emissão e neste Prospecto os eventos considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis.

Adicionalmente, para descrição do risco associado a eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures, vide seção “Fatores de Risco”, deste Prospecto. Para informações adicionais acerca dos eventos, termos e condições de vencimento antecipado das Debêntures, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Vencimento Antecipado”, neste Prospecto.

### **Quóruns de deliberação na Assembleia Geral de Debenturistas**

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no *quorum* a que se refere o parágrafo acima: (i) os *quora* expressamente previstos em outros itens e/ou cláusulas da Escritura de Emissão; (ii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; (d) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (e) qualquer alteração aos termos da Cláusula IX da Escritura de Emissão – Assembleias Gerais de Debenturistas, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Para mais informações acerca das Assembleias Gerais de Debenturistas, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Assembleia Geral de Debenturistas”, neste Prospecto.

### **Aprovações Societárias**

A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2012 (“AGE”), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº 513.552/12-1 e publicada no DOESP em 13 de novembro de 2012 e no jornal “Valor Econômico”

em 12 de novembro de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações. A AGE aprovou, dentre outras características da Emissão e da Oferta, a taxa máxima da Remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a Escritura de Emissão de forma a prever a taxa final da Remuneração.

### **Inadequação do Investimento**

A Oferta não é destinada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de infraestrutura. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto. Sem prejuízo, os investidores deverão atentar para os demais fatores de risco relacionados à Emissora, conforme detalhadamente descritos nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora anexo a este Prospecto.

### **Fatores de Risco**

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto. Adicionalmente, para uma descrição completa de todos os riscos associados à Emissora, os investidores deverão ler os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora anexo a este Prospecto.

### **Cronograma da Oferta**

Para mais informações acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, a partir da data do protocolo do pedido de análise prévia e recomendação de registro da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Cronograma Estimado das Etapas da Oferta”, neste Prospecto.

### **Classificação de Risco (*Rating*)**

A Emissora contratou a Moody’s América Latina para a elaboração do relatório de classificação de risco para as Debêntures, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Moody’s América Latina atribuiu *rating* “A1.br” às Debêntures (para informações adicionais sobre a classificação de risco da Emissão, ver o Anexo C - “Súmula de Classificação de Risco”, deste Prospecto).

### **Sobre as Debêntures**

A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas (ou, ainda, “debêntures de infraestrutura”) (“Debêntures Incentivadas”), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.

Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou

no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Para mais informações acerca do tratamento tributário diferenciado, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Oferta – Sobre as Debêntures”, neste Prospecto.

#### **Sociedade Emissora**

As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“SPEs”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.

#### **Projetos Prioritários**

Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores: (a) logística e transporte; (b) mobilidade urbana; (c) energia; (d) telecomunicações; (e) radiodifusão; (f) saneamento básico; e (g) irrigação.

A submissão dos Projetos deve ser realizada pela SPE interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de Portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

Para mais informações acerca dos projetos diferenciados, veja a seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Oferta – Projetos Prioritários”, neste Prospecto.

#### **Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores, o Agente Fiduciário e à CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, deste Prospecto.



Para maiores informações sobre a Oferta, vide seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto.

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à (i) **CVM**, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, Centro, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, Bela Vista, e em seu *website*: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); (ii) **CETIP**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano; (iii) à **BM&FBOVESPA**, em seu *website*: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br); e (iv) à **ANBIMA**, em seu *website*: [cop.anbima.com.br](http://cop.anbima.com.br).

O Prospecto Definitivo está disponível aos investidores para consulta e reprodução nos seguintes endereços e páginas da Internet: (i) **Emissora – Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART**: Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, Bauru - SP ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br) - nesse *website* acessar “Relações com Investidores”, em seguida clicar em “Prospectos” e clicar em “Prospecto Definitivo da 2ª Emissão de Debêntures da CART”); (ii) **Coordenador Líder – Banco Bradesco BBI S.A.**: Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar (parte), São Paulo - SP ([www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br) - nesse *website* acessar o link “Ofertas Públicas” e, em seguida, no campo “Escolha o tipo de oferta e encontre na lista abaixo”, selecionar “Debêntures”. Na sequência, procurar por “Cart” e clicar em “Prospecto Definitivo”) (iii) **Banco Votorantim S.A.**: Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, São Paulo - SP ([www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas](http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas) - neste *website*, na seção “Prospectos das Operações de Renda Fixa”, acessar “CART - Prospecto Definitivo da 2ª Emissão de Debêntures”) (iv) **BB – Banco de Investimento S.A.**: Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Rio de Janeiro - RJ (<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - nesse *website* clicar em “Outros Prospectos”, e em seguida no item “Cart - Prospecto Definitivo da 2ª Emissão Pública de Debêntures”) (v) **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, São Paulo - SP (<http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes> - nesse *website* acessar CART – Prospecto da 2ª Emissão de Debêntures); (vi) **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**: Praça Antonio Prado, nº 48, CEP 01010-901, São Paulo - SP ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br) - nesse *website* selecionar “empresas listadas”, digitar “Concessionárias Auto Raposo Tavares”, clicar em “Concessionária Auto Raposo Tavares”. No item “Informações Relevantes”, clicar no subitem “Prospecto de Distribuição Pública” e acessar download com a data mais recente); (vii) **CETIP S.A. - Mercados Organizados**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, São Paulo - SP ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) - nesse *website* acessar “Comunicados e Documentos” e, em seguida, clicar em “Prospectos”. Em seguida, selecionar “Prospectos de Debêntures”, digitar “Concessionárias Auto Raposo Tavares” no campo “Busca (Título/Número/Código/Arquivo)” e, no campo “Ano”, selecionar “2012”. No link, selecionar o prospecto da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART.); (viii) **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**: Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro - RJ, e Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo - SP ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - nesse *website* selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No link, digitar “CART” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART” e selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Acessar download com a data mais recente); e (ix) **ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**: (<http://cop.anbima.com.br>. Na barra da esquerda da tela que se abrir, clicar no item “Acompanhar Análise de Ofertas”. Em seguida, clicar na opção “Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART” e, por fim, no item “Documentação” acessar o Prospecto mais recente).

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

*Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta, e não descreve todos os fatores de risco relativos a nós e à nossas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.*

*O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto, no Prospecto Definitivo e no nosso Formulário de Referência, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do nosso Formulário de Referência. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do nosso Formulário de Referência.*

*Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas que atualmente não conhecemos, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.*

*Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.*

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste País que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há como garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas nossas atividades, conforme descrito acima.

***As Debêntures são inicialmente da espécie quirografária com garantia adicional real e serão convoladas em espécie com garantia real após atendimento das condições suspensivas previstas na Escritura de Emissão.***

As Debêntures possuem as Garantias previstas neste Prospecto, sendo que parte dessas Garantias encontra-se sob condição suspensiva de liberação das garantias prestadas no âmbito da nossa primeira emissão de debêntures.

Enquanto não se implementar a condição suspensiva, as Debêntures contarão com garantia adicional real de cessão fiduciária da Conta para Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, de forma que apenas parte das obrigações decorrentes das Debêntures estará garantida por esta cessão fiduciária.

Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, poderemos não ser capazes de efetuar o pagamento do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures e a excussão da cessão fiduciária da Conta para Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures não será suficiente para quitar todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

Na hipótese de inadimplemento das obrigações decorrentes das Debêntures, pela Emissora, os recursos depositados nas contas cedidas no âmbito cessão fiduciária da Conta para Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, serão utilizados para liquidação integral das Debêntures, porém não havendo garantia de recebimento da totalidade ou mesmo de parte dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

***A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.***

Após implementação da condição suspensiva a que estão sujeitas as Garantias (exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, cuja cessão fiduciária não está sujeita a referida condição suspensiva), as Debêntures passarão a ser garantidas por (i) penhor da totalidade das ações do nosso capital social, detidas pela Invepar, quer existentes ou futuras, bem como direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos à participação societária no nosso capital social, tudo nos termos previstos no Contrato de Penhor e na Escritura de Emissão; e (ii) cessão fiduciária de (a) todos os direitos creditórios da Emissora decorrentes do Contrato de Concessão, inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão, (b) todos os valores a serem depositados e mantidos na Conta para Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e (c) da Conta Centralizadora, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas. Para informações adicionais a respeito das Garantias, veja seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Garantias”, neste Prospecto.

O processo de excussão das Garantias das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o nosso controle ou de nossos respectivos credores. O produto da excussão das Garantias pode não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures.

Possuímos registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, sendo que tal categoria não permite que nossas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários. Assim, as ações dadas em garantia não possuem liquidez, o que pode afetar adversamente o seu preço de venda, em caso de exercício das Garantias. Ademais, a venda das ações objeto das Garantias que resultar em alteração do nosso controle acionário está condicionada à aprovação prévia da ARTESP, o que pode resultar em atrasos no processo de venda e na limitação dos participantes no processo de alienação das ações empenhadas.

Além disso, observados os termos do artigo 28 da Lei de Concessões, a cessão fiduciária dos direitos emergentes da Concessão deve observar o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto da Concessão. Tendo em vista o disposto na referida lei, a Cláusula 8ª do Contrato de Administração de Contas determina o bloqueio de até 60% (sessenta por cento) da totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora. Tal percentual contempla a dedução de recursos em montantes suficientes para que possamos efetuar os pagamentos de todas as despesas necessárias para garantir o regular funcionamento e dar prosseguimento às nossas atividades. Tal limitação pode fazer com que o pagamento do saldo devedor das Debêntures, em caso de vencimento antecipado, esteja sujeito a atrasos relevantes.

***As Garantias que serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamentos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e sua execução de forma eficiente poderá depender de uma ação conjunta e coordenada dos credores.***

Quando constituídas, as Garantias Compartilhadas serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Garantias, os quais preveem a possibilidade dos credores executarem as Garantias Compartilhadas em conjunto ou separadamente, conforme opção dos credores na época, caso ocorra o vencimento antecipado de qualquer das obrigações garantidas pelas Garantias Compartilhadas e sem guardar ordem de preferência entre os credores.

Diante disso, o produto da execução das Garantias Compartilhadas pode não ser suficiente para satisfação de todos os credores, inclusive os Debenturistas.

Ademais, eventuais conflitos entre os credores das obrigações garantidas pelas Garantias Compartilhadas poderão resultar em atrasos na excussão das Garantias Compartilhadas ou na execução das Garantias Compartilhadas da forma não eficiente, o que pode resultar em prejuízos a tais credores, incluindo os Debenturistas.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem eventualmente sofrer prejuízo financeiro.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo a nós relacionados.***

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores a nós relacionados são levados em consideração, tais como nossa condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures e da Oferta, assim como as obrigações assumidas por nós e os fatores político-econômicos que podem afetar a nossa condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às nossas condições de honrar nossos compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, poderá afetar adversamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário. Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Desta forma, eventual rebaixamento na classificação de risco originalmente atribuída poderá obrigar esses investidores a vender suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário, o que, conseqüentemente poderá resultar em prejuízo financeiro aos Debenturistas que optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

***As obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das nossas obrigações com relação às Debêntures, de forma automática ou não, tal como o não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência do vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Emissão, hipótese que poderá nos acarretar um impacto negativo relevante, bem como aos Debenturistas. Para descrição completa dos Eventos de Inadimplemento, vide seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado” deste Prospecto.

***As Debêntures poderão ser objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Extraordinária Facultativa Parcial e resgate antecipado na hipótese de extinção e não substituição do IPCA.***

As Debêntures poderão ser objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição do IPCA, hipóteses em que as Debêntures objeto de resgate serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, e, na hipótese de resgate antecipado em caso de extinção e não substituição do IPCA, sem pagamento de prêmio de qualquer natureza, sendo, posteriormente, canceladas. Para mais informações sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total e resgate antecipado na hipótese de extinção e não substituição do IPCA, veja o item “Características de Emissão e das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial”, e o item “Características de Emissão e das Debêntures – Remuneração das Debêntures” da seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures”, respectivamente.

Adicionalmente, as Debêntures poderão ser objeto de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, hipótese em que as Debêntures serão amortizadas extraordinária e antecipadamente, mediante o pagamento de prêmio, conforme o disposto no item “Características de Emissão e das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial” da seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures”.

Diante disso, os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tais resgates ou amortização, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate ou da amortização, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

***A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.***

A remuneração das Debêntures foi definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foram aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas puderam investir nas Debêntures, o que pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures apurada no Procedimento de *Bookbuilding* e na liquidez esperada das Debêntures.

***Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.***

Nos termos da Lei 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (“Pessoas Residentes no Exterior”) em decorrência da sua titularidade de, dentre outros, de debêntures que atendam determinadas características (“Debêntures Incentivadas”), como as Debêntures da Primeira Série, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo CMN ou CVM, como nós.

Adicionalmente, a Lei 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil (“Pessoas Físicas Residentes no Brasil” e, em conjunto com as Pessoas Residentes no Exterior, “Pessoas Elegíveis”) em decorrência de sua titularidade de Debêntures Incentivadas, como as Debêntures da Primeira Série, que tenham sido emitidas por sociedade de propósito específico constituída para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como nós, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de 0%, desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas Debêntures Incentivadas as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos captados com as Debêntures da Primeira Série sejam alocados nos Projetos de Investimento. Para informações adicionais sobre as Debêntures Incentivadas, ver seção “Informações sobre a Emissão, à Oferta e às Debêntures – Sobre as Debêntures” deste Prospecto.

Dessa forma, caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (7) do parágrafo anterior, não podemos garantir que as Debêntures da Primeira Série continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nessa hipótese, não podemos garantir que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures da Primeira Série pelas Pessoas Elegíveis continuarão a ser tributados a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas Físicas Residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as Pessoas Residentes do Exterior sejam ou não residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%. Da mesma forma, não podemos garantir que os rendimentos auferidos desde a Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da Primeira Série não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa. Além disso, não podemos garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures da Primeira Série.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da Oferta das Debêntures da Primeira Série nos Projetos de Investimento, é estabelecida uma penalidade de 20% sobre o valor não destinado aos Projetos de Investimento, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.431 aos investidores nas Debêntures que sejam Pessoas Elegíveis. Não podemos garantir que teremos recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tivermos, que isso não terá um efeito adverso para nós.

***A Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.***

O número de Debêntures alocado em cada série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurado em Procedimento de Bookbuilding, observado que a alocação das Debêntures entre as séries deu-se por meio do sistema de vasos comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta. Caso, após o Procedimento de Bookbuilding, seja verificada uma demanda menor para uma das séries, referida série poderá ter sua liquidez no mercado secundário afetada adversamente.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS

<b>Identificação</b>	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., companhia de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58 e com Número de Identificação do Registro da Empresa na Junta Comercial do Estado de São Paulo – NIRE 35.3.0036387-6.
<b>Sede</b>	Nossa sede está localizada na Avenida Getúlio Vargas nº 20-59, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada no endereço de nossa sede. O Diretor de Reação com Investidores é o Sr. Damião Carlos Moreno Tavares. O telefone da nossa Diretoria de Relações com Investidores é (14) 3104-2300, o fax é (14) 3104-2300 e o email é <a href="mailto:dri@cart.invepar.com.br">dri@cart.invepar.com.br</a> .
<b>Registro de Emissora</b>	Somos registrados perante a CVM sob o nº 22268, na categoria B de emissor de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.
<b>Auditores Independentes</b>	Ernst & Young Terco Auditores independentes S.S.
<b>Publicações e Jornais nos quais divulga informações</b>	Nossas informações são divulgadas em atendimento à Lei das Sociedades por Ações nos jornais DOESP e Valor Econômico.
<b>Atendimento aos Debenturistas</b>	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor de Relações com Investidores, o Sr. Damião Carlos Moreno Tavares, na sede da Emissora, por meio do telefone/fax(14) 3104-2300 e do e-mail <a href="mailto:dri@cart.invepar.com.br">dri@cart.invepar.com.br</a> .
<b>Página na Internet</b>	<a href="http://www.cart.invepar.com.br">www.cart.invepar.com.br</a> . As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante ou encontram-se incorporadas por referência a este Prospecto, salvo se expressamente informado de forma diversa neste Prospecto.
<b>Informações adicionais</b>	Informações adicionais sobre nós e a Oferta poderão ser obtidas no nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto (1) à nossa Diretoria de Relações com Investidores, (2) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e websites indicados na seção “Informações sobre a Oferta — Informações Adicionais”, (3) ao Agente Fiduciário no endereço e website indicados na seção “Informações sobre a Oferta — Informações Adicionais”, (4) à CVM, na Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga nº 340, 2º a 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou, ainda, em seu website: <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a> , (5) à CETIP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.663, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em seu website: <a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a> , e (6) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou em seu website: <a href="http://www.bmfbovespa.com.br">www.bmfbovespa.com.br</a> .

## IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

### Emissora

#### **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Diretoria de Relações com Investidores  
Sr. Damião Carlos Moreno Tavares  
Avenida Getúlio Vargas nº 20-59,  
17017-383 – Bauru - SP  
Tel: (14) 3104-2300  
Fax: (14) 3104-2300  
e-mail: [dri@cart.invepar.com.br](mailto:dri@cart.invepar.com.br)  
[www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)

### **Coordenadores da Oferta**

#### *Coordenador Líder*

#### **Banco Bradesco BBI S.A**

Avenida Paulista, nº 1.450 – 8º andar  
01310-917 - São Paulo - SP  
Sr. Leandro de Miranda Araújo  
Tel.: (11) 2178-4807  
Fax: (11) 2178-4880  
e-mail: [leandro.miranda@bradescobbi.com.br](mailto:leandro.miranda@bradescobbi.com.br)

### **Coordenadores**

#### **BB – BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar  
20031-923 - Rio de Janeiro - RJ  
Sr. Aguinaldo Barbieri  
Tel.: (21) 3808-3625/ (11) 3149-8400  
Fax: (21) 3808-3239/ (11) 3149-8529  
e-mail: [Aguinaldo@bb.com.br](mailto:Aguinaldo@bb.com.br)/[rendafixa@bb.com.br](mailto:rendafixa@bb.com.br)

#### **BANCO VOTORANTIM S.A**

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar  
04794-000 - São Paulo - SP  
Sr. Roberto Roma  
Tel.: (11) 5171-2612  
Fax: (11) 5171-2656  
e-mail: [roberto.roma@bancovotorantim.com.br](mailto:roberto.roma@bancovotorantim.com.br)

#### **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar  
01451-000 - São Paulo - SP  
Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto  
Tel.: (11) 3847-5078  
Fax: (11) 3847-9818  
e-mail: [antonio.m.oliveira@hsbc.com.br](mailto:antonio.m.oliveira@hsbc.com.br)



## **Consultores e Auditores**

### ***Consultores Legais da Emissora***

#### **Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados**

Sra. Nair Veras Saldanha Janson  
Rua Joaquim Floriano, nº 100, 16º andar  
04534-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 2198-2800  
Fax: (11) 2198-2849  
[www.bocater.com.br](http://www.bocater.com.br)

### ***Consultores Legais dos Coordenadores da Oferta***

#### **Souza, Cescon, Barrieu & Flesch - Advogados**

Sr. Joaquim José Aceturi de Oliveira  
Rua Funchal, nº 418, 11º andar  
01455-906 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3089-6500  
Fax: (11) 3089-6565  
[www.scbf.com.br](http://www.scbf.com.br)

### ***Agente Fiduciário***

#### **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04 – Barra da Tijuca  
22640-102 - Rio de Janeiro – RJ  
Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) / Sra. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)  
Tel.: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

### ***Banco Mandatário***

#### **Banco Bradesco S.A.**

Sr. João Batista de Souza  
Cidade de Deus s/nº  
080810-675 – Osasco - SP  
Tel.: (11) 3684-7911  
Fax: (11) 3684-5646  
e-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br)

### ***Agente Escriturador***

#### **Banco Bradesco S.A.**

Sr. João Batista de Souza  
Cidade de Deus s/nº  
080810-675 – Osasco - SP  
Tel.: (11) 3684-7911  
Fax: (11) 3684-5646  
e-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br)

***Auditores Independentes***

**Ernst & Young Terco Auditores Independentes S. S.**

Sr. Mauro Moreira

Praia de Botafogo, n º 370, 8º andar

22250-040–Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3263-7000

Fax: (21) 3263-7004

[www.ey.com/br](http://www.ey.com/br)

### **DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

Nós e o Coordenador Líder prestamos declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Essas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO, À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

### Composição do Capital Social da Emissora

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora era de R\$715.000.000,00 (setecentos e quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.026.969.956 (um bilhão, vinte e seis milhões, novecentas e sessenta e nove mil, novecentas e cinquenta e seis) ações, sendo 513.484.978 (quinhentas e treze milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, novecentas e setenta e oito) ações ordinárias e 513.484.978 (quinhentas e treze milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Emissora, na data deste Prospecto:

Acionista	Quantidade de Ações		Percentual de Ações		% detido em relação ao capital social
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.	513.484.978	513.484.978	100%	100%	100%
<b>Total</b>	<b>1.026.969.956</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Para mais informações sobre a composição do capital social da Emissora, incluindo os acionistas da Emissora titulares de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social da Emissora indicados na tabela acima, bem como sobre o controle da Emissora, veja, respectivamente, os itens 17 e 15 do Formulário de Referência anexo ao presente Prospecto.

### I. AUTORIZAÇÃO

#### *A Emissão, a Oferta, e a celebração da Escritura de Emissão, foram aprovadas pela AGE*

A Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 9 de novembro de 2012 (“AGE”) aprovou, dentre outras características da Emissão e da Oferta, as taxas máximas da Remuneração, tendo sido autorizada a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, celebrar o aditamento a Escritura de Emissão de forma a prever a taxa final da Remuneração.

### II. REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

#### *Arquivamento e Publicação da ata da AGE*

A ata da AGE foi arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº 513.552/12-1 e foi publicada no (i) DOESP em 13 de novembro de 2012 e (ii) no jornal “Valor Econômico” em 12 de novembro de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da Emissão e da Oferta, após a inscrição da Escritura de Emissão nos termos do item abaixo e da Escritura de Emissão, serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no jornal “Valor Econômico”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

### ***Inscrição da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos***

A Escritura de Emissão foi arquivada na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº ED001055-8/000 e o Primeiro Aditamento foi arquivado na JUCESP em 19 de dezembro de 2012, sob o nº ED001055-8/001, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

Quaisquer Aditamentos à Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscrito na JUCESP, nos termos deste item e da Escritura de Emissão.

### ***Análise Prévia pela ANBIMA e Registro na CVM***

A Oferta foi registrada na CVM, na forma e nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471 e demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis.

O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, tendo o pedido de registro da Oferta sido submetido à análise prévia da ANBIMA, no convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA, nos termos da Instrução da CVM 471 e dos Códigos ANBIMA.

### ***Registro para Distribuição***

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário por meio (i) do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente na CETIP, e (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente na BM&FBOVESPA.

### ***Registro para Negociação e Custódia Eletrônica***

As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e (ii) do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

## **III. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

A Emissora tem por objeto social exclusivamente a exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do contrato de concessão firmado entre o Estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP, e a Emissora (“Contrato de Concessão”).

## **IV. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

Conforme enquadramento aprovado pelo Ministério dos Transportes, por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, a totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma: (i) 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) para viabilização e implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura, e (ii) 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento) para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora (“Primeira Emissão”), cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, era de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais).

Para mais informações acerca da destinação dos recursos da Emissão, veja a seção “Destinação dos Recursos”, deste Prospecto.

## V. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

### *Agente Fiduciário*

A Emissora constituiu e nomeou a Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, CEP: 22640-102, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, como agente fiduciário representando a comunhão dos Debenturistas.

Para fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos à emissão de debêntures feita pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário:

- (iv) 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA”), com vencimento em 31 de maio de 2027, em que foram emitidas 386.722 (trezentas e oitenta e seis mil, setecentas e vinte e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$386.722.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da LAMSA foram garantidas por garantia fidejussória da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., cessão fiduciária equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade de toda a receita, presente ou futura proveniente da exploração do pedágio, dos direitos creditórios da LAMSA sobre todos os valores depositados e a serem depositados, e alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de qualquer fundo de investimento objeto de investimentos permitidos, além de todos os rendimentos, valorizações, amortizações, resgates e todas as demais quantias que a LAMSA tenha direito, conforme previsão na respectiva escritura de emissão;
- (v) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔ”), com vencimento em 14 de março de 2014, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da METRÔ não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e
- (vi) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), com vencimento em 20 de maio de 2013, em que foram emitidas 35 (trinta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da CBN não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.

### *Número da Emissão*

A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

### *Número de Séries*

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures alocada em cada série foram definidas em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, conforme a demanda pelas Debêntures apurada por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes (“Vasos Comunicantes”). **Para informações adicionais, os potenciais investidores devem ler o fator de risco “Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.” na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” deste Prospecto.**

Em razão do enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes, concedido por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012 no Ministério dos Transportes, as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma do artigo 2º da Lei 12.431. Para informações adicionais sobre o enquadramento do projeto, os potenciais investidores devem ler nesta seção “Características da Oferta – Sobre as Debêntures”.

As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado. Para mais informações sobre o tratamento tributário diferenciado que gozam as Debêntures da Primeira Série, veja as seções “Características da Oferta - Sobre as Debêntures” e **“Fatores de Risco relacionados à Oferta” e às Debêntures - Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.**” deste Prospecto.

#### ***Valor Total da Emissão***

O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### ***Quantidade de Debêntures***

Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, sendo 380.000 (trezentas e oitenta mil) Debêntures da Primeira Série, emitidas no âmbito da Lei 12.431, e 370.000 (trezentas e setenta mil) Debêntures da Segunda Série.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não foi aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.

#### ***Banco Mandatário e Agente Escriturador***

O banco mandatário e o agente escriturador será o Banco Bradesco S.A., responsável por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores a serem pagos pela Emissora, relacionados às Debêntures, bem como por efetuar a escrituração das Debêntures.

#### ***Valor Nominal Unitário***

O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

#### ***Data de Emissão***

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2012.

#### ***Prazos e Datas de Vencimento***

As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 (“Data de Vencimento”).

Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

Para mais informações acerca das hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária das Debêntures, veja os itens “Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial” e “Vencimento Antecipado” nesta seção.

### ***Tipo e Forma***

As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

### ***Garantias***

As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido abaixo:

- (i) penhor sobre todas as ações que a Acionista atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, (“Ações Empenhadas”), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Acionista ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da Acionista, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Emissora que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado entre a Acionista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES” ou “Instituição Financeira”), o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora (“Contrato de Penhor”);
- (ii) cessão fiduciária:
  - (x) de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 (“Contrato de Concessão”), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP (“Edital”), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (“Direitos Creditórios”), os quais deverão ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no item (iii) abaixo, e
  - (y) de conta corrente de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de Banco Depositário, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas referido no item (iii) abaixo (“Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures”). A Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures receberá depósitos mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor referente à próxima parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizada da Data de Amortização (conforme abaixo definida) imediatamente subsequente e dos próximos Juros Remuneratórios devidos, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);



- (iii) cessão fiduciária da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 (“Conta Centralizadora”), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário (“Banco Depositário”), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Contrato de Administração de Contas”), celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos valores relativos aos Direitos Creditórios mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira (“Contrato de Cessão Fiduciária”) e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os “Contratos de Garantias”, sendo todas as garantias constituídas pelos Contratos de Garantias doravante denominadas, conjuntamente, “Garantias”).

O Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Penhor, o Contrato de Administração de Contas e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo) foram assinados antes da Data da Emissão.

A formalização e constituição das garantias a serem criadas, nos termos dispostos acima, (i) pelo Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e pelo Contrato de Penhor (“Garantias Compartilhadas”); (ii) pelo Contrato de Administração de Contas, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures; e (iii) pelo Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo), estão condicionadas ao quanto segue, como condição suspensiva para sua validade e eficácia (“Condição Suspensiva”):

- (a) como condição exclusivamente à constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios e do penhor sobre as Ações Empenhadas, a prévia liberação (x) da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, constituída em favor das debêntures da Primeira Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão e (y) do penhor sobre as ações detidas pela Invepar no capital social da Emissora, constituído nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre Emissora, a Invepar, a Construtora OAS Ltda., o BNDES e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, respectivamente, devendo tal liberação ser comprovada mediante apresentação, ao Agente Fiduciário e à Instituição Financeira dos registros dos respectivos distratos aos referidos Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Penhor de Ações relativos à Primeira Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (b) em relação à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, da Conta Centralizadora, bem como ao penhor das Ações Empenhadas, a aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1.1 (d) e (e) e 18.4.1 do Edital;
- (c) a comprovação de registro dos Contratos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o caso, de acordo com a localização da sede social dos signatários dos referidos contratos; e
- (e) a averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor.

A verificação, pelo Agente Fiduciário, dos eventos relacionados acima, necessários à plena eficácia dos Contratos de Garantias, deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis contados da data de integralização das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar, à Emissora, informações ou cópia dos documentos indicados acima conforme venha a ser necessário para a verificação das Garantias. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, e consequente satisfação da Condição Suspensiva, as Garantias passarão a ser válidas e eficazes.

As Garantias Compartilhadas serão compartilhadas, de forma “*pari passu*” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, e (ii) ao BNDES, na qualidade de credor do contrato de financiamento de longo prazo, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) celebrado entre a Emissora e o BNDES em 10 de fevereiro de 2011 (“Contrato de Financiamento”).

Além das Garantias Compartilhadas, o Contrato de Financiamento possui, na data deste Prospecto, as seguintes garantias adicionais (“Garantias Adicionais do BNDES”): (i) cessão fiduciária de conta-reserva; e (ii) participação da Invepar como devedora solidária das obrigações assumidas pela Emissora limitada ao montante de R\$471.323.000,00. As Garantias Adicionais do BNDES não fazem parte das Garantias Compartilhadas.

Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Penhor, no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, no Contrato de Administração de Contas e no Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado entre o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

**O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas. e As Garantias que serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamentos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e sua execução de forma eficiente poderá depender de uma ação conjunta e coordenada dos credores.” deste Prospecto.**

#### ***Certificados e Titularidade das Debêntures***

As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND, e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

#### ***Conversibilidade***

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### ***Espécie***

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, a ser convolada em garantia real, a ser constituída nos termos e prazos previstos na Escritura de Emissão. As garantias reais para a presente Emissão encontram-se descritas na seção “Características da Emissão e das Debêntures – Garantias”, bem como a referida condição suspensiva. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta - As Debêntures são inicialmente da espécie quirografária com garantia adicional real e serão convoladas em espécie com garantia real após atendimento das condições suspensivas previstas na Escritura de Emissão.”.**

As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, na data em que ocorrerem (i) o resgate antecipado total e a liquidação integral do saldo remanescente das debêntures da Primeira Emissão e (ii) a liberação das garantias constituídas em favor dos debenturistas da Primeira Emissão, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário da ocorrência dos eventos previstos nos itens (i) e (ii). O Agente Fiduciário deverá confirmar aos Debenturistas que as debêntures da Primeira Emissão foram integralmente liquidadas, por meio de divulgação de comunicado em sua página na Internet ([www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br)).

### ***Prazo de Subscrição e Data de Liquidação***

As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição. Os Coordenadores estarão obrigados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da Garantia Firme que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores até a Data de Liquidação (“Prazo de Subscrição”). A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á até o último dia do Prazo de Subscrição (“Data de Liquidação”).

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### ***Forma de Subscrição e Integralização***

As Debêntures serão integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do SDT e por meio do DDA no ato da subscrição e integralização, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

### ***Remuneração das Debêntures***

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

### ***Atualização Monetária***

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE (“Atualização Monetária das Debêntures”), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures” e “Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures”), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n número total de *números-índices* considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI<sub>k</sub>" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

Se até a data de aniversário, o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator “C” um número- índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (Número Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

$NI_{kp}$  Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2(duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) O Número –Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) O número- índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, conforme definida no item “Assembleia Geral de Debenturistas” abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva das Debêntures”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- i. a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (abaixo definida), conforme o caso. Nesta alternativa,

para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

- ii. a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures continuará sendo a aqui estabelecida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a Taxa Substitutiva das Debêntures seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva a ser utilizada nesta hipótese, a Emissora será obrigada a efetuar o procedimento descrito no item (i) acima.

### ***Remuneração das Debêntures da Primeira Série***

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,80% (cinco inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa das Debêntures da Primeira Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).

O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	= valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (exclusive), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

taxa	= 5,80 (cinco inteiros e oitenta centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais; e
DP	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

### ***Remuneração das Debêntures da Segunda Série***

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 6,05% (seis inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa das Debêntures da Segunda Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).

O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (exclusive), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde:

taxa = 6,05 (seis inteiros e cinco centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Para fins da presente Emissão, “Remuneração” significa a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, quando referidas em conjunto, e “Juros Remuneratórios” significa os Juros Remuneratórios da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série, quando referidos em conjunto.

### ***Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures***

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

### ***Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures***

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da Data de Emissão (“Período de Carência”), ou seja, em 15 de dezembro de 2015, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”):

<b>Datas da Amortização das Debêntures</b>	<b>Percentual Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado</b>
15 de dezembro de 2015	1,00%
15 de dezembro de 2016	1,00%
15 de dezembro de 2017	2,00%
15 de dezembro de 2018	2,00%
15 de dezembro de 2019	2,00%
15 de dezembro de 2020	5,00%
15 de dezembro de 2021	12,00%
15 de dezembro de 2022	20,00%
15 de dezembro de 2023	25,00%
15 de dezembro de 2024	30,00%

### ***Repactuação Programada***

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

### ***Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa Parcial***

As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido).

A Emissora poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Segunda Série, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”).

O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”), com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”).

Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

As Debêntures da Segunda Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série serão obrigatoriamente canceladas.

As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido).



A Amortização Extraordinária facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável), e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação (“Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”).

A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, exclusive, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão (“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”) com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (“Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série”).

O Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, ambos abaixo definidos, a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (“Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série” e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série”, respectivamente):

- (A) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, até a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- (B) soma (a) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se uma taxa percentual ao ano (“Taxa de Desconto”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B (conforme definida abaixo); e (ii) de uma sobretaxa (spread) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

$$B = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VN_{ek}}{FVP_k} \times Cresgate \right)$$

Onde:

$VN_{ek}$  = valor de cada uma das parcelas vincendas “k” das Debêntures da Segunda Série, sendo o valor de cada parcela “k” equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido dos Juros Remuneratórios, definidos no Procedimento de *Bookbuilding*;

N= número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo n um número inteiro;

Cresgate = Fator da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso;

FVP<sub>k</sub> = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTN-B) \times (1 + 0,005)]^{(n_k/252)}$$

NTN-B = a média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B (“NTN-B”) com número do registro ISIN BRSTNCNTB096 e com vencimento em 15 de agosto de 2024, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; e

n<sub>k</sub> = número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, exclusive, e a Data de Amortização da Segunda Série programada de cada parcela “k” vincenda inclusive.

Ao valor apurado no parágrafo acima, será acrescida a Remuneração acumulada, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Caso a NTN-B citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou à Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série em questão, a mesma será substituída por outra NTN-B que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao prazo remanescente para o vencimento das Debêntures.

Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série.

Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas na BM&FBOVESPA, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA. No caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série não custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, o pagamento das referidas Debêntures da Segunda Série será realizado mediante depósito em contas-corrente indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Banco Mandatário e Agente Escriturador.

A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, por meio de envio de correspondência neste sentido.

A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

Na hipótese de cancelamento das Debêntures da Segunda Série, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.

### ***Aquisição Facultativa***

As Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM (“Aquisição Facultativa”). As Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Para fins deste item, por “Debêntures em Circulação” entendem-se as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### ***Encargos Moratórios***

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### ***Local de Pagamento***

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas na Escritura de Emissão e observado o disposto no item “Prorrogação dos Prazos” abaixo, utilizando-se conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Agente Escriurador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

### ***Tratamento Tributário***

As Debêntures da Primeira Série gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, por destinarem-se a financiamento de projeto de investimento na área de infraestrutura relacionado à execução de funções operacionais de conservação e ampliação do Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, de acordo com o Edital e nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito da Segunda Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado. **Para mais informações sobre o tratamento tributário diferenciado que gozam as Debêntures da Primeira Série, veja as seções “Características da Oferta - Sobre as Debêntures” e “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures - Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.” deste Prospecto.**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (além do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, no caso das Debêntures da Primeira Série), este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

### ***Prorrogação dos Prazos***

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

### ***Decadência dos Direitos aos Acréscimos***

Sem prejuízo do disposto no item “Prorrogação dos Prazos” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### ***Publicidade***

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”), e publicados no jornal “Valor Econômico”, considerando que aqueles exigidos pela Lei das Sociedades por Ações serão feitos também no DOESP, sendo que o aviso ao mercado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, o anúncio de início de distribuição e o anúncio de encerramento de distribuição também serão publicados no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)).

### ***Liquidez***

Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação do Votorantim que atuará como formador de mercado da Emissão, no prazo de pelo menos 12 (doze) meses a partir da Data de Liquidação.

O Votorantim foi contratado para atuar na qualidade de formador de mercado, tendo seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures, perfazendo o montante de R\$37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), independentemente do ambiente de negociação na qual estejam custodiadas as Debêntures. Uma vez atingido tal limite de subscrição, considerar-se-á terminado o referido contrato de formador de mercado.

Pela sua atuação como formador de mercado da Emissão, o Votorantim fará jus a uma remuneração no valor de R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Caso o Votorantim deixe de atuar na qualidade de formador de mercado, a(s) instituição(ões) financeira(s) que venham a ser contratadas pela Emissora para atuar como formador(es) de mercado da Emissão terá(ão) seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) Debêntures para cada série da Emissão, sendo que respectiva(s) instituição(ões) financeira(s) deverá(ão) adquirir as Debêntures de qualquer das séries da Emissão observadas as taxas finais de remuneração das Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### ***Fundo de Amortização***

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

#### ***Vencimento Antecipado***

Observado o disposto nos itens parágrafos abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e ao pagamento do principal das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, não sanada dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura de Emissão que não aquelas referidas no item “(i)” acima, não sanada dentro do prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data da notificação do inadimplemento;
- (iii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (iv) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento relativo à Emissão, provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (v) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;
- (vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que: (a) acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo visando a rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; (b) afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; ou (c) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90 (noventa) dias com relação aos itens (a) a (c) desta alínea (vi);
- (vii) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;

- (viii) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “*leasing* operacional”), em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; e (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (ix) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal cisão, fusão ou incorporação se der dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que a Invepar permaneça como seu acionista controlador, seja direta ou indiretamente;
- (x) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Invepar;
- (xi) se houver qualquer alienação de participação societária da Invepar na Emissora, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pela qual a Invepar deixe de ser o acionista controlador, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, da Emissora;
- (xii) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de (a) sustação, (b) cancelamento, (c) suspensão dos efeitos, (d) pagamento, (e) que referido protesto foi indevidamente efetuado, (f) que referido protesto decorreu de erro ou má-fé de terceiros, (g) que foram prestadas garantias em juízo no prazo legal e aceitas pelo juízo competente, ou (h) que foram tomadas todas as medidas cabíveis com relação aos itens (a) a (g) acima, não for apresentada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (xiii) não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiv) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (xv) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) tiver sua falência decretada e/ou requerida por qualquer terceiro, desde que nesta última hipótese, referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;
- (xvi) se a Emissora solicitar a reestruturação de parte substancial de suas dívidas que venha a afetar adversamente e de forma substancial a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações previstas na Escritura de Emissão, exceto em caso de prévia anuência dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xvii) transformação do tipo societário da Emissora;
- (xviii) caso a Emissora venha a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada ou tiver cancelado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;

- (xix) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- (xx) caso, nos termos e prazo estabelecidos na Escritura de Emissão, (a) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não sejam devidamente celebrados pelas respectivas partes; (b) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não estejam devidamente registrados; (c) a concessão das Garantias previstas na Escritura de Emissão não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP;
- (xxi) não manutenção de classificação de risco atribuída às Debêntures igual ou superior a A-, ou equivalente, por, ao menos, 1 (uma) Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora;
- (xxii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ou financiamentos pela Emissora, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Emissora esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item “(xxvii)” abaixo, observado que, para fins deste item (xxii), a Emissora obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Emissora;
- (xxiii) caso as Garantias previstas na Escritura de Emissão (a) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Invepar ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia, e tal questionamento não seja revertido no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; (b) sejam anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente e tal suspensão não seja elidida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal rescisão não seja revertida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (xxiv) o não pagamento na data de vencimento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), excetuando-se os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Financiamento;
- (xxv) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, do BNDES e da ARTESP;
- (xxvi) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento;
- (xxvii) não observância pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir (“Índices Financeiros”), observadas as disposições referentes aos Aportes de Capital previstas no item “Evento de Suporte de Acionista” abaixo.
  - (i) de índice de Patrimônio Líquido/Ativo Total (“Índice de PL/Ativo”) superior a 20% (vinte por cento), a ser apurado anualmente, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, observado o disposto na Escritura de Emissão com relação ao descumprimento do Índice de PL/Ativo; e
  - (ii) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto na Escritura de Emissão com relação ao descumprimento do ICSD;

- (xxviii) celebração, pela Emissora, de quaisquer contratos financeiros, contratação de novas dívidas ou tomada de empréstimos de qualquer natureza não existentes na Data de Emissão, exceto (i) aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja inferior a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento e que tenham sido previamente aprovados por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou (ii) em caso de mútuos celebrados com sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico ou societário da Emissora, em condições de mercado, limitados a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento;
- (xxix) concessão, pela Emissora, de mútuo de qualquer natureza a quaisquer sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ou societário; e
- (xxx) não realização de Aportes de Capital pela Acionista na Emissora, nos termos, condições e prazos previstos no item “Evento de Suporte de Acionista” abaixo, no montante total de R\$248 milhões, desde a Data da Emissão até 31 de dezembro de 2016, salvo se a Emissora não precisar de referidos Aportes de Capital para cumprir as obrigações previstas no Contrato de Concessão.

Para fins do disposto no subitem “(xxvii)” acima, entende-se por:

- (i) ICSD = EBITDA ajustado/(Amortizações + Juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aportes de capital). O EBITDA ajustado anual deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses e deverá ser adicionado ao saldo de caixa operacional e de aplicações financeiras apurado no final do período imediatamente anterior.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(i)”, “(ii)”, “(v)”, “(vi)”, “(vii)”, “(ix)”, “(x)”, “(xi)”, “(xii)”, “(xiii)”, “(xv)”, “(xvii)”, “(xviii)”, “(xix)”, “(xx)”, “(xxvi)” e “(xxix)” dos itens indicados acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, o Contrato de Penhor, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(iii)”, “(iv)”, “(viii)”, “(xiv)”, “(xvi)”, “(xxi)”, “(xxii)”, “(xxiii)”, “(xxiv)”, “(xxv)”, “(xxvii)”, “(xxviii)”, e “(xxx)” dos itens indicados acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta item “Vencimento Antecipado” deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X da Escritura de Emissão.

O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida acima.

Na Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previstos na Cláusula IX da Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir as Garantias.



Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Caso (i) a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada em segunda convocação; ou (ii) não haja aprovação do exercício da faculdade prevista no parágrafo acima, por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do valor devido, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula XI da Escritura de Emissão, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios. No caso do pagamento referente ao vencimento antecipado acontecer através da CETIP ou da BM&FBOVESPA, ambas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### ***Evento de Suporte de Acionista***

Mediante a ocorrência de qualquer Evento de Capitalização (conforme abaixo definido), a Emissora deverá solicitar à Acionista que realize um ou mais aportes de capital na Emissora, sendo cada aporte em montante equivalente ao Valor de Capitalização (conforme abaixo definido), por meio de: (i) aumento do capital social da Emissora, mediante a subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações representativas do capital social da Emissora ou, a exclusivo critério da Emissora; (ii) concessão de empréstimo à Emissora, na modalidade de mútuo concedido por qualquer empresa do grupo da Acionista com pagamento subordinado à dívida representada pelas Debêntures e pelo Contrato de Financiamento e em condições de remuneração de mercado ou, ainda (iii) uma combinação, em qualquer proporção, de ambas as operações descritas nos itens (i) e (ii) acima (sendo qualquer aporte realizado nos termos item denominado “Aporte de Capital”).

Para todos os fins deste item, será considerado um “Evento de Capitalização” a não observância, pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros referidos no item “(xxvii)” da seção “Vencimento Antecipado” acima.

Observado o disposto acima, o valor de qualquer Aporte de Capital (a seguir denominado “Valor de Capitalização”) será aquele necessário para restabelecer o respectivo Índice Financeiro, conforme limites estabelecidos acima.

A Emissora obriga-se a notificar a Acionista, com cópia para o Agente Fiduciário e ao BNDES, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Capitalização, devendo fazê-lo imediatamente após ter tomado conhecimento de tal ocorrência. A notificação prevista neste parágrafo deverá (i) informar qual o Evento de Capitalização ocorrido; (ii) indicar o montante dos recursos necessários para cobrir o Valor de Capitalização; e (iii) solicitar a realização de Aporte de Capital no prazo e nas condições previstas neste item.

Observado o disposto acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização, a Emissora deverá, ainda, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do referido Evento de Capitalização, convocar uma assembleia geral de seus acionistas, ou reunião de seu conselho de administração, conforme o caso, a ser realizada no prazo legal, para que seja deliberada e aprovada a realização do Aporte de Capital respectivo, seja via aumento de capital social e/ou concessão de mútuo subordinado às Debêntures, sempre em montante suficiente para cobrir o Valor de Capitalização, sendo que a transferência de recursos da Acionista em favor da Emissora decorrente de qualquer Aporte de Capital deverá ser consumada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da referida assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso.

A Emissora compromete-se a praticar todos e quaisquer atos necessários para formalizar e dar efeito a toda e qualquer subscrição e integralização de aumento de capital e/ou contratação válida de mútuo subordinado, sempre de acordo com os termos do Aporte de Capital devido e em conformidade com o que for aprovado em assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso, da Emissora.

## **VI. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

### ***Contrato de Distribuição***

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta nos endereços da Emissora e dos Coordenadores indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores” neste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada com as seguintes características:

### ***Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding)***

No âmbito da Oferta, foi realizado, pelos Coordenadores, o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores da Oferta, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificou as taxas aplicáveis às Debêntures, bem como o número de séries e a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, por meio de aditamento à Escritura de Emissão, que foi protocolado para arquivamento na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE.

Em razão do enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes, as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado. Para mais informações sobre o tratamento tributário diferenciado que gozam as Debêntures da Primeira Série, veja as seções “Características da Oferta - Sobre as Debêntures” e “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures - *Caso as Debêntures da Primeira Série deixem de satisfazer determinadas características que a enquadrem como Debêntures Incentivadas, não podemos garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.*” deste Prospecto. O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes não significa que parte ou toda a Emissão seria realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431. Para mais informações sobre o enquadramento do projeto como prioritário, ver nesta seção “Características da Oferta – Sobre as Debêntures”.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, foi realizada a colocação de Debêntures junto a investidores que fossem Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo sido mantida as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A participação de Investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação na taxa final da Remuneração, bem como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à instituição financeira contratada para atuar como formador de mercado da Emissão, conforme descrição acerca do direito de subscrição, conforme detalhado nos Prospectos.

**O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter impacto adverso negativo na liquidez das Debêntures.” deste Prospecto.**

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual foi protocolado para arquivamento na JUCESP, nos termos do item “Inscrição da Escritura de Emissão e seus Eventuais Aditamentos” acima, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE; e (ii) será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400

### ***Pessoas Vinculadas***

Investidores que sejam: (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima.

### ***Plano de Distribuição***

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após o Registro da Oferta, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400, e a publicação do Anúncio de Início da Oferta. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT (administrado e operacionalizado pela CETIP), do Bovespa Fix, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição organizado pelo Coordenador Líder de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme estabelecido neste Prospecto.

Anteriormente ao Registro da Oferta, os Coordenadores disponibilizaram ao público os Prospectos da Oferta, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, qual seja, o aviso ao mercado. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição a ser adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição é fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora (“Plano de Distribuição”).

### ***Participação de Outras Instituições***

Os Coordenadores contrataram outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para os assessorarem na colocação das Debêntures junto a potenciais investidores clientes de tais instituições financeiras, durante o Procedimento de *Bookbuilding* (“Participante Especial”). Os Participantes Especiais atuaram sob a coordenação dos Coordenadores e tiveram sua participação formalizada mediante a celebração de termo de adesão ao Contrato de Distribuição. Os Coordenadores serão responsáveis, perante a Emissora, pela liquidação física e financeira das Debêntures colocadas no mercado com a assessoria do Participante Especial.

### ***Prazo de Distribuição e Subscrição***

A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”).

Os Coordenadores estarão obrigados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da Garantia Firme que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores até a Data de Liquidação (“Prazo de Subscrição”). Será publicado, então, o Anúncio de Encerramento.

### ***Regime de Colocação***

Observadas as condições do Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, no Prazo de Subscrição, sob regime de garantia firme para o montante total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), de forma individual e não solidária, de acordo com a tabela abaixo (“Garantia Firme”):

<b>Coordenador</b>	<b>Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)</b>	<b>Proporção da Garantia Firme</b>
Bradesco BBI	300.000.000,00	40%
BB-BI	150.000.000,00	20%
HSBC	150.000.000,00	20%
Votorantim	150.000.000,00	20%
<b>Total</b>	<b>750.000.000,00</b>	<b>100%</b>

A Garantia Firme é válida até 18 de janeiro de 2013 (“Data Limite da Garantia Firme”), podendo ser prorrogada exclusivamente a critério dos Coordenadores, de forma expressa e por escrito, quando encerra-se qualquer obrigação dos Coordenadores em relação à colocação firme das Debêntures.

Caso houvesse a necessidade de exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, tal Garantia Firme seria exercida na respectiva taxa máxima aprovada pela AGE, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores em relação à colocação das Debêntures.

Após a integral colocação das Debêntures, será publicado Anúncio de Encerramento.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente (1) venham a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme prestada nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Distribuição; e (2) tenham interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores após a publicação do Anúncio de Encerramento poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

### ***Comissão dos Coordenadores***

Pelos serviços prestados na forma prevista no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores, a seguinte remuneração:

- (a) **Comissão de Coordenação e Estruturação:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, uma comissão no montante de 0,20% (vinte centésimos por cento) a ser calculada sobre o valor total das Debêntures emitidas, calculado com base no Preço de Integralização das Debêntures;
- (b) **Comissão de Colocação:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, uma comissão no montante de 0,20% (vinte centésimos por cento), a ser calculada sobre o valor total de Debêntures calculado com base no Preço de Integralização das Debêntures;
- (c) **Prêmio de Prestação de Garantia Firme:** a este título a Emissora pagará aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme prestada por cada um, uma comissão no montante de 0,20% (vinte centésimos por cento), a ser calculado sobre o Preço de Integralização das Debêntures objeto de Garantia Firme, sendo este Prêmio de Prestação de Garantia Firme devido pela Emissora aos Coordenadores independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme pelos Coordenadores; e

- (d) **Comissão de Sucesso:** Adicionalmente, caso os Juros Remuneratórios sejam reduzidos, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, em relação à taxa estabelecida e acordada entre as Partes, os Coordenadores farão jus a uma comissão de sucesso em valor equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor presente (descontado à taxa equivalente) da economia total gerada pela redução da taxa final do Procedimento de *Bookbuilding* em relação à taxa inicial do Procedimento de *Bookbuilding*, considerando o prazo total da Emissão.

O comissionamento dos Coordenadores deverá ser pago, integralmente, em até 1 (um) Dia Útil após a Data de Liquidação das Debêntures, ou posteriormente, em data a ser definida em comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

### ***Assembleia Geral de Debenturistas***

Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries caso possuam a mesma ordem do dia.

As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada uma das séries ou 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da série única, conforme o caso, conforme abaixo definido, ou pela CVM.

A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais das respectivas séries ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas das respectivas séries.

Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de publicações e/ou avisos.

A(s) Assembleia(s) Geral(is) de cada uma das séries se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série, a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries, nos termos da acima, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

Exclusivamente para fins da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos na Escritura de Emissão, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- i. os *quora* expressamente previstos na Escritura de Emissão;
- ii. as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; (d) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (e) qualquer alteração aos termos da Cláusula IX da Escritura de Emissão, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação

### ***Demonstrativo do Custo de Distribuição***

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures:

<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Montante (em R\$)</b>	<b>% em relação ao Valor Total da Oferta</b>
<b>Volume da Oferta</b>	<b>750.000.000,00</b>	<b>100,00</b>
Comissão de Coordenação e Estruturação <sup>(1)</sup>	1.500.000	0,20000%
Comissão de Colocação <sup>(1)</sup>	1.500.000	0,20000%
Prêmio de Prestação de Garantia Firme <sup>(1)</sup>	1.500.000	0,20000%
Comissão de Sucesso*	52.215.754	6,96210%
Tributos incidentes sobre o Comissionamento	5.654.161	0,75389%
<b>Total de Comissões<sup>(2)</sup></b>	<b>62.369.914</b>	<b>8,31599%</b>
Taxa de registro na CVM	165.740	0,02210%
Taxa de registro na ANBIMA	56.700	0,00756%
Registro para negociação na CETIP <sup>(3)</sup>	161.100	0,02148%
Advogados	390.000	0,05200%
Auditores	250.000	0,03333%
Classificação de Risco	125.780	0,01677%
Agente Fiduciário <sup>(3)</sup>	12.000	0,00160%
Banco Mandatário <sup>(3)</sup>	24.000	0,00320%
Publicações	250.000	0,03333%
Outros <sup>(4)</sup>	70.000	0,00933%
<b>Total dos Custos</b>	<b>63.875.234</b>	<b>8,51670%</b>
<b>Valor Líquido para a Emissora</b>	<b>686.124.766</b>	<b>91,48330%</b>

(\*) A comissão de sucesso foi calculada com base no valor presente da economia gerada à Emissora pela redução das taxas de remuneração das Debêntures, calculada sobre a diferença entre a taxa final de remuneração aprovada no Procedimento de *Bookbuilding* em relação à taxa máxima aprovada na AGE.

<sup>(1)</sup> Calculado conforme descrito no item “Comissão dos Coordenadores” acima.

<sup>(2)</sup> Incluindo os tributos incidentes sobre a Comissão de Coordenação e Estruturação, a Comissão de Colocação e o Prêmio de Garantia firme.

<sup>(3)</sup> Valor anual.

<sup>(4)</sup> Inclui despesas com taxa de registro da Escritura de Emissão, impressão de Prospectos, reuniões de *roadshow*, fotocópias no âmbito da Oferta, entre outros.

### **Custo Unitário**

A tabela abaixo apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Oferta:

Nº de Debêntures	Valor Nominal Unitário (em R\$)	Custos da Oferta (em R\$)	Custo por Debênture (em R\$)	Custo por Debênture (em %)
750.000	1.000	63.875.234	85,16698	8,51670

### **Classificação de Risco (Rating)**

A Emissora contratou a Moody's América Latina para a elaboração do relatório de classificação de risco para as Debêntures, e para a revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures.

A Moody's América Latina atribuiu *rating* "A1.br" às Debêntures. Para informações adicionais sobre a classificação de risco da Emissão, ver o Anexo C - "Súmula de Classificação de Risco", deste Prospecto.

### **Público Alvo**

A Oferta será destinada aos Investidores da Oferta, quais sejam, investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e/ou no exterior, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto.

### **Sobre as Debêntures**

A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas (ou, ainda, "debêntures de infraestrutura") ("Debêntures Incentivadas"), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.

Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (para mais informações vide tabela abaixo).

REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL - COMPARATIVO			
Investimento	Investidor	IR	IOF/Câmbio no Ingresso de Recursos
Debêntures Incentivadas	Pessoas Físicas	0%	-
	Pessoas Jurídicas	15% exclusivamente na fonte, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 24% (15% + 9%) ou de 30% (15% + 15%) para instituições financeiras assemelhadas	-
	Não-residentes (2.689 e não situado em País de tributação favorecida)	0%	0%

<b>Debêntures</b>	Pessoas Físicas	22,5% a 15%, dependendo do prazo	-
	Pessoas Jurídicas	22,5% a 15% na fonte, dependendo do prazo, como antecipação do devido, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 34% (25% + 9%) ou de 40% (25% + 15%) para instituições financeiras e assemelhadas	-
	Não-residentes (2.689 e não situado em País de tributação favorecida)	15%	6%

Conforme abaixo mencionado, as debêntures incentivadas devem observar certos requisitos para que gozem do tratamento tributário diferenciado, dentre os quais (a) ser objeto de oferta pública, (b) destinação dos recursos da oferta deve ser feita para projetos considerados como prioritários, nos termos do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603/2011”), (c) prazo médio ponderado da oferta deve ser superior a 4 anos, dentre outros.

A criação das debêntures incentivadas representa um esforço do Governo Federal de fomentar não apenas o investimento em infraestrutura, como ainda promover captações de dívida de longo prazo por companhias brasileiras, complementando a tradicional atuação do BNDES e dos projetos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

#### ***Sociedade Emissora***

As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“SPEs”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.

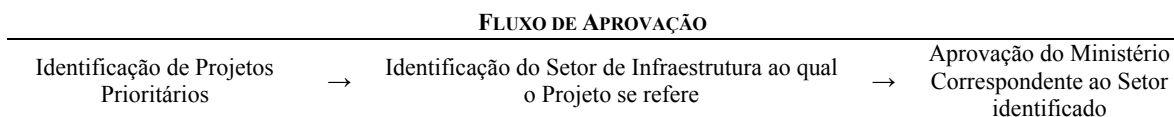
#### ***Projetos Prioritários***

Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores:

- (a) Logística e transporte;
- (b) Mobilidade urbana;
- (c) Energia;
- (d) Telecomunicações;
- (e) Radiodifusão;
- (f) Saneamento básico; e
- (g) Irrigação.

A submissão dos Projetos deve ser realizada pela SPE interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de Portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

Abaixo, segue o fluxo ilustrativo para enquadramento de projetos como “prioritários” (observado o disposto no Decreto 7.603/2011):





### *Características das Debêntures Incentivadas e da Sua Oferta*

As principais características das Debêntures Incentivadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- (a) Remuneração por taxa de juros deve ser prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR);
- (b) Vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada;
- (c) Prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- (d) Vedação à recompra nos 2 primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento;
- (e) Inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
- (f) Prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias;
- (g) Comprovação de que a debênture tenha sido negociada em mercados regulamentados de valores mobiliários; e
- (h) Alocação dos recursos da oferta em projeto prioritários de infraestrutura.

As Debêntures Incentivadas podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução da CVM 400, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. No caso de descumprimento quanto à implementação de projetos de investimento na forma aprovada, as pessoas jurídicas, integrantes das SPEs, ficam sujeitas à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão.

As ofertas de Debêntures Incentivadas devem ser realizadas até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

### ***Declaração de Inadequação do Investimento nas Debêntures***

A Oferta não é destinada aos investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de infraestrutura. Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, recomenda-se aos investidores a leitura da seção “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Debêntures”. Sem prejuízo do aqui disposto, os investidores deverão atentar para os demais fatores de risco relacionados à Emissora, conforme detalhadamente descritos nos itens “4 Fatores de Risco” e “5 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Emissora anexo a este Prospecto.

### ***Manifestação de Aceitação à Oferta***

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

### ***Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta***

Na hipótese da Oferta ser cancelada, revogada ou suspensa, tal fato deverá ser imediatamente divulgado ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação. Os investidores que já tenham aceitado a Oferta, no caso de sua suspensão, terão o direito de revogar sua aceitação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação. Terão direito a restituição integral, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de sua manifestação, em conformidade com o os termos do Contrato de Distribuição: (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão da Oferta.

### ***Modificação da Oferta***

A eventual modificação dos termos e condições da Emissão, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para sua divulgação e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso, após notificados, os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua manifestação.

No caso de restituição de valores nos termos acima descritos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos. Ainda, caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (1) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, referido Preço de Subscrição será devolvido sem adição de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos a encargos e/ou tributos incidentes, de qualquer natureza, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### ***Suspensão da Oferta***

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, abaixo nesta seção. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem adição de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos a encargos e/ou tributos incidentes, de qualquer natureza, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### ***Cancelamento ou Revogação da Oferta***

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta. Se o

investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem adição de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos a encargos e/ou tributos incidentes, de qualquer natureza, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

### ***Cronograma de Etapas da Oferta***

Abaixo está o cronograma das principais etapas da Oferta:

<b>Etapas</b>	<b>Evento</b>	<b>Data de Realização</b>
<b>1.</b>	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	26/10/2012
<b>2.</b>	Publicação de Fato Relevante sobre a realização do protocolo do pedido de análise prévia e recomendação de registro na ANBIMA, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, no Jornal “Valor Econômico”	29/10/2012
<b>3.</b>	Publicação de Fato Relevante sobre a realização do protocolo do pedido de análise prévia e recomendação de registro na ANBIMA, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, no DOESP	30/10/2012
<b>4.</b>	Realização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que aprova a Oferta	09/11/2012
<b>5.</b>	Publicação do Aviso ao Mercado	12/11/2012
	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	
	Início das apresentações a potenciais investidores	
	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	
<b>6.</b>	Encerramento das apresentações a potenciais investidores	11/12/2012
<b>7.</b>	Definição da taxa final dos Juros Remuneratórios (encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> )	12/12/2012
<b>8.</b>	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	21/12/2012
<b>9.</b>	Publicação do Anúncio de Início	26/12/2012
	Disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor	
	Subscrição e Integralização (Liquidação Financeira da Oferta) da 1ª série <sup>(1)</sup>	
	Início da Distribuição das Debêntures junto ao público investidor	
	Posterior alienação dos Valores Mobiliários adquiridos pelos Coordenadores em decorrência da Garantia Firme exercida na 1ª série <sup>(2)</sup>	
<b>10.</b>	Subscrição e Integralização (Liquidação Financeira da Oferta) da 2ª série <sup>(1)</sup>	27/12/2012
	Posterior alienação dos Valores Mobiliários adquiridos pelos Coordenadores em decorrência da Garantia Firme exercida na 2ª série <sup>(2)</sup>	
<b>11.</b>	Publicação do Anúncio de Encerramento	Até 07/01/2013

<sup>(1)</sup> Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures” no item “Forma de Subscrição e Integralização” deste Prospecto.

<sup>(2)</sup> Para informações sobre o prazo para exercício da garantia firme e venda das Debêntures Objeto da Garantia Firme, pelos Coordenadores, ver seção “Informações relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures”, no item “Regime de Colocação” deste Prospecto.

Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, veja itens “Modificação da Oferta”, “Suspensão da Oferta” e “Cancelamento ou Revogação da Oferta” acima. Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no “DOESP” e no jornal “Valor Econômico” e no *website* da Emissora na rede mundial de computadores ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)).

### ***Informações Adicionais***

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Emissão, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES

### Apresentação do Coordenador Líder

Banco de investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o “*Best Investment Bank 2012 in Brazil*” pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, no primeiro semestre de 2012, 88 transações de *Investment Banking*, com volume de aproximadamente R\$80,2 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2012:

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI encerrou o primeiro semestre de 2012 ocupando a 1ª colocação por Valor de Operações, segundo o *ranking* ANBIMA, marcando presença em *IPOs* e *follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* em duas ofertas de destaque, no *follow-on* da Qualicorp S.A., no valor de R\$759 milhões, e no *IPO* do Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$3,2 bilhões. Entre as diversas transações realizadas em 2011 destacam-se: *IPO* da Qualicorp S.A., no montante de R\$1.085 milhões; *IPO* da Abril Educação S.A., no montante de R\$371 milhões; *follow-on* da Gerdau S.A., no montante de R\$4.985 milhões (transação vencedora da premiação “*Deal of The Year*” na América Latina pela Revista Euromoney); *follow-on* da BR Malls Participações S.A., no montante de R\$731 milhões; e fechamento de capital do Universo Online, transação que totalizou R\$338 milhões. Em 2010, destaca-se a atuação como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R\$120,2 bilhões, transação vencedora do “*Best Equity Deal of The Year*” pela Global Finance.
- Em renda fixa, o Bradesco BBI encerrou o primeiro semestre de 2012, mantendo a liderança obtida em 2011, ocupando a 1ª colocação no *ranking* ANBIMA de Renda Fixa Consolidado, tanto por Valor quanto por Número de Operações. No primeiro semestre de 2012 coordenou 62 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$ 12,7 bilhões, representando uma participação de mercado de 27,6%. O Bradesco BBI também ocupa posição de liderança em Securitizações, classificando-se em 1º lugar por Número de Operações no Ranking ANBIMA de Securitização. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no primeiro semestre como *Joint Bookrunner* em sete emissões de *Bonds* que totalizaram aproximadamente US\$6,2 bilhões. Em *Project Finance*, o Bradesco BBI é o atual líder do *ranking* ANBIMA na categoria Estruturador de Financiamento de Projetos, considerando as operações de curto e longo prazos. No primeiro semestre de 2012, o Bradesco BBI esteve envolvido em diversos mandatos de assessoria e estruturação financeira para projetos de geração de energia, complexos portuários, de mineração e de logística.
- Em fusões e aquisições no primeiro semestre de 2012, o Bradesco BBI classificou-se em 1º lugar entre os bancos que assessoraram M&A no Brasil, segundo o *ranking* da Bloomberg. Dentre as transações anunciadas no primeiro semestre de 2012, destacamos: venda da Usina Passos para OlamInt'l; venda do controle da Multiner para o Grupo Bolognesi; aquisição da Comgás pela Cosan; aquisição de 50% da Tecondi pela Aba Participações; venda de 100% da Tecondi para Ecorodovias; aquisição de ativos de transmissão de energia da Cemig pela TAESA; aquisição da Salfer pela Máquina de Vendas; aquisição da Cimpor pela Camargo Correa; Aquisição da Pargim Empreendimentos e Participações S.A. pela Aliance Shopping; Assessoria à LAN no fechamento de capital da TAM na BM&FBOVESPA; Assessoria à MPX Energia S.A. na venda de parte de seu capital à E-on; Assessoria à JBS no *spin-off* e listagem da Vigor na BM&FBOVESPA e aquisição da Ri Happy pelo Carlyle Group.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Banco Bradesco S.A. mantém uma rede de atendimento que atende a mais de 25,5 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm à disposição 65,3 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. No segundo trimestre de 2012, o lucro líquido foi de R\$5,7 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$830,5 bilhões e R\$63,9 bilhões, respectivamente.

### **Apresentação do Votorantim**

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O desenvolvimento motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim S.A. passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o BACEN aprovou a aquisição de participação acionária do Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, o Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing S.A., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como *brokerdealer* em Nova Iorque e em Londres, respectivamente em 2006 e 2011.

### **Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim**

Na área de *investmentbanking*, o Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada no segmento de renda fixa, renda variável ou em operações de fusões e aquisições.

Em renda variável, o Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com a distribuição das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda., além de possuir área de pesquisa (*research*) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e bonds, sendo que, no ano de 2011, o Votorantim ocupou a 1ª colocação no ranking doméstico de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), a 3ª colocação no ranking doméstico de distribuição de securitização e a 4ª colocação no ranking doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. Com relação à atuação internacional, no ano de 2011 o Votorantim ocupou a 12ª colocação no ranking de emissões externas divulgado pela *Bloomberg*.

Em fusões e aquisições, o Votorantim possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*.

## **Apresentação do BB-BI**

O Banco do Brasil, empresa controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do País ocupando a primeira colocação do Top Finanças do prêmio Top of Mind 2010. O Banco do Brasil encerrou 2010 com uma base de 54,4 milhões de clientes e 35,9 milhões de contas correntes, entre pessoas físicas e jurídicas, a partir de uma rede de mais de 18 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 118,9 mil funcionários.

No exterior, o Banco do Brasil tem 47 pontos distribuídos em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela). Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

Em 2010 o BB- BI atuou como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, como coordenador do IPO da Julio Simões Logística e da Droga Raia e do *follow on* da JBS S.A e da Petrobras, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarcas e Mills. No acumulado de 2010 do ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Variável, ocupou a primeira posição com 60,5% de participação.

Em 2011, o BB-BI atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Atuou também como coordenador a Distribuição Pública de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações da Minerva.

Atua também na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do Banco do Brasil, internet (Home Broker) e celular. O volume financeiro negociado pelo BB-BI em 2009, neste segmento, foi superior a R\$20.000.000.000,00 e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

No acumulado de 2010, o BB-BI ficou em terceiro lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$14.600.000.000,00 originados e 19,3% de participação de mercado. No acumulado de 2011, o BB-BI ficou em segundo lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$ 16.900.000.000,00 originados e 19,7% de participação de mercado.

Abaixo, as emissões de notas promissórias e debêntures estruturadas pelo BB-BI nos dois últimos anos: Em 2010, o BB-BI liderou (1) a segunda emissão de debêntures da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$2.700.000.000,00; (2) a primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A, no valor de R\$135.000.000,00; (3) a primeira emissão de debêntures da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. – INVEPAR, no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de debêntures da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, no valor de R\$122.000.000,00; (5) a segunda emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$130.000.000,00; (6) a primeira emissão de debêntures da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (7) a terceira emissão de debêntures da CPFL Geração de Energia S.A., no valor de R\$264.000.000,00; (8) a terceira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz., no valor de R\$260.000.000,00; (9) a décima primeira emissão de debêntures da SABESP, no valor de R\$1.200.000.000,00; (10) a terceira emissão de debêntures da Mangels S.A. no valor de R\$70.000.000,00; (11) a segunda emissão de Debêntures da Júlio Simões Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (12) a primeira emissão de Notas Promissórias da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (13) a segunda emissão de Debêntures da Triunfo Participações e Investimentos S.A., no valor de R\$133.500.000,00 milhões; (14) a primeira emissão de Debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (15) a segunda emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) a quarta emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$600.000.000,00; (17) a quarta emissão de debêntures da CyrelaBrazilRealty S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (18) a primeira emissão de debêntures da OAS Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (19) a primeira emissão de debêntures da CR2 Empreendimentos

Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (20) a segunda emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (21) a primeira emissão de debêntures da WTORRE Properties S.A., no valor de R\$90.000.000,00; (22) a segunda emissão de debêntures da INBEV Participações Societárias S.A., no valor de R\$2.000.000,00; (23) a primeira emissão de notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (24) a terceira emissão de notas promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG., no valor de R\$350.000.000,00; (25) a segunda emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A.- EPASA, no valor de R\$400.000.000,00.

Ainda em 2010, participou (1) da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$548.600.000,00; (2) da terceira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$516.000.000,00; (3) da segunda emissão de notas promissórias da Iochpe Maxion S.A, no valor de R\$140.000.000,00; (4) da terceira emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A, no valor de R\$400.000.000,00; (5) da primeira emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$3.000.000.000,00; (6) da primeira emissão de debêntures da Odebrecht Serviços e Participações S.A., no valor de R\$1.030.000.000,00; (7) da quarta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$370.000.000,00; (8) da primeira emissão de Debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) da primeira emissão de Debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da quarta emissão de Debêntures da Bandeirantes Energia S.A. no valor de R\$390.000.000,00; (11) da primeira emissão de Debêntures da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., no valor de R\$1.100.000,00; (12) da primeira emissão de Debêntures da Fertilizantes Heringer S.A., no valor de R\$178.000.000,00; (13) da primeira emissão de Debêntures da Camargo Correa Investimentos em Infra-estrutura S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (14) da segunda emissão de Debêntures da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1.500.000,00; (15) da quinta emissão de Notas Promissórias da SABESP, no valor de R\$600.000.000,00; (16) da segunda emissão de Notas Promissórias da Camargo Correa S.A., no valor de R\$3.000.000,00; (17) da quarta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$230.000.000,00; (18) da quarta emissão de Debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$850 milhões; (19) da primeira emissão de Debêntures da Locar Guindastes e Transportes Intermodais S.A., no valor de R\$150.000.000,00; e (20) da quinta emissão de Debêntures da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, no valor de R\$2.025.000,00.

Em 2011, o BB-BI liderou (1) a nona emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$610.000.000,00; (2) a primeira emissão de Debêntures da Alusa Engenharia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (3) a primeira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$450.000.000,00; (4) a primeira emissão de Debêntures da Yoki Alimentos S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária SPMAR S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (6) a quinta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$170.000.000,00; (7) a oitava emissão de Notas Promissórias da Redecard S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (8) a primeira emissão de Debêntures da João Fortes Engenharia S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a segunda emissão de Notas Promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) a primeira emissão de Debêntures da NCF Participações S.A., no valor de R\$2.300.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) a segunda emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de até R\$350.000.000,00; (13) a terceira emissão de Debêntures da Cremer S.A., no valor de R\$200.000.000,00; (14) a quarta emissão de Debêntures da JSL S.A., no valor de R\$113.000.000,00; (15) a quinta emissão de Notas Promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$300.000.000,00; (16) a terceira emissão de Debêntures da Egesa Engenharia S.A., no valor de R\$160.000.000,00; (17) a quinta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações, no valor de R\$500.000.000,00; (18) a segunda emissão de Notas Promissórias da ViaRondon Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R\$415.000.000,00; (19) a quinta emissão de Debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (20) a primeira emissão de Notas Promissórias da Light Energia S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (21) a sexta emissão de Notas Promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (22) a quarta emissão de Debêntures das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (23) a terceira emissão de Debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA, no valor de R\$130.000.000,00; (24) a décima emissão de Debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (25) a primeira emissão de Debêntures da Estácio Participações S.A., no valor



de R\$200.000.000,00; (26) a terceira emissão de Notas Promissórias da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$150.000.000,00; (27) a terceira emissão de Notas Promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., no valor de R\$484.000.000,00; (28) a segunda emissão de Debêntures da Marisa Lojas S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (29) a quarta emissão de Notas Promissórias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no valor de R\$1.000.000.000,00; (30) a quarta emissão de Notas Promissórias da CEMIG Distribuição S.A.- CEMIG D, no valor de R\$100.000.000,00; e (31) a oitava emissão de Debêntures da Light S.A., no valor de R\$425.000.000,00.

Ainda em 2011, participou (1) da décima terceira emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R\$600.000.000,00; (2) da segunda emissão de Notas Promissórias da Tele Norte Leste Participações S.A., no valor de R\$1500.000.000,00; (3) da terceira emissão de Debêntures da Marfrig Alimentos S.A., no valor de R\$598.200.000,00; (4) da quinta emissão de debêntures da Camargo Correa S.A., no valor de R\$810.000.000,00; (5) da quarta emissão de Debêntures da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$360.000.000,00; (6) da terceira emissão de Debêntures da Itapebi Geração de Energia S.A. no valor de R\$200.000.000,00 (7) a primeira emissão de Debêntures da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no valor de R\$65.000.000,00; (8) da quinta emissão de Debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (9) da quarta emissão de Debêntures da CPFL Geração, no valor de R\$680.000.000,00; (10) da quinta emissão de Debêntures da Rio Grande Energia, no valor de R\$70.000.000,00; (11) da segunda emissão de Debêntures da CPFL Comercialização Brasil, no valor de R\$1.320.000.000,00; (12) da quinta emissão de Debêntures da CPFL Paulista Força e Luz, no valor de R\$484.000.000,00; (13) da quinta emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$160.000.000,00; (14) da terceira emissão de Debêntures da Bradespar S.A., no valor de R\$800.000.000,00; (15) da terceira emissão de Notas Promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (16) da quinta emissão de Debêntures da CyrelaBrazilRealty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$400.000.000,00; (17) da primeira emissão de Notas Promissórias da Valepar S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (18) da terceira emissão de Notas Promissórias da Unidas S.A., no valor de R\$325.000.000,00; (19) da segunda emissão de Debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (20) da segunda emissão de Debêntures da TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A., no valor de R\$66.000.000,00; (21) da primeira emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00; (22) da oitava emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.350.000.000,00; e (23) da terceira emissão de Debêntures da Rede D’or São Luiz S.A., no valor de R\$650.000.000,00.

No primeiro semestre de 2012, o BB-BI liderou (1) a primeira emissão de Debêntures da Linha Amarela S.A., no valor de R\$180.000.000,00; (2) a terceira emissão de Notas Promissórias da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$275.000.000,00; (3) a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500.000.000,00; (4) a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor de R\$400.000.000,00; (5) a primeira emissão de Debêntures da Concessionária WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de R\$60.000.000,00; (3) a quarta emissão de Debêntures da JHSF Participações S.A., no valor de R\$350.000.000,00; (7) a primeira emissão de Notas Promissórias da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R\$800.000.000,00; (8) a primeira emissão de Notas Promissórias da Magazine Luiza S.A., no valor de R\$100.000.000,00; (9) a primeira emissão de Debêntures da Redecard S.A., no valor de R\$1.500.000.000,00; (10) a sexta emissão de Debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$500.000,00; (11) a primeira emissão de Debêntures da Empreendimentos Pague Menos S.A., no valor de R\$260.000.000,00; (12) a quinta emissão de Notas Promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de até R\$905.000.000,00; (13) a primeira emissão de Debêntures da CRRR Participações S.A., no valor de R\$45.000.000,00; (14) da primeira emissão de Notas Promissórias da CCR S.A., no valor de R\$400.000.000,00; (15) da primeira emissão de Debêntures da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., no valor de R\$50.000.000,00; e (16) da primeira emissão de Debêntures da Nova Casa Bahia S.A., no valor de R\$400.000.000,00.

Ainda no primeiro semestre de 2012, participou (1) da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00; (2) da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A., no valor de R\$120.000.000,00; (3) da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (4) da primeira emissão de debêntures da N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$128.000.000,00; (5) da sexta emissão de Debêntures do BNDES

Participações S.A., no valor de R\$2.000.000.000,00; (6) da segunda emissão de Debêntures da Intercement Brasil S.A. no valor de R\$1.500.000.000,00 (7) a décima primeira emissão de Debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$1.200.000.000,00; (8) da quarta emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$287.000.000,00; (9) da quinta emissão de Debêntures da OAS S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (10) da primeira emissão de Debêntures da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (11) da segunda emissão de Notas Promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300.000.000,00; (12) da sexta emissão de Debêntures da Eucatex S.A., no valor de R\$75.000.000,00; e (13) da segunda emissão de Debêntures da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., no valor de R\$150.000.000,00.

## **Apresentação do HSBC**

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é indiretamente controlada pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, parte do grupo SBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 86 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo possui uma infra estrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo – Serviços Bancários.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e escritórios, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas.

No mercado de dívidas local, em 2008, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 12 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, no valor total de R\$ 3,325 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 530,0 milhões em notas promissórias pela TCO-IP S.A., R\$ 105,0 milhões em debêntures simples do BIC Banco Arrendamento Mercantil S.A. e R\$ 220 milhões em debêntures simples pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Participou da terceira emissão de notas promissórias da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A., no valor de R\$ 400 milhões, da quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da emissão de quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Athos Farma – Distribuição Farmacêutica, no valor de R\$ 190 milhões, da primeira emissão de debêntures da Unidas S.A., no valor de R\$ 250 milhões, da primeira emissão de debêntures da MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Trisul S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures do BIC Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, da segunda emissão de debêntures da Klabin Segall S.A., no valor de R\$ 230 milhões e da terceira emissão de debêntures da Energisa S.A., no valor de R\$ 150 milhões.

Em 2009, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissões de notas promissórias comerciais, debêntures simples e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor total de R\$ 14,991 bilhões, atuando como coordenador líder nas emissões de R\$ 230 milhões de notas promissórias da Bandeirante Energia S.A., de R\$ 495 milhões de notas promissórias simultaneamente por seis empresas controladas pela CPFL Energia S.A., de R\$ 1 bilhão de debêntures simultaneamente por sete empresas controladas pela CPFL Energia S.A., e de R\$ 208 milhões em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que tem como cedente o Banco GMAC S.A. Participou da segunda emissão de debêntures primeira emissão de notas promissórias da Battistella Administração e Participações S.A., no valor total de R\$ 162,2 milhões, da primeira emissão de debêntures da Natura Cosméticos S.A., no valor de R\$ 350 milhões, da segunda emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão, da quarta emissão de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A., no valor de R\$ 75 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 900 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R\$ 550 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,7 bilhões,

da primeira emissão de notas promissórias da Galvão Engenharia S.A., no valor de R\$ 120 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$600 milhões e da segunda emissão de debêntures da Rio Grande Energia S.A., no valor de R\$ 160 milhões.

Em 2010, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$ 17,686 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$ 3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, no valor de R\$ 80 milhões, na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$ 250 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 50 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente, na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$ 75 milhões, e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$ 17,480 bilhões, atuando como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa, no valor de R\$ 810 milhões, na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões, na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões, na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 360 milhões, na primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 75 milhões, na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$ 190 milhões, na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$ 400 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$ 55 milhões, na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. no valor de R\$ 1,8 bilhão, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$ 70 milhões, na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeira S.A., no valor de R\$ 180 milhões, na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$ 75 milhões, na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$ 120 milhões, na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$ 50 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$ 70 milhões, na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$ 300 milhões na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$ 130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$ 1,17 bilhão.

Em 2012, até a presente data, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. participou de 28 operações de emissão de notas promissórias, debêntures, letras financeiras e quotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$ 13,8 bilhões, atuando como coordenador líder na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$ 300 milhões, na 2ª emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 100 milhões, na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,0 bilhão, na 3ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no

valor de R\$ 1,35 bilhão, na 5ª emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 200 milhões, na 4ª emissão de notas promissórias da CPM Braxis S.A., no valor de R\$ 90 milhões, na 1ª emissão de letras financeiras do Banco PSA Finance Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões, na 2ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$ 76 milhões, na 1ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS, no valor de R\$ 30 milhões, na 1ª emissão de debêntures da EDP – Energias do Brasil S.A., no valor de R\$ 450 milhões, e na 1ª emissão de debêntures da OGX Petróleo e Gás S.A., no valor de R\$ 2.025 milhões e na 4ª emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$ 1.100 milhões.

## RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

À exceção dos relacionamentos descritos abaixo, não há nenhum outro relacionamento relevante entre a Emissora e os Coordenadores e seus conglomerados econômicos, nos termos do item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400.

### Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico mantém relações comerciais com a Emissora e/ou suas controladas por meio das seguintes transações:

Modalidade	Valor (R\$)	Data da Contratação	Vencimento	Remuneração
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	42.685.491,00	N/A*	até 21/08/2013	103% do CDI
Depósitos à Vista	247.451,00	N/A*	Indeterminado	-
Debêntures da 1ª Emissão da Emissora	306.835.182,00	18/01/2011	18/01/2013	116,5% do CDI
Conta Garantida Bradesco	-	20/06/2012	17/12/2012**	CDI + 0,2% a.m.

\*Data de contratação não aplicável por se tratar de operações rotineiras mantidas com a Emissora e/ou suas controladas.

\*\*Renovação a cada 6 (seis) meses.

Adicionalmente, o Coordenador Líder participou, na qualidade de coordenador, da distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 40 debêntures da 1ª emissão da Emissora, emitidas em 18 de janeiro de 2011, em série única, com valor nominal unitário de R\$10,0 milhões cada, perfazendo o montante de R\$400,0 milhões, e com vencimento em 18 de janeiro de 2013, com garantia de (i) penhor de 100% das ações de emissão da Emissora; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, ambas compartilhadas com o BNDES. Sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário incide uma remuneração equivalente a 116,50% das variações das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI. A remuneração total do Coordenador Líder com relação a tais debêntures da 1ª emissão da Emissora, devida a título de comissionamento, foi equivalente a aproximadamente R\$995 mil, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas debêntures. O Coordenador Líder, na qualidade de coordenador, não fez jus a quaisquer outros pagamentos além dos valores recebidos a título de comissionamento. Em decorrência do exercício da garantia firme prestada pelo Coordenador Líder no âmbito da oferta, o Banco Bradesco S.A. subscreveu 300 debêntures da 1ª emissão da Emissora.

Além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não mantém, e não manteve, nos últimos 12 meses que antecedem a data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico em operações de financiamento e/ou reestruturações societárias do grupo econômico da Emissora. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou com direito a voto de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

#### **Relacionamento entre a Emissora e o Votorantim**

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Votorantim e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico mantém relações comerciais com a Emissora e/ou suas controladas, por meio das seguintes fianças bancárias contratadas para garantir as obrigações contraídas nos seguintes contratos celebrados com o BNDES:

<b>Contrato</b>	<b>Data de Início do Contrato</b>	<b>Data de Vencimento do contrato</b>	<b>Valor do Contrato (R\$)</b>	<b>Taxa de Juros do Contrato (% a.a.)</b>
10135011	09/02/2012	09/02/2013	7.738.565,37	1
10135012	09/02/2012	09/02/2013	9.400.040,04	1,25
10139661	04/05/2012	04/05/2013	15.599.959,96	1,25
10139636	04/05/2012	04/05/2013	12.662.407,43	1,20
10144512	02/08/2012	02/08/2013	2.337.592,57	1,20
10144515	02/08/2012	02/08/2013	33.579.668,26	1,50
10148548	08/11/2012	08/11/2013	14.825.529,53	1,50

Além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não mantém, e não manteve, nos últimos 12 meses que antecedem a data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o Votorantim e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico em operações de financiamento e/ou reestruturações societárias do grupo econômico da Emissora. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Votorantim concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Votorantim eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou com direito a voto de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Votorantim como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Votorantim ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Votorantim cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

## Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Emissora mantém relacionamento comercial com o Banco do Brasil S.A., acionista controlador do BB-BI, no qual possui ainda relacionamento com empresas integrantes do grupo econômico da Emissora, os quais consistem nas seguintes transações relacionadas à prestação de serviços bancários em geral:

Modalidade	Valor (R\$)	Data da Contratação	Vencimento	Remuneração
Conta Garantida	10.000.000,00	13/05/2011	25/01/2013	130,00% do CDI
Certificados de Depósito Bancário	90.000.000,00	24/08/2012	15/08/2012	100,30% do CDI
Garantias Internacionais	269.883.059,80	22/06/2012	27/06/2014	1,05% a.a.

Além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não mantém, e não manteve, nos últimos 12 meses que antecedem a data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o BB-BI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico em operações de financiamento e/ou reestruturações societárias do grupo econômico da Emissora. A Emissora poderá, no futuro, contratar o BB-BI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o BB-BI concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BB-BI eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou com direito a voto de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BB-BI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o BB-BI ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao BB-BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

## Relacionamento entre a Emissora e o HSBC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o HSBC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico mantém relações comerciais com a Emissora e/ou suas controladas por meio das seguintes transações:

<b>Modalidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Data de Início</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Remuneração</b>
Debêntures da 1ª Emissão da Emissora	R\$92.343.067,00	18/01/2011	18/01/2013	116,5% do DI
Debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.	R\$53.134.606,00	14/03/2012	14/03/2014	DI + 1,50%
Fiança à Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	R\$12.565.675,00	31/08/2012	06/09/2013	1,30% a.a.
Fiança à Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	R\$35.604.848,00	26/10/2012	08/11/2013	1,40% a.a.
Conta Integrada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.	R\$10.000.000,00	11/09/2012	12/11/2012*	CDI + 2,00% a.a.
CCB celebrada com a Concessionária do Litoral Norte S.A.	R\$2.601.351,00	05/04/2011	19/04/2016	CDI + 1,5% a.a.
CCB celebrada com a Concessionária do Litoral Norte S.A.	R\$13.439.863,00	16/05/2011	19/04/2016	CDI + 1,5% a.a.

\*Com renovação automática a cada 60 (sessenta) meses.

Adicionalmente, o HSBC participou, na qualidade de coordenador, da distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 40 debêntures da 1ª emissão da Emissora, emitidas em 18 de janeiro de 2011, em série única, com valor nominal unitário de R\$10,0 milhões cada, perfazendo o montante de R\$400,0 milhões, e com vencimento em 18 de janeiro de 2013, com garantia de (i) penhor de 100% das ações de emissão da Emissora; e (ii) cessão fiduciária de todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, ambas compartilhadas com o BNDES. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª emissão da Emissora incide uma remuneração equivalente a 116,50% das variações das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI. A remuneração total do HSBC com relação a tais debêntures da 1ª emissão da Emissora, devida a título de comissionamento, foi equivalente a aproximadamente R\$330 mil, tendo essa remuneração sido integralmente paga à época da subscrição e integralização das respectivas debêntures. O HSBC, na qualidade de coordenador, não fez jus a quaisquer outros pagamentos além dos valores recebidos a título de comissionamento. Em decorrência do exercício da garantia firme prestada pelo HSBC no âmbito da oferta, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo subscreveu 10 (dez) debêntures da 1ª emissão da Emissora, tendo revendido parte desses títulos no mercado secundário, e atualmente possui 9 (nove) debêntures.

Além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora não mantém, e não manteve, nos últimos 12 meses que antecedem a data deste Prospecto, qualquer outro relacionamento com o HSBC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico em operações de financiamento e/ou reestruturações societárias do grupo econômico da Emissora. A Emissora poderá, no futuro, contratar o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o HSBC concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.



Sociedades integrantes do grupo econômico do HSBC eventualmente possuem ações e/ou possuem títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou com direito a voto de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do HSBC como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o HSBC ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico. Para informações a respeito das operações vinculadas à Oferta que envolvam o HSBC, veja seção “Operações Vinculadas à Oferta” deste Prospecto.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

## **OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA**

### **Coordenador Líder**

Na data deste Prospecto não há operações vinculadas à presente Oferta com o Coordenador Líder.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o Coordenador Líder e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, deste Prospecto.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores” deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder.

### **Votorantim**

Na data deste Prospecto não há operações vinculadas à presente Oferta com o Votorantim.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Votorantim como instituição intermediária da Oferta.

Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o Votorantim e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, deste Prospecto.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores” deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Votorantim.

### **BB-BI**

Na data deste Prospecto não há operações vinculadas à presente Oferta com o BB-BI.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB-BI como instituição intermediária da Oferta.

Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o BB-BI e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, deste Prospecto.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures — Remuneração dos Coordenadores” deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao BB-BI.

## **HSBC**

Na data deste Prospecto não há operações vinculadas à presente Oferta com o HSBC.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do HSBC como instituição intermediária da Oferta.

Para mais informações acerca do relacionamento da Emissora com o HSBC e/ou sociedade do seu conglomerado econômico, veja a seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, deste Prospecto.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Emissão, à Oferta e às Debêntures - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao HSBC, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos por nós obtidos quando da Emissão das Debêntures serão de aproximadamente R\$686,1 milhões, descontados os valores decorrentes do custo de distribuição, conforme detalhado na tabela do item “Demonstrativo do Custo de Distribuição”, na seção “Características Da Oferta”.

Os recursos necessários para atingirmos os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação de outras fontes de financiamentos adicionais e do fluxo de caixa decorrente das nossas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta se baseia em nossas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, ao nosso exclusivo critério.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre a nossa capitalização total encontra-se na seção “Capitalização” deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos obtidos com a oferta da seguinte forma:

- 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento), para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora (“Primeira Emissão”), cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, era de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais). As debêntures da Primeira Emissão possuem valor unitário nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e possuem remuneração equivalente a 116,5% (cento e dezesseis vírgula cinco por cento) da variação das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“taxa DI” e “Remuneração”, respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes pelo valor nominal unitário, desde a data de emissão (10 de janeiro de 2011), até a data de seu efetivo pagamento. A totalidade dos recursos líquidos obtidos com as debêntures da Primeira Emissão foi utilizada para o pagamento do principal e juros da totalidade das notas promissórias decorrentes da Quarta Emissão de Notas Promissórias da nossa emissão, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos) milhões de reais e juros equivalente a 111% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)). O resgate antecipado da Primeira Emissão foi considerado, pelo Ministério dos Transportes, projeto de investimento prioritário na área de infraestrutura, nos termos da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012 e nos termos da Lei 12.431.
- 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) para viabilização e implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura, considerado prioritário nos termos da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, do Ministério dos Transportes, e nos termos da Lei 12.431, consistente na execução das funções operacionais de conservação e de ampliação do Corredor Raposos Tavares, constituído pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, de acordo com o edital nº 004/2008 da Agência de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e Termo de Contrato de Concessão Rodoviária Nº 002/ARTESP/2009, de 16/03/09.

Referido projeto tem por objeto (i) a duplicação da rodovia e implantação de dispositivos de segurança e entroncamento, (ii) construção do CCO (Centro de Controle Operacional) e dos SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário), (iii) melhoria de Obras de Arte Especiais (viadutos e pontes); (iv) implantação de Call-Box (telefones de emergência ao longo da rodovia); (v) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre e (vi) tratamento de Passivos Ambientais (Erosões). As obras já se iniciaram e têm previsão para término em 2016.

O valor estimado de gastos até 2016 para a consecução do projeto é de R\$ 904 milhões, sendo que, desse montante, aproximadamente 34,0% (R\$307 milhões) dos recursos será obtido com a Oferta, aproximadamente 48,3% (R\$ 437 milhões) virá do financiamento realizado com o BNDES, e o restante de , aproximadamente, 17,7% (R\$ 160 milhões) advirão do nosso capital próprio, decorrente de receita operacional, e também de aportes a serem realizados pelo nosso Acionista Controlador.

Muito embora o Ministério dos Transportes, por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, tenha aprovado o enquadramento da totalidade da Emissão, apenas as Debêntures da Primeira Série foram emitidas na forma da Lei 12.431.

Sendo assim, a Emissora pretende utilizar os recursos líquidos a serem auferidos na Emissão da seguinte forma:

<b>Destinação</b>	<b>Porcentagem Aproximada</b>	<b>Valor Aproximado (em R\$)</b>
Resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão	55,2%	R\$378.740.871,00
Viabilização da implementação de projeto de investimento na área de Infraestrutura	44,8%	R\$307.383.895,00
	<b>100%</b>	<b>686.124.766,00</b>

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, o total do patrimônio líquido e a capitalização total e conforme ajustado em 30 de setembro de 2012, e de modo a refletir o recebimento de aproximadamente R\$686,1 milhões provenientes da emissão de 750.000 Debêntures no âmbito da Emissão, após deduzidas as comissões e despesas estimadas da Emissão a serem pagas pela Emissora e o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ª Emissão, cujo saldo, em 30 de setembro de 2012, era de R\$407,0 milhões.

<i>(em milhares de reais)</i>	Em 30 de setembro de 2012	
	Efetivo	Ajustado <sup>(2)</sup>
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	45.203	45.203
Debêntures de curto prazo	407.007	-
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	484.430	484.430
Debêntures de longo prazo	-	686.125
<b>Total do Endividamento</b>	<b>936.640</b>	<b>1.215.758</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>582.443</b>	<b>582.443</b>
<b>Capitalização Total <sup>(1)</sup></b>	<b>1.519.083</b>	<b>1.798.201</b>

<sup>(1)</sup> Capitalização total corresponde à soma total de endividamento e do total do patrimônio líquido.

<sup>(2)</sup> Ajustado para refletir a colocação das Debêntures e o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª Emissão no montante de R\$ 407,0 milhões em 30 de setembro de 2012.

Os dados acima devem ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência da Emissora anexo a este Prospecto e disponível no *website* da Emissora.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e Informações Trimestrais anexas a este Prospecto e respectivas notas explicativas.

As demonstrações e informações financeiras e as respectivas notas explicativas poderão ser obtidas na CVM ou na sede da Emissora, nos endereços indicados na seção “Informações Cadastrais”, neste Prospecto.

## **ANEXOS**

---

- ANEXO A** - Escritura de Emissão das Debêntures e Primeiro Aditamento
- ANEXO B** - Ato Societário da Emissora Relativo à Emissão
- ANEXO C** - Súmula de Classificação de Risco
- ANEXO D** - Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder
- ANEXO E** - Demonstrações Financeiras Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes
- ANEXO F** - Formulário de Informações Trimestrais - ITR Relativo ao Trimestre Findo em 30 de setembro de 2012
- ANEXO G** - Estatuto Social da Emissora
- ANEXO H** - Contrato de Penhor de Ações
- ANEXO I** - Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
- ANEXO J** - Contrato de Compartilhamento de Garantias
- ANEXO K** - Primeiro Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias
- ANEXO L** - Contrato de Administração de Contas
- ANEXO M** - Carta de Avaliação do Valor Econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. elaborada pela APSIS - Consultoria Empresarial Ltda.
- ANEXO N** - Formulário de Referência

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ANEXO A**

---

### Escritura de Emissão das Debêntures e Primeiro Aditamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

entre

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.  
*como Emissora*

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de  
9 de novembro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

(i) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora");

(ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP: 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins da presente Escritura de Emissão, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais e dias em que não haja expediente bancário Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

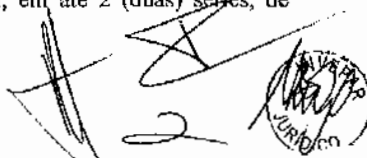
#### CLÁUSULA I. AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2012 ("AGE"), que aprovou os termos e condições da presente emissão de Debêntures e da Oferta (conforme abaixo definidos), nos termos do artigo 59 e seu parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Por meio da AGE a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão, dentre os quais o aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

#### CLÁUSULA II. REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, a ser convolada em espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries, de

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "JURADO" and some illegible text.

emissão da Emissora ("Emissão"), para distribuição pública; pela Emissora ("Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS**

2.1.1. A Oferta será devidamente registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

**2.2. ANÁLISE PRÉVIA PELA ANBIMA E PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE REGISTRO**

2.2.1. O registro da Emissão será requerido por meio do Convênio CVM-ANBIMA, sendo a Emissão objeto de análise prévia pela ANBIMA, para a elaboração de parecer técnico, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", datado de 9 de junho de 2010 ("Código ANBIMA de Atividades Conveniadas") e do Convênio CVM-ANBIMA, conforme vigentes nesta data, e, posteriormente, da CVM, para a concessão do registro.

**2.3. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2.3.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", edição regional, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

**2.4. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E SEUS ADITAMENTOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

**2.5. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO**

2.5.1. As Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente:

- (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespa Fix ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

**CLÁUSULA III**  
**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**  
**COMUNS ÀS DUAS SÉRIES**

**3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social exclusivamente a exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão (conforme abaixo definido).

**3.2. NÚMERO DA EMISSÃO**

3.2.1. A presente Escritura de Emissão contempla a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

**3.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO**

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.10 abaixo.

**3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES**

3.4.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, de mesmas características, exceto com relação ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) e da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), nos termos e condições previstos na Cláusula V, e pela possibilidade de fixação de taxas distintas, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* (abaixo definido). Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente, e em conjunto "Debêntures") serão definidas em comum acordo entre a Emissora, o Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC"), o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e o BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"); e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o HSBC e com o Votorantim, "Coordenadores"), que atuarão na qualidade de coordenadores da Oferta, em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos da Cláusula 3.8 abaixo, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"). O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes, concedido por meio da Portaria nº 246, de 26 de outubro de 2012, do Ministério dos Transportes, não significa que parte ou toda a Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"). Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4.2. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não será aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.

**3.6. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma: (i) 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) para viabilização e implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura, e (ii) 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento) para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com



Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("Primeira Emissão"), cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, será de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais).

### 3.7. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, no valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), nos termos e proporções indicados no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. As Debêntures serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo da Emissora, com informações sobre a Emissora e sobre a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 ("Prospecto Preliminar", "Prospecto Definitivo" e, conjuntamente, "Prospectos") e do Formulário de Referência (conforme abaixo definido), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.7.3. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e/ou no exterior, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

3.7.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.7.5. Não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures.

3.7.6. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) o registro para distribuição e negociação das Debêntures no ambiente da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso; (c) a publicação do anúncio de início de distribuição; e (d) a disponibilização aos investidores do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência" e "Instrução CVM 480", respectivamente), e do Prospecto Definitivo, e, se for o caso, versão atualizada do Formulário de Referência. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até no período máximo de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início da distribuição ("Prazo de Distribuição").



### 3.8. PROCEDIMENTO DE BOOKBUILDING (COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO)

3.8.1. Os Coordenadores organizarão Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará a taxa aplicável às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como o número de séries e a quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE.

3.8.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.8.2.1. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como fornecedor(es) de mercado da Emissão, conforme descrição acerta do direito de subscrição, conforme detalhado nos Prospectos.

### 3.9. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.9.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº. – Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e/ou o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

### 3.10. DATA DE EMISSÃO

3.10.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

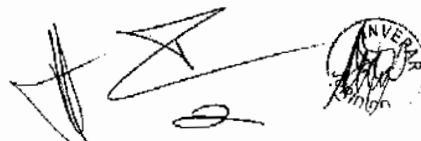
### 3.11. CONVERSIBILIDADE

3.11.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 3.12. ESPÉCIE

3.12.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional real, a ser convolada em garantia real, a ser constituída nos termos e prazos previstos na Cláusula 3.14 abaixo.

3.12.2. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real na data em que ocorrerem (i) o resgate antecipado total e a liquidação integral do saldo remanescente das debêntures da Primeira Emissão e (ii) a liberação das garantias constituídas em favor dos debenturistas da



Primeira Emissão, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário da ocorrência dos eventos previstos nos itens (i) e (ii). O Agente Fiduciário deverá confirmar aos Debenturistas que as debêntures da Primeira Emissão foram integralmente liquidadas, por meio de divulgação de comunicado em sua página na Internet ([www.pentagontrustec.com.br](http://www.pentagontrustec.com.br)).

3.12.3. Para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 3.13.1 acima, a Emissora, neste ato, nomeia o Banco Mandatário seu procurador, nos termos de seus atos constitutivos, de maneira irrevogável e irrevogável, na forma dos artigos 683 e seguintes do Código Civil, investido de poderes especiais, única e exclusivamente para, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do depósito, pelos Coordenadores dos valores necessários à quitação integral das debêntures da Primeira Emissão, transferir e/ou debitar em conta corrente de titularidade da Emissora, referidos valores, sendo que este mandato deverá permanecer válido e eficaz até a integral quitação das obrigações decorrentes das debêntures da Primeira Emissão.

3.12.4. Sem prejuízo do disposto nos itens acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, aos Debenturistas, da confirmação a que se refere a Cláusula 3.13.1 acima pelo Agente Fiduciário, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a convalidação da espécie das Debêntures de "quirografia" para "com garantia real".

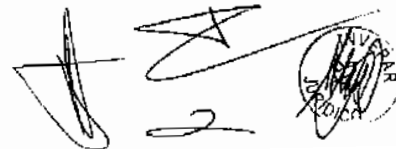
### 3.13. FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE

3.13.1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND, e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

### 3.14. GARANTIAS

3.14.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.14.2 abaixo:

(i) penhor sobre todas as ações que a Acionista atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, ("Ações Empenhadas"), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Acionista ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da Acionista, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Emissora que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade da Acionista; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre a Acionista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES" ou "Instituição Financeira"), o Agente Fiduciário, com a intervenção da Emissora ("Contrato de Penhor");

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "BANCO MANDATÁRIO" and "Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social".

(ii) cessão fiduciária:

(x) de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 ("Contrato de Concessão"), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("Edital"), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios"), os quais deverão ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no item (iii) abaixo, e

(y) de conta corrente de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de Banco Depositário, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas referido no item (iii) abaixo ("Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures"). A Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures receberá depósitos mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor referente à próxima parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizada da Data de Amortização (conforme abaixo definida) imediatamente subsequente e dos próximos Juros Remuneratórios devidos, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);

(iii) cessão fiduciária da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("Conta Centralizadora"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Contrato de Administração de Contas"), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos valores relativos aos Direitos Creditórios mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os "Contratos de Garantias", sendo todas as garantias constituídas pelos Contratos de Garantias doravante denominadas, conjuntamente, "Garantias").

3.14.2. O Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Penhor, o Contrato de Administração de Contas e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo) devem ser assinados até a Data da Emissão.

3.14.2.1. A formalização e constituição das garantias a serem criadas, nos termos da Cláusula 3.14.1 acima, (i) pelo Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e pelo Contrato de Penhor ("Garantias Compartilhadas"), (ii) pelo Contrato de Administração de Contas, exceto com relação à Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures, e (iii) pelo Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo) estão condicionadas ao quanto segue, como condição suspensiva para sua validade e eficácia ("Condição Suspensiva"):



(i) como condição exclusivamente à constituição da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios e do penhor sobre as Ações Empenhadas, a prévia liberação (x) da cessão fiduciária da parcela dos Direitos Creditórios decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, constituída em favor das Debêntures da Primeira Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, e (y) do penhor sobre as ações detidas pela Invepar no capital social da Emissora, constituído nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado em 10 de fevereiro de 2011 entre a Emissora, a Invepar, a Construtora OAS Ltda., o BNDES e a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., como agente fiduciário da Primeira Emissão, respectivamente, devendo tal liberação ser comprovada mediante apresentação, ao Agente Fiduciário e à Instituição Financeira, dos registros dos respectivos distratos aos referidos Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Penhor de Ações relativos à Primeira Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(ii) em relação à cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, da Conta Centralizadora, bem como ao penhor das Ações Empenhadas, a aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1.1 (d) e (e) e 18.4.1 do Edital;

(iii) a comprovação de registro dos Contratos de Garantias e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o caso, de acordo com a localização da sede social dos signatários dos referidos contratos; e

(iv) a averbação do penhor sobre as Ações Empenhadas nos livros da Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente escriturador das Ações Empenhadas, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos aos acionistas, nos termos do Contrato de Penhor.

3.14.3. A verificação, pelo Agente Fiduciário, dos eventos relacionados na Cláusula 3.14.2.1 acima, necessários à plena eficácia dos Contratos de Garantias, deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis contados da data de integralização das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar, à Emissora, informações ou cópia dos documentos indicados acima conforme venha a ser necessário para a verificação das Garantias. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, e consequente satisfação da Condição Suspensiva, as Garantias passarão a ser válidas e eficazes.

3.14.4. As Garantias Compartilhadas serão compartilhadas, de forma "pari passu" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, e (ii) ao BNDES, na qualidade de credor do contrato de financiamento de longo prazo, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) celebrado entre a Emissora e o BNDES em 10 de fevereiro de 2011 ("Contrato de Financiamento").

3.14.5. Além das Garantias Compartilhadas, o Contrato de Financiamento possui, na data desta Escritura, as seguintes garantias adicionais ("Garantias Adicionais do BNDES"): (i) cessão fiduciária de conta-reserva; e (ii) participação da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR ("Invepar" ou "Acionista") como devedora solidária das obrigações assumidas pela Emissora limitada ao montante de R\$471.323.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais). As Garantias Adicionais do BNDES não fazem parte das Garantias Compartilhadas.

3.14.6. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a

averbação dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça no prazo estabelecido no item 3.14.3.1, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil. Nesta hipótese, todos os custos decorrentes da averbação deverão ser arcados pela Emissora.

3.14.7. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Penhor, no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, no Contrato de Administração de Contas e no Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias").

### 3.15. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

3.15.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

### 3.16. LOCAL DE PAGAMENTO

3.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão e observado o disposto na Cláusula 3.17.1 abaixo, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Agente Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA ("Local de Pagamento").

### 3.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

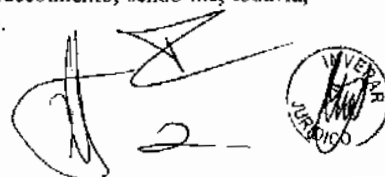
3.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### 3.18. ENCARGOS MORATÓRIOS

3.18.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI desta Escritura de Emissão, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação pecuniária respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

### 3.19. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

3.19.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



### 3.20. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

3.20.1. As Debêntures de cada uma das séries serão ~~subscritas e integralizadas~~ no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, ~~calculada pro-rata temporis~~, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se para tanto 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, ("Preço de Subscrição").

### 3.21. PRAZO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

3.21.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Distribuição, conforme definido no Contrato de Distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

### 3.22. REPACTUAÇÃO

3.22.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

### 3.23. PUBLICIDADE

3.23.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ("Avisos aos Debenturistas"), e publicados no jornal "Valor Econômico", considerando que aqueles exigidos pela Lei das Sociedades por Ações serão feitos também no DOESP, sendo que o aviso ao mercado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, o anúncio de início de distribuição e o anúncio de encerramento de distribuição também serão publicados no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)). As referidas publicações deverão ser encaminhadas ao Agente Fiduciário e à CETIP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

### 3.24. LIQUIDEZ

3.24.1. Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão no prazo de pelo menos 12 (doze) meses a partir da Data de Liquidação.

### 3.25. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

3.25.1. As Debêntures da Primeira Série gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, por destinarem-se a financiamento de projeto de investimento na área de infraestrutura relacionado à execução de funções operacionais de conservação e ampliação do Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, de acordo com o Edital e nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito da Segunda Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

3.25.2. As Debêntures da Segunda Série não gozam de tratamento tributário diferenciado.

3.25.3. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (além do tratamento tributário previsto na Cláusula 3.25.1 acima, no caso das Debêntures da Primeira Série), este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o

Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

### 3.27. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

3.27.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### 3.28. DIREITO DE PREFERÊNCIA

3.28.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### 3.29. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

3.29.1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Moody's América Latina ("Agência de Classificação de Risco"), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências Standard & Poor's ou Fitch Ratings, a critério da Emissora, sem a necessidade de aditamento e/ou aprovação pelos titulares das Debêntures.

## CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

### 4.1. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

4.1.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures"). Na Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. As Debêntures serão liquidadas pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.1.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa, o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização, conforme abaixo definido.

### 4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

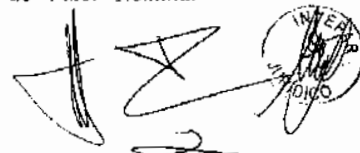
#### 4.2.1. Atualização Monetária:

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

$VNa$  = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal





Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o "NI<sub>k</sub>" corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

O fator resultante da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.



Se até a data de aniversário, o NI<sub>k</sub> não houver sido divulgado, deverá ser utilizada em substituição a NI<sub>k</sub> na apuração do Fator "C" um número- índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (Número Índice- Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

- Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2(duas) casas decimais, com arredondamento;
- NI<sub>kp</sub>
- C = Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) O Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) O número- índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizadas considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.3 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data

de Pagamento dos Juros Remuneratórios (abaixo definida), conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA das Debêntures será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida nesta Cláusula IV, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula X abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva a ser utilizada nesta hipótese, a Emissora será obrigada a efetuar o procedimento descrito na Cláusula 4.2.1.4 (i) acima.

#### 4.2.2. Remuneração:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima de 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Máxima"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

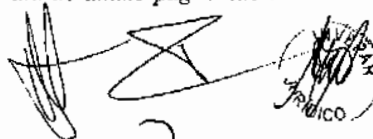
$J$  = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;  
 $VNa$  = Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
 $FatorJuros$  = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

Onde:

$taxa$  = taxa a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, conforme disposto na Cláusula 4.2.2.1 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;

$DP$  = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de



juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

#### 4.3. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DAS DEBÊNTURES

4.3.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

#### 4.4. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"), ou seja, em 15 de dezembro de 2015, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Datas da Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15 de dezembro de 2015	1,00%
15 de dezembro de 2016	1,00%
15 de dezembro de 2017	2,00%
15 de dezembro de 2018	2,00%
15 de dezembro de 2019	2,00%
15 de dezembro de 2020	5,00%
15 de dezembro de 2021	12,00%
15 de dezembro de 2022	20,00%
15 de dezembro de 2023	25,00%
15 de dezembro de 2024	30,00%

4.4.1.1 As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas conforme disposto na Cláusula 4.2.1 acima.

### CLÁUSULA V.

#### RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

##### 5.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA PARCIAL

5.1.1. As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido).

5.1.2. A Emissora poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série").

5.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser



amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série"), com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série").

5.1.3.1. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; e (c) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série.

5.1.3.2. As Debêntures da Segunda Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série serão obrigatoriamente canceladas.

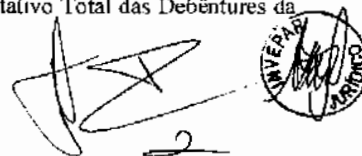
5.1.4. As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, **hipótese na qual observar-se-ão os procedimentos previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série** (abaixo definido).

5.1.5. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série será limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável) e que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação ("Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série").

5.1.6. A Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série somente poderá ocorrer a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, exclusiva, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série") com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série").

5.1.7. O Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, ambos abaixo definidos, a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série", respectivamente):

- (A) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, até a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- (B) soma (a) do valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série; e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da



Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B (conforme definida abaixo); e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

$$B = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VN_{ek}}{FVP_k} \times Cresgate \right)$$

Onde:

$VN_{ek}$  = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures da Segunda Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido dos Juros Remuneratórios, definidos após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*;

$N$  = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo  $n$  um número inteiro;

$Cresgate$  = Fator da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso;

$FVP_k$  = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTN-B) \times (1 + 0,005)]^{(nk/252)}$$

$NTN-B$  = a média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B ("NTN-B") com número do registro ISIN BRSTNCNTB096 e com vencimento em 15 de agosto de 2024, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; e

$nk$  = número de dias úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, exclusive, e a Data de Amortização da Segunda Série programada de cada parcela "k" vincenda inclusive.

5.1.8. Ao valor apurado na Cláusula 5.1.7 acima, será acrescida a Remuneração acumulada, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

5.1.9. Caso a NTN-B citada no item (B) acima deixe de existir ou tenha seu vencimento verificado anteriormente ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou à Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série em questão, a mesma será substituída por outra NTN-B que tiver o prazo de vencimento mais próximo ao prazo remanescente para o vencimento das Debêntures.

5.1.10. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série à época da amortização; (c) o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série.

5.1.11. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série custodiadas na BM&FBOVESPA, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA. No caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série não custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, o pagamento das referidas Debêntures da Segunda Série será realizado mediante depósito em contas-corrente indicadas pelos Debenturistas, a ser realizado pelo Banco Mandatário e Agente Escriurador.

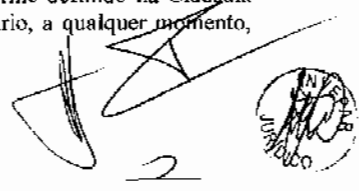
5.1.11.1. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, por meio de envio de correspondência neste sentido.

5.1.12. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.1.13. Na hipótese de cancelamento das Debêntures da Segunda Série, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

## 5.2. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.2.1. Observado o disposto abaixo, as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.3 abaixo, poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento,

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "N.º 1234" and "10/2020".



após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa").

5.2.2. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula 5.2 poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA VI. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nos itens 6.2, 6.3 e 6.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, quando aplicáveis, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

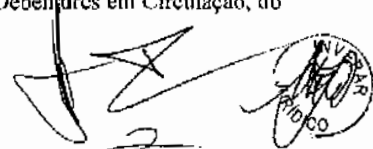
- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e ao pagamento do principal das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura de Emissão que não aquelas referidas no item "(i)" acima, não sanada dentro do prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento;
- (iii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (iv) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento relativo à Emissão, provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (v) não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias;
- (vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que: (a) acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo visando a rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; (b) afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; ou (c) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90

(noventa) dias com relação aos itens (a) a (c) desta alínea (vi);

- (vii) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (viii) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional"), em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; e (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (ix) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal cisão, fusão ou incorporação se der dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que a Invepar permaneça como seu acionista controlador, seja direta ou indiretamente;
- (x) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Invepar;
- (xi) se houver qualquer alienação de participação societária da Invepar na Emissora, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pela qual a Invepar deixe de ser o acionista controlador, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, da Emissora;
- (xii) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de (a) sustação, (b) cancelamento, (c) suspensão dos efeitos, (d) pagamento, (e) que referido protesto foi indevidamente efetuado, (f) que referido protesto decorreu de erro ou má-fé de terceiros, (g) que foram prestadas garantias em juízo no prazo legal e aceitas pelo juízo competente, ou (h) que foram tomadas todas as medidas cabíveis com relação aos itens (a) a (g) acima, não for apresentada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (xiii) não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xiv) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (xv) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) tiver sua falência decretada e/ou requerida por qualquer terceiro, desde que nesta última hipótese, referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável;



- (xvi) se a Emissora solicitar a reestruturação de parte substancial de suas dívidas que venha a afetar adversamente e de forma substancial a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto em caso de prévia anuência dos Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xvii) transformação do tipo societário da Emissora;
- (xviii) caso a Emissora venha a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada ou tiver cancelado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xix) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- (xx) caso, nos termos e prazo estabelecidos na Cláusula 3.14.3.1 acima, (a) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não sejam devidamente celebrados pelas respectivas partes; (b) os Contratos de Garantia e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento não estejam devidamente registrados; (c) a concessão das Garantias previstas na Cláusula 3.14 desta Escritura de Emissão não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP;
- (xxi) não manutenção de classificação de risco atribuída às Debêntures igual ou superior a A-, ou equivalente, por, ao menos, 1 (uma) Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora;
- (xxii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ou financiamentos pela Emissora, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Emissora esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" abaixo, observado que, para fins deste item (xxii), a Emissora obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Emissora;
- (xxiii) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.14 desta Escritura de Emissão (a) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Invepar ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia, e tal questionamento não seja revertido no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; (b) sejam anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente e tal suspensão não seja elidida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal rescisão não seja revertida no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (xxiv) o não pagamento na data de vencimento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), excetuando-se os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Financiamento;
- (xxv) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, do



BNDES e da ARTESP;

- (xxvi) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento;
- (xxvii) não observância pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), observadas as disposições referentes aos Aportes de Capital previstas na Cláusula VIII abaixo.

(i) de Índice de Patrimônio Líquido/Ativo Total ("Índice de PL/Ativo") superior a 20% (vinte por cento), a ser apurado anualmente, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, observado que em caso de descumprimento do Índice de PL/Ativo só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 6.1.3 abaixo; e

(ii) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, observado que em caso de descumprimento do ICSD só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 6.1.2 abaixo;

- (xxviii) celebração, pela Emissora, de quaisquer contratos financeiros, contratação de novas dívidas ou tomada de empréstimos de qualquer natureza não existentes na Data de Emissão, exceto (i) aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja inferior a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento e que tenham sido previamente aprovados por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou (ii) em caso de mútuos celebrados com sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico ou societário da Emissora, em condições de mercado, limitados a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto da Emissora nos 12 (doze) meses que antecederem a contratação do referido endividamento;
- (xxix) concessão, pela Emissora, de mútuo de qualquer natureza a quaisquer sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ou societário; e
- (xxx) não realização de Aportes de Capital pela Acionista na Emissora, nos termos, condições e prazos previstos na Cláusula VIII abaixo, no montante total de R\$248 milhões, desde a Data da Emissão até 31 de dezembro de 2016, salvo se a Emissora não precisar de referidos Aportes de Capital para cumprir as obrigações previstas no Contrato de Concessão.

6.1.1. Para fins do disposto no subitem "(xxvii)" acima, entende-se por:

(i) ICSD = EBITDA ajustado/(Amortizações + Juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

(ii) EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aportes de capital). O EBITDA ajustado anual deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses e deverá ser adicionado ao saldo de caixa operacional e de aplicações financeiras apurado no final do período imediatamente anterior.

6.1.2. Caso o Índice de ICSD não atinja o mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da aferição do Índice de ICSD,

comunicação ao Agente Fiduciário de que implementará uma das seguintes medidas para que a Emissora restabeleça o ICSD mínimo de 1,2: (i) realização de aporte de capital na Emissora pela Acionista e/ou (ii) ingresso de recursos de terceiros na Emissora (a “Medida para Restabelecimento do Índice ICSD”).

6.1.3. A Medida para Restabelecimento do Índice ICSD deverá ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas, observados os termos da Cláusula X abaixo.

6.1.4. Uma vez aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas a Medida para Restabelecimento do índice ICSD, a Emissora deverá implementá-la em até 30 (trinta) dias contados da data de aprovação pela respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

6.1.5. Será declarado vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, caso: (i) a Emissora não apresente a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD; (ii) a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD seja rejeitada pela Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) a Medida para Restabelecimento do Índice ICSD, ainda que aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, não restabeleça o ICSD no prazo estipulado na Cláusula 6.1.4. acima.

6.1.6. Caso o Índice de PL/Ativo apurado em qualquer ano não atinja o mínimo de 20% (vinte por cento), a Emissora deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos do prazo estipulado para aferição do Índice de PL/Ativo, comunicação ao Agente Fiduciário de que tomará as medidas necessárias para o reestabelecimento do Índice de PL/Ativo, seja por meio da efetivação de aporte de recursos na Emissora, de aumento de capital, de adiantamento para futuro aumento de capital ou de qualquer outro ato que garanta o reestabelecimento do referido índice (a “Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo”). Uma vez apresentada a Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo, a Emissora deverá implementar as medidas descritas na Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo de modo a restabelecer o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) em até 30 (trinta) dias corridos da data de verificação de seu descumprimento. Caso a Emissora não apresente a Comunicação de Medidas do Índice de PL/Ativo ou, uma vez apresentada não restabeleça o Índice de PL/Ativo mínimo de 20% (vinte por cento) no prazo estipulado acima, será declarado o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(i)”, “(ii)”, “(v)”, “(vi)”, “(vii)”, “(ix)”, “(x)”, “(xi)”, “(xii)”, “(xiii)”, “(xv)”, “(xvii)”, “(xviii)”, “(xix)”, “(xx)”, “(xxvi)” e “(xxix)”, da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, uma vez observado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Compartilhamento de Garantias, o Contrato de Penhor, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária de Conta.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens “(iii)”, “(iv)”, “(viii)”, “(xiv)”, “(xvi)”, “(xxi)”, “(xxii)”, “(xxiii)”, “(xxiv)”, “(xxv)”, “(xxvii)”, “(xxviii)”, e “(xxx)” da Cláusula 6.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão.

6.3.1 O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 6.3 acima.





6.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula X desta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não executar as Garantias.

6.5. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Caso (i) a Assembleia Geral de Debenturistas não seja instalada em segunda convocação; ou (ii) não haja aprovação do exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.4 acima, por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do valor devido, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula XII desta Escritura de Emissão, ou por aviso de recebimento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.18.1 acima. No caso do pagamento referente ao vencimento antecipado acontecer através da CETIP ou da BM&FBOVESPA, ambas deverão ser comunicadas com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

#### CLÁUSULA VII. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

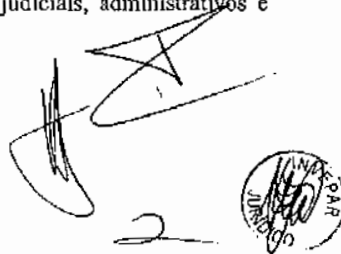
7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

7.1.1. Utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura de Emissão e nos Prospectos.

7.1.2. Envidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para a obtenção do enquadramento, total ou parcial, da Emissão, nos termos da Lei 12.431.

7.1.3. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento.

7.1.4. Notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora à obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte.



7.1.5. Notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura de Emissão, conforme previsto na Cláusula VI acima.

7.1.6. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, CETIP e BM&FBOVESPA, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.7. (a) Preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e (b) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro do prazo máximo legalmente estabelecido.

7.1.8. Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada com o BNDES nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura de Emissão.

7.1.10. Manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora.

7.1.11. Uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias desta Emissão.

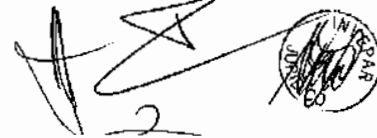
7.1.12. Cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que (i) estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora; ou (ii) não afetem a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

7.1.13. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial, previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.14. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.15. Notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato, que tenha conhecimento, que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

7.1.16. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto nas hipóteses em que a ausência de tais autorizações, aprovações, licenças ou consentimentos não afete a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e implementação da Concessão na fase em que se



encontrar, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações.

7.1.17. Manter válidas e regulares as licenças ambientais pertinentes às suas atividades e à implementação da Concessão na fase em que se encontrar, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures.

7.1.18. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa.

7.1.19. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco.

7.1.20. Efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.1.21. Enviar à CETIP e à BM&FBOVESPA, conforme aplicável, na data da primeira publicação de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas.

7.1.22. Contratar e manter contratada, enquanto as Debêntures não forem integralmente quitadas ou resgatadas, empresa de consultoria independente e de boa reputação e/ou bancos de investimento, ambos de primeira linha, nos termos do Contrato de Pônho, para realização do laudo de avaliação das Ações Empenhadas, que deverão ser entregues ao Agente Fiduciário até dia 30 de março de cada ano.

7.1.23. Adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros.

7.1.24. Manter vigentes as apólices de seguro contratadas em decorrência de disposição expressa no Contrato de Concessão, informando ao Agente Fiduciário as renovações e/ou alterações que eventualmente ocorram nas referidas apólices.

7.1.25. Convocar as Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão e que exijam a sua deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "AGENTE FIDUCIÁRIO" around the perimeter and "BANCO MANDATÁRIO" in the center. The signature is a stylized, cursive script.



7.1.26. Praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias ("Obrigações Garantidas"), obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e as Ações Empenhadas, nos termos do Contrato de Penhor, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Obrigações Garantidas.

7.1.27. (a) Observar o dever de sigilo e das vedações à negociação dispostas no artigo 48 da Instrução CVM 400, durante os prazos legais aplicáveis; e (b) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 358.

7.1.28. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.29. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.30. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência do fato pela Emissora, outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

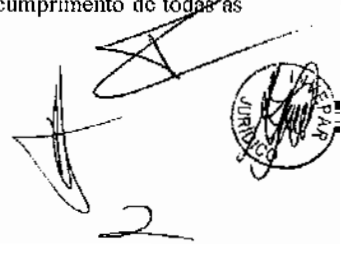
7.1.31. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.32. A Emissora compromete-se a, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que for verificada a situação prevista nesta Cláusula 7.1.32, notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **7.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:**

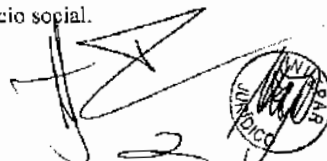
(i) Informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhada do relatório da administração e do relatório de auditoria; (b) relatório anual demonstrando a apuração, realizada pela Emissora, dos Índices Financeiros previstos na Cláusula 6.1 "(xxvii)" acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração ("Relatório Anual") e sua respectiva memória de cálculo, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;



- (iii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (iv) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- (v) Dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja justificadamente necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vi) Cópia do Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, ou normativo que venha a substituí-la no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data máxima prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (vii) Em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.23, acima;
- (viii) Avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ix) Informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, inclusive com relação aos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do conhecimento descumprimento;
- (x) Cópia de qualquer comunicação enviada pelo Poder Concedente à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou rescisão, ou resolução do Contrato de Concessão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (xi) Informações a respeito de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.6 acima;
- (xii) No prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando aos Direitos Creditórios, às Ações Empenhadas e às contas cedidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, respectivamente, de forma a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dos respectivos Contratos de Garantia; e
- (xiii) Vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais Aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis do seu arquivamento.

7.2.1. A Emissora obriga-se, desde já, a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.





**CLÁUSULA VIII**  
**EVENTO DE SUPORTE DE AÇIONISTA**

8.1. Mediante a ocorrência de qualquer Evento de Capitalização (conforme abaixo definido), a Emissora deverá solicitar à Acionista que realize um ou mais aportes de capital na Emissora, sendo cada aporte em montante equivalente ao Valor de Capitalização (conforme abaixo definido), por meio de: (i) aumento do capital social da Emissora, mediante a subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações representativas do capital social da Emissora ou, a exclusivo critério da Emissora; (ii) concessão de empréstimo à Emissora, na modalidade de mútuo concedido por qualquer empresa do grupo da Acionista com pagamento subordinado à dívida representada pelas Debêntures e pelo Contrato de Financiamento e em condições de remuneração de mercado ou, ainda (iii) uma combinação, em qualquer proporção, de ambas as operações descritas nos itens (i) e (ii) acima (sendo qualquer aporte realizado nos termos desta Cláusula VIII denominado "Aporte de Capital").

8.2. Para todos os fins desta Cláusula VIII, será considerado um "Evento de Capitalização" a não observância, pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros referidos na Cláusula 6.1 "(xxvii)" acima.

8.3. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.2 acima, o valor de qualquer Aporte de Capital (a seguir denominado "Valor de Capitalização") será aquele necessário para restabelecer o respectivo Índice Financeiro, conforme limites estabelecidos na Cláusula 6.1 "(xxvii)" acima.

8.4. A Emissora obriga-se a notificar a Acionista, com cópia para o Agente Fiduciário e ao BNDES, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Capitalização, devendo fazê-lo imediatamente após ter tomado conhecimento de tal ocorrência. A notificação prevista nesta Cláusula 8.4 deverá (i) informar qual o Evento de Capitalização ocorrido; (ii) indicar o montante dos recursos necessários para cobrir o Valor de Capitalização; e (iii) solicitar a realização de Aporte de Capital no prazo e nas condições previstas nas Cláusulas 8.5 e 8.6 abaixo.

8.5. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.4 acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização, a Emissora deverá, ainda, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do referido Evento de Capitalização, convocar uma assembleia geral de seus acionistas, ou reunião de seu conselho de administração, conforme o caso, a ser realizada no prazo legal, para que seja deliberada e aprovada a realização do Aporte de Capital respectivo, seja via aumento de capital social e/ou concessão de mútuo subordinado às Debêntures, sempre em montante suficiente para cobrir o Valor de Capitalização, sendo que a transferência de recursos da Acionista em favor da Emissora decorrente de qualquer Aporte de Capital deverá ser consumada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da referida assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso.

8.5.1. A Emissora compromete-se a praticar todos e quaisquer atos necessários para formalizar e dar efeito a toda e qualquer subscrição e integralização de aumento de capital e/ou contratação válida de mútuo subordinado, sempre de acordo com os termos do Aporte de Capital devido e em conformidade com o que for aprovado em assembleia geral de acionistas ou reunião do conselho de administração, conforme o caso, da Emissora.

CLÁUSULA IX.  
AGENTE FIDUCIÁRIO

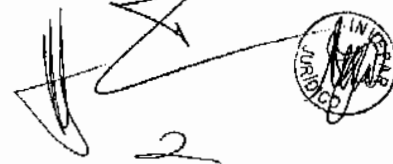
**9.1. NOMEAÇÃO**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, até a data desta Escritura de Emissão:

- (i) 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), com vencimento em 31 de maio de 2027, em que foram emitidas 386.722 (trezentas e oitenta e seis mil, setecentas e vinte e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$386.722.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento de tal operação. Na data da emissão, as debêntures da LAMSA foram garantidas por garantia fidejussória da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., cessão fiduciária equivalente a 40% (quarenta por cento) da totalidade de toda a receita, presente ou futura proveniente da exploração do pedágio, dos direitos creditórios da LAMSA sobre todos os valores depositados e a serem depositados, e alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de qualquer fundo de investimento objeto de investimentos permitidos, além de todos os rendimentos, valorizações, amortizações, resgates e todas as demais quantias que a LAMSA tenha direito, conforme previsão na respectiva escritura de emissão;
- (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔ"), com vencimento em 14 de março de 2014, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal operação. Na data da emissão, as debêntures da METRÔ não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão; e
- (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com vencimento em 20 de maio de 2013, em que foram emitidas 35 (trinta e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), não tendo sido verificado, até a presente data, qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento de tal emissão. Na data da emissão, as debêntures da CBN não possuíam garantias, conforme previsão na respectiva escritura de emissão.



## 9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil contado a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.2.2. As parcelas a serem pagas, nos termos da Cláusula 9.2.1 acima, serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.2.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.2.4. As parcelas mencionadas nas Cláusulas 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 acima, serão acrescidas dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.2.5. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem aos depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.2.6. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno pelo Agente Fiduciário, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.2.7. A remuneração do Agente Fiduciário prevista nesta Cláusula 9.2 deverá ser paga líquida das despesas descritas na Cláusula 9.2.5 acima, as quais serão arcadas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação.

9.2.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

## 9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JURÍDICO" and "FAR" (likely part of "FARF" or "FARFAR").

Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora ou aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, observado que (i) o novo agente fiduciário não poderá receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao novo agente fiduciário será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, este deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, na forma da Cláusula 2.4.1 desta Escritura de Emissão.

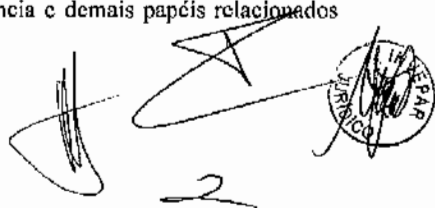
9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;





- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) examinar eventuais propostas de substituição dos bens dados em Garantia, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- (x) notificar a Emissora caso seja necessário eventual reforço das Garantias, na hipótese de deterioração ou depreciação dos bens dados em garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando julgar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleias Gerais de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos da lei;
- (xiv) comparecer às respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

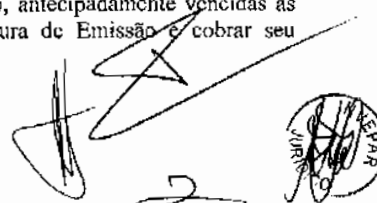
- e. resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- g. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- h. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i. relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures ;
- k. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (k.1) denominação da companhia ofertante;
  - (k.2) valor da emissão;
  - (k.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (k.4) espécie;
  - (k.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (k.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (k.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o subitem (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - a. sede da Emissora;
  - b. seu escritório;
  - c. CVM;
  - d. BM&FBOVESPA
  - e. CETIP; e
  - f. sede do Coordenador Líder.
- (xvii) Publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos a lei, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado no subitem (xi) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiii) acima;

- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e ao Agente Escriturador, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) sem prejuízo do disposto na Cláusula IX acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (xxi) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à Agência de Classificação de Risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;
- (xxii) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, após comunicação da Emissora neste sentido;
- (xxiii) disponibilizar, ao menos trimestralmente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores;
- (xxiv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série ou, na hipótese da Emissão ser realizada em série única, a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (xxvi) divulgar as informações referidas na alínea (j) do subitem (xii) desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

## 9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula IX desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the word "VIRE" at the top and "CO" at the bottom, with some illegible text in the center. The signature is a stylized, cursive script.

- (ii) executar as garantias reais constituídas em favor da Emissão, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (iii) requerer a falência da Emissora nos termos da legislação falimentar ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

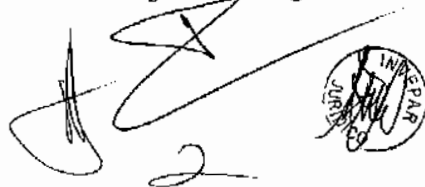
9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do artigo 12, inciso V da Instrução CVM 28.

## 9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, as quais devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado, em até 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.





9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

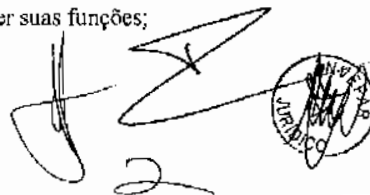
- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (v) despesas relacionadas à realização de *conference call* e contatos telefônicos.

9.6.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

## 9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "AGENTE FIDUCIÁRIO" around the perimeter and "CO" in the center. There is also a handwritten number "2" below the signature.

- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (xii) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (xiii) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (xiv) que assegurará tratamento equitativo aos Debenturistas e a todos os debenturistas das emissões descritas na Cláusula 9.1.3 acima.

#### **CLÁUSULA X. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

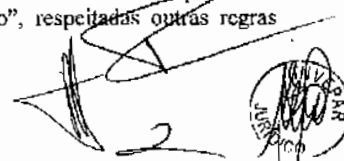
Às Assembleias Gerais de Debenturistas, aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **10.1. CONVOCAÇÃO**

10.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries caso possuam a mesma ordem do dia, observado sempre o disposto nas Cláusulas 10.5.1 e 10.5.2.

10.1.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada uma das séries ou 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da série única, conforme o caso, conforme abaixo definido, ou pela CVM.

10.1.3. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no jornal "Valor Econômico", respeitadas outras regras

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CVM" and "2" in the center. The signature is in dark ink and appears to be a stylized name.

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.4. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais das respectivas séries ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas das respectivas séries.

10.1.6. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de cada uma das séries, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) de cada uma das séries se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Primeira Série, a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries, nos termos da Cláusula 10.1.1 acima, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.2. Exclusivamente para fins da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3, o quorum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que, para fins de cálculo de quorum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.3. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 10.3. MESA DIRETORA

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

## 10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CAR" at the top and "CO" at the bottom, with some illegible text in the center. The signature is a stylized, cursive script.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum mencionado na Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (d) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (e) qualquer alteração aos termos da Cláusula X, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.5. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

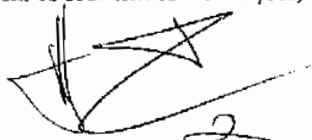
10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

10.5.4. Não será admitida nas Assembleias Gerais de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação dos devidos documentos de representação e identificação.

### CLÁUSULA XI. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e estará, na data de sua assinatura, devidamente autorizada a celebrar os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, observado o disposto na Cláusula 3.14.3;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão, bem como a colocação das Debêntures não infringem e, a celebração dos Contratos de Garantia, este também com relação à Acionista, não infringirão qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Acionista sejam parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data ou daqueles previstos nos Contratos de Garantia; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem e, uma vez celebrados, os Contratos de Garantia e as obrigações neles previstos constituirão, obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com





força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (iv) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (v) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto: (a) com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade; e/ou (b) na hipótese em que tal descumprimento não venha a afetar sua capacidade operacional, legal ou financeira em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (vi) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) é uma sociedade por ações devidamente organizada, com existência válida e em situação regular de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social bem como possui plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (x) esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e da Acionista, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelo Contrato de Concessão, por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (xi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, exceto com relação a anuência da ARTESP e do BNDES (exclusivamente com relação à constituição das Garantias) e do Ministério dos Transportes (exclusivamente com relação ao enquadramento da Emissão nos requisitos da Lei 12.431), ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Oferta na CVM e das Debêntures junto à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (xii) o balanço patrimonial da Emissora auditado e datado de 30 de setembro de 2012 e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes ao referido exercício,



apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data;

- (xiii) a Emissora está em cumprimento, em seus aspectos relevantes, das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação às leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (xiv) exceto conforme informado nos Prospectos e no Formulário de Referência, a Emissora possui, na data desta Escritura de Emissão, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades e implementação da Concessão na fase em que se encontrar, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xv) os diretores estatutários da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas;
- (xvi) não omitiu, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvii) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;
- (xviii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xix) a Emissora possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias, exceto pela anuência da ARTESP para a constituição das Garantias que deverá ser obtida até a data da celebração do Contrato de Distribuição; e
- (xx) responsabiliza-se (a) pela existência das Ações Empenhadas, dos Direitos Creditórios e dos direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, bem como (b) pela formalização das Ações Empenhadas, dos Direitos Creditórios e dos direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta quando do adimplemento da Condição Suspensiva.

A handwritten signature in dark ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "INSTRUMENTO" at the top, "20/06/2011" in the middle, and "CO" at the bottom.

**CLÁUSULA XII.**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1. COMUNICAÇÕES**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**PARA A EMISSORA:**

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Av. Getúlio Vargas 20-59

Bairro Jardim Europa, CEP 17017-383 – Bauru - SP

At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos Moreno Tavares

Tel.: (14) 3104-2300

Fax: (14) 3104-2323

E-mail: [ricardo@cart.invepar.com.br](mailto:ricardo@cart.invepar.com.br)/[damião@invepar.com.br](mailto:damião@invepar.com.br)

**PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Av. das Américas nº 4200, Bloco 04, Sala 514

Barra da Tijuca, CEP 22640-102- Rio de Janeiro- RJ,

At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

**PARA O BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR:**

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara, Osasco, SP - CEP: 06029-900

At.: Sr. Sr. João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-7911

Fac-símile: (11) 3684-5646

E-mail: [4010.jhsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jhsouza@bradesco.com.br)/ [4010.custodiari@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiari@bradesco.com.br)

**PARA A CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## **12.2. RENÚNCIA**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **12.3. LEI APLICÁVEL**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

## **12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

## **12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES**

12.5.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## **12.7. DESPESAS**

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na ANBIMA;
- (ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos na JUCESP;
- (iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora; e
- (iv) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agência de Classificação de Risco, Banco Mandatário e Agente Escriitador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem.



#### **12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS**

12.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Mandatário, do Agente Escriurador e da Agência de Classificação de Risco.

#### **12.9. CÔMPUTO DOS PRAZOS**

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **12.10. FORO**

12.10.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 09 de novembro de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

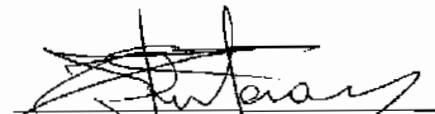
A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "ANEXO" at the top, "2" in the center, and "DIREÇÃO" at the bottom.

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Controlada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**




Nome: Ricardo Schmitt Duarte  
Cargo: Diretor Presidente



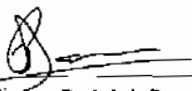
Nome: Daniel Carlos Moreno Tavares  
Cargo: Diretor de Relações com Investidores


2



(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Envolvida em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")


**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**


  
Nome: **Paulo Luiz Ferreira**  
Cargo: **Procurador**

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Coletação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Raíssa Patrícia Alves  
RG: 33.567.653-9 SSP/SP

  
Nome: Jussica Alves de Oliveira  
RG: 44.597.556-5 SSP/SP




PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL  
REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM REGIME DE GARANTIA FIRME  
DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES  
S.A.

entre

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.  
*como Emissora*

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário, representando a comunidade de Debenturistas*

Datado de  
12 de dezembro de 2012

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora");

(ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP: 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

#### **CONSIDERANDO QUE:**

(A) Em 9 de novembro de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram a Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., a qual foi inscrita na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº ED001055-8/000 ("Escritura de Emissão");

(B) Conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foi definida (i) a taxa de juros aplicável às Debêntures de cada uma das Séries; e (ii) a alocação das Debêntures entre as séries.

(C) As partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão para (i) nos termos do item 3.8 da Escritura de Emissão, refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o número de séries e a quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas; (ii) refletir a data e número de arquivamento da AGE perante a JUCESP e sua data de publicação; (iii) refletir a data e o número de inscrição da Escritura de Emissão perante a JUCESP; (iv) alterar o tempo verbal de determinadas cláusulas em decorrência de eventos já realizados; e

(D) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que não se faz necessária a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para aprovar as matérias do presente Primeiro Aditamento.

Os termos utilizados neste Primeiro Aditamento, iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

- 1.1. O presente Primeiro Aditamento é firmado com base na autorização da AGE.
- 1.2. Nos termos do item 2.4.1 da Escritura de Emissão, este Primeiro Aditamento será inscrito na JUCESP.

#### CLÁUSULA II ADITAMENTOS

- 2.1. Os itens 2.3 e 2.4 da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

**“2.3. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2.3.1. A ata da AGE foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 28 de novembro de 2012, sob o nº 513.552/12-1 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) em 13 de novembro de 2012 e no jornal “Valor Econômico”, edição regional, em 12 de novembro de 2012, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

**2.4. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E SEUS ADITAMENTOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

2.4.1. Esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCESP em 28 de novembro de 2012, sob o nº ED001055-8/000, e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão devidamente arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.”

- 2.2. O item 3.4 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

**“3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES**

3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) debêntures, sendo 380.000 (trezentas e oitenta mil) debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”), e em conjunto com Debêntures da Primeira Série, “Debêntures”). A alocação entre as séries foi definida em comum acordo entre a Emissora, o Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder” ou “Bradesco BBI”), o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“HSBC”), o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) e o BB - Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”; e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o HSBC e com o Votorantim, “Coordenadores”), que atuam na qualidade de coordenadores da Oferta, em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), nos termos da Cláusula 3.8 abaixo, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vastos Comunicantes”), sendo certo que a quantidade de Debêntures de cada uma das séries foi abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das séries.

3.4.2 A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não foi aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400."

- 2.3. O item 3.8 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

**"3.8. PROCEDIMENTO DE BOOKBUILDING (COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO)**

3.8.1. Os Coordenadores organizaram Procedimento de Bookbuilding, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final do Procedimento de Bookbuilding, a Emissora ratificou o número de séries, a taxa aplicável às Debêntures de cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures a serem efetivamente emitidas, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da AGE.

3.8.2. Puderam participar do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta. Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, tendo sido permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que fossem Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.8.2.1. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplicou à(s) instituição(ões) financeira(s) que viesse(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, conforme descrição acerta do direito de subscrição, conforme detalhado nos Prospectus."

- 2.4. O item 4.2.2 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

**"4.2.2. Remuneração das Debêntures da Primeira Série:**

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,80% (cinco inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:



$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 2)$$

Onde:

- J* = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (exclusive), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa* = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}$$

Onde:

- taxa* = 5,80 (cinco inteiros e oitenta centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais; e
- DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

2.5. As Partes resolvem incluir os itens 4.2.3. e 4.2.4. na Escritura de Emissão os quais vigorarão com a seguinte redação:

**"4.2.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série:**

4.2.3.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 6,05% (seis inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Debêntures da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série").

4.2.3.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Onde:

- J* = valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (exclusive),

*VNa* = *calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*  
*Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série; calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros* = *fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right\}$$

Onde:

*taxa* = 6,05 (seis inteiros e cinco centésimos), informada com 4 (quatro) casas decimais; e

*DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro."

4.2.4. Para fins da presente Emissão, "Remuneração" significa a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, quando referidas em conjunto."

2.6. O item 5.1.7 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.1.7. O Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, ambos abaixo definidos, a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será o maior valor entre (A) e (B) abaixo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série", respectivamente):

(A) Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, até a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

(B) soma (a) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série

ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, da NTN-B (conforme definida abaixo); e (ii) de uma sobretaxa (spread) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme a seguinte fórmula:

$$B = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VN_{ek}}{FVP_k} \times \text{Cresgate} \right)$$

Onde:

$VN_{ek}$  = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures da Segunda Série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série acrescido dos Juros Remuneratórios, definidos no Procedimento de Bookbuilding;

$N$  = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo  $n$  um número inteiro;

Cresgate – Fator da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso;

$FVP_k$  = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = [(1 + NTN-B) \times (1 + 0,005)]^{(nk/252)}$$

NTN-B = a média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA para as Notas do Tesouro Nacional – série B ("NTN-B") com número do registro ISIN BRSTNCNIB096 e com vencimento em 15 de agosto de 2024, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; e

$nk$  = número de dias úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, exclusive, e a Data de Amortização da Segunda Série programada de cada parcela "k" vincenda inclusive.

**CLÁUSULA III.**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

3.1. A Emissora, neste ato, reitera todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas na Escritura de Emissão, que se aplicam a este Primeiro Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.

**CLÁUSULA IV.**  
**RATIFICAÇÃO**

4.1. Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Primeiro Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

**CLÁUSULA V.**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Primeiro Aditamento. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas neste Primeiro Aditamento, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora neste Primeiro Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

5.2. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.3. Este Primeiro Aditamento e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Primeiro Aditamento comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos deste Primeiro Aditamento.

5.4. O presente Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.5. Caso qualquer das disposições deste Primeiro Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

5.6. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 12 de dezembro de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

(Página de assinaturas do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

(Página de assinaturas do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.")

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: Silva Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

(Página de assinaturas do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quilografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convoluta em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Távares S.A.")

**TESTEMUNHAS:**

Índira Macedo  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: Índira Hoshimoto Macedo  
CPF 088.781.887-82  
ID 07468581-80

José Roberto de Jesus Vinheiro  
Nome: José Roberto de Jesus Vinheiro  
RG: 29.715.800-1



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ANEXO B**

Ato Societário da Emissora Relativo à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

CNPJ/MF 10.531.501/0001-58

NIRE: 35.3.0036387-6

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2012**

1. **Data, hora e local:** Aos nove dias de novembro de 2012, às 8:00 horas, na sede social da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., localizada na Avenida Getúlio Vargas nº 20-59, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo.
2. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia.
3. **Mesa:** Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rocha; e Secretário: Rosalia Maria Tereza Scrgi Agati Camello
4. **Convocação:** dispensada a convocação na forma do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas.
5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de emissão da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e das demais disposições legais regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e no Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM-

ANBIMA” e “Oferta Pública”, respectivamente), suas características e condições; (ii) a outorga das garantias da Emissão; e (iii) a concessão de autorização para os Diretores da Companhia praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todos e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Pública e ratificação dos atos já realizados.

6. **Assuntos e Deliberações:** após análise da documentação pertinente e discussões sobre a matéria constante da ordem do dia, foi deliberado pela unanimidade dos acionistas em sem qualquer ressalva, aprovar:

- (i) A Emissão de Debêntures da Companhia, a Oferta Pública, suas seguintes características e condições:
- (a) **Número da Emissão e Valor Total da Emissão:** A Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), em 15 de dezembro de 2012 (“Data da Emissão”).
- (b) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal das Debêntures (conforme definido no item “c” abaixo) será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data da Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
- (c) **Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** A Emissão deverá ser realizada em até 2 (duas) séries, de mesmas características, exceto com relação ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) e da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, e pela possibilidade de fixação de taxas distintas, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* (abaixo definido). Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série (“Debêntures da Primeira Série” e “Debêntures da Segunda Série”, respectivamente, e em conjunto “Debêntures”) serão definidas, de comum acordo, entre a Companhia e os Coordenadores (conforme definido no item “v” abaixo), em razão da demanda pelas Debêntures a ser apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), observado que a alocação das Debêntures entre as séries deverá ocorrer no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”). O enquadramento da totalidade do projeto de investimento em infraestrutura como projeto prioritário para o Ministério dos Transportes

não significará que parte ou toda a Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"). Qualquer uma das séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures deverá ser emitida em série única, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada não será aumentada nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e nem do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.

- (d) **Registro e Distribuição:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespa Fix ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição e negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.
- (e) **Forma e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures deverá ser comprovada pelo extrato emitido pelo agente escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA, conforme aplicável.
- (f) **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- (g) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, com garantia adicional real, a ser convolada em espécie com garantia real, a ser constituída nos termos e prazos previstos na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie

com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Companhia ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário") e nos termos das Garantias (definidas no item 6.2 "a" abaixo).

- (h) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados da seguinte forma: (i) 44,8% (quarenta e quatro inteiros e oito décimos oito por cento) para viabilização e implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura, e (ii) 55,2% (cinquenta e cinco inteiros e dois décimos por cento) para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("Primeira Emissão"), cujo saldo atualizado, em 21 de dezembro de 2012, será de, aproximadamente, R\$414.000.000,00 (quatrocentos e catorze milhões de reais).
- (i) **Prazo e Data de Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures").
- (j) **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado" e "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado").
- (k) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual ao ano, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. A taxa máxima das Debêntures será de 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa Máxima"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de

pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures, "Remuneração").

- (l) **Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, no mesmo dia do mês da Data da Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").
- (m) **Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures" e "Data de Amortização", respectivamente). As Datas de Amortização e os percentuais a serem amortizados em cada data serão definidos na Escritura de Emissão.
- (n) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação pecuniária respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (o) **Repactuação:** As Debêntures não estão sujeitas à repactuação.
- (p) **Vencimento Antecipado:** Mediante a ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem descritos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento imediato do que for devido, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário



ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão.

- (q) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** As Debêntures da Primeira Série poderão ser resgatadas de maneira facultativa e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos previstos para o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série a serem previstos na Escritura de Emissão. Com relação às Debêntures da Segunda Série, a Emissora deverá poder, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Segunda Série, realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total da totalidade das Debêntures da Segunda Série.
- (r) **Período de ausência do IPCA:** Conforme mencionado no item 6 (j) acima, o Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, deverão definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Caso não haja acordo sobre o Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nos itens (s) e (t) abaixo, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida.



- (s) **Resgate Antecipado Total na Hipótese de não Haver Acordo Sobre a Taxa Substitutiva ao IPCA:** a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, de acordo com as definições da Escritura de Emissão, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA das Debêntures será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.
- (t) **Amortização Extraordinária Facultativa Total na Hipótese de não Haver Acordo Sobre a Taxa Substitutiva ao IPCA:** a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo o estabelecido na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Escritura de Emissão, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva a ser utilizada nesta hipótese, a Emissora será obrigada a efetuar o procedimento descrito no item (s) acima.
- (u) **Amortização Extraordinária Facultativa Parcial:** As Debêntures da Primeira Série poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a critério da Emissora, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, somente se permitido pela Lei 12.431, na forma a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, hipótese na qual observará os procedimentos previstos para a Amortização Extraordinária Facultativa

Parcial das Debêntures da Segunda Série a serem previstos na Escritura de Emissão. Com relação às Debêntures da Segunda Série, a Emissora poderá, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas da Segunda Série, realizar a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial da totalidade das Debêntures da Segunda Série.

- (v) **Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total:** O Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série, a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será o maior valor entre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, até a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso e a soma (a) do valor de cada parcela de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, e (b) dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ou a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá à soma exponencial (i) da taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, da NTN-B; e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme fórmula descrita na cláusula 5.1.7 da Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série devidos e não pagos, calculados desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme aplicável, até Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa Parcial das Debêntures

da Segunda Série" e "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série", respectivamente).

- (w) **Aquisição Facultativa:** As Debêntures em Circulação (conforme definida neste item "s" abaixo) poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures que venham a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Para fins deste item, por "Debêntures em Circulação" entendem-se as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- (x) **Obrigação de Suporte da Acionista:** A Emissão contará, ainda, com mecanismo de realização de aportes de capital, pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR ("Invepar" ou "Acionista"), na Emissora, nos termos, condições e prazos a serem previstos na Escritura de Emissão, sob pena de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- (y) **Regime de Colocação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada de forma individual e não solidária a ser prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), pelo BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI") e pela HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Votorantim, o BB-BI e a HSBC, "Coordenadores", nos termos e proporções indicados no "Contrato de Coordenação, Colocação e

Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A." ("Contrato de Distribuição").

- (z) **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, em até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública, informando acerca do início do período de colocação das Debêntures, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, com integralização à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, utilizando-se para tanto 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA S.A., conforme o caso.
- (ii) A outorga de garantias da Emissão, como segue:
- (a) A Emissão deverá contar com as seguintes garantias, sujeitas às condições suspensivas previstas na cláusula 3.14.2.1 da Escritura de Emissão ("Condições Suspensivas"), a serem detalhadas na Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantia: (i) penhor sobre todas as ações que a Acionista atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, ("Ações Empenhadas"), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pela Acionista ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da Acionista, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Emissora que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Acionista, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de



emissão da Companhia e de titularidade da Acionista; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado nesta data entre a Acionista, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES” ou “Instituição Financeira”), o Agente Fiduciário, com a intervenção da Emissora (“Contrato de Penhor”); (ii) cessão fiduciária: (x) de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 (“Contrato de Concessão”), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP (“Edital”), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (“Direitos Creditórios”), os quais deverão ser depositados na Conta Centralizadora, conforme definida no item (iii) abaixo, e (y) de conta corrente de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de Banco Depositário, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas referido no item (iii) abaixo (“Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures”). A Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures receberá depósitos mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor referente à próxima parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizada da Data de Amortização (conforme abaixo definida) imediatamente subsequente e dos próximos Juros Remuneratórios devidos, tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (iii) cessão fiduciária da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 (“Conta Centralizadora”), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário (“Banco Depositário”), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Contrato de Administração de Contas”), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e, como Intervenientes Anuentes,

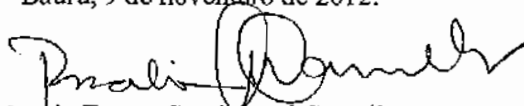
a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos valores relativos aos Direitos Creditórios mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Centralizadora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Instituição Financeira ("Contrato de Cessão Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Penhor, os "Contratos de Garantias", sendo todas as garantias constituídas pelos Contratos de Garantias doravante denominadas, conjuntamente, "Garantias"). Na Data da Emissão, as Debêntures serão garantidas pela Conta de Pagamento de Serviço da Dívida das Debêntures, a qual consistirá em garantia real adicional. Após o adimplemento das Condições Suspensivas, serão acrescentadas às garantias da Emissão a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e o penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela Invepar, as quais consistirão em garantia real, resultando na convolação da espécie das Debêntures.

- (iii) A concessão de autorização para os Diretores da Companhia praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todos e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Pública, e ratificação dos atos já realizados, como segue:
- (a) Foi concedida autorização para os diretores da Companhia praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todo e qualquer contrato e/ou instrumento e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Pública, bem como da perfeita constituição das Garantias, incluindo, sem limitação: (i) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Emissão, bem como celebrar todo e qualquer instrumento e/ou documento relacionado, (ii) contratar os Coordenadores e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, à Oferta Pública, às Debêntures e/ou às Garantias, incluindo, sem limitação, os assessores legais, Agente Fiduciário, banco mandatário, banco escriturador das Debêntures, formador de mercado e agência de *rating*; e (iii) independentemente de qualquer deliberação da Assembleia Geral da Companhia, do Conselho de Administração da Companhia ou da Diretoria da Companhia, aditar a Escritura de Emissão e os contratos relativos às Garantias para refletir o resultado do procedimento de *Bookbuilding*, observados os limites antes previstos.
- (b) Foram ratificados todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia com vistas aos fins descritos no item 6.2 "a" acima.

7. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, às 08:45 horas, a Assembleia foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Bauru, 9 de novembro de 2012.



Rosalia Maria Tereza Sergi Agati Camello  
Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ANEXO C**

---

### Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Rating Action: Moody's atribui rating A1.br às debêntures, da espécie quirografária a serem convertidas em seniores com garantia real, da Concessionária Auto Raposo Tavares; perspectiva estável**

---

Global Credit Research - 08 Nov 2012

Sao Paulo, November 08, 2012 -- A Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu rating corporativo Ba2 na escala global e rating corporativo A1.br na escala nacional para a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu rating Ba2 na escala global e rating A1.br na escala nacional para debêntures não conversíveis, da espécie quirografária com garantia adicional real, a serem convoladas em espécie com garantia real, amortizáveis, de BRL750 milhões com vencimento de 12 anos, que serão emitidas pela CART no mercado doméstico. A perspectiva é estável para todos os ratings. Esta é a primeira vez que a Moody's atribuiu ratings para a CART.

**FUNDAMENTOS DE RATING**

Uma parte dos recursos obtidos com a emissão das debêntures será usada para refinarçar a dívida anteriormente levantada pela CART para fazer frente aos seus pagamentos fixos referentes à outorga da concessão (a primeira emissão de debêntures da CART). A parcela restante dos recursos será usada para financiar parcialmente o programa investimentos em capital fixo (CAPEX) da CART. Conforme o contrato de concessão, a CART tem a obrigação de investir cerca de BRL1,126 bilhões (valor nominal) de 2012 a 2017, principalmente relacionado à duplicação de 271,3 km de estradas; durante o período da concessão, a CART terá que realizar cerca de BRL2,2 bilhões em CAPEX. A maior parte do financiamento de longo prazo já foi contratada e parcialmente desembolsada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -- BNDES.

As tarifas de pedágio da CART são ajustadas anualmente pela inflação, conforme medida pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPC-A). Ainda de acordo com o contrato de concessão, as tarifas são suficientemente isoladas de eventos que estejam fora do controle da concessionária, de forma que a CART pode requisitar o rebalanceamento econômico-financeiro do contrato, caso ocorram tais eventos. Qualquer despesa de capital adicional que o governo possa exigir que a CART faça que esteja além do escopo do contrato de concessão dará à CART o direito de requisitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quer por meio de reajustes tarifários e/ou extensão do período de concessão.

As debêntures serão emitidas em conformidade com o marco legal recentemente aprovado pelo Governo Federal, que prevê isenções fiscais para debêntures emitidas para financiar projetos de infraestrutura em setores prioritários (debêntures de infraestrutura). As debêntures da CART serão emitidas no mercado doméstico, com garantia firme de colocação pelas instituições financeiras envolvidas.

As debêntures serão convertidas de quirografárias para seniores com garantia real condicionadas ao pagamento antecipado da primeira emissão de debêntures da CART e os debenturistas compartilharão as garantias em base pari-passu com o BNDES. As debêntures também terão cláusulas de inadimplemento cruzado ("cross-default") com o empréstimo do BNDES, e usarão os mesmos covenants financeiros exigidos pelo BNDES: (i) ICSD igual ou superior a 1,2x; (ii) Patrimônio Total/Total de Ativos acima de 20%. Além disso, conforme o plano financeiro do empréstimo do BNDES, a INVEPAR (acionista controlador da CART; Ba3/negativa) é obrigada a fazer contribuições de capital no valor de BRL248 milhões entre 2013 e 2017. Esse valor foi comprometido pelos acionistas da INVEPAR. No evento de insuficiência de caixa, a INVEPAR é obrigada a contribuir o capital adicional à CART.

Os ratings Ba2 e A1.br refletem o importante papel da CART como uma ligação entre o estado do Mato Grosso do Sul, predominantemente agrícola, no interior do Brasil, e o porto de Santos, o mais movimentado do Brasil. Adicionalmente, além de conectar as regiões oeste dos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo com o porto de Paranaguá, outro porto marítimo ao norte do estado do Paraná, a CART representa uma rota direta do interior para a cidade de São Paulo, a capital do estado. O histórico relativamente longo de um ambiente regulatório estável no estado de São Paulo sem nenhum registro conhecido de ações unilaterais contra concessionárias de rodovias pedagiadas privatizadas, e o acesso da CART ao financiamento de longo prazo com condições subsidiadas do BNDES para apoiar seu programa de CAPEX também sustentam os ratings, assim como o

compromisso dos acionistas da INVEPAR de que fornecerão o capital necessário para a CART. A perspectiva estável reflete nossa opinião de que o tráfego crescerá em linha com o PIB brasileiro.

Entretanto, a concorrência de outros meios de transporte, como ferrovias de carga operadas pela ALL Logística S.A. (Ba3, estável) e potencialmente da hidrovía Paraná-Tietê (em construção), assim como rotas alternativas como ViaRondon, SP-294 e SP284/SP-425 de certa forma limitam os ratings. Além disso, o curto histórico de tráfego (desde 2009), a alta concentração de tráfego comercial (cerca de 70%), que costuma estar altamente correlacionado com o PIB, assim como a alta alavancagem da CART (Dívida/EBITDA de 13.5x) e um programa de CAPEX considerável, também limitam os ratings. Como resultado, nossas projeções de tráfego são ligeiramente mais conservadoras do que aquelas preparadas pela CART.

Esperamos que a alavancagem, conforme medida pelo Fluxo de Caixa Operacional sobre em relação à Dívida (FFO/Debt), continuará alta até 2014, como resultado do programa de CAPEX considerável da CART e do aumento de tráfego por um período relativamente longo, começando em 0,6% em 2012, alcançando 9,8% em 2017. Também estimamos que o índice de cobertura de juros caixa (Cash Interest Coverage ou (FFO + Interest) / Interest) continuará estável a 1,1x em 2012 e 2013, alcançando 2,1x em 2017. Apesar da alta alavancagem da CART, esperamos que a empresa alcance uma posição de liquidez satisfatória nos próximos 24 meses, como resultado do financiamento de longo prazo do BNDES, do qual uma parcela já foi desembolsada.

Os ratings podem ser elevados caso o volume de tráfego aumente acima da nossa projeção, de tal forma que o Fluxo de Caixa Operacional / Dívida ou FFO / Debt fique acima de 8% e que a cobertura de juros caixa (i.e., (FFO + Interest) / Interest) ultrapasse 2,5x de forma sustentável.

O rating pode ser rebaixado se o volume de tráfego permanecer consistentemente abaixo da nossa projeção, de forma que o FFO / Debt fique abaixo de 1,0%, e a cobertura de juros caixa fique abaixo de 1,1x de forma sustentável.

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART) é a concessionária do sistema rodoviário pedagiado Raposo Tavares, localizado na região oeste do estado de São Paulo, conectando as cidades de Bauru a Presidente Epitácio. A CART possui uma concessão de 30 anos, concedida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) em março de 2009. Com nove praças de pedágio, o sistema rodoviário de 444km é composto por três trechos de rodovias: (i) SP 270 (Raposo Tavares); (ii) SP 225 (João Renno); e (iii) SP 327 (Orlando Quagliato), atendendo à Região Administrativa de Presidente Prudente, que representa 15% do PIB do estado de São Paulo.

A CART é subsidiária integral da INVEPAR (Ba3, negativa), um dos mais importantes grupos de investimento em infraestrutura do Brasil. Por sua vez, a INVEPAR é controlada pela OAS (24,44%), uma empresa de construção pesada, e pelos três maiores fundos de pensão do Brasil: Previ (25,56%), Petros (25,00%) e Funcef (25,00%). De acordo com a metodologia da Moody's, nos últimos doze meses findos em junho de 2012 (LTM 06/2012), a CART teve receitas líquidas de BRL185 milhões, EBITDA de BRL68 milhões e prejuízo líquido de BRL37 milhões; nos últimos doze meses findos em 31 de dezembro de 2011, as receitas líquidas foram de BRL178 milhões, o EBITDA, de BRL69 milhões e o prejuízo líquido foi de BRL31 milhões.

A principal metodologia utilizada para a atribuição de ratings à CART foi a Operational Toll Roads publicada em Dezembro de 2006. Consulte a aba de Credit Policy no <http://www.moodys.com> para obter uma cópia desta metodologia.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em outubro de 2012 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

#### DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings

existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating do provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no <http://www.moody's.com>.

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, partes não envolvidas nos ratings, informações públicas, e informações confidenciais e de propriedade da Moody's Investors Service, e confidenciais e proprietárias da Moody's Analytics.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para obter maiores informações.

Consulte o [www.moody's.com](http://www.moody's.com) para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Alexandre De Almeida Leite  
Vice President - Senior Analyst  
Infrastructure Finance Group  
Moody's America Latina Ltda.  
Avenida Nacoes Unidas, 12.551  
16th Floor, Room 1601  
Sao Paulo, SP 04578-903  
Brazil  
JOURNALISTS: 800-891-2518  
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300

William L. Hess  
MD - Utilities  
Infrastructure Finance Group

JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:  
Moody's America Latina Ltda.  
Avenida Nacoes Unidas, 12.551  
16th Floor, Room 1601  
Sao Paulo, SP 04578-903  
Brazil  
JOURNALISTS: 800-891-2518  
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300



© 2012 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

**CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.**

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or

recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at [www.moodys.com](http://www.moodys.com) under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO D**

---

### Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**



**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("CART")**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, Jardim Europa, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17017-383, inscrita no CNPJ sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato, representada em conformidade com o seu Estatuto Social ("Companhia"), por seu Diretor de Relações com Investidores, Sr. **DAMIÃO CARLOS MORENO TAVARES**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 1.041.610, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.638.505-04 e por seu Diretor Presidente, Sr. **RICARDO SCHITTINI DUARTE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 3.216.633, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 497.990.887-04, ambos com escritório na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59 – Jardim Europa, CEP 17017-383 no âmbito da oferta de distribuição pública da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convalidada em espécie com garantia real, da Companhia ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), nos termos do artigo 56, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"),

Considerando que:

(a) consultores legais foram constituídos pela Companhia para auxiliá-la na implementação da Oferta;

(b) para tanto foi efetuado *due diligence* na Companhia, iniciada em 24 de setembro de 2012 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures de 2ª Emissão da CART ("Prospecto Definitivo");

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.  
Av. Getúlio Vargas, nº 20-59, Jardim Europa  
Bauru/SP - CEP 17.017-383 - Tel.: (14) 3104-2300  
[www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)

  
1/3  




(c) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que esta considerou materialmente relevantes para a Oferta;

(d) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativas à Companhia;

(e) a Companhia confirma ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise dos Coordenadores de Oferta e seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta, e

(f) nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, "o Ofertante é o responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição".

A Companhia **DECLARA**, nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400 que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição;

(ii) as informações prestadas pela Companhia relativas às Debêntures e demais informações fornecidas ao mercado no Formulário de Referência da Companhia, preparado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Formulário de Referência"), e no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar e o Prospecto

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.  
Av. Getúlio Vargas, nº 20-59, Jardim Europa  
Bauru/SP - CEP 17.017-383 - Tel.: (14) 3104-2300  
[www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)

2/3



Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar contêm, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 07 de novembro de 2012

  
**Damião Moreno Tavares**  
Diretor de Relações com Investidores

  
**Ricardo Schittini Duarte**  
Diretor Presidente

3/3



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**, instituição financeira com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93, neste ato representada por seus diretores estatutários, Srs. Luiz Antonio de Ulhôa Galvão, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 588.469-2, inscrito no CPF/MF sob o n. 065.849.808-80, e Renato Ejnisman, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 13.440.778, inscrito no CPF/MF sob o n. 136.865.628-55, na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, a ser convolada em espécie com garantia real, da 2ª (segunda) emissão de debêntures da **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.** ("Debêntures" e "Companhia", respectivamente), a ser realizada em até duas séries, ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

**DECLARAÇÃO**

Considerando que:

- (i) O Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a realização de auditoria jurídica pelos assessores legais na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao Prospecto Definitivo;
- (iv) a Companhia disponibilizou os documentos que considera relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia assegurou ter disponibilizado;



(vi) conforme informações prestadas pela Companhia, para análise do Coordenador Líder e dos seus assessores legais, todos os documentos e informações considerados relevantes sobre os negócios da Companhia foram disponibilizados, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Coordenador Líder participaram da elaboração do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Prospecto Preliminar") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(i) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

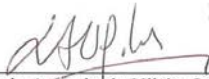
O Coordenador Líder declara, ainda, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 13 de dezembro de 2012.

**BANCO BRADESCO BBI S.A.**

  
Nome: Luiz Antonio de Ulhôa Galvão  
Cargo: Diretor

  
Nome: Renato Ejnisman  
Cargo: Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO E**

---

Demonstrações Financeiras Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Demonstrações Financeiras**

### **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

**31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

### **Demonstrações financeiras**

**31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009**

#### **Índice**

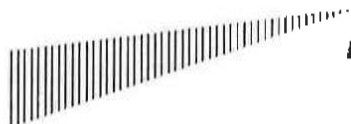
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	1
--	---

#### **Demonstrações financeiras auditadas**

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	6
Demonstrações do valor adicionado .....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionista da  
**Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**  
Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

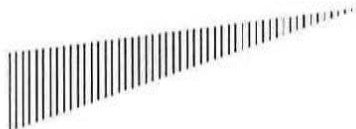
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

#### **Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 29 de fevereiro de 2012, 28 de março de 2011 e 19 de fevereiro de 2010, emitimos originalmente nossos relatórios de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2, durante 2012, essas demonstrações financeiras foram alteradas para proporcionar uma apresentação mais adequada dos fluxos de caixa em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como o aprimoramento de certas notas explicativas que foram expandidas para aprimorar a divulgação, e estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui as opiniões anteriormente emitidas.

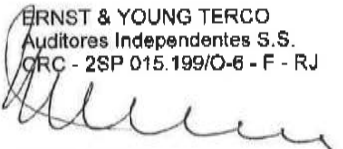
### **Outros assuntos**


#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010, e 2009, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

  
Mauro Moreira  
Contador CRC - 1RJ 071.056/O-2

  
Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais)

	2011	2010	2009
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.149	4.243	29.691
Aplicações financeiras (Nota 4)	40.038	-	-
Créditos a receber (Nota 5)	10.790	8.868	3.084
Estoques	496	825	627
Impostos a recuperar	344	237	726
Adiantamentos diversos	411	1.119	1.462
Despesas antecipadas	680	812	2.261
Partes relacionadas (Nota 11)	-	3.092	19.208
Outros	154	254	4.230
	<b>59.062</b>	<b>19.440</b>	<b>61.289</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	68.752	39.383	24.334
Depósitos judiciais (Nota 10)	116	-	-
Outros	9	9	6
Imobilizado (Nota 7)	22.407	20.695	20.389
Intangível (Nota 8)	1.300.924	1.109.057	876.090
	<b>1.393.208</b>	<b>1.163.144</b>	<b>920.819</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.451.270</b>	<b>1.182.584</b>	<b>982.108</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	57.770	9.936	413.790
Debêntures (Nota 9)	24.262	-	-
Fornecedores	2.819	1.656	3.578
Salários e encargos sociais a recolher	2.855	2.523	1.565
Impostos e contribuições a recolher	2.374	1.855	1.631
Obrigações para direito de concessão (Nota 19b)	538	490	287.069
Partes relacionadas (Nota 11)	-	52.222	81.180
Outros	2.312	2.000	1.100
	<b>92.928</b>	<b>70.691</b>	<b>789.903</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão de manutenção	14.000	6.025	2.739
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	419.849	674.765	89.765
Debêntures (Nota 9)	400.000	-	-
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 10)	299	121	37
Receita diferida (Nota 13)	11.662	-	-
	<b>845.810</b>	<b>680.911</b>	<b>92.541</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>			
Capital social	625.000	512.000	170.000
Prejuízo acumulado	(112.468)	(61.018)	(50.338)
	<b>512.532</b>	<b>450.982</b>	<b>119.664</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.451.270</b>	<b>1.182.584</b>	<b>982.108</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	2011	2010	2009
Receita de pedágio e acessórias (Nota 15)	177.830	159.122	23.715
Receita de construção (Nota 15)	218.189	243.091	259.389
Receita líquida	396.019	402.213	283.104
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(128.888)	(119.071)	(53.351)
Custos de construção	(211.834)	(235.798)	(251.608)
Lucro bruto	55.497	47.344	(21.855)
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(27.976)	(26.896)	(12.007)
Remuneração dos administradores (Nota 12)	(1.086)	(1.475)	(969)
Depreciações	(8.523)	(4.897)	(1.365)
Receita financeira (Nota 17)	6.401	1.044	3.811
Despesas financeiras, (Nota 17)	(87.733)	(60.851)	(42.285)
Outras receitas operacionais, líquidas	601	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(61.819)	(45.731)	(74.670)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	30.389	15.049	24.334
Prejuízo do exercício	(31.450)	(30.682)	(50.336)
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	(0,0414)	(0,0728)	(0,3802)
Prejuízo por ação preferencial (básico e diluído) - R\$	(0,0414)	(0,0726)	(0,3802)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nestas demonstrações de resultado.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

### **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízo acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Aumento de capital (Nota 14)	169.998	-	169.998
Prejuízo do exercício	-	(50.336)	(50.336)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>170.000</b>	<b>(50.336)</b>	<b>119.664</b>
Aumentos de capital (Nota 14)	342.000	-	342.000
Prejuízo do exercício	-	(30.682)	(30.682)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>512.000</b>	<b>(81.018)</b>	<b>430.982</b>
Aumentos de capital (Nota 14)	113.000	-	113.000
Prejuízo do exercício	-	(31.450)	(31.450)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>625.000</b>	<b>(112.468)</b>	<b>512.532</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2011	2010	2009
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(61.819)	(45.731)	(74.870)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Margem bruta de construção	(5.355)	(7.283)	(7.781)
Depreciação e amortização	50.187	40.274	18.884
Baixa de imobilizado e intangível	386	-	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquido	55.266	54.553	17.035
	<u>67.623</u>	<u>41.803</u>	<u>(48.752)</u>
<b>(Aumento) redução em ativos</b>			
Contas a receber de terceiros	(1.832)	(5.774)	(3.084)
Estoques	329	(198)	(827)
Impostos a recuperar	(107)	489	(726)
Outras contas a receber	101	3.876	(4.236)
Adiantamentos	708	343	(1.482)
Partes relacionadas	3.082	16.116	(19.208)
Depósitos judiciais	(116)	-	-
Despesas antecipadas	132	1.449	(2.261)
	<u>2.207</u>	<u>16.401</u>	<u>(31.304)</u>
<b>Aumento (redução) em passivos</b>			
Fornecedores	1.154	(1.913)	3.578
Impostos e contribuições a recolher	619	224	1.831
Salários e encargos sociais a recolher	332	968	1.585
Provisão para manutenção	7.975	3.288	2.739
Receita diferida	11.582	-	-
Outras obrigações e contas a pagar	536	984	1.137
	<u>22.178</u>	<u>3.539</u>	<u>10.550</u>
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<u>92.008</u>	<u>61.743</u>	<u>(67.706)</u>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras	(40.038)	-	-
Aquisição de imobilizado	(7.783)	(5.202)	(22.854)
Aquisição de intangível	(235.973)	(521.623)	(617.549)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<u>(283.794)</u>	<u>(526.825)</u>	<u>(640.303)</u>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e mútuos	680.110	1.158.933	807.700
Pagamento de empréstimos e mútuos	(841.889)	(1.021.190)	(40.000)
Juros pagos	(68.749)	(40.109)	-
Debêntures emitidas	400.000	-	-
Aumento de capital	113.000	342.000	188.898
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>192.692</u>	<u>439.634</u>	<u>737.698</u>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>906</u>	<u>(25.448)</u>	<u>29.889</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>4.243</u>	<u>29.891</u>	<u>2</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>5.149</u>	<u>4.243</u>	<u>29.891</u>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>906</u>	<u>(25.448)</u>	<u>29.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2011	2010	2009
<b>Receitas</b>			
Receita de pedágio e acessórias	194.418	173.717	23.715
Receita do contrato de construção	218.189	243.091	259.389
Outras	801	-	-
	<b>413.208</b>	<b>416.808</b>	<b>283.104</b>
<b>Insumos adquiridos do terceiros</b>			
Custos do contrato de construção	(211.834)	(235.798)	(251.608)
Materiais, serviço de terceiros e outros	(86.278)	(85.938)	(36.052)
	<b>(298.112)</b>	<b>(321.736)</b>	<b>(287.660)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>115.096</b>	<b>95.072</b>	<b>(4.556)</b>
<b>Retenções</b>			
Depreciação e amortização	(50.167)	(40.274)	(18.664)
Valor adicionado líquido pela companhia	<b>64.929</b>	<b>54.798</b>	<b>(23.220)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	5.401	1.044	3.836
Valor adicionado total a distribuir	<b>70.330</b>	<b>55.842</b>	<b>(19.384)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal e encargos	27.855	26.184	12.976
Impostos, taxas e contribuições	(13.072)	1.148	(24.334)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	88.997	59.192	42.310
Prejuízo do período	(31.450)	(30.682)	(50.336)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>70.330</b>	<b>55.842</b>	<b>(19.384)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Getúlio Vargas 20-59 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo — ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul;
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo;
- III. SP-327: início do trecho no Km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

#### **Equalização do capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 34.886 (R\$ 51.251 e R\$ 708.614 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente), proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A Companhia entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES e de outras fontes de financiamento, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos. Conforme mencionado na Nota 9, as ações da Companhia que são de propriedade da Invepar estão dadas em garantia das debêntures emitidas.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Durante o exercício de 2012, a administração da Companhia observou que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os pagamentos da outorga fixa efetuados ao poder concedente foram apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividades operacionais ao invés de serem classificados nas atividades de investimentos, por representarem investimentos na aquisição de um ativo intangível. Adicionalmente, nas demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi reclassificada a apresentação das aplicações financeiras das atividades operacionais para as atividades de investimentos. A tabela abaixo apresenta um sumário dos saldos originalmente apresentadas nas atividades de operacionais e os montantes reapresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

	2011		
	Originalmente apresentado	Ajuste (a)	Reapresentado
Atividades operacionais	51.970	40.038	92.008
Atividades de investimentos	(243.756)	(40.038)	(283.794)
Atividades de financiamento	192.692	-	192.692
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	906	-	906

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras --Continuação

	2010		
	Originalmente apresentado	Ajuste (b)	Reapresentado
Atividades operacionais	(204.826)	266.569	61.743
Atividades de investimentos	(260.256)	(266.569)	(526.825)
Atividades de financiamento	439.634	-	439.634
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(25.448)	-	(25.448)
	2009		
	Originalmente apresentado	Ajuste (b)	Reapresentado
Atividades operacionais	199.353	(267.059)	(67.706)
Atividades de investimentos	(907.362)	267.059	(640.303)
Atividades de financiamento	737.698	-	737.698
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	29.689	-	29.689

(a) Aplicações financeiras reclassificadas de atividade operacional para atividade de investimentos em virtude de sua natureza.

(b) Pagamento de outorga apresentado como atividade operacional e reclassificado para atividade de investimento em virtude sua característica de investimento em ativo intangível.

As demonstrações financeiras foram alteradas para proporcionar uma apresentação mais adequada dos fluxos de caixa em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme descrito acima, bem como o aprimoramento de certas notas explicativas que foram expandidas para aprimorar a divulgação e a inclusão das informações financeiras comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e estão sendo reapresentadas. As notas explicativas alteradas, em complemento à inclusão das informações financeiras comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação àquelas anteriormente apresentadas, foram as Notas 1, 2, 3, 7, 9, 11, 14, 18, 19 e 21, e a Inclusão da Nota 22 que descreve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 24 de outubro de 2012.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis**

#### **a) Contratos de concessão de serviços - ICPC 01 e OCPC 05**

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e devido à natureza dos seus contratos de concessão a Companhia não reconheceu um ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo Poder Concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao valor justo na mensuração inicial e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, acrescidos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **c) Instrumentos financeiros**

##### **i) Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

##### **ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

##### **iii) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes e partes relacionadas, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos concedidos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **c) Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **iv) Passivos financeiros**

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar a partes relacionadas.

##### **v) Valor de mercado**

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

#### **d) Contas a receber de terceiros**

As contas a receber referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônicos e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, com prazo de recebimento inferior a 45 dias, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **e) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

#### **f) Despesas antecipadas**

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

#### **g) Imobilizado**

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, formação ou construção, que não esteja diretamente vinculado ao contrato de concessão, deduzida das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (Nota 7).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.



## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **h) Intangível**

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição acrescido dos encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso de equipamentos e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de concessão e outorga fixa, em atendimento ao ICPC - 01 - Contratos de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Nota 8).

#### **i) Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

#### **j) Empréstimos e financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são registrados pelos valores originais acrescidos dos juros e da atualização monetária incorridos até a data do balanço (Nota 9). Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **k) Obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 10).

#### **l) Provisão para manutenção**

A Companhia provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção, com o ajuste a valor presente da obrigação.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### **m) Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **m) Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação de alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **n) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incertezas na sua realização. Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 - Contratos de Construção, ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na demonstração do resultado do exercício e é apurada a receita de construção com uma margem, que no caso da companhia como há terceirização da obra, a margem é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o ativo intangível.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **o) Tributação**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	3,00% a 5,00%	3,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 245 de 27 de setembro de 2010 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Bauru nº 59 de 04 de outubro de 2010. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **o) Tributação--Continuação**

O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, considerando os valores prováveis de realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 6).

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

#### **p) Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **p) Estimativas contábeis--Continuação**

A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, quando aplicável; a provisão para manutenção; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e as obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### **q) Ajuste ao valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

#### **r) Informações por segmento**

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **a) Resultado por ação**

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

#### **t) Demonstração do fluxo de caixa**

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### **u) Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### **v) Novos pronunciamentos contábeis**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **v) Novos pronunciamentos contábeis--Continuação**

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 28 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia uma vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.



## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2011	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa geral	3	3	3
Numerário em trânsito	1.188	1.072	1.503
Bancos conta movimento	550	1.131	7.498
Fundo de troca	120	137	114
Operações compromissadas	3.290	1.900	20.573
Saldo de caixa e equivalente de caixa	5.149	4.243	29.691
Aplicações financeiras			
Certificados de depósitos bancários - CDB	40.038	-	-
Saldo de aplicações financeiras	40.038	-	-

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por CDB - Certificado de Depósito Bancário Indexados a taxa 103,50% e operações compromissadas lastreadas em Debêntures indexadas a taxa de 75% do Certificado de depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$ 40.038 em 31 de dezembro de 2011 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deverá constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015."

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Créditos a receber

	2011	2010	2009
AVI - sem parar (i)	9.877	7.410	2.492
VISA - vale pedágio (i)	476	1.058	519
DBTRANS - vale pedágio (i)	260	182	10
Outros	177	208	63
	<b>10.790</b>	<b>8.858</b>	<b>3.084</b>

(i) Contas a receber pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 20 dias (16 dias e 10 dias em 2010 e 2009, respectivamente).

### 6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Balanço patrimonial					
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	(208.880)	(208.880)	(122.902)	(122.902)	56.653	56.653
Diferenças temporárias	3.709	3.709	7.070	7.070	12.511	12.511
Base de cálculo	(205.162)	(205.162)	(115.832)	(115.832)	69.164	69.164
Alíquota	25%	8%	25%	8%	25%	8%
Imposto de renda diferido	<b>51.288</b>	<b>16.464</b>	<b>29.956</b>	<b>10.425</b>	<b>17.693</b>	<b>6.441</b>

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Resultado					
	Imposto de renda			Contribuição social		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(81.819)	(45.731)	(74.870)	(81.819)	(45.731)	(74.870)
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	26%	26%	26%	9%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	16.456	11.433	18.559	5.564	4.116	6.720
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício						
Adições permanentes	8.325	(122)	(34)	2.897	(44)	(12)
Diferenças temporárias	(24.743)	(18.950)	(741)	(8.607)	(8.102)	(267)
Exclusões permanentes	500	5.839	-	180	2.030	-
Outros	878	-	-	244	-	-
Exclusão de bases fiscais negativas	22.115	11.066	-	7.951	3.963	-
Total dos impostos no resultado	22.330	11.066	17.893	8.039	3.963	6.441

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	2011
2014	430
2015	2.081
2016	6.115
2017	10.344
De 2018 em diante	50.782
	<u>69.752</u>

### 7. Imobilizado

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Máquinas e equipamentos	5	1.330	1.836	(2)	3.163
Móveis e utensílios	5	2.040	462	(13)	2.479
Veículos	5	924	654	(158)	1.420
Equipamentos de informática	5	22.473	4.799	(14)	27.258
Ferramentas e aparelhos	5	189	43	-	232
		<u>26.956</u>	<u>7.763</u>	<u>(187)</u>	<u>34.552</u>
Depreciação acumulada		(6.261)	(5.957)	73	(12.145)
		<u>20.695</u>	<u>1.826</u>	<u>(114)</u>	<u>22.407</u>

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Imobilizado--Continuação

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Máquinas e equipamentos	5	-	1.330	-	1.330
Móveis e utensílios	5	1.301	739	-	2.040
Veículos	5	318	608	-	924
Equipamentos de informática	5	19.957	2.518	-	22.473
Ferramentas e aparelhos	5	180	9	-	189
		21.754	5.202	-	26.956
Depreciação acumulada		(1.385)	(4.898)	-	(6.283)
Imobilizado líquido		20.369	308	-	20.675

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2009
Máquinas e equipamentos	5	-	-	-	-
Móveis e utensílios	5	-	1.301	-	1.301
Veículos	5	-	318	-	318
Equipamentos de informática	5	-	19.957	-	19.957
Ferramentas e aparelhos	5	-	180	-	180
		-	21.754	-	21.754
		-	(1.385)	-	(1.385)
Imobilizado líquido		-	20.369	-	20.369

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Pela natureza dos bens integrantes de seu ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos.

Anualmente, o ativo imobilizado é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Intangível

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Direito de uso software	3.663	977	-	4.640
Marcas e patentes	6	14	-	20
Direito de concessão	518.064	241.337	(1.242)	758.159
Outorga fixa	634.000	-	-	634.000
	<u>1.155.733</u>	<u>242.328</u>	<u>(1.242)</u>	<u>1.396.819</u>
Amortização acumulada	(52.876)	(44.210)	991	(95.895)
	<u>1.103.057</u>	<u>198.118</u>	<u>(251)</u>	<u>1.300.924</u>

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Direito de uso software	-	3.663	-	3.663
Marcas e patentes	-	6	-	6
Direito de concessão	259.389	258.675	-	518.064
Outorga fixa	634.000	-	-	634.000
	<u>893.389</u>	<u>262.344</u>	-	<u>1.155.733</u>
Amortização acumulada	(17.299)	(35.377)	-	(52.676)
	<u>876.090</u>	<u>226.967</u>	-	<u>1.103.057</u>

	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2009
Direito de uso software	-	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-
Direito de concessão	-	259.389	-	259.389
Outorga fixa	-	634.000	-	634.000
	-	<u>893.389</u>	-	<u>893.389</u>
Amortização acumulada	-	(17.299)	-	(17.299)
	-	<u>876.090</u>	-	<u>876.090</u>

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **8. Intangível—Continuação**

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

### **8. Intangível—Continuação**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$37.089 (R\$ 49.213 em 2010 e R\$ 24.796 em 2009). A Companhia entende não haver a necessidade de capitalização de juros dos novos empréstimos, em virtude das obras constantes no seu programa de investimento serem executadas em curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a conta empréstimos e financiamentos e debêntures estava composta da seguinte forma:

31/12/2011				
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	173.989
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	101.758
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	93.220
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.744
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	51.108
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	688
BNDES Direto	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	20.356
BNDES Direto	IPCA	2,45% a.a.	15/3/2024	12.361
Bradesco (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	318.187
HSBC (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	108.086
Conta Garantida	CDI	CDI + 2,43% a.a.	20/9/2012	15.228
Total				901.881
Parcelas de curto prazo				82.032
Parcelas de longo prazo				819.849

31/12/2010				
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo
BNDES direto	TJLP	3,12% a.a.	16/4/2011	178.074
BNDES direto	IPCA	10,73% a.a.	16/3/2011	93.202
Bradesco (Notas promissórias)	CDI	111% a.a.	23/2/2011	311.569
HSBC (Notas promissórias)	CDI	111% a.a.	23/2/2011	103.858
				684.701
Curto prazo				9.938
Longo prazo				674.765

31/12/2009				
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo
BNDES Direto	TJLP	3,12% a.a.	15/3/2011	89.765
Banco do Brasil (Notas promissórias)	CDI	129%	2/3/2010	103.447
BNB (Notas promissórias)	CDI	129%	2/3/2010	103.447
Banco Santander (Notas promissórias)	CDI	129%	2/3/2010	103.447
Banco Votorantim (Notas promissórias)	CDI	129%	2/3/2010	103.448
				503.555
Curto prazo				413.780
Longo prazo				89.785



## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos e financiamentos e debêntures--Continuação**

#### **Notas Promissórias**

A Companhia emitiu durante o primeiro trimestre de 2009, 37 notas promissórias comerciais, no montante de R\$ 370.000, na forma nominativa, com prazo de vencimento em 180 dias, e com remuneração de 100% do CDI e juros de 4% a.a.. Em 03 de setembro de 2009 houve a quitação desta operação.

Em 25 de agosto de 2009, a Companhia emitiu 40 notas promissórias comerciais no montante de R\$ 400.000, na forma nominativa, com prazo de vencimento em 180 dias, e com remuneração de 129% do CDI. Em 02 de março de 2010 houve a quitação desta operação.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia captou empréstimo junto ao BNDES no montante de R\$ 89.700, com encargos financeiros a taxa de TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo aplicado e spread de 2% a.a.. Este contrato tem vencimento em 04 de abril de 2011. Em 15 de março de 2011 houve a quitação desta operação.

#### **Notas Promissórias - 4ª Emissão**

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de Agosto de 2010, foi aprovada a realização da quarta emissão ("Emissão") de notas promissórias comerciais ("Notas Promissórias") da Companhia, no valor de até R\$ 400.000, para distribuição pública restrita nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A Emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador lder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e composta por quarenta Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante subscritas e integralizadas.

Os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da terceira emissão de notas promissórias, representada por quarenta notas promissórias comerciais, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 400.000.

As Notas Promissórias fizeram jus a remuneração equivalente à acumulação de 111% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **Notas Promissórias - 4ª Emissão--Continuação**

As Notas Promissórias tiveram prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão e, foram liquidadas antecipadamente em 18 de janeiro de 2011.

#### **Debêntures**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, foi aprovada a realização da primeira emissão pública de Debêntures Simples não conversíveis em ações da espécie quirografária da Companhia no valor de R\$ 400.000, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09 de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador líder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e composta por quarenta Debêntures, emitidas sob forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 400.000.

Conforme mencionado no item acima os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da quarta emissão de notas promissórias.

As debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.

A emissão das debêntures foi no dia 18 de janeiro de 2011 e terá vencimento em 24 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013.

O pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 18 de julho de 2011 e o último em 18 de janeiro de 2013.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### Debêntures--Continuação

As debêntures têm como garantia o penhor sobre a totalidade das ações que Investimentos e Participações em Infra-estrutura S.A. - INVEPAR, atualmente detém no capital social da Emissora exceto pelas 05 (cinco) ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia (Ações Empenhadas), cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão e Cessão Fiduciária de todos os direitos creditórios da Emissora.

#### BNDES

Em 10 de dezembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$279.493, dividido em 03 (três) subcréditos, com os seguintes valores:

- Subcrédito A: R\$192.618 destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.
- Subcrédito B: R\$7.020 destinado à duplicação de trechos das rodovias SP-327 e SP-270 e implantação e/ou melhoramento de dispositivo de entroncamento de via nas rodovias SP-327 e SP-270.
- Subcrédito C: R\$79.855 destinado à implantação de melhoramentos; aquisição de equipamentos, veículos e sistemas de controle; conservação especial e gastos com vicinais do Corredor Raposo Tavares.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$279.493, foi liberado pelo BNDES R\$ 255.252 até 31 de dezembro de 2010.

BNDES	Saldo dos subcréditos - BNDES Ponte			Total
	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	
Valor contrato	192.618	7.020	79.855	279.493
Liberação Dez/09	(89.700)	-	-	(89.700)
Liberação Jan/10	-	-	(79.855)	(79.855)
Liberação Mai/10	(45.814)	-	-	(45.814)
Liberação Set/10	(35.635)	-	-	(35.635)
Liberação Dez/10	(4.148)	-	-	(4.148)
	(175.397)	-	(79.855)	(255.252)
Saldo subcréditos	17.221	7.020	-	24.241

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **BNDES--Continuação**

O principal da dívida decorrente de cada subcrédito deste contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

- i. Subcrédito A e B: liquidado antecipadamente em prestação única no valor do principal e juros da dívida em 15 de fevereiro de 2011.
- ii. Subcrédito C: liquidado antecipadamente em prestação única no valor do principal e juros da dívida em 15 de fevereiro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2010 a CART, de acordo o disposto no item 73 do CPC 26, realizou a reclassificação de curto para longo prazo dos empréstimos BNDES ponte e da 4ª emissão de notas promissórias, com base nos seguintes fatos:

- i) O BNDES aprovou em Reunião de Diretoria realizada em 16 de dezembro de 2010, financiamento de longo prazo para a CART, no montante de R\$1.052.242. Deste montante, R\$751.601 estão sujeitos ao custo financeiro de TJLP acrescido de spread de 2,45% ao ano e R\$300.641 ao custo de IPCA acrescido de Taxa de Referência do BNDES e de spread de 2,45% ao ano. O primeiro desembolso, de R\$377.575, ocorreu em fevereiro de 2011. O financiamento tem como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão, que serão compartilhados com as debêntures a serem emitidas em janeiro de 2011, além do aval da Invepar durante o período de 2 anos. Esse financiamento foi utilizado para quitar os dois empréstimos pontes da CART com o BNDES, assim como realizar as obras previstas no contrato de concessão.
- ii) Em assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, foi aprovada a emissão de 400 debêntures no valor de R\$10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI. Como consequência, a Companhia assinou em 11 de janeiro de 2011 a escritura de emissão de debêntures com o agente fiduciário.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R\$ 377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$ 273.637, restando o valor líquido de R\$ 103.938.

O montante de R\$ 377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incorrerão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O empréstimo Sênior além de alongar a dívida apresenta um custo menor à Concessão em relação ao empréstimo Ponte.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$ 1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$ 470.721 até 31 de dezembro de 2011.

		Saldo dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$ mil)					
Subcrédito		Valor sub.	1ª liberação 15/02/2011	2ª liberação 15/07/2011	3ª liberação 27/10/2011	4ª liberação 16/11/2011	Saldo
A	TJLP	377.575	377.575	-	-	-	-
B - Z	TJLP	9.817	-	8.949	868	-	-
C	TJLP	174.285	-	50.922	20.283	-	103.080
D - Z	IPCA	12.123	-	-	-	12.123	-
Total		573.575	377.575	59.871	21.151	12.123	103.080

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumir novas dívidas acima do montante correspondente a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. O índice financeiro do contrato sênior do BNDES é o seguinte: ICSD- (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) - EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazo) deve ser maior ou igual a 1,2. A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, atendeu as referidas condições restritivas.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### BNDES - Sênior--Continuação

A liberação total aprovada monta R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa Juros	
A	TJLP	377.875	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima de TJLP
B - 1	TJLP	1.787		
B - 2	TJLP	9.817		
C	TJLP	174.286	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	
D	TJLP	10.310		
D - 1	IPCA	11.077	10 prestações anuais a partir de 15/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	IPCA	12.124		
D - 3	IPCA	16.383		
D - 4	IPCA	10.227		
D - 5	IPCA	8.388		
D - 6	IPCA	26.784		
D - 7	IPCA	44.048		
D - 8	IPCA	17.783		
E	TJLP	136.639	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2016	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima de TJLP
F	TJLP	33.888		
F - 1	IPCA	19.876	10 prestações anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	IPCA	28.169		
F - 3	IPCA	34.364		
F - 4	IPCA	38.318		
F - 5	IPCA	16.484		
F - 6	IPCA	23.019		
		<u>1.052.242</u>		

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

#### a) Composição do risco

31/12/2011					
Natureza	Probabilidade de perda				Provisão
	Provável	Possível	Remota	Total	
Trabalhistas	239	2.640	9	2.888	239
Cíveis	60	6.174	634.046 (a)	640.280	60
	299	8.814	634.055	643.168	299

31/12/2010					
Natureza	Probabilidade de perda				Provisão
	Provável	Possível	Remota	Total	
Trabalhistas	78	918	5	999	78
Cíveis	43	635	54	732	43
	121	1.551	59	1.731	121

31/12/2009					
Natureza	Probabilidade de perda				Provisão
	Provável	Possível	Remoto	Total	
Cíveis	37	553	-	590	37
	37	553	-	590	37

(b) Ação popular mantida contra a Companhia questionando a existência da concessão. Ação julgada improcedente e extinta em 2012, sem perda para a Companhia.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais—Continuação

#### b) Movimentação

	Saldo inicial 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2011
Trabalhistas	78	258	(95)	239
Cíveis	43	109	(92)	60
Valor provisionado	121	365	(187)	299
Depósito judicial	-	(118)	-	(118)
	121	249	(187)	183

	Saldo inicial 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2010
Trabalhistas	-	78	-	78
Cíveis	37	21	(15)	43
Valor provisionado	37	99	(15)	121
Depósito judicial	-	-	-	-
	37	99	(15)	121

	Saldo inicial 31/12/2008	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2009
Trabalhistas	-	37	-	37
Cíveis	-	37	-	37
Valor provisionado	-	-	-	-
Depósito judicial	-	37	-	37

#### Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

#### Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.



## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais--Continuação

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda, estimadas em R\$ 8.814 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.551 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 553 em 31 de dezembro de 2009).

### 11. Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre as companhias do Grupo Invepar e os acionistas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

Relação da parte com a Companhia	Ativo		Passivo		Resultado (custo)	Resultado (despesa)
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Controlador						
Indireto	-	-	-	-	(159.751)	-
Ligada	-	-	-	-	-	(612)
Controladora						
direta	-	-	-	-	(3.228)	(663)
Ligada	-	-	-	-	-	(26)
	-	-	-	-	(162.979)	(1.100)

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Transações com partes relacionadas--Continuação

Relação da parte com a Companhia	2010				
	Ativo		Passivo circulante	Resultado (custo)	Resultado (despesa financeira)
	Circulante	Não Circulante			
OAS S.A. Linha Amarela S.A. - LAMSA Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Inveper Concessão Metrôviária do Rio de Janeiro S.A. - "Metrol Rio"					
Controlador indireto	2.300	-	-	2.300	-
Ligada	-	-	-	-	-
Controladora direta	-	-	41.227	-	41.227
Ligada	-	-	-	-	2.500
	2.300	-	41.227	2.300	43.727
<b>2009</b>					
Relação da Parte com a Companhia	Ativo		Passivo circulante	Resultado (custo)	Resultado (despesa)
	Circulante	Não circulante			
OAS S.A. Linha Amarela S.A. - LAMSA Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Inveper Concessão Metrôviária do Rio de Janeiro S.A. - "Metrol Rio"					
Controlador indireto	19.092	164.098	-	-	(4.243)
Ligada	118	-	30.884	-	(883)
Controladora direta	-	-	16.850	-	(578)
Ligada	-	-	31.648	-	(1.646)
	19.208	164.098	81.180	-	(7.350)

#### Serviços - ativo

Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS Engenharia e Participações Ltda. (atualmente denominada OAS S.A.), o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.076.096, devendo os pagamentos serem realizados nas seguintes condições:

- Adiantamento no montante de R\$ 57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- Parcela mensal conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Transações com partes relacionadas--Continuação**

#### **Serviços - ativo--Continuação**

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior a meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS S.A. em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 534.101 (R\$ 586.545 em 31 de dezembro de 2010).

#### **Mútuos financeiros - passivo**

Em 18 de setembro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$30.000, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 2% a.a. com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 18 de janeiro de 2010, foi quitado o montante de R\$ 5.000, sendo o restante totalmente quitado em 18 de maio de 2010.

Em 29 de setembro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$18.000, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 4,2% a.a. com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 17 de maio de 2010, o mútuo foi totalmente quitado.

Em 14 de outubro de 2009, a CART firmou contrato de mútuo com o METRÔ RIO no montante de R\$70.000. Este contrato possuía o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a CART antecipou o pagamento de R\$40.000, quitando o contrato de mútuo no primeiro trimestre de 2010.

A CART firmou contratos de mútuo com METRÔ RIO nos montantes de R\$45.000 e R\$35.000, em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente. Estes contratos possuíam vencimento em 25 de abril de 2010, com encargos financeiros à taxa 125% do CDI. Em 17 de maio de 2010, tais contratos de mútuo foram totalmente quitados.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Transações com partes relacionadas--Continuação**

#### **Mútuos financeiros - passivo--Continuação**

Em 30 de junho de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com METRÔ RIO no montante de R\$ 34.000, com prazo de 30 dias, renovável por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m.. Tal operação foi quitada em julho de 2010.

Durante o quarto trimestre de 2010, a CART firmou contratos de mútuos com a Invepar no montante de R\$ 40.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Em 15 de fevereiro de 2011 esta operação foi totalmente liquidada.

Em 28 de dezembro de 2010, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$ 11.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Em 15 de fevereiro de 2011 esta operação foi liquidada.

Em 27 de maio de 2011, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$ 8.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Em 27 de junho de 2011 esta operação foi liquidada.

Em 30 de maio de 2011, a CART firmou contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$ 10.000, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,2% a.m. Em 29 de junho de 2011 esta operação foi liquidada.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Remuneração dos administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$ 1.086 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.475 em 2010 e R\$ 969 em 2009).

Composição	Janeiro a dezembro - 2011		
	Diretores	Conselheiros(I)	Total
Pró-Labore	894	-	894
Encargos	122	-	122
Benefícios	70	-	70
	1.086	-	1.086

I. Conforme termo de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2010, estes renunciam a qualquer remuneração pelo exercício da função.

Composição	Janeiro a dezembro - 2010		
	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-Labore	1.227	19	1.246
Encargos	175	4	179
Benefícios	60	-	60
	1.462	23	1.475

Composição	Janeiro a dezembro - 2009		
	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-Labore	707	15	722
Encargos	226	3	231
Benefícios	16	-	16
	951	18	969

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **13. Receita diferida**

Em 30 de dezembro de 2011 a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente a locação de infraestrutura de fibra óptica pela TIM Celular S.A. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$11.662, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se no passivo não circulante, e será apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

A TIM Celular S.A. vem atualmente negociando junto a Companhia um aditivo ao contrato acima mencionado, no qual a Companhia disponibilizará mais 10 (dez) fibras ópticas para a TIM Celular S.A. além da estrutura já contratada. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu da TIM Celular S.A. adiantamentos de R\$ 10.000, e de R\$ 31.000 em 31 de janeiro 2012 e em 07 de fevereiro de 2012, respectivamente.

### **14. Patrimônio líquido**

A Companhia foi constituída em 12 de novembro de 2008, mediante subscrição e integralização de 2.000 ações nominativas, sem valor nominal.

Em 6 de março de 2009, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve a aprovação de aumento de capital social no montante de R\$169.998, mediante a emissão de 84.999.000 ações ordinárias e 84.999.000 ações preferenciais todas nominativas sem valor nominal sendo totalmente integralizado pelos acionistas durante o ano de 2009.

Em 03 de agosto de 2009, os acionistas da Companhia, Invepar e Construtora OAS Ltda., celebraram contrato de compra e venda de ações, através do qual a Invepar adquiriu 85.000.000 ações preferências e 20.399.999 ações ordinárias detidas pela Construtora OAS Ltda.

Em 17 de maio de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$184.518, mediante a emissão de 137.354.293 ações ordinárias e 137.354.293 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$354.518 representado por 222.354.293 ações ordinárias e 222.354.293 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **14. Patrimônio líquido--Continuação**

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$157.482, mediante a emissão de 120.312.359 ações ordinárias e 120.312.359 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$512.000 representado por 342.666.652 ações ordinárias e 342.666.652 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de março de 2011, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 25.000, mediante emissão de 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 537.000 representado por 362.537.949 ações ordinárias e 362.537.949 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de junho de 2011, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 17.000, mediante emissão de 13.836.979 ações ordinárias e 13.836.979 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 554.000 representado por 376.374.928 ações ordinárias e 376.374.928 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de julho de 2011, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 39.000, mediante emissão de 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 593.000 representado por 408.118.585 ações ordinárias e 408.118.585 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de dezembro de 2011 foi, aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 625.000 representado por 434.691.947 ações ordinárias e 434.691.947 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2011, o limite do capital autorizado da Companhia era de R\$ 660.000 (R\$ 520.000 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 170.000 em 31 de dezembro de 2009).

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Patrimônio líquido--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o capital social da Companhia está assim representado:

	31/12/2011			
	Número de ações	% de Participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Invepar	869.383.893	99,99	434.691.948	434.691.947
Construtora OAS Ltda.	1	0,01	1	-
	869.383.894	100,00	434.691.947	434.691.947

	31/12/2010			
	Número de ações	% de Participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Invepar	885.333.287	99,99	342.666.636	342.666.652
Construtora OAS Ltda.	1	0,01	1	-
Outros	16	-	16	-
	885.333.304	100,00	342.666.652	342.666.652

	31/12/2009			
	Número de ações	% de Participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Invepar	169.999.983	99,99	85.000.000	85.000.000
Construtora OAS Ltda.	1	-	-	-
Outros	16	0,01	16	-
	170.000.000	100,00	85.000.000	85.000.000

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.



## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Receita operacional líquida

	2011	2010	2009
Receita bruta de pedágio	194.080	173.528	25.860
Receitas acessórias	338	189	25
Receita de contrato de construção	218.188	243.091	259.389
Deduções da receita	(18.688)	(14.595)	(2.160)
	398.019	402.213	283.104

### 16. Custo dos serviços prestados

	2011	2010	2009
Prestadores de serviços	(52.291)	(50.134)	(15.236)
Operacionais	(8.280)	(12.568)	(3.201)
Amortização	(43.891)	(35.377)	(17.299)
Provisão	(8.154)	(3.370)	(1.657)
Pessoal	(8.132)	(7.545)	(11.877)
Custos contratuais da concessão	(8.140)	(10.077)	(4.081)
	(128.688)	(119.071)	(53.351)

### 17. Resultado financeiro, líquido

	2011	2010	2009
Receitas financeiras			
Descontos obtidos	145	-	-
Juros ativos	18	-	-
Receita de aplicações financeiras	6.238	1.044	3.811
	6.401	1.044	3.811
Despesas financeiras			
Comissões e despesas bancárias	(1.732)	-	-
Juros sobre empréstimos	(86.170)	(54.553)	(20.312)
IOF	(736)	(1.659)	-
Atualização da outorga fixa- IPCA	-	(4.839)	(21.973)
Variação monetária passiva	(95)	-	-
	(87.733)	(60.851)	(42.285)
	(82.332)	(59.807)	(38.474)

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2011			2010			2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado		
Numerador básico									
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(16.726)	(15.726)	(31.450)	(16.341)	(13.341)	(30.682)	(26.106)	(23.160)	(50.306)
Denominador básico e diluído									
Média ponderada das ações (em milhares)	379.613	379.613	759.026	211.343	211.343	422.686	69.863	69.863	139.726
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,0414)	(0,0414)		(0,0726)	(0,0726)		(0,3602)	(0,3602)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Compromissos com a concessão**

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2009, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

#### **a) Investimentos**

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 2.542.520. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 a 2039	Total
Investimentos previstos							
- PER	266.653	219.787	233.927	267.691	298.734	1.257.728	2.542.520

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caluá);
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Compromissos com a concessão--Continuação**

#### **b) Outorga fixa e variável**

Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes:

##### **I. Outorga fixa - valor fixo de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP da seguinte forma:**

- 1 - Uma parcela de R\$126.800 correspondente a 20% do valor da outorga fixa, pago no ato da assinatura do contrato;
- 2 - 18 (dezoito) parcelas fixas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 28.177, vencendo a primeira parcela no último dia do mês seguinte ao da assinatura do contrato. A partir de 1º de julho de 2009, as parcelas a serem pagas foram reajustadas de acordo com o reajuste aplicado na tarifa do pedágio (R\$ 4,60 para R\$ 4,80), passando a parcela mensal de R\$ 28.177 para R\$ 29.843. A partir de 1º de julho de 2010, as parcelas restantes foram reajustadas de acordo com o reajuste aplicado na tarifa de pedágio, passando a parcela mensal de R\$ 29.843 para R\$ 31.189.

Durante o ano de 2010, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$271.425, referente à outorga fixa. Em 16 de setembro de 2010 a Companhia liquidou em sua totalidade o compromisso Direito de Outorga Ônus Fixo.

O valor a pagar referente a outorga fixa foi liquidado integralmente em 16 de setembro de 2010.

##### **II. Outorga variável**

Valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 536 (R\$ 490 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 275 em 31 de dezembro de 2009).

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.787 (R\$ 4.997 em 2010 e R\$ 778 em 2009) referente à outorga variável.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Compromissos com a concessão--Continuação**

#### **c) Garantias**

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 107,249. Vigência de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação. Vigência mínima de 12 meses.

#### **d) Recursos financeiros**

A Companhia iniciou suas atividades em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliação	R\$ 133.618	18/03/2011 a 18/03/12	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$ 107.249	18/03/2011 a 18/03/12	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 25.000	01/08/2011 a 01/08/12	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 180.000	01/08/2011 a 01/08/12	Tokio Marine	(d)

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 18 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 18 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominada como lote 18 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as melhorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

### 21. Instrumentos financeiros e concentração de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

#### **a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

#### **b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

#### c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do DI diário, TJLP e IPCA.

#### d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

##### **Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada Índice.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI*	10,81%	13,51%	16,22%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	6,50%	8,13%	9,75%

\* Refere-se à taxa CDI em 31 de dezembro de 2011.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.



## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

#### d) Análise de sensibilidade--Continuação

##### **Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	31/12/2011		
			Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Equivalentes de caixa	-	Baixa na taxa DI	5.566	6.956	8.352
Aplicações financeiras	-	Baixa na taxa DI	4.328	5.409	5.494
Debêntures	Jan/2013	Alta na taxa DI	45.863	57.318	68.815
BNDES Sênior	Mar/2021	Alta na TJLP	22.714	28.393	34.071
BNDES Sênior	Mar/2023	Alta no IPCA	5.448	6.815	8.173

Instrumento	Vencimento	Risco	31/12/2010		
			Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Equivalentes de caixa	-	Baixa na taxa DI	461	584	677
Notas promissórias	Fev/2011	Alta na taxa DI	44.201	55.252	66.302
BNDES Sênior	Abr/2011	Alta na TJLP	10.564	13.208	15.847
BNDES Sênior	Mar/2011	Alta no IPCA	4.879	5.853	7.018

Instrumento	Vencimento	Risco	31/12/2009		
			Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Equivalentes de caixa	-	Baixa na taxa DI	2.931	3.663	4.398
Notas promissórias	Mar/2010	Alta na taxa DI	40.841	51.061	61.262
BNDES Sênior	Mar/2011	Alta na TJLP	5.386	6.732	8.079

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**

#### **d) Análise de sensibilidade--Continuação**

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, TJLP e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

#### **e) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas corrente bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 9.877, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário. Os valores a receber da Visa e DBTrans historicamente não possuem histórico de perda e a administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundos destes valores a receber.

## **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**

#### **f) Derivativos**

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

#### **g) Valores de mercado**

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

#### **h) Gestão do capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010	2009
Empréstimos e financiamentos	477.818	684.701	503.555
Debêntures	424.283	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	(5.148)	(4.243)	(28.891)
Aplicações financeiras	(40.038)	-	-
Dívida líquida	856.894	680.458	478.864
Patrimônio líquido	512.532	430.982	119.864
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.369.226	1.111.440	598.528

## 22. Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 30.000, com prazo de vencimento de 30 dias, prorrogáveis por períodos iguais sucessivos até o limite de 120 dias, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,20% ao mês. Em 16 de fevereiro de 2012, essa operação foi liquidada.

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 55.000, mediante a emissão de 46.646.955 ações ordinárias e 46.646.955 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2012, foi integralizado o montante de R\$ 30.000, sendo o saldo restante de R\$ 25.000 integralizado em 17 de julho de 2012.

Em 9 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato de curto prazo, com vencimento em 30 de junho de 2013, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Alcatel-Lucent Brasil S.A.. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 10.617, equivalentes ao montante total dos serviços contratados. Este montante foi registrado no passivo circulante naquela data e será apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação.

Em 31 de agosto de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 35.000, mediante emissão de 32.146.076 ações ordinárias e 32.146.076 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralizado em 28 de setembro de 2012.

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Getulio Vargas, nº 59 quadra 20, cidade de Bauru, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Concessionária referentes aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Bauru, 12 de dezembro de 2012.

Ricardo Schittini Duarte

Diretor Presidente

Damião Carlos Moreno Tavares

Diretor de Planejamento

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Getulio Vargas, nº 59 quadra 20, cidade de Bauru, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

Bauru, 12 de dezembro de 2012.

Ricardo Schittini Duarte

Diretor Presidente

Damião Carlos Moreno Tavares

Diretor de Planejamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO F**

Formulário de Informações Trimestrais - ITR Relativo  
ao Trimestre Findo em 30 de setembro de 2012



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

<b>Dados da Empresa</b>	
Composição do Capital	1
<b>DFs Individuais</b>	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	18
<b>Pareceres e Declarações</b>	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Motivos de Reapresentação	48

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	513.484.978
Preferenciais	513.484.978
<b>Total</b>	<b>1.026.969.956</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.612.255	1.451.270
1.01	Ativo Circulante	109.002	58.062
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.037	5.149
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.478	40.038
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.478	40.038
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	42.478	40.038
1.01.03	Contas a Receber	13.039	10.790
1.01.03.01	Clientes	13.039	10.790
1.01.04	Estoques	696	496
1.01.06	Tributos a Recuperar	190	344
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	190	344
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.034	680
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	528	565
1.01.08.03	Outros	528	565
1.02	Ativo Não Circulante	1.503.253	1.393.208
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	96.058	69.877
1.02.01.03	Contas a Receber	792	116
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	792	116
1.02.01.06	Tributos Diferidos	95.257	69.752
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	95.257	69.752
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	9	9
1.02.03	Imobilizado	18.958	22.407
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.958	22.407
1.02.04	Intangível	1.388.237	1.300.924
1.02.04.01	Intangíveis	1.388.237	1.300.924
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.388.237	1.300.924

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.612.255	1.451.270
2.01	Passivo Circulante	475.717	92.928
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.578	4.096
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.466	1.241
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.112	2.855
2.01.02	Fornecedores	2.950	3.019
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.950	3.019
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.964	1.669
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	665	536
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.299	1.133
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	452.210	82.032
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.203	57.770
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.203	57.770
2.01.04.02	Debêntures	407.007	24.262
2.01.05	Outras Obrigações	11.431	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.169	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.169	0
2.01.05.02	Outros	10.262	0
2.01.05.02.04	Receitas a Apropriar	10.179	0
2.01.05.02.05	Seguros a Pagar	83	0
2.01.06	Provisões	1.584	2.112
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.584	2.112
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.584	2.112
2.02	Passivo Não Circulante	554.095	845.810
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	484.430	819.849
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	484.430	419.849
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	484.430	419.849
2.02.01.02	Debêntures	0	400.000
2.02.04	Provisões	19.454	14.299
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	554	299
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	453	239
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	101	60
2.02.04.02	Outras Provisões	18.900	14.000
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	18.900	14.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	50.211	11.662
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	50.211	11.662
2.03	Patrimônio Líquido	582.443	512.532
2.03.01	Capital Social Realizado	715.000	625.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-132.557	-112.468

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.824	269.072	111.500	288.006
3.01.01	Receita Operacional Líquida	55.408	145.719	47.509	130.636
3.01.02	Receita de Construção	58.416	123.353	63.991	157.370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-92.362	-224.626	-93.811	-242.366
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-34.525	-102.495	-31.683	-89.579
3.02.02	Custos de Construção	-57.837	-122.131	-62.128	-152.787
3.03	Resultado Bruto	21.462	44.446	17.689	45.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.715	-29.900	-8.639	-25.465
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.749	-29.992	-8.730	-25.556
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-7.972	-24.706	-7.249	-21.120
3.04.02.02	Depreciação	-1.777	-5.286	-1.481	-4.436
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34	92	91	91
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.747	14.546	9.050	20.175
3.06	Resultado Financeiro	-19.046	-60.140	-21.617	-60.459
3.06.01	Receitas Financeiras	1.269	3.736	1.907	4.301
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.315	-63.876	-23.524	-64.760
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.299	-45.594	-12.567	-40.284
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.669	25.505	7.640	22.799
3.08.02	Diferido	5.669	25.505	7.640	22.799
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.630	-20.089	-4.927	-17.485
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.630	-20.089	-4.927	-17.485
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0.00180	-0.02230	-0.00670	-0.02360
3.99.01.01	ON				
3.99.01.02	PN	-0.00180	-0.02230	-0.00670	-0.02360

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.630	-20.089	-4.927	-17.485
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.630	-20.089	-4.927	-17.485

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	111.383	76.585
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.526	58.256
6.01.01.01	Prejuízo do Período antes dos impostos	-45.594	-40.284
6.01.01.02	Margem de construção	-1.222	-4.583
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	43.554	36.125
6.01.01.04	Baixa de Imobilizado e Intangível	53	113
6.01.01.05	Variações Monetárias, cambiais e encargos - líquido	62.735	66.885
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.857	18.329
6.01.02.01	Contas a receber	-2.249	-432
6.01.02.02	Estoques	-200	-716
6.01.02.03	Impostos a recuperar	154	-100
6.01.02.04	Outras contas a receber	0	32
6.01.02.05	Adiantamentos	78	298
6.01.02.06	Partes relacionadas	-41	3.092
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-676	-61
6.01.02.08	Despesas antecipadas	-354	-442
6.01.02.09	Fornecedores	55	433
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	391	667
6.01.02.11	Salários e encargos sociais a recolher	1.257	1.127
6.01.02.12	Obrigações para direito de concessão	129	26
6.01.02.13	Provisão para manutenção	4.900	2.937
6.01.02.14	Receita Diferida	48.728	11.662
6.01.02.15	Outras obrigações e contas a pagar	-315	-194
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-128.689	-214.778
6.02.01	Aplicação financeira	-2.440	-38.715
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-1.838	-4.602
6.02.03	Aquisição de intangível	-124.411	-171.461
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	63.194	136.542
6.03.01	Captação de empréstimos e mútuos	130.045	518.466
6.03.02	Pagamento de empréstimos e mútuos	-80.454	-834.752
6.03.03	Juros pagos	-76.397	-28.172
6.03.04	Debêntures emitidas	0	400.000
6.03.05	Aumento de capital	90.000	81.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45.888	-1.651
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.149	4.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.037	2.592



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	625.000	0	0	-112.468	0	512.532
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	625.000	0	0	-112.468	0	512.532
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	90.000	0	0	0	0	90.000
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	0	0	0	90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.089	0	-20.089
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.089	0	-20.089
5.07	Saldo Finais	715.000	0	0	-132.557	0	582.443

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	512.000	0	0	-81.018	0	430.982
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	512.000	0	0	-81.018	0	430.982
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	81.000	0	0	0	0	81.000
5.04.01	Aumentos de Capital	81.000	0	0	0	0	81.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.485	0	-17.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.485	0	-17.485
5.07	Saldo Finais	593.000	0	0	-98.503	0	494.497

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	283.007	300.276
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.562	142.815
7.01.02	Outras Receitas	92	91
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	123.353	157.370
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-188.066	-211.253
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-122.131	-152.787
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.935	-58.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.941	89.023
7.04	Retenções	-43.545	-36.053
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.545	-36.053
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.396	52.970
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.736	4.301
7.06.02	Receitas Financeiras	3.736	4.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	55.132	57.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	55.132	57.271
7.08.01	Pessoal	23.033	20.616
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-11.431	-10.057
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.619	64.197
7.08.03.01	Juros	63.619	64.197
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.089	-17.485
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.089	-17.485

## Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, atendendo às disposições legais e estatutárias, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, com informações atualizadas até 30 de setembro de 2012. Apresentamos, também, os trabalhos desenvolvidos pela CART - Concessionária Auto Raposo Tavares que demonstram sua busca pela excelência em seus processos de gestão, aliados ao desenvolvimento socioambiental das regiões onde atua.

#### 1. APRESENTAÇÃO

Em 2008, o governo do Estado de São Paulo publicou o edital para a concorrência de concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Estadual de Concessão Rodoviária. O edital estabeleceu as regras gerais para a concessão, as obrigações da concessionária e a data do leilão.

O leilão de concessão foi realizado em outubro de 2008. O vencedor foi o consórcio formado pela Construtora OAS e pela INVEPAR – Investimentos e Participações em Infra-Estrutura.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de março de 2009. Com isso, o Estado transferiu a administração das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, trecho Bauru – Presidente Epitácio pelo prazo de 30 anos para a CART – Concessionária Auto Raposo Tavares. O corredor é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no estado de São Paulo, formado por mais 31 municípios, com forte potencial econômico. É também uma valiosa ligação entre o estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o estado do Paraná, que possui o porto de Paranaguá.

Oferecer rodovias mais seguras, gerar resultados expressivos aos acionistas, buscar novas tecnologias em benefício aos seus usuários e às comunidades ao longo dos 444 quilômetros que administra, fazem parte da missão da empresa.

A CART trabalha de forma séria e responsável e estará presente no dia-a-dia da região por 30 anos. Mais do que garantir a implantação de um modelo de excelência no Corredor Raposo Tavares, ela assume um compromisso de administrar com transparência e contribuir com o crescimento de toda região, através de rodovias novas e mais seguras, gerando novas oportunidades de crescimento.

#### 2. MERCADO

Com o fim do modelo que garantia investimentos públicos em infraestrutura rodoviária, na década de 90, o governo federal e os governos estaduais buscam alternativas para

## Comentário do Desempenho

garantir que tais investimentos continuem ocorrendo nos sistemas rodoviários que administram. Diante desses desafios, foram desenvolvidos programas de concessão rodoviária pelo governo federal e pelos governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul e outros modelos de PPP (Parcerias Públicas Privadas). Tais modelos passaram a demonstrar a viabilidade de se manter as rodovias federais e estaduais através da obtenção de recursos advindos da cobrança de pedágio e, em contrapartida, as concessionárias proveriam a recuperação, desenvolvimento, ampliação e modernização das rodovias firmando compromissos de longo prazo estabelecidos em contratos de concessão onerosa.

O Brasil dispõe de uma rede rodoviária limitada para as suas dimensões territoriais, sendo considerada a menor, proporcionalmente, entre as 20 maiores economias mundiais, conforme levantamento realizado em 2010 pela ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Desta forma, sem transferir à gestão privada a responsabilidade pela manutenção e investimentos em infraestrutura rodoviária, de parte relevante da malha existente, o crescimento econômico nos próximos anos poderá ser impactado negativamente, por ser o setor de transporte rodoviário reconhecido mundialmente como um dos principais agentes indutor de riqueza e desenvolvimento, além de integrar áreas de produção e consumo, sejam elas internas ou externas.

De acordo com a Pesquisa CNT de Rodovias 2011, no que tange a avaliação do estado geral das rodovias, observou-se que 12,6% das rodovias pesquisadas foram classificados como Ótimo, em termos de segurança e conforto, e 30% foram classificados como Bom, o que totaliza 42,6% das rodovias em condições favoráveis. No entanto, 57,4% das rodovias estão em condições desfavoráveis, das quais 26,9% estão em situação crítica. Esta mesma pesquisa esclarece que os resultados demonstram a situação deficiente de uma larga extensão da malha rodoviária no Brasil e, por outro lado, representam os grandes desafios a serem enfrentados pelos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo de melhorar a principal infraestrutura de transporte utilizada no país.

A CART – Concessionária Auto Raposo Tavares S.A atua no estado de São Paulo, onde das 55 concessionárias de rodovias, associadas à ABCR em 2012, 23 ou 47% estão situadas, o que denota a aceitação pública e política do referido estado para o mercado de atuação da companhia.

### 3. CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB brasileiro cresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2012, e em comparação com o segundo trimestre de 2011 cresceu 0,5%, no acumulado nos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2012 (12 meses), a expansão foi de 1,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, sendo que no primeiro semestre o PIB apresentou um aumento de 0,6%, conforme divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do desaquecimento da economia mundial, motivada principalmente pelos impactos da crise na Zona do Euro em 2011, as praças de Pedágio da CART

## **Comentário do Desempenho**

registraram 44.740.444 veículos equivalentes pagantes, ou seja, 6,05% acima dos 42.187.579 veículos equivalentes pagantes registrados em 2010. A média diária de veículos equivalentes pagantes em 2011 finalizou 122.577. No período encerrado em 30 de setembro de 2012, o volume de tráfego de eixos-equivalentes aumentou aproximadamente 3,28% quando comparado ao mesmo período de 2011.

### **4. RECURSOS HUMANOS**

Desenvolver o capital humano na CART faz parte de um dos objetivos estratégicos da companhia. Para isso, a empresa prioriza a contratação de mão-de-obra localizada na região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras. A CART investe no treinamento, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores e gestores, realizando até setembro de 2012 aproximadamente 50 mil horas/homem de treinamentos para colaboradores próprios e terceirizados, investindo assim mais de 1,5 milhões em capacitação e desenvolvimento.

Em 30 de setembro 2012 a empresa fechou seu quadro de pessoal com 605 empregos diretos e 2.447 empregos indiretos, contra 596 empregos diretos e 1.815 empregos indiretos em 2011 e 581 empregos diretos e 1.349 empregos indiretos em 2010. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da empresa na superação de seus desafios ao longo dos seus 30 anos de concessão.

### **5. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

Estar à frente das tendências, buscar as melhores práticas de mercado e o investimento em tecnologias de ponta para a gestão de seu negócio, faz parte da cultura da empresa. Em 2011, a CART investiu em novas propostas de tecnologia para atendimento a seus usuários, implantou 497 quilômetros de rede fibra-óptica para viabilizar a interligação entre os sistemas tecnológicos da rodovia e as edificações da empresa, além de trazer a possibilidade de receita acessória à empresa com a locação de infraestrutura por operadores de telecomunicações ou por outras empresas que atuam na região.

Além de implantar a rede de fibra-óptica a Concessionária investiu em um moderno sistema de monitoramento remoto do Corredor Raposo Tavares, por CFTV – Circuito Fechado de TV, estas câmeras operam em 360° com zoom de até 3 quilômetros de aproximação. As imagens são enviadas em tempo real ao Centro de Operações da Concessionária.

Além dos investimentos e melhorias por nós realizados, tendo em vista o compromisso com nossos acionistas de adotar sempre as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, obtivemos o certificado do nosso SGC – Sistema de Gestão CART, de 3 normas internacionais: a ISO 9001:2008, que estabelece normas e critérios de um Sistema de Gestão de Processos e Qualidade, a ISO 14001:2004, que define as diretrizes para a implantação eficiente de um Sistema de Gestão Ambiental e a OHSAS 18001:2007, que orienta sobre a implantação de um Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional. Assim, após termos sido auditados pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, passamos a ser a 3ª concessionária do Estado de São Paulo a 6ª concessionária de rodovias do País que possuem seu Sistema de Gestão certificado

## Comentário do Desempenho

nas 3 normas (ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007), usando como base dados da ABCR de 30 de março de 2012.

### 6. DESEMPENHO FINANCEIRO EM 2011

As informações referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em 2011 a empresa registrou receita operacional bruta de R\$ 194,4 milhões, ou seja, 11,9% acima se comparado à receita obtida em igual período de 2010, de R\$173,7 milhões. No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 a empresa registrou receita operacional bruta de R\$ 159,6 milhões, ou seja, 11,8% acima se comparado à receita obtida em igual período de 2011, de R\$ 142,8 milhões.

Conforme registrado nas Demonstrações Financeiras de 2011, a CART celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela TIM Celular S.A. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$11,66 milhões, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Ressalta-se que no curso do processo de negociação de mais 10 (dez) fibras-ópticas a Companhia recebeu da TIM Celular S.A. adiantamentos de R\$ 10 milhões, e de R\$ 31 milhões em 31 de janeiro e em 07 de fevereiro de 2012, respectivamente.

Em 09 de julho de 2012 a Companhia celebrou contrato de curto prazo com vencimento em 30 de junho de 2013, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Alcatel-Lucent Brasil S.A. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 10,6 milhões equivalente ao montante total dos serviços contratados.

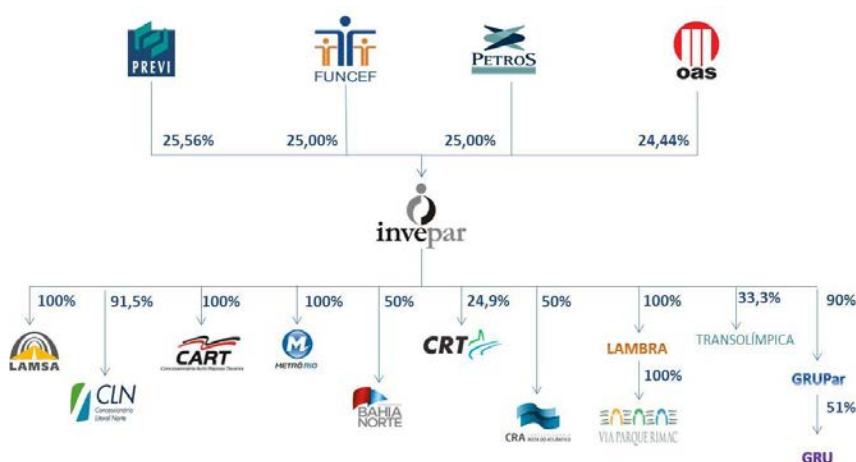
### 7. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A é uma companhia aberta de capital nacional que tem como objeto social exclusivamente a exploração e operação do corredor denominado Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do contrato de concessão firmado entre o estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP, e a Sociedade ("Contrato de Concessão").

A CART é uma empresa do Grupo INVEPAR – Investimentos e Participações em Infra-Estrutura, sociedade formada pelos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e pela empresa OAS Investimentos. O

## Comentário do Desempenho

Grupo INVEPAR tem entre seus negócios a Linha Amarela (Lamsa), a Concessionária Rio Teresópolis (CRT), Metrô Rio e a Concessionária Transolímpica, no Rio de Janeiro, as Concessionárias Litoral Norte (CLN) e Bahia Norte (CBN), na Bahia e a Concessionária Rota do Atlântico (CRA), em Pernambuco e ainda as mais recentes aquisições Linea Amarilla S.A.C. (Lamsac), concessionária que explora a rodovia expressa Via Parque Rímac, em Lima, no Peru e a participação acionária no Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (acionista da Concessionária Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., que administra o aeroporto)



## 8. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL CORPORATIVA

Em 2012 (de janeiro à setembro), a CART vem reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento regional das cidades que estão situadas ao longo do Corredor Raposo Tavares, desenvolvendo ações voltadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento social (educação, saúde e segurança).

Na área de desenvolvimento social a CART possui diversos programas, são eles: (i) Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a realização de 07 passeatas temáticas, entrega de 140 mil folhetos, instalação de 04 faixas e 11 outdoors e ainda 02 bloqueios educativos, (ii) Ação de Cidadania, com a realização de 1.599 atendimentos, (iii) Educação Continuada, com palestras e atividades práticas relacionadas à segurança do trânsito, que atingiram a 5.057 pessoas, (iv) Bloqueios Educativos com a instalação de 2.749 antenas cora cerol e ainda a distribuição de 393.790 materiais educativos, (v) Voluntariado e Ações de Cidadania, onde os colaboradores participam de ações pontuais com a doação de materiais, como roupas, agasalhos, cobertores e afins para instituições carentes localizadas no Corredor Raposo Tavares, (vi) Caminho Verde, que é um projeto piloto de plantio 10 mil de árvores nativas em 23 canteiros na faixa de domínio em todo Corredor Raposo Tavares, (vii) Projeto Progresso com Arte, desenvolvido em uma comunidade localizada a margem da rodovia que visa desenvolver talentos locais, onde participam 12 adolescentes e ainda 1 instrutor membro da comunidade local, (viii) Capacitações junto



## Comentário do Desempenho

às Associações de Recicladores, que tem como objetivo fortalecer o sistema de produção de comercialização dos materiais recicláveis, o projeto atende a 6 associações e 1 cooperativa de recicladores, totalizando 07 municípios participantes e ainda (ix) Projeto Futuro, através do esporte visa realizar a inclusão social a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendendo 1.500 crianças e suas famílias.

E ainda, na área de meio ambiente a CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, inclusive recebendo a Menção Honrosa no Prêmio FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de Mérito Ambiental e a Medalha da Ecologia da Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística por suas iniciativas: (i) Convênio com a APASS (Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis), tendo recolhido somente no ano de 2012, 12 animais e investindo na construção de um viveiro na entidade, (ii) Recuperação de 186 passivos; (iii) Utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iv) Reutilização de material fresado, (v) Plantio de 64 mil mudas em área de preservação permanente, (vi) Treinamento/Conscientização Ambiental de aproximadamente 450 colaboradores, (vii) Distribuição de 12 mil folders e lixo-car, 15 mil sementes e 1.200 mudas de árvores nativas; (ix) Implantação e Certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NBR ISO 14001:2004, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais relacionados às atividades da Concessionária, (x) Implantação do Programa de Controle da Fumaça Preta, realizando testes em 220 veículos, (xi) Implantação do Gerenciamento de Resíduos, encaminhando para reciclagem aproximadamente 50% dos resíduos gerados; e ainda a (xii) Implantação do Programa de Substituição de Materiais que Geram Menos Impacto ao Meio Ambiente, com a utilização de materiais reciclados.

Em 2011, a CART executou as ações previstas em seu Plano de Redução de Acidentes – PRA, cumprindo em 2010 e em 2011 com as metas estabelecidas junto à ARTESP que almejavam a redução anual do “Índice de Mortos na Rodovia”.

Com foco na sustentabilidade foram desenvolvidos inúmeros projetos para garantir que as obras de melhoria, ampliação e duplicação do Corredor Raposo Tavares causem o menor impacto possível ao meio ambiente. Tivemos como algumas iniciativas a parceria com entidades locais para prestação de atendimento adequado aos animais da fauna regional, contribuindo para sua preservação, e o projeto de recomposição da mata nativa que margeia a rodovia.

A CART é engajada em projetos sociais e oferece uma gama de atendimentos gratuitos aos usuários, além de orientações e auxílio social para os municípios situados no Corredor Raposo Tavares. Em 2011 somente a “Ação Saúde & Cidadania”, que oferece testes rápidos de saúde, orientações preventivas, distribuição de materiais educativos e brindes, realizou 1.892 atendimentos em oito edições.

Contabilizando as ações da Semana Nacional do Trânsito, da Campanha de Redução de Colisão Traseira e do Dia do Motorista, a CART distribuiu 313 mil folhetos educativos. Outro destaque em 2011 foi a ação “Protegendo a Vida do Motociclista”, que instalou em oito edições quase 4 mil antenas corta-linha gratuitamente em motos

## **Comentário do Desempenho**

de interessados em várias cidades do Corredor Raposo Tavares. Em 2011 foram quase 9 mil atendimentos e 467 mil materiais educativos e informativos distribuídos nas diversas ações realizadas.

Anualmente a CART amplia os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, garante o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via.

### **9. REALIZAÇÕES ATÉ SETEMBRO DE 2012 E PLANOS PARA 2013**

Em 2011 foram investidos R\$ 233 milhões em obras nas rodovias SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), SP-327 (Orlando Quagliato) e SP-270 (Raposo Tavares), que formam o Corredor Raposo Tavares.

Para a segurança e conforto dos usuários, em 2011 foram realizadas melhorias em 21 dispositivos ao longo do Corredor Raposo Tavares. Foi entregue um novo dispositivo de retorno no município de Santa Cruz do Rio Pardo, localizado no km 29 da SP-327. Foram recapeados 167 quilômetros de pista ao longo do trecho, implantados 126 quilômetros de acostamento na SP-225, construídos 23 quilômetros de drenagem e instaladas 745 placas, tudo para que o usuário possa viajar por estradas conservadas e bem sinalizadas. Além disso, outra obra importante para ampliar a possibilidade de atração de receitas assessórias e para suprir as necessidades internas da CART de comunicação de alta velocidade e, assim, proporcionar maior segurança aos usuários, foi a instalação de 444 quilômetros de rede de fibra-óptica ao longo do Corredor Raposo Tavares.

Visando otimizar as atividades operacionais e cumprir com as demandas previstas no Edital de Concessão a CART instalou Painéis de Mensagem Variáveis Fixos e Móveis ao longo do Corredor Raposo Tavares, melhorando a comunicação com os usuários das rodovias que administra. A Concessionária fez 37.239 atendimentos e prestou 78.234 serviços aos usuários de suas rodovias somente em 2011.

A CART investiu na construção de 9 novos e modernos SAU's – Serviço de Atendimento ao Usuário, que prestam auxílio aos usuários que trafegam pelo Corredor Raposo Tavares, ressalta-se que em 2012 está previsto a conclusão das obras de mais 3 novos SAU's, ao final, serão 12 novas edificações ao longo das rodovias que administra para atender com excelência aqueles que nelas trafegam diariamente.

Até 30 de setembro de 2012 avançou nas melhorias das rodovias que formam o Corredor Raposo Tavares e realizou obras estruturais importantes para dotá-las do padrão de excelência das melhores vias do Estado de São Paulo no valor de R\$ 127 milhões. No ano de 2012 iniciamos os investimentos em duplicações, que seguirão no ano de 2013 e a entrega do novo Centro de Controle Operacional às margens da Rodovia SP-225 e a implantação de sistemas de monitoramento e sensoriamento de tráfego interligado ao novo Centro de Operações.

## **Comentário do Desempenho**

### **10. AUDITORIA INDEPENDENTE**

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

A contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras teve início em 26 de abril de 2011. O valor global do contrato firmado foi R\$ 78 mil.

Atendendo à determinação da Instrução CVM 381/2003, destacamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Ernst & Young não foi contratada para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Para o ano de 2012 a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., permanece como auditora independente contratada pela Companhia para auditar as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 21/12/2012 e também para revisar e emitir relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da empresa para os trimestres a findar-se em 31/03, 30/06 e 30/09 do ano corrente. O valor global do contrato firmado é de R\$ 83 mil.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

### **11. AGRADECIMENTOS**

A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela garra, dedicação e espírito de equipe, apresentados durante esses três anos de concessão.

Bauru-SP, 22 de outubro de 2012.

**A Administração**

## Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul;
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo;
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais--Continuação**

O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

**Equalização do capital circulante líquido negativo**

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 366.715, proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, captado para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A Companhia entende que os recursos que serão obtidos através do aporte de capital e das liberações programadas no Contrato de Empréstimo Sênior junto ao BNDES e de outras fontes de financiamento, assim como aumento no tráfego da via após as melhorias que estão sendo efetuadas e a obtenção de receitas acessórias o que aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos. Conforme mencionado na Nota 8 as ações da Companhia que são de propriedade da Invepar estão dadas em garantia das debêntures emitidas.

**Sazonalidade da operação**

O resultado operacional da Companhia é afetado pelo número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, pelo o "efeito calendário", pois reflete a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de eixos-equivalentes no tráfego consolidado, e pelo ciclo da safra de grãos, tendo em vista que a área de concessão é um importante corredor de escoamento da produção de grãos na região da Concessão.

## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Companhia possui práticas contábeis definidas de acordo com as normas, que vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com o pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias. Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## **Notas Explicativas**

### **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das informações trimestrais em 11 de outubro de 2012

#### **2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais** --Continuação

##### **Reapresentação das informações trimestrais**

Durante o exercício de 2012 a Administração da Companhia visando a melhoria contínua de suas informações trimestrais efetuou algumas reclassificações em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011. Estas reclassificações, consideradas não relevantes pela Administração da Companhia, incluíram a abertura mais analítica de obrigações sociais e trabalhistas, obrigações fiscais, provisões, custos e despesas que em linhas gerais passaram a ser demonstrados de forma mais detalhada. Um sumário dos saldos originalmente apresentados e o efeito líquido destas reapresentações em cada grupo de contas está abaixo apresentado.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente apresentado	ajustes	reclassificado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL (31/12/2011)</b>			
<b>Ativo</b>			
Circulante	58.062	-	58.062
Não circulante	1.393.208	-	1.393.208
Imobilizado	22.407	-	22.407
Intangível	1.300.924	-	1.300.924
Total de ativos	1.451.270	-	1.451.270
<b>Passivo</b>			
Circulante	92.928	-	92.928
Obrigações sociais e trabalhistas	2.855	1.241	4.096 (a)
Fornecedores	2.819	200	3.019 (a)
Obrigações fiscais	2.374	(705)	1.669 (a)
Outras obrigações	2.848	(2.848)	- (a)
Provisões	-	2.112	2.112 (a)
Não circulante	845.810	-	845.810
Patrimônio Líquido	512.532	-	512.532
Total de passivo e patrimônio líquido	1.462.166	-	1.462.166
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (30/9/2011)</b>			
Receita Líquida	288.006	-	288.006
Custo dos serviços prestados	(242.366)	-	(242.366)
Resultado Bruto	45.640	-	45.640
Despesas operacionais	(25.465)	-	(25.465)
Despesas gerais e administrativas	(20.232)	(5.324)	(25.556) (a)
Outras despesas operacionais	(5.324)	5.324	- (a)
Resultado financeiro, líquido	(60.459)	-	(60.459)
Lucro antes dos impostos	(65.840)	-	(65.840)
Imposto de renda e contribuição social	22.799	-	22.799
Prejuízo do período	(43.041)	-	(43.041)
<b>FLUXO DE CAIXA (30/9/2011)</b>			
Atividades operacionais	33.586	42.999	76.585 (b) e (c)
Atividades de investimento	(176.063)	(38.715)	(214.778) (b)
Atividades de financiamento	140.826	(4.284)	136.542 (c)
Redução de caixa e equivalentes	(1.651)	-	(1.651)
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (30/9/2011)</b>			
Receita	300.276	-	300.276
Insumos adquiridos de terceiros	(211.181)	(72)	(211.253)
Valor adicionado bruto	89.095	(72)	89.023
Retenções	(36.125)	72	(36.053)
Valor adicionado líquido produzido	52.970	-	52.970
Valor adicionado recebido em transferência	4.301	-	4.301
Valor adicionado total a distribuir	57.271	-	57.271
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	20.616	-	20.616
Impostos, taxas e contribuições	(10.057)	-	(10.057)
Remuneração do capital de terceiros	64.197	-	64.197
Remuneração do capital próprio	(17.485)	-	(17.485)



**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Reclassificação para maior detalhamento dos saldos em função de sua natureza.
- (b) Reclassificação de aplicação financeira da Conta Reserva BNDES para linha de investimentos.
- (c) Reclassificação de juros de financiamento.

A Administração da Companhia autorizou a reapresentação das informações trimestrais em 12 de dezembro de 2012.

**3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	30/09/2012	31/12/2011
Caixa geral	3	3
Numerário em trânsito	1.129	1.186
Bancos conta movimento	2.571	550
Fundo de troco	120	120
Operações compromissadas	47.214	3.290
Saldo de caixa e equivalente de caixa	51.037	5.149
Certificados de depósitos bancários - CDB	42.478	40.038
Saldo de aplicações financeiras	42.478	40.038

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures indexadas a taxa de 90% a 99,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$ 42.478 em 30 de setembro de 2012 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deverá constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015."

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. Créditos a receber**

	30/09/2012	31/12/2011
AVI - sem parar (i)	11.857	9.877
VISA - vale pedágio (i)	633	476
DBTRANS - vale pedágio (i)	325	260
Outros	224	177
	<b>13.039</b>	<b>10.790</b>

(i) Contas a receber referente a utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 30 de setembro de 2012 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 23 dias.

**5. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Balanco patrimonial			
	30/09/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	(284.275)	(284.275)	(208.860)	(208.860)
Diferenças temporárias	4.108	4.108	3.708	3.708
Base de cálculo	(280.167)	(280.167)	(205.152)	(205.152)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda diferido	<b>70.042</b>	<b>25.215</b>	51.288	18.464

	Resultado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(45.594)	(40.284)	(45.594)	(40.284)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	11.399	10.071	4.103	3.626
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período	6.791	6.193	2.445	2.230
Adições permanentes	564	500	203	179
Exclusões permanentes				
Total dos impostos no resultado	<b>18.754</b>	<b>16.764</b>	<b>6.751</b>	<b>6.035</b>

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	30/09/20112
2014	430
2015	2.081
2016	6.115
2017	10.344
2018 em diante	76.287
	<u>95.257</u>

**6. Imobilizado**

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2012
Instalações	4	-	152	-	152
Máquinas e equipamentos	5	3.163	689	-	3.852
Móveis e utensílios	5	2.479	104	(14)	2.569
Veículos	5	1.420	79	-	1.499
Equipamentos de informática	5	27.258	814	(7)	28.065
Ferramentas e aparelhos	5	232	-	-	232
		34.552	1.838	(21)	36.369
Depreciação acumulada		(12.145)	(5.274)	8	(17.411)
Imobilizado líquido		<u>22.407</u>	<u>(3.436)</u>	<u>(13)</u>	<u>18.958</u>

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Imobilizado--Continuação**

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Máquinas e equipamentos	5	1.330	1.835	(2)	3.163
Móveis e utensílios	5	2.040	452	(13)	2.479
Veículos	5	924	654	(158)	1.420
Equipamentos de informática	5	22.473	4.799	(14)	27.258
Ferramentas e aparelhos	5	189	43	-	232
		<u>26.956</u>	<u>7.783</u>	<u>(187)</u>	<u>34.552</u>
Depreciação acumulada		(6.261)	(5.957)	73	(12.145)
Imobilizado líquido		<u>20.695</u>	<u>1.826</u>	<u>(114)</u>	<u>22.407</u>

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

**7. Intangível**

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2012
Direito de uso <i>software</i>	5	4.640	1.067	-	5.707
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	30	758.159	124.566	(155)	882.570
Outorga fixa	30	634.000	-	-	634.000
		<u>1.396.819</u>	<u>125.633</u>	<u>(155)</u>	<u>1.522.297</u>
Amortização acumulada		(95.895)	(38.280)	115	(134.060)
Intangível, líquido		<u>1.300.924</u>	<u>87.353</u>	<u>(40)</u>	<u>1.388.237</u>

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Direito de uso <i>software</i>	5	3.663	977	-	4.640
Marcas e patentes	10	6	14	-	20
Direito de concessão	30	518.064	241.337	(1.242)	758.159
Outorga fixa	30	634.000	-	-	634.000
		<u>1.155.733</u>	<u>242.328</u>	<u>(1.242)</u>	<u>1.396.819</u>
Amortização acumulada		(52.676)	(44.210)	991	(95.895)
Intangível, líquido		<u>1.103.057</u>	<u>198.118</u>	<u>(251)</u>	<u>1.300.924</u>

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Intangível--Continuação**

De acordo com o IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores os seus valores de recuperação.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

**8. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, a conta empréstimos e financiamentos e debêntures estava composta da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Principal	Amortização	Juros	Atualização Monetária	Saldo Final 30/09/2012
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	178.048	(18.742)	441	-	159.747
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	104.132	(10.961)	258	-	93.429
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	95.395	(10.042)	236	-	85.589
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	8.949	(942)	22	-	8.029
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2023	50.922	-	141	-	51.063
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	868	(84)	2	-	786
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2023	20.283	-	56	-	20.339
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2023	12.853	-	36	-	12.889
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a	15/03/2023	12.123	-	1.086	538	13.747
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2021	1.787	(115)	5	-	1.677
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a	15/03/2023	15.362	-	956	431	16.749
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2023	10.509	-	29	-	10.538
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a	15/03/2023	17.753	-	653	263	18.669
BNDES	TJLP	2,45% a.a	15/03/2023	10.133	-	28	-	10.161
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a	15/03/2023	25.784	-	281	156	26.221
Bradesco (debêntures)	CDI	116,5% CDI	18/01/2013	300.000	-	5.255	-	305.255
HSBC (debêntures)	CDI	116,5% CDI	18/01/2013	100.000	-	1.752	-	101.752
Total								936.640
Parcelas de curto prazo								452.210
Parcelas de longo prazo								484.430

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Principal	Amortização	Juros	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2011
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	178.048	(4.685)	626	-	173.989
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	104.132	(2.740)	366	-	101.758
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	95.395	(2.510)	335	-	93.220
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.949	(236)	31	-	8.744
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	50.922	-	184	-	51.106
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	868	(15)	3	-	856
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	20.283	-	73	-	20.356
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2024	12.123	-	143	95	12.361
Bradesco (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	300.000	-	18.197	-	318.197
HSBC (Debêntures)	CDI	116,5%	18/1/2013	100.000	-	6.066	-	106.066
Conta Garantida	CDI	CDI + 2,43% a.a.	20/6/2012	15.065	-	163	-	15.228
Total								901.881
Parcelas de curto prazo								82.032
Parcelas de longo prazo								819.849

**Debêntures**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, foi aprovada a realização da primeira emissão pública de Debêntures Simples não conversíveis em ações da espécie quirografária da Companhia no valor de R\$ 400.000, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09 de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador líder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e composta por quarenta Debêntures, emitidas sob forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 400.000.

Conforme mencionado no item acima os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da quarta emissão de notas promissórias.

As debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.

A emissão das debêntures foi no dia 18 de janeiro de 2011 e terá vencimento em 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013.

## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Empréstimos, financiamentos e debêntures --Continuação

#### Debêntures--Continuação

O pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 18 de julho de 2011 e o último em 18 de janeiro de 2013.

As debêntures têm como garantia o penhor sobre a totalidade das ações que Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR possui da Companhia, cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão e Cessão Fiduciária de todos os direitos creditórios da Emissora.

#### BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R\$ 377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$ 273.637, restando o valor líquido de R\$ 103.938.

O montante de R\$ 377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incorrerão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O empréstimo Sênior além de alongar a dívida apresenta um custo menor à Concessão em relação ao empréstimo Ponte.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação****BNDES - Sênior--Continuação**

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$ 1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$ 564.902 até 30 de setembro de 2012.

		Saldo dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$ mil)					
Subcrédito	Valor do subcrédito (R\$)	Liberado até	5ª Liberação	6ª Liberação	7ª Liberação	8ª Liberação	Saldo a liberar
		31/12/2011	24/01/2012	15/02/2012	15/05/2012	15/08/2012	
A TJLP	377.575	377.575	-	-	-	-	-
B - 1 TJLP	1.787	-	-	1.787	-	-	-
B - 2 TJLP	9.817	9.817	-	-	-	-	-
C TJLP	174.285	71.205	12.853	-	10.510	10.133	69.584
D - 2 IPCA	12.123	12.123	-	-	-	-	-
D - 3 IPCA	15.362	-	-	15.362	-	-	-
D - 6 IPCA	25.784	-	-	-	-	25.784	-
D - 8 IPCA	17.753	-	-	-	17.753	-	-
Total	634.486	470.720	12.853	17.149	28.263	35.917	69.584

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice ≥ 1,2.

A Companhia, em 30 de setembro de 2012, atendeu as referidas condições restritivas.



**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

A liberação total aprovada monta R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

	Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787		
B - 2	TJLP	9.817		
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	
D	TJLP	15.310		
D - 1	IPCA	11.077	10 prestações anuais a partir de 15/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	IPCA	12.124		
D - 3	IPCA	15.363		
D - 4	IPCA	10.227		
D - 5	IPCA	6.388		
D - 6	IPCA	25.784		
D - 7	IPCA	44.048		
D - 8	IPCA	17.753		
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988		
F - 1	IPCA	19.575	10 prestações anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	IPCA	28.159		
F - 3	IPCA	34.354		
F - 4	IPCA	38.316		
F - 5	IPCA	15.454		
F - 6	IPCA	22.019		
		<u>1.052.242</u>		

**9. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

**a) Composição do risco**

Natureza	30/09/2012				Provisão
	Probabilidade de perda			Total	
	Provável	Possível	Remota		
Trabalhistas	453	1.776	180	2.409	453
Cíveis	101	7.164	71	7.336	101
	554	8.940	251	9.745	554

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais--Continuação****a) Composição do risco--Continuação**

Natureza	31/12/2011				Provisão
	Probabilidade de perda				
	Provável	Possível	Remota	Total	
Trabalhistas	239	2.640	9	2.888	239
Cíveis	60	6.174	634.046	640.280	60
	299	8.814	634.055	643.168	299

**b) Movimentação**

	Saldo Inicial 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo final 30/09/2012
Trabalhistas	239	292	(78)	453
Cíveis	60	55	(14)	101
Valor Provisionado	299	347	(92)	554

**Contingências cíveis**

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

**Contingências trabalhistas**

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis às probabilidades de perda, estimadas em R\$ 8.940 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 8.814 em 31/12/2011).

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Transações com partes relacionadas**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre as companhias do Grupo Invepar e seus acionistas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

		30/09/2012				
Relação da parte com a Companhia		Ativo		Passivo circulante	Resultado (custo)	Resultado (despesa financeira)
		Circulante	Não circulante			
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A - Metrô Rio OAS S.A.	Ligada	41	-	-	-	-
	Controlador indireto	-	-	-	(87.145)	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	Controladora direta	-	-	1.169	(3.950)	(322)
		41	-	1.169	(91.095)	(322)
		31/12/2011				
Relação da parte com a Companhia		Ativo		Passivo circulante	Resultado (custo)	Resultado (despesas)
		Circulante	Não circulante			
OAS S.A.	Controlador indireto	-	-	-	(159.761)	-
	Ligada	-	-	-	-	(512)
Linha Amarela S.A. LAMSA Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	Controladora direta	-	-	-	(3.228)	(653)
		-	-	-	-	(25)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô Rio	Ligada	-	-	-	-	(162.989)
		-	-	-	(162.989)	(1.190)

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Transações com partes relacionadas--Continuação****Serviços - ativo**

Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 1.078.096, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$ 57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS S.A.. Em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 587.724 (R\$ 534.101 em 31 de dezembro de 2011).

**Mútuo financeiro passivo**

Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 30.000, com prazo de vencimento de 30 dias, prorrogáveis por períodos iguais sucessivos até o limite de 120 dias, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,20% ao mês. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Remuneração dos administradores**

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e dentária, no montante de R\$ 958 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 888 em 30 de setembro de 2011).

	30/09/2012	30/09/2011
	Diretores	Diretores
Pro labore	468	450
Encargos	152	92
Benefícios	338	346
	<b>958</b>	<b>888</b>

**12. Receita diferida**

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela TIM Celular S.A. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 53.067, sendo R\$ 11.662 recebido em 2011 e R\$ 41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se segregado passivo entre não circulante no valor de R\$ 50.211 e R\$ 1.971 no passivo circulante, e está sendo apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

Em 09 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato de curto prazo, com vencimento em 30 de junho de 2013, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Alcatel-Lucent Brasil S.A.. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 10.617, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se registrado no passivo circulante no valor de R\$ 8.208, e está sendo apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Patrimônio líquido**

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 55.000, mediante emissão de 46.646.955 ações ordinárias e 46.646.955 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2012 foi integralizado o montante de R\$ 30.000, sendo o saldo restante de R\$ 25.000 integralizado em 17 de julho de 2012.

Em 31 de agosto de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 35.000, mediante emissão de 32.146.076 ações ordinárias e 32.146.076 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralizado em 28 de setembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2012, o limite do capital autorizado da Companhia é de R\$715.000 (R\$ 660.000 em 31 de dezembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia está assim representado:

30/09/2012				
	Número de ações	% de participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	1.026.969.956	100	513.484.978	513.484.978
31/12/2011				
	Número de ações	% de participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	869.383.893	99,99	434.691.946	434.691.947
Construtora OAS Ltda.	1	0,01	1	-
	869.383.894	100,00	434.691.947	434.691.947

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Receita operacional, líquida**

	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Receita bruta de pedágio	<b>156.026</b>	142.605
Receitas acessórias	<b>3.536</b>	210
Receita de contrato de construção	<b>123.353</b>	157.370
Deduções da receita	<b>(13.843)</b>	(12.179)
	<b>269.072</b>	288.006

**15. Custo dos serviços prestados**

	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Prestadores de serviços	<b>(40.468)</b>	(36.684)
Operacionais	<b>(6.227)</b>	(5.660)
Amortização	<b>(38.261)</b>	(31.616)
Provisão	<b>(5.145)</b>	(3.214)
Pessoal	<b>(6.495)</b>	(6.188)
Custos contratuais da concessão	<b>(5.899)</b>	(6.217)
	<b>(102.495)</b>	(89.579)

**16. Resultado financeiro, líquido**

	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	<b>2</b>	141
Variação monetária ativa	<b>14</b>	18
Receita de aplicação financeira	<b>3.720</b>	4.142
	<b>3.736</b>	4.301
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	<b>(884)</b>	(1.596)
Juros sobre empréstimos	<b>(59.544)</b>	(62.601)
IOF	<b>(255)</b>	(563)
Variação monetária passiva	<b>(3.193)</b>	-
	<b>(63.876)</b>	(64.760)
	<b>(60.140)</b>	(60.459)

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Resultado por ação**

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir o resultado por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	30/09/2012			30/09/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(10.045)	(10.044)	(20.089)	(8.743)	(8.742)	(17.485)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	451.316	451.316	902.633	369.872	369.872	739.745
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,0223)	(0,0223)	(0,0223)	(0,0236)	(0,0236)	(0,0236)

A Companhia não possui instrumentos diluidores e para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

**18. Compromissos com a concessão**

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:



## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 18. Compromissos com a concessão--Continuação

##### a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e moveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caiuá);
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

##### b) Outorga fixa e variável

Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes:

##### I. Outorga fixa

Valor fixo de R\$ 634.000 a favor do DER/SP foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

##### II. Outorga variável

Valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente. O compromisso, em 30 de setembro de 2012, era de R\$ 665 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2011).

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.657 (R\$ 2.758 - 30 de setembro de 2011) referente à outorga variável.

## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Compromissos com a concessão--Continuação

#### c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 114.613. Vigência de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 120.280. Vigência mínima de 12 meses.

#### d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas atividades em 16 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

### 19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 120.280	16/03/2012 a 16/03/13	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$ 114.613	16/03/2012 a 16/03/13	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 35.000	01/08/2012 a 01/08/13	Tóquio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 200.000	01/08/2012 a 01/08/13	Tóquio Marine	(d)

## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 19. Cobertura de seguros--Continuação

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/u particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

#### 20. Instrumentos financeiros e concentração de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do DI diário, TJLP e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

**Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI*	7,36%	9,20%	11,04%
TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
IPCA	5,24%	6,55%	7,86%

\* Refere-se à taxa CDI em 28 de setembro de 2012.

**Notas Explicativas****Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação**d) Análise de sensibilidade--Continuação

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

**Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Caixa e equivalente de caixa		Alta na taxa DI	3.776	4.695	5.634
Aplicação financeira		Alta na taxa DI	3.126	3.908	4.690
Debêntures	Jan/2013	Alta na taxa DI	10.146	12.578	14.983
BNDES Sênior	Mar/2021	Alta na TJLP	19.209	24.029	28.814
BNDES Sênior	Mar/2023	Alta no IPCA	9.452	11.815	14.178

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

## Notas Explicativas

### Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 20. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

##### e) Exposição a riscos de crédito--Continuação

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 11.857, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

##### f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 30 de setembro de 2012.

##### g) Valores de mercado

Em 30 de setembro de 2012, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas informações trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas informações trimestrais devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

**Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionista da  
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.  
Bauru - SP

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfase

## Reapresentação das informações intermediárias

Em 11 de outubro de 2012 emitimos originalmente nosso relatório sobre a revisão das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012. Conforme descrito na Nota 2, em atendimento ao Ofício CVM/SRE/SEP/Nº88/2012 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de dezembro de 2012 essas informações trimestrais foram alteradas visando o aprimoramento da nota explicativa do lucro por ação, e a abertura das reclassificações efetuadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, e nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, e estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nosso relatório de revisão sobre as informações trimestrais considera estas alterações e substitui o relatório de revisão anteriormente emitido.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alterado item 4.01 Lucro Líquido do Período
2	Alterado item 4.03 Resultado Abrangente do Período
2	Inserido Lucro por Ação Nas Df's Individuais / Demonstração de Resultado
2	Inserido Lucro por Ação no Item Demonstração do Resultado 3ITR
3	Demonstrativo Fluxo de Caixa de forma analítica
3	Inserido Resultado por ações nas Df's Individuais / Demonstração de Resultado
4	Alteração Escala da Moeda, de Unidade para Mil
5	Inserido lucro por ação nas DF's Individuais / Demonstrações de Resultado

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO G**

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESTATUTO SOCIAL DA  
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

**CNPJ/MF: N° 10.531.501/0001-58  
NIRE: 35.3.0036387-6**

**Denominação, Duração, Sede e Objeto Social**

**Art. 1º** – CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, vigorando por prazo indeterminado.

**Art. 2º** – A Sociedade tem sua sede e foro na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, Bairro Jardim Europa, Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17.017-383.

**Parágrafo Primeiro:** A Sociedade possui escritórios localizados (a) na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Av. Joaquim Constantino nº 4.954, Parque Cedral, CEP 19.067-000; (b) na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Água da Pinga, s/n, Bairro Água do Óleo, Caixa Postal 820; (c) na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Rua Alberto Segalla 1-184, conjunto 04, Condomínio Spazio Azul, Bairro Jardim Infante Dom Henrique, CEP 17.012-634; e (d) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 101 – conjunto 23/24, Itaim Bibi, CEP: 04.542-000.

**Parágrafo Segundo:** A Sociedade possui filiais instaladas nas seguintes localidades:

(a) Praça de Pedágio I, com endereço na Rodovia 225, km 251 + 900 metros, município de Piratininga, Estado de São Paulo;

(b) Praça de Pedágio II, com endereço na Rodovia 225, km 300 + 930 metros, município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo;

(c) Praça de Pedágio III, com endereço na Rodovia 327, km 14 + 500 metros, município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo;

(d) Praça de Pedágio IV, com endereço na Rodovia 270, km 413 + 490 metros, município de Palmital, Estado de São Paulo;

(e) Praça de Pedágio V, com endereço na Rodovia 270, km 453 + 590 metros, município de Assis, Estado de São Paulo;

(f) Praça de Pedágio VI, com endereço na Rodovia 270, km 512 + 300 metros, município de Rancharia, Estado de São Paulo;

(g) Praça de Pedágio VII, com endereço na Rodovia 270, km 541 + 540 metros, município de Regente Feijó, Estado de São Paulo;

(h) Praça de Pedágio VIII, com endereço na Rodovia 270, km 590 + 750 metros, município de Presidente Bernardes, Estado de São Paulo; e

(i) Praça de Pedágio IX, com endereço na Rodovia 270, km 639 + 000 metros, município de Caiuá, Estado de São Paulo.

**Art. 3º** – A Sociedade tem por objetivo social exclusivamente a exploração e operação da rodovia denominada Raposo Tavares, conforme concessão outorgada nos termos do contrato de concessão firmado entre o Estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP, e a Sociedade (“Contrato de Concessão”).

**Parágrafo Único** – É vedada a alteração do objeto social da Sociedade.

## **Capital Social e Ações**

**Art. 4º** – O capital social é de R\$ 715.000.000,00 (setecentos e quinze milhões de reais), dividido em 513.484.978 (quinhentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito) ações ordinárias e 513.484.978 (quinhentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito) ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.<sup>1</sup>

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho de Administração deliberará, sempre que necessário e observado o limite do capital autorizado, as chamadas de capital que serão efetuadas pela Sociedade, nos termos previstos na Cláusula 18.2 do Edital de Concessão Pública Internacional nº 004/2008 e no Compromisso de Integralização do Capital Social que constitui o Anexo VIII ao Contrato de Concessão, observados os prazos e critérios de reajustes ali previstos, fixando ainda as condições de subscrição e integralização das ações emitidas em conformidade com os referidos documentos.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, deverão deliberar e aprovar os aumentos de capital da Sociedade que se façam necessários para a adequação do valor do capital social aos reajustes previstos na cláusula 18.2 do Edital de Concessão Pública Internacional nº 004/2008 e no Compromisso de Integralização do Capital Social que constitui o Anexo VIII ao Contrato de Concessão.

**Parágrafo Terceiro** – O montante de capital autorizado da Sociedade somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo Quarto** - As emissões de ações até o limite do capital autorizado neste Artigo, destinadas à subscrição ou a serem atribuídas como bonificação, poderão ser feitas por deliberação do Conselho de Administração, ao qual competirá

---

<sup>1</sup> O nosso capital social subscrito e integralizado indicado no artigo 4º do nosso Estatuto Social reflete o valor atual do mesmo, incluindo todos os aumentos de capital social aprovados em reuniões do nosso conselho de administração, não obstante não tenhamos ainda formalizado em assembleia geral a respectiva alteração desse artigo do Estatuto Social. Referida alteração do Estatuto Social depende de prévia aprovação da ARTESP.



estabelecer as demais condições a que estarão sujeitas as emissões.

**Parágrafo Quinto** – As emissões e colocações de ações, bônus de subscrição, e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência assegurado aos acionistas, conforme disciplinado pelo Art. 171 da Lei 6.404/76.

**Parágrafo Sexto** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

**Art. 5º** – Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Parágrafo Primeiro** – As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da Sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como a prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade, e terão ainda direito a participar de ofertas públicas de aquisição de ações de que trata o art. 254-A da Lei nº. 6.404/76, com redação dada pela Lei nº. 10.303/01, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

**Parágrafo Segundo** - A Sociedade, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão, para cancelamento ou posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração.

### **Da Administração**

**Art. 6º** – A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos em Lei e por este Estatuto Social, permitindo-se em qualquer caso a reeleição, dispensando-se a constituição de caução em garantia das suas respectivas gestões.

**Parágrafo Primeiro** – A remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos diretores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, competido ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

**Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho de Administração e os Diretores tomarão posse nos termos da Lei nº 6.404/76, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na referida Lei.

### **Conselho de Administração**

**Art. 7º** – O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, pessoas naturais e residentes no País.

**Parágrafo Primeiro** – Na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração será escolhido o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, devendo este substituir ao primeiro em suas ausências ou impedimentos, bem como no caso de vacância.

### **Substituições e Vacâncias de Cargos**

**Art. 8º** – No caso de vacância dos cargos de membro efetivo do Conselho de Administração e de seu suplente, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até o provimento, em definitivo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de vagas concomitantes superiores a 1/3 (um terço) de seus membros, será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados do evento que deu causa a substituição, para eleição e posse dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros.

## **Funcionamento do Conselho de Administração**

**Art. 9º** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez a cada ano, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice-Presidente.

**Parágrafo Primeiro** - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por escrito a cada Conselheiro, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e conterão, além da data, hora e local da reunião, breve descrição das matérias da ordem do dia, dispensada a convocação nas reuniões em que se verifique a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício.

**Parágrafo Segundo** – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas ordinariamente por seu Presidente, apenas sendo instaladas com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

**Parágrafo Terceiro** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo a seu Presidente o voto singular, mas não o voto de qualidade.

**Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Conselheiros, a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste Parágrafo serão consideradas entre presentes.

## **Atribuições do Conselho de Administração**

**Art. 10** – Compete ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;

- (b) eleger e destituir os diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (d) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em lei;
- (e) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (f) estabelecer critérios para o rateio da remuneração dos diretores, com observância do montante global fixado pela Assembleia Geral;
- (g) nomear e destituir os Auditores Independentes da Sociedade, que necessariamente serão registrados na Comissão de Valores Mobiliários para exercício da atividade;
- (h) autorizar a Sociedade a:
  - (a) alienar a qualquer título ou constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Sociedade nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor;
  - (b) prestar avais, fianças ou quaisquer outras garantias;
  - (c) contratar empréstimos, cujo valor seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou 10% (dez por cento) da receita líquida da Sociedade nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor;
  - (d) fazer doações de quaisquer de seus bens ou direitos, cujos valores sejam superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
  - (e) firmar acordos de exclusividade;
  - (f) contratar obras ou serviços de engenharia, cujos valores sejam superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou 5% (cinco por cento) da receita líquida da Sociedade nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor;
  - (g) aquisição de bens para o ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de

reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Sociedade nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor;

- (i) celebrar contratos que resultem em obrigações ou responsabilidades para a Sociedade que excedam (i) o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma única operação, ou (ii) considerando em conjunto com todas as demais exigibilidades e obrigações da Sociedade, o equivalente a 10% do patrimônio líquido da Sociedade;
- (j) autorizar a celebração de transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Sociedade e seus acionistas (e os sócios ou acionistas diretos ou indiretos dos acionistas, bem como sociedades ou veículos de investimento controlados por acionistas ou sob seu controle comum), e ainda, com qualquer dos administradores das referidas partes relacionadas;
- (k) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para cancelamento ou manutenção em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre eventual alienação;
- (l) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, espécie e classe das ações, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como a emissão de notas promissórias e debêntures;
- (m) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou intermediários, bem como deliberar sobre a destinação de dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei;
- (n) submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício;

(o) deliberar sobre o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio na forma permitida pela legislação em vigor;

(p) propor à Assembleia Geral a imputação dos Juros Sobre o Capital Próprio pagos aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Estatuto Social.

**Parágrafo Único** – Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Sociedade: (i) contratos firmados pela Sociedade e suas partes relacionadas; (ii) acordos de acionistas firmados pela Sociedade; (iii) acordos de acionistas firmados entre os acionistas da Sociedade; e (iv) documentos relativos a quaisquer programas de opção de compra de ações ou de outros valores mobiliários de emissão da Sociedade.

### **Diretoria Executiva**

**Art. 11** – A Diretoria Executiva é composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Administrativo-Financeiro; (iii) Diretor de Planejamento, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, caso a Sociedade venha a obter registro de companhia aberta; e (iv) Diretor de Engenharia e Operação, podendo tais cargos serem acumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) poderão integrar a Diretoria.

**Parágrafo Segundo** – A investidura no cargo de Diretor far-se-á imediatamente após a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**Parágrafo Terceiro** – Ao final de seus mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores.

**Parágrafo Quarto** – No impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor de Engenharia e Operação. No caso de impedimento ou ausência temporária do Diretor de Engenharia e Operação, o mesmo será substituído por um dos demais diretores, designado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto** – Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá mandato pelo tempo que faltar ao diretor substituído.

### **Funcionamento da Diretoria Executiva**

**Art. 12** – A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo Primeiro** – As reuniões serão sempre convocadas por quaisquer dos Diretores. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Diretores, a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Diretor Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste Parágrafo serão consideradas entre presentes.

**Parágrafo Segundo** – As deliberações da Diretoria constarão em Atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por unanimidade dos Diretores presentes.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de empate ou divergência entre os Diretores, a matéria objeto da discussão e impasse será levada à deliberação do Conselho de Administração, que decidirá em última instância sobre o assunto.

## **Competência da Diretoria e Representação**

**Art. 13** – À Diretoria compete:

- (a) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos objetivos e metas da Sociedade, para exame e deliberação;
- (b) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Sociedade, desde que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e também não necessitem de prévia aprovação na forma deste Estatuto Social;
- (c) promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Sociedade, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- (d) propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza;
- (e) aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Sociedade;
- (f) delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da Sociedade;
- (g) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, para apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral;
- (h) elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da



Sociedade;

- (i) instalar escritórios de representação da Sociedade em locais de interesse para os negócios sociais, quando necessário; e
- (j) aprovar normas e manuais da Sociedade relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade.

**Art. 14** – Compete ao Diretor Presidente na condição de principal orientador e condutor das atividades da Sociedade:

- (a) convocar e presidir as Reuniões da Diretoria;
- (b) nomear, em conjunto com outro Diretor, procuradores “*ad juditia*”, e “*ad negotia*”, neste caso com mandato não superior a 01 (um) ano;
- (c) encaminhar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado, as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, elaborado pela Diretoria Executiva;
- (d) admitir, demitir e promover os empregados da Sociedade.

**Art. 15** – Ao Diretor Administrativo-Financeiro compete:

- (a) dirigir as atividades financeiras da Sociedade;
- (b) preparar as normas administrativas e instruções de serviços;
- (c) organizar o quadro de pessoal;
- (d) elaborar o Relatório Anual da Administração, em conjunto com os demais membros da Diretoria;

- (e) supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas e anuais;

**Art. 16** – Ao Diretor de Planejamento compete:

- (a) elaborar e propor ao Diretor Presidente e posteriormente ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Sociedade;
- (b) coordenar a execução do planejamento estratégico da Sociedade aprovado pelo Conselho de Administração;
- (c) assessorar o Diretor Presidente na promoção e consolidação da Sociedade junto ao mercado alvo;
- (d) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência;
- (e) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade; e
- (f) na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

**Art. 17** – Ao Diretor de Engenharia e Operação compete:

- (a) elaborar os planos operacionais da Sociedade;
- (b) executar esses planos operacionais; e
- (c) dirigir as atividades operacionais da Sociedade.

**Art. 18** – Observado o que dispõe este Estatuto Social, a Diretoria tem os mais amplos e gerais poderes de representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo

ou fora dele, e para a prática de atos de administração e de gestão dos negócios sociais, considerando-se a Sociedade validamente obrigada:

- (a) mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;
- (b) mediante a assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador; ou
- (c) mediante a assinatura de um ou mais procuradores, nos limites dos poderes que lhes forem conferidos.

### **Conselho Fiscal**

**Art. 19** – A Sociedade terá um Conselho Fiscal, não permanente e, quando em funcionamento, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes.

**Parágrafo Único** – Aplica-se ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, deveres e responsabilidades e remuneração, o que dispõe a Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

### **Assembleia Geral**

**Art. 20** – Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada na seguinte ordem: a) pelo Presidente do Conselho de Administração; b) por um dos demais membros do Conselho de Administração, nos casos de ausência ou impedimento do Presidente; c) pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

**Parágrafo Único** – Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

**Art. 21** – As Assembleias Gerais serão realizadas:

- (a) ordinariamente e anualmente, com a finalidade prevista no artigo 132 da Lei 6.404/76, nos quatro primeiros meses subsequentes ao encerramento do

exercício social; e

(b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Art. 22** – A Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Sociedade.

(a) alteração do Estatuto Social da Sociedade, observado o disposto no Artigo 28 (a) do presente instrumento;

(b) aprovação do Plano Anual de Negócios e do Orçamento da Sociedade, bem como qualquer alteração aos mesmos;

(c) aumento ou redução do capital social;

(d) cessação voluntária das atividades da Sociedade, sua dissolução ou liquidação, bem como a cessação do estado de liquidação;

(e) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, ou de falência;

(f) registro da Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como a oferta pública de ações ou de outros valores mobiliários de emissão da Sociedade;

(g) emissão de novas ações da Sociedade fora do limite de capital autorizado, debêntures, bônus de subscrição ou quaisquer valores mobiliários que possam ser convertidos, permutados ou transformados em ações ou resultem na emissão de ações em benefício de seu titular;

(h) prestação, pela Sociedade, de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros, salvo de indispensáveis ao cumprimento de Editais ou Contratos de Concessão que envolvam a Sociedade,

(i) oferecimento como garantia, para captação de recursos financeiros, das

receitas futuras e os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a execução das obras, a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços concedidos, observadas as disposições dos artigos 28 e 28-A da Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações posteriores;

- (j) celebração de aditivos ao Contrato de Concessão firmado pela Sociedade;
- (k) celebração de mútuos ou outra assunção de qualquer obrigação financeira que não esteja contemplada no plano anual de negócios pertinente;
- (l) aquisição, alienação, transferência ou oneração (incluindo hipoteca, penhor ou qualquer outra forma de oneração) dos ativos relevantes de propriedade da Sociedade – assim entendidos como representativos de 10% (dez por cento) ou mais do patrimônio líquido da Sociedade – ou de qualquer de suas subsidiárias, incluindo as ações ou quotas das subsidiárias da Sociedade;
- (m) incorporação, fusão, cisão ou transformação do tipo societário da Sociedade, ressalvado o estabelecido no Artigo 28 (i) deste Estatuto Social;
- (n) desdobramento e grupamento de ações da Sociedade;
- (o) celebração de qualquer forma de parceria ou *joint venture* com terceiros pela Sociedade;
- (p) celebração ou alteração de qualquer acordo de acionistas pela Sociedade, observado os termos do Artigo 28 (h) deste instrumento;
- (q) aprovação de qualquer outorga de opção de compra de ação, incentivo de participação nos lucros e resultados da Sociedade, ou outros planos de incentivo para empregados, mandatários, prepostos ou outros prestadores de serviços da Sociedade, bem como os termos e condições para participação e exercício dos respectivos direitos porventura outorgados pela Sociedade;

- (r) distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio pela Sociedade nas hipóteses não abrangidas na competência do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** – É vedado a qualquer acionista intervir em deliberação em que possua ou represente interesse conflitante com o da Sociedade. Considerar-se-á abusivo o voto proferido por acionista em deliberação em que possua ou represente interesse conflitante com o da Sociedade.

### **Exercício Social, Lucros e Dividendos**

**Art. 23** – O exercício social terá início em primeiro de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, findo o qual será elaborado o Balanço Anual e as Demonstrações Financeiras exigidas em Lei. As Demonstrações Financeiras Anuais da Sociedade serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários.

**Art. 24** – Do Resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o Imposto de Renda.

**Art. 25** – O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo obrigatório; e
- c) o saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação

que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único** – O valor dos Juros Sobre o Capital Próprio pagos pela Sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Artigo.

**Art. 26** – A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.

### **Cessão e Transferência de Ações**

**Art. 27** – Pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão, é vedada qualquer emissão de ações ou transferência, direta ou indireta, de ações da Sociedade que implique alteração de seu controle acionário.

### **Autorização da ARTESP**

**Art. 28** – Os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Sociedade ou por seus acionistas após prévia anuência da ARTESP, representante do Estado de São Paulo:

- a) alteração no Estatuto Social da Sociedade;
- b) aquisição das ações de emissão da Sociedade para cancelamento ou manutenção em tesouraria;
- c) redução do capital social da Sociedade;
- d) contratação de quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário da Sociedade, seja ele direto ou indireto, observada a restrição de que trata o Artigo 27 deste Estatuto Social;

- e) realização de quaisquer emissões de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações, ou que tenham como garantia ações vinculadas ao controle acionário da Sociedade;
- f) contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros ou com instituições financeiras no Brasil ou no exterior, que tenha como garantia direitos emergentes da concessão ou ações vinculadas ao controle acionário da Sociedade;
- g) contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- h) celebração de quaisquer acordos de acionistas da Sociedade e suas respectivas alterações;
- i) realização de operações de fusão, associação, incorporação ou cisão envolvendo a Sociedade;
- j) realização de qualquer alienação ou aquisição de bens no período correspondente aos 05 (cinco) últimos anos de vigência do Contrato de Concessão; e
- k) transferência, sob qualquer forma, de direitos de exploração da rodovia concedida nos termos do Contrato de Concessão.

### **Liquidação**

**Art. 29** – A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.



## **Solução de Controvérsias**

**Art. 30** – Todo conflito ou controvérsia decorrente da interpretação das disposições deste Estatuto Social, bem como as divergências entre acionistas e entre estes e a Sociedade, decorrentes da relação de sociedade, deverão ser solucionadas por meio de arbitragem, na forma da Lei nº 9.307/96 e do disposto no § 3º do artigo 109 da Lei nº 6.404/76, indicando-se a Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA como entidade arbitral e aplicando-se, no que couber, o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA. A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo, na língua portuguesa, e os árbitros indicados deverão ter experiência específica na matéria sob discussão, ainda que não sejam integrantes da Câmara de Arbitragem escolhida, e deverão, preferencialmente, residir em São Paulo.

## **Disposições Finais**

**Art. 31** – Na hipótese de a Sociedade vir a obter registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria “A”, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações posteriores, a Sociedade deverá obrigatoriamente efetuar adesão ao Segmento de Governança Corporativa Diferenciada de Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, ou a qualquer outro Segmento da BOVESPA que assegure, no mínimo, as condições impostas pela adesão ao Nível 1.

**Art. 32** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

---

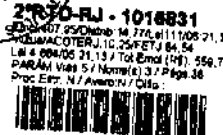
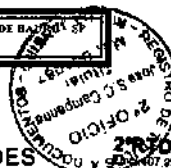
**ANEXO H**

Contrato de Penhor de Ações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

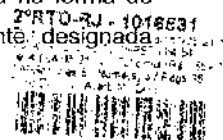


## CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES



### I. AÇIONISTA:

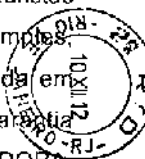
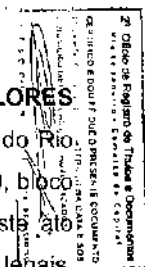
- (i) **INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. - INVEPAR**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barros, nº 52, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada ("**INVEPAR**" ou "**AÇIONISTA**");



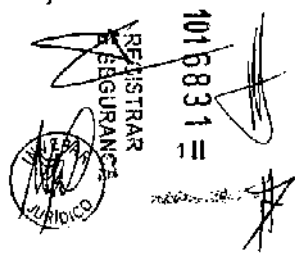
### II. CREDORES:

- (i) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados, doravante denominado ("**BNDES**"); e

- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade empresária por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas ("**DEBENTURISTAS 400**") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, de emissão da DEVEDORA, conforme definida abaixo ("**DEBENTURISTAS 400**" e, em conjunto com o BNDES, os "**CREDORES**");



Guilherme Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**




**III. INTERVENIENTE ANUENTE:**

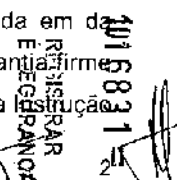
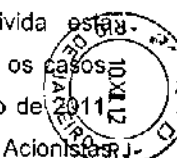
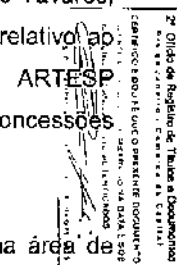
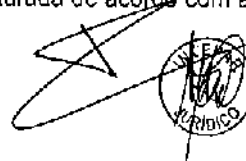
(i) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada ("**DEVEDORA**") e, em conjunto com a ACIONISTA e os CREDORES ("**PARTES**").

**CONSIDERANDO QUE:**

A) a DEVEDORA celebrou, em 16 de março de 2009, o Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**" ou "**PODER CONCEDENTE**") para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, pelo prazo de 30 (trinta) anos ("**CONTRATO DE CONCESSÃO**") relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("**EDITAL**"), correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo ("**PROJETO**");

B) a fim de viabilizar e implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, e de resgatar antecipadamente a totalidade das **DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO** (conforme abaixo definido), cuja dívida está relacionada a projeto de investimento em infraestrutura, em ambos os casos para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, a DEVEDORA aprovou, em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 09 de novembro de 2012 a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução

Guilherme Dias de Araújo  
Administrador  




CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor de R\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura Particular da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 09 de novembro de 2012 (as "**DEBÊNTURES 400**" e a "**ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400**", respectivamente), cujas condições detalhadas se encontram descritas no **ANEXO I-A** deste Contrato;

C) anteriormente aos recursos captados por meio da emissão das DEBÊNTURES 400, a DEVEDORA (i) celebrou, em 10 de fevereiro de 2011, com o BNDES, Contrato de Financiamento, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos), cujos termos e condições estão descritos detalhadamente no **ANEXO I-B** a este Contrato, ("**CONTRATO DE FINANCIAMENTO**" e, em conjunto com a ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os "**CONTRATOS GARANTIDOS**") e, (ii) realizou, em 18 de janeiro de 2010, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 10 de janeiro de 2011 (as "**DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO**");

D) para assegurar o integral pagamento de todas e quaisquer quantias devidas pela DEVEDORA decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS, a ACIONISTA concorda em empenhar em favor dos CREDORES todas as

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**

**AÇÕES EMPENHADAS**, conforme definido abaixo (o "**PENHOR**"), nos termos e condições deste Contrato.

Resolvem as PARTES, acima nomeadas e qualificadas, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Penhor de Ações, doravante denominado simplesmente ("**Contrato**"), mediante as cláusulas, termos e condições abaixo, que prometem bem e fielmente cumprir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - PENHOR DAS AÇÕES DA DEVEDORA

1.1. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS, tais como, mas não limitado ao principal da dívida, juros, comissões, remuneração, encargos moratórios, multas e despesas previstas nos CONTRATOS GARANTIDOS, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos CREDITORES, com relação aos CONTRATOS GARANTIDOS e seus eventuais aditamentos (doravante denominadas "**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**"), a ACIONISTA, sob a condição suspensiva prevista na Cláusula 2.2 abaixo, dão aos CREDITORES, observado o disposto na Cláusula 1.5. abaixo, em conformidade com o artigo 1431 e seguintes do Código Civil Brasileiro e nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (conforme alterada), ("**Lei das Sociedades Anônimas**"), em caráter irrevogável e irretroativo, em penhor, todas as ações que atualmente detêm no capital social da DEVEDORA, (coletivamente designadas "**AÇÕES EMPENHADAS**"), a seguir descritas e caracterizadas:

Ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
INVEPAR	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956
Total	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956

Gustavo Dias de Araújo

Advogado

BNDES

REGISTRAR  
E SEGURANÇA



1016831

1.2. Integrarão automaticamente a presente garantia ("DIREITOS ADICIONAIS");

(i) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às AÇÕES EMPENHADAS, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da DEVEDORA e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela DEVEDORA, bem como quaisquer bens em que as AÇÕES EMPENHADAS sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários);

(ii) quaisquer novas ações de emissão da DEVEDORA que venham a ser subscritas ou adquiridas pela ACIONISTA ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade da ACIONISTA, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações;

(iii) todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à ACIONISTA, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das AÇÕES EMPENHADAS, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da DEVEDORA e de titularidade da ACIONISTA, nos termos deste Contrato; e

(iv) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as AÇÕES EMPENHADAS, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a DEVEDORA.

1.3. Para atender ao disposto no art. 1.424 do Código Civil Brasileiro, as PARTES confirmam que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS estão adequadas

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315

10169315



suficientemente descritas e caracterizadas nos **ANEXOS I-A e I-B** e constituem parte integrante deste Contrato, para todos os efeitos legais.

1.4. As ações emitidas pela DEVEDORA são escriturais, sendo mantidas em custódia, em nome de seus titulares, junto ao Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de banco escriturador das ações omitidas pela DEVEDORA (o "Banco Escriturador"), sem a emissão de certificados.

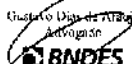
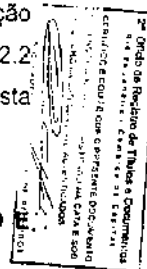
1.5. No prazo de 10 (dez) dias úteis após a subscrição ou aquisição de quaisquer dos títulos, valores mobiliários ou direitos mencionados na Cláusula 1.2, acima, a ACIONISTA deverá enviar aos CREDORES uma notificação na forma do **ANEXO II** ao presente Contrato, que, rubricado pelas PARTES, é dele parte integrante. A ACIONISTA deverá tomar todas as providências necessárias para constituir o PENHOR, especialmente no que tange à sua averbação junto ao Banco Escriturador, de acordo com os termos e condições previstos neste Contrato, sobre os referidos títulos, valores mobiliários ou direitos, que passarão a ser considerados, para todos os efeitos, **AÇÕES EMPENHADAS**.

1.6. O PENHOR previsto neste instrumento é constituído com a condição suspensiva de verificação da ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 2.2 abaixo ("Condição Suspensiva"), sendo a sua eficácia condicionada a esta Condição Suspensiva.

## CLÁUSULA SEGUNDA – ANUÊNCIA E AUTORIZAÇÕES; AVERBAÇÃO E REGISTRO

2.1. A DEVEDORA declara-se ciente e concorda, desde já, com os termos do PENHOR, a ser constituído em favor dos CREDORES, observado os termos da Cláusula 2.2 abaixo.

2.2. Tendo em vista que as **AÇÕES EMPENHADAS** encontram-se oneradas em favor dos detentores das debêntures da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia



10168871

adicional real, emitidas pela DEVEDORA em série única, em regime de garantia firme de colocação, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("**Debêntures da 1ª Emissão**"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, as PARTES concordam que a efetiva constituição do PENHOR previsto neste Contrato está condicionada à comprovação, pela DEVEDORA, do quanto segue:

(i) prévia liberação do penhor sobre as AÇÕES EMPENHADAS em favor das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da cláusula primeira do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a DEVEDORA, o BNDES, a INVEPAR, a Construtora OAS Ltda. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 10 de fevereiro de 2011 (2), caso referido penhor não tenha sido liberado até a data de assinatura deste Contrato, a ser comprovado mediante apresentação aos CREDORES de declaração de quitação encaminhada pelo representante dos detentores das Debêntures da 1ª Emissão e registrada no Cartório de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

(ii) aprovação da ARTESP, nos termos dos itens 18.1.1(e) e 18.4 do EDITAL, em relação ao PENHOR;

(iii) registro do presente Contrato e do ADITAMENTO AO CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, conforme definido na Cláusula 5.2(a) abaixo, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e

(iv) averbação do PENHOR nos livros do Banco Escriturador, o qual será anotado nos extratos da conta de depósito fornecidos ao ACIONISTA, nos termos da Cláusula 2.4 abaixo.

Guilherme Dias de Azevedo  
Advogado  




REGISTRAR  
E SEGURANÇA

1016831

2.2.1. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, o PENHOR em favor dos CREDORES, passará a ser válido e eficaz e garantirá o pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, de acordo com os termos e condições dos CONTRATOS GARANTIDOS. A comprovação dos eventos relacionados acima deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data de integralização das DEBÊNTURES 400.

2.2.2. A DEVEDORA se compromete, de boa-fé, a enviar seus melhores esforços para obter a anuência da ARTESP na forma e prazo descritos na Cláusula 2.2.1 acima, assim como os CREDORES se comprometem de boa-fé, a enviar seus melhores esforços, na análise das eventuais exigências da ARTESP em relação à referida anuência, inclusive na hipótese de ser necessária a assinatura de eventual aditamento ao presente instrumento ou outro documento, caso pertinente, por solicitação da ARTESP, observado que ambas as Partes desde já concordam em enviar seus melhores esforços de cooperação, naquilo que for possível dentro dos limites de suas respectivas competências, para que as obrigações dispostas na Cláusula 2.2 acima sejam cumpridas dentro do menor prazo possível.

2.2.3. A DEVEDORA se compromete a providenciar, junto ao agente fiduciário das Debêntures da 1ª Emissão a devida desconstituição ou liberação do Penhor que foi dado em garantia aos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, mediante a apresentação aos CESSIONÁRIOS do competente termo de quitação nos termos da alínea (i) da Cláusula 2.2 acima, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis contados da data de integralização das DEBÊNTURES 400, conforme disposto na Cláusula 2.2.1 acima.

2.2.3.1. A DEVEDORA se compromete a registrar o Distrato de Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a DEVEDORA BNDES, a INVEPAR, a Construtora OAS Ltda. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 10 de fevereiro de 2011 ("Distrato"), nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do

Gustavo Dias de Araújo  
advogado

BNDES

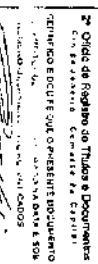
REGISTRAR  
E  
SEGURANÇA

1016834

Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, desde de que cumprido o inciso (iii) da Cláusula 2.2 acima.

2.3. A ACIONISTA compromete-se, outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos cartórios indicados na Cláusula 2.2 acima e a enviar aos CREDITORES uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

2.4. A ACIONISTA deverá proceder à averbação do PENHOR, ora constituído, nos livros do Banco Escriturador, com a seguinte anotação: *"Nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.404/76, a totalidade das ações de emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., quer atualmente existentes ou no futuro emitidas, e de propriedade da Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A.- Invepar foram empenhadas, em favor (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em decorrência da celebração de Contrato de Financiamento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Companhia, em 10 de janeiro de 2011, conforme aditado, o qual encontra-se arquivado na sede da Companhia e (ii) da Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie quirogratária, a ser convolada em da espécie com garantia real, em até (duas) séries, em regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública, de emissão da Companhia, cuja escritura, datada de 09 de novembro de 2012, foi registrada na Junta Comercial de São Paulo e encontra-se arquivada na sede da Companhia".* A averbação do PENHOR também será anotada nos extratos da conta de depósito fornecidos à ACIONISTA. Qualquer alteração ao presente instrumento, e/ou caso haja qualquer emissão, recebimento ou aquisição de quaisquer ações de emissão da DEVEDORA também deverão ser averbadas pela ACIONISTAS nos livros do Banco Escriturador. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da celebração de tal alteração, a ACIONISTA fornecerá aos CREDITORES cópia autenticada dos extratos da conta de



Gustavo Dias de Araujo  
Advogado



1016831  
RECEBIDA  
BANCA

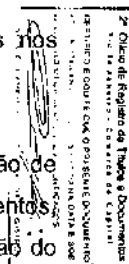
depósito fornecidos pelo Banco Escriturador à ACIONISTA, comprovando a correspondente averbação.

2.5. Todas e quaisquer despesas decorrentes dos registros deste Contrato e dos documentos que dele façam ou venham a fazer parte (inclusive aditamento a ele) correrão por conta da ACIONISTA.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÕES DA ACIONISTA

3.1. A ACIONISTA, neste ato, declara e assegura aos CREDORES que:

- a) exceção feita ao ônus atualmente existentes sobre as AÇÕES EMPENHADAS constituído nos termos das Debêntures da 1ª Emissão, caso tais garantias não tenham sido liberadas na data de assinatura deste Contrato, as AÇÕES EMPENHADAS estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, e não pende sobre as mesmas qualquer litígio, ação, processo, judicial ou não, relevante;
- b) as AÇÕES EMPENHADAS estarão devidamente registradas nos livros do Banco Escriturador em nome da ACIONISTA;
- c) exceto pela anuência da ARTESP, não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção do PENHOR sobre as AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS de acordo com este Contrato;
- d) as AÇÕES EMPENHADAS representam, na presente data, a totalidade das ações de emissão da DEVEDORA;
- e) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato e para cumprir suas obrigações contratuais, exceto pela



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

BNDES



1016837-10  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E SEGURO

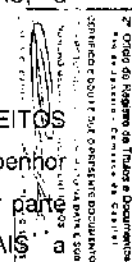
1016837-10

anuência da ARTESP, e demais condições suspensivas indicadas nesse contrato;

- f) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a assinatura e cumprimento deste Contrato, exceto pela obtenção da anuência da ARTESP;
- g) o presente Contrato constitui uma obrigação legal e válida, e, após a ocorrência das condições suspensivas previstas na Cláusula 2.2 acima, exequível da ACIONISTA de acordo com os termos ora contratados; e
- h) a assinatura deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida pela ACIONISTA e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção do PENHOR estabelecido nos termos deste Contrato.

3.2. Até o pagamento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a ACIONISTA compromete-se a:

- a) não constituir sobre as AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS qualquer outro ônus ou gravame além do penhor previsto neste Contrato e a não ceder em garantia, qualquer parte das AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS a terceiros, exceto se previamente aprovada pelos CREDORES;
- b) manter os CREDORES indenizados e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) razoavelmente despendidos que os CREDORES venham comprovadamente incorrer: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte das AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS; (ii) referentes



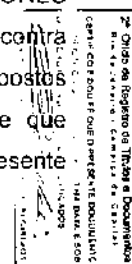
Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



ou resultantes de qualquer comprovada violação pela DEVEDORA ou pela ACIONISTA de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste Contrato; e (iii) referentes à formalização, ao aperfeiçoamento e à exequibilidade do PENHOR sobre as AÇÕES EMPENHADAS e os DIREITOS ADICIONAIS, de acordo com este Contrato;

- c) manter empenhadas, em favor dos CREDORES, 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da DEVEDORA, devendo celebrar aditamentos ao presente Contrato com o propósito de que o número de ações empenhadas sempre corresponda a 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da DEVEDORA;
- d) informar aos CREDORES, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua intimação, qualquer constrição que recair sobre as AÇÕES EMPENHADAS e DIREITOS ADICIONAIS;
- e) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos CREDORES sobre as AÇÕES EMPENHADAS e DIREITOS ADICIONAIS, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a ACIONISTA venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia; e
- f) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade dos CREDORES de vender, ou de outra forma dispor das AÇÕES EMPENHADAS e DIREITOS ADICIONAIS, no todo ou em parte, após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme descrito nas DEBÊNTURES 400, e nas hipóteses de inadimplemento previstas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO e, no que se refere às DEBÊNTURES 400, desde que não sanado no respectivo prazo de cura previsto na



Guilherme Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



REGISTRAR  
SEGURANÇA  
1016831

**ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 ("EVENTO DE INADIMPLEMENTO").**

3.3. A ACIONISTA, neste ato, expressamente renuncia (i) a todos e quaisquer direitos de preferência ou opção que detenha com relação às AÇÕES EMPENHADAS na hipótese de excussão do presente PENHOR; e (ii) ao direito de sub-rogação nos direitos dos CREDORES contra a DEVEDORA, no caso de excussão das AÇÕES EMPENHADAS.

**CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA ACIONISTA**

4.1. Direitos de Voto na ausência de EVENTO DE INADIMPLEMENTO.  
Desde que não tenha ocorrido um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, a ACIONISTA exercerá livremente o direito de voto em relação às AÇÕES EMPENHADAS, excetuando-se as hipóteses sujeitas à anuência prévia dos CREDORES previstas nos CONTRATOS GARANTIDOS e nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, conforme mencionado no CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

4.2. Direitos de Voto na ocorrência de EVENTO DE INADIMPLEMENTO.  
Ocorrendo qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS e até que tal EVENTO DE INADIMPLEMENTO tenha sido sanado ou até que as AÇÕES EMPENHADAS sejam executadas nos termos da Cláusula Quinta abaixo, o exercício, pela ACIONISTA, dos direitos de voto referentes às AÇÕES EMPENHADAS para a deliberação de quaisquer das matérias descritas abaixo, estarão sujeitos à autorização prévia e por escrito dos CREDORES:

- a) criação ou emissão de qualquer ação com ou sem direito de voto, ou ainda qualquer título ou valor mobiliário conversível em ações, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre ações ou títulos ou valores mobiliários de emissão da DEVEDORA e conversíveis em suas ações, ressalvadas as emissões de ações não resgatáveis integralmente subscritas

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



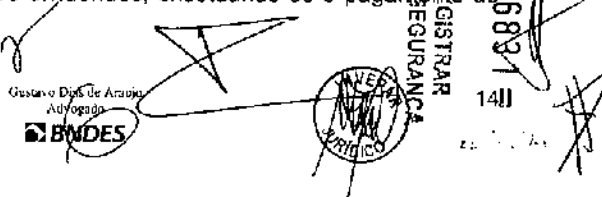
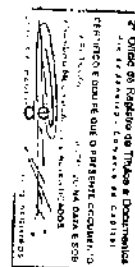
1016831  
13/11





integralizadas pela ACIONISTA, desde que tais ações (e os direitos a elas inerentes) permaneçam de titularidade da ACIONISTA, e desde que autorizadas pelos DEBENTURISTAS 400 em ASSEMBLEIA GERAL;

- b) alteração nas preferências, vantagens, direitos de voto e condições das ações de emissão da DEVEDORA;
- c) celebração de quaisquer contratos com qualquer empresa controlada, coligada ou controladora da DEVEDORA, empresas controladas, coligadas ou controladoras da ACIONISTA, ou ainda com qualquer dos membros da diretoria da DEVEDORA;
- d) qualquer alteração no atual objeto social da DEVEDORA ou qualquer alteração no Estatuto Social que venha a afetar a capacidade da DEVEDORA de cumprir as obrigações decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS;
- e) dissolução, liquidação ou extinção da DEVEDORA, nos termos do artigo 206 da Lei nº 6.404/76;
- f) fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra espécie de reorganização societária envolvendo a DEVEDORA;
- g) assinatura pela DEVEDORA de qualquer acordo de acionistas;
- h) implementação de qualquer ato ou celebração de qualquer documento com a finalidade de aprovar, requerer, ajuizar ou anular recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação da DEVEDORA;
- i) distribuição pela DEVEDORA de rendimentos, frutos ou vantagens, a qualquer título, inclusive dividendos, excetuando-se o pagamento do



dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 na forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio; e

- j) criação pela DEVEDORA de nova espécie ou classe de ações, desdobramento ou grupamento de ações ou redução do capital social.

#### CLÁUSULA QUINTA - EXCUSSÃO DO PENHOR

5.1. Enquanto não ocorrer um EVENTO DE INADIMPLEMENTO ou a declaração de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, a ACIONISTA poderá exercer o direito de voto vinculado às AÇÕES EMPENHADAS, observado o disposto na Cláusula 4.1, comprometendo-se a (i) não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto neste Contrato ou que prejudique o pagamento e cumprimento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS ou comprometa o PENHOR aqui constituído; e (ii) a submeter as seguintes matérias à aprovação prévia e conjunta do BNDES e de DEBENTURISTAS 400 representando 75% (setenta e cinco por cento) das DEBÊNTURES 400 em circulação:

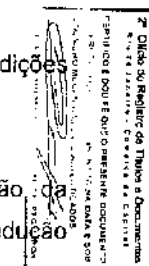
- a) alteração nas preferências, vantagens, direitos de voto e condições das Ações
- b) criação de nova espécie ou classe de ações de emissão da DEVEDORA, desdobramento ou grupamento de ações ou redução do capital social.

5.2. Ocorrendo um EVENTO DE INADIMPLEMENTO e a declaração de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, os CREDITORES poderão promover a excussão do PENHOR, conforme os seguintes procedimentos:

- a) Os CREDITORES, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre os CREDITORES, nesta data ("CONTRATO

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



**DE COMPARTILHAMENTO**"), tomarão as medidas previstas na cláusula 5.2.1 abaixo para vender as **AÇÕES EMPENHADAS**, independentemente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, ou receber o seu montante diretamente do seu devedor, procedendo à venda na forma deste item se o recebimento for feito em bens ou aplicando-o diretamente na liquidação das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS** em aberto, se o recebimento for em dinheiro. Os **CREDORES**, neste ato, reconhecem que a cessão do controle da **DEVEDORA** dependerá de prévia e expressa anuência da **ARTESP**, observado o disposto no artigo 27, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e no Contrato de Concessão, nº 002/ARTESP/2008;

- b) as despesas comprovadas da venda das **AÇÕES EMPENHADAS** serão suportadas e, se for o caso, adiantadas pela **DEVEDORA** e, em caso de descumprimento da **DEVEDORA** em efetuar tal pagamento, deduzidas do preço apurado na venda;
- c) o valor obtido com a venda das **AÇÕES EMPENHADAS** será utilizado para o pagamento das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS** aos **CREDORES**, nos termos deste Contrato. Uma vez sendo estas integralmente pagas, e havendo saldo positivo (considerando a diferença entre o valor obtido pela venda das **AÇÕES EMPENHADAS** e o pagamento das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**, será ele entregue à **ACIONISTA**, após deduzidas despesas de cobrança comprovadas e os valores suficientes destinados à quitação total ou parcial das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**, mediante transferência para a **ACIONISTA**, a crédito da conta corrente, para tanto seja indicada pela **ACIONISTA**. Havendo, após execução da presente garantia, saldo em aberto das **OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**, a **DEVEDORA** permanecerá responsável pelo saldo;

- d) sem prejuízo das ações cabíveis nos termos deste Contrato, quando da declaração de vencimento antecipado das **OBRIGAÇÕES**

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**

1015831  
16/11

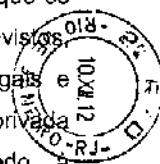
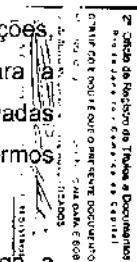
REGISTRAR  
E  
RECEBER  
O  
TÍTULO

GARANTIDAS, a DEVEDORA deverá pagar ou distribuir qualquer valor ao qual a ACIONISTA faça jus na qualidade de acionista da DEVEDORA, inclusive dividendos, juros sobre o capital próprio, amortização de direitos de crédito e respectivos juros, diretamente aos CREDORES, que utilizarão tais valores para reduzir as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS; e

e) o exercício da prerrogativa prevista no item "a" acima não impedirá os CREDORES de executar a garantia decorrente do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS, ou qualquer outra garantia outorgada aos CREDORES, conforme ordem de pagamento prevista na Cláusula 8.1.1. do Contrato de Administração de Contas, observado o disposto no artigo 28, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e no Contrato de Concessão, nº 002/ARTESP/2008.

5.2.1. A ACIONISTA concorda e reconhece expressamente que os CREDORES poderão praticar todos os atos necessários para a venda e transferência das AÇÕES EMPENHADAS, inclusive, conforme aplicável, firmar os respectivos contratos de venda e compra, receber valores, dar quitação e transgír, devendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações que porventura sejam necessários para a efetiva venda e transferência das AÇÕES EMPENHADAS, observadas as condições de excussão previstas nesta Cláusula Quinta e os termos e condições do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO.

5.2.2. A ACIONISTA e a DEVEDORA desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com os CREDORES em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias à realização da venda pública ou privada das AÇÕES EMPENHADAS, incluindo, mas não se limitando, a aprovação pela ARTESP quanto à alienação das AÇÕES EMPENHADAS e substituição da ACIONISTA como interveniente anuente do CONTRATO DE CONCESSÃO e à entrega de informações



1016831

17/

Custavo Dias de Araújo  
Advogado**BNDES**

necessárias que estejam ao seu alcance para a elaboração dos laudos de avaliação.

**CLÁUSULA SEXTA – MANDATO**

6.1. A ACIONISTA neste ato nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do art. 684 do Código Civil Brasileiro, os CREDORES seus procuradores, com plenos poderes para na hipótese de EVENTO DE INADIMPLENTO e a declaração de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, em nome da ACIONISTA, (i) praticar todos os atos necessários e firmar quaisquer instrumentos perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para aperfeiçoar ou executar o penhor sobre as AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS; e (ii) alienar as AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS em bloco único, por meio de venda pública ou privada, obedecido o disposto na Cláusula 5.2 acima e legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS e tomar quaisquer providências e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das AÇÕES EMPENHADAS e/ou DIREITOS ADICIONAIS, podendo dar e receber quitação. Para tanto, a ACIONISTA, nesta data, entrega aos CREDORES uma procuração na forma do **ANEXO III** ao presente Contrato.

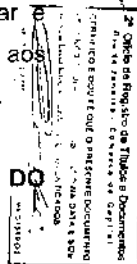
**CLÁUSULA SETIMA – DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO e DO BNDES**

7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO 400 declara e garante que:

- a) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado**BNDES**REGISTRAR  
E SEGURANÇA

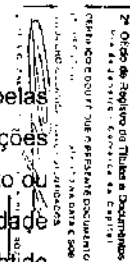
1016831-1



- b) se encontra autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação de, notificação a ou registro com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida assinatura, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e
- c) a assinatura, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seu estatuto social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.

7.2. O BNDES declara e garante que:

- a) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;
- b) se encontra autorizado, nos termos de seu estatuto social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação de, notificação a ou registro com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida assinatura, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e
- c) a assinatura, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seu estatuto social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.



Gustavo Dias de Araújo  
Assinado  
BNDES



REGISTRAR  
SEGURANÇA  
1016831

**CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. **Compartilhamento.** Os CREDORES declaram e reconhecem que observarão o disposto no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, quando do exercício dos direitos e prerrogativas que detêm decorrentes do presente Contrato.

8.2. **Execução Específica.** As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

8.3. **Ausência de Renúncia ou Novação.** Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos CONTRATOS GARANTIDOS.

8.4. **Cessão de Direitos e Alienação das AÇÕES EMPENHADAS.** A ACIONISTA e a DEVEDORA não poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, ou ainda alienar, arrendar ou alugar para qualquer outra parte as AÇÕES EMPENHADAS ou de outra forma negociá-las, sem a prévia e expressa anuência dos CREDORES, exceto pela transferência pela ACIONISTA de uma ação ordinária para cada um dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da DEVEDORA para fins de cumprimento da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

8.4.1. A ACIONISTA e a DEVEDORA não poderão ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES  
101.683.17  
20  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE BAURU - SP  
101.683.17  
20

mesmos, ou ainda as próprias AÇÕES EMPENHADAS, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência dos CREDORES.

8.4.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO 400 desde já autoriza as transferências dos direitos e obrigações contraidos pela INVEPAR no âmbito do presente Contrato para suas controladoras, controladas ou sociedade cujo controlador seja o mesmo da INVEPAR e desde que o cessionário pertença ao grupo econômico INVEPAR e, desde que a INVEPAR, na qualidade de cedente, permaneça obrigada solidariamente com a cessionária mediante a celebração de aditivos ao presente Contrato, aos CONTRATOS GARANTIDOS, ao Contrato de Administração de Contas, e ao Contrato de Cessão Fiduciária, conforme definidos nos CONTRATOS GARANTIDOS, e o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições de referidos contratos.

8.5. **Despesas.** Fica expressamente acordado entre as PARTES que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da ACIONISTA.

8.6. **Notificações.** Excelo se de outra forma prevista neste Contrato, comunicações a serem enviadas por qualquer uma das PARTES, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**ACIONISTA:**

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A.**  
**INVEPAR.**

Avenida Almirante Barros, nº 52, 30º andar

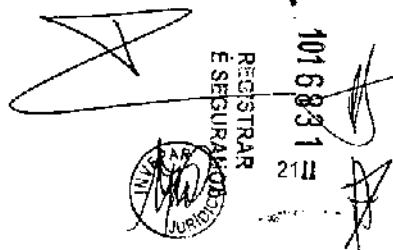
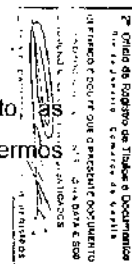
CEP: 20031-918

Tel.: (21) 2211-1300 Fax: (21) 2211-1313

Att: Sr. Marcos Bastos Rocha

E-mail: marcos.rocha@invepar.com.br

Justino Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**





**CREDORES:**

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL  
- BNDES**

Avenida República do Chile, nº 100 – 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20031-917

Att: Chefe de Departamento de Transportes e Logística

Tel.: (21) 2172-7447

**AGENTE FIDUCIÁRIO 400:**

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS .**

Avenida das Américas nº 4200 bloco 04 sala 514

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22.640-102

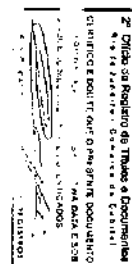
Att: Sr. Marco Aurélio (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado  
(Assuntos Jurídicos e Estruturação)

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) /

[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046



**DEVEDORA:**

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Av. Getúlio Vargas 20-59

Bairro Jardim Europa

CEP 17017-383 – Bauru – SP

Att: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos Moreno Tavares

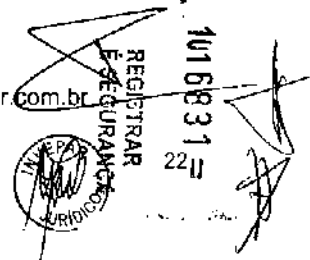
Tel.: (14) 3014-2300

Fax: (14) 3014-2323

E-mails: [ricardo@cart.invepar.com.br](mailto:ricardo@cart.invepar.com.br) - [damião@invepar.com.br](mailto:damião@invepar.com.br)

Gustavo Jôias de Araújo  
Advogado





8.6.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações estipuladas por meio deste Contrato, não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

8.6.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as PARTES, tão logo tomem conhecimento.

8.7. Os atos ou manifestações por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO 400, que criarem responsabilidade para os DEBENTURISTAS 400 e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos DEBENTURISTAS 400 reunidos em ASSEMBLEIA GERAL.

8.8. **Sucessores.** O presente Contrato obriga tanto as PARTES quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

8.9. **Alterações.** O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas PARTES identificadas no preâmbulo deste Contrato.

8.10. **Vigência.** O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, observado o disposto no referido Contrato.

10/11/12  
RJ

1016831 =

REGISTRAR E SEGURANÇA

BNDES

8.11. **Foro.** As PARTES elegem o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como o competente para conhecer e julgar ações ajuizadas em razão deste Contrato.

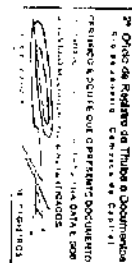
As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Gustavo Dias de Araujo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 04 (quatro) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012.

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

*[Handwritten signature]*



1015831-2  
REGISTRAR  
E SEGURANÇA



Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
BNDES



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DAURIL - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.611

Página de assinaturas do Contrato de Penhor de Ações firmado entre a Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, a Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários e a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., na qualidade de interveniente-anuente.

ACIONISTA:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. -

Marcus Roger Meireles Martins da Costa  
Dir. de Gestão e RH  
INVEPAR

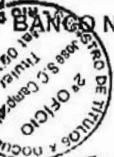
INVEPAR

Damião Carlos Moreno Tavares  
Dir. VP de Concessões Rodoviárias  
INVEPAR

CREDORES:

Roberto Zurli Monteiro  
Diretor

Maurício Borges Lemos  
Diretor



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -

BNDES

PENTAGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

Pedro Silva  
Procurador

IMOBILIARIOS

INTERVENIENTE ANUENTE:

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.  
POR: Damião Carlos Moreno Tavares  
CARGO: Diretor de Relações com Investidores

POR: Ricardo Schilloni Duarte  
CARGO: Diretor presidente

TESTEMUNHAS:

Indira Macedo

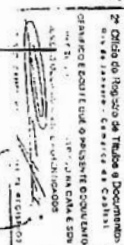
Nome Indira Hashimoto Macedo  
CPF: 080.781.897-82  
ID 07450581-90

Mayra Lima

Nome MAYRA JOSEPHINE RODRIGUES DE LIMA  
CPF: 112.366.057-27

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

BNDES



REGISTRAR E SEGURANÇA

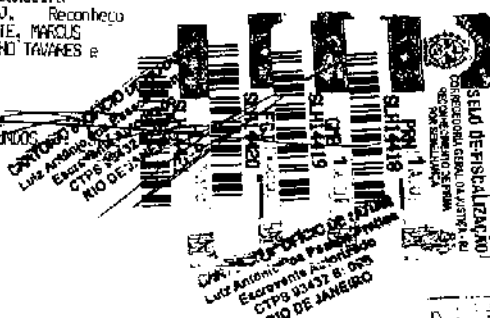
1019831 = 25

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARLO SEQUEIRA  
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9543 - RJ

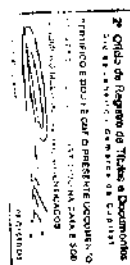
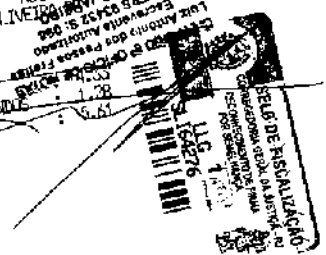
Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de: ROBERTO ZULI MACHADO,  
RAULSCIO BORGES LEMOS, -X-X-X-  
Em testemunho da verdade, Rio de Janeiro, 10/12/2012  
Edson de Carvalho - Substituto - VERA LÚCIA CARLO SEQUEIRA  
Wendia Regina Cario Lotzo - Substituta.  
Firma: R,66 Len 3217/4664/III: 2,36 Total: 11,22 Recibendo



89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ, Reconheço  
por semelhança as firmas de: RICARDO SCHETTINI DUARTE, MARCOS  
ROGER MEIRELES MARTINS DA COSTA, DAMIAU CARLOS NORENO TAVARES e  
INDIRA HASHIMOTO MACEDO  
Cod: 0226A5078922  
Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. por:  
Em testemunho da verdade, Serventia  
LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS



89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ, Reconheço  
por semelhança a firma de: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA  
BROTO E SILVA  
Cod: 0226A516F6A1  
Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. por:  
Em testemunho da verdade, Serventia  
LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS



**1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURÉ - SP**  
RUA 13 DE MAIO, 834 - CENTRO CEP Nº 17.045-210 - FONE (11) - 3104-8666  
RUBENS PEREIRA DE MELLO E SOUZA  
CERTIFICA

Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob Nº. 172.611,  
MICROFILMADO e REGISTRADO no Livro B sob o mesmo número em  
12 de Dezembro de 2012. O referido é verdade e dou fé.

Bauré, 12 de Dezembro de 2012.

EDSON AUGUSTO GONÇALVES  
Escritário Público

ENCL 7.453,13	TINORIO 192,00
ENL 2.118,26	T.JUST 302,27
TPEBP 1.509,08	TOTAL 11.022,01



1016831 =  
REGISTRAR  
E SEGURANCE

**ANEXO I – A****DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS****A – Escritura de Emissão – DEBÊNTURES 400**

Termos em letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

**1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures:** O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação.

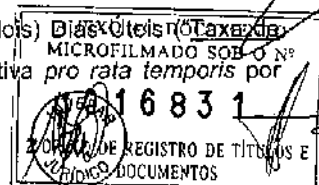
**2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures em até duas séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série serão definidas em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos da Cláusula 3.8 da ESCRITURA DE EMISSÃO 400.

**3. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

**4. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**5. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário ambos atualizados conforme o item 4. acima, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Diários (dois mil e seiscentos e trinta e dois) pro rata temporis por Juros", calculados de forma exponencial e cumulativa

Advogado – ABE/DELOG

Gustavo Dias de Araújo  


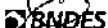
dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

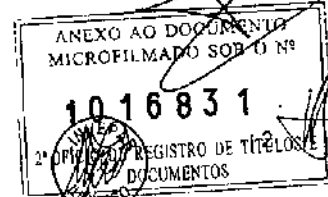
**6. Prazo e Data Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures").

**7. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da data de emissão, ou seja, em 15 de dezembro de 2015.

**8. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data do inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

**9. Garantia:** As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.14.2.1 da Escritura de Emissão: (i) penhor sobre todas as ações que a ACIONISTA atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, nos termos deste Contrato; (ii) cessão fiduciária: (x) de todos os direitos da DEVEDORA emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, e (y) da CONTA DE PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES; e (iii) cessão fiduciária da CONTA CENTRALIZADORA, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.


Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  


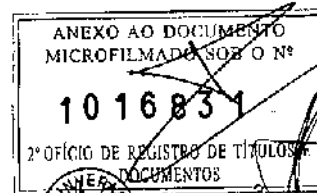


As demais características das DEBÊNTURES 400 e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os quais são incorporados ao presente Anexo I - A, por referência.



Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  






## ANEXO I - B

### DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

#### B – CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Termos em letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

#### 1. Valor Principal Total do CONTRATO DE FINANCIAMENTO:

R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte um centavos), dividido em 21 subcréditos, nos montantes indicados a seguir.

Subcréditos						
A	B-1	B-2	C	D	D-1	D-2
R\$377.574.952,03	R\$1.786.804,06	R\$9.817.084,68	R\$174.285.092,13	R\$15.310.217,69	R\$11.076.958,01	R\$12.123.421,33
D-3	D-4	D-5	D-6	D-7	D-8	E
R\$15.362.454,73	R\$10.226.930,98	R\$6.388.146,73	R\$25.783.987,19	R\$44.048.358,81	R\$17.753.324,13	R\$138.839.489,94
F	F-1	F-2	F-3	F-4	F-5	F-6
R\$33.988.214,61	R\$19.574.535,98	R\$28.158.939,99	R\$34.535.933,90	R\$38.316.276,64	R\$15.454.257,54	R\$22.019.246,12


#### 2. Data de Celebração: 10 de fevereiro de 2011.

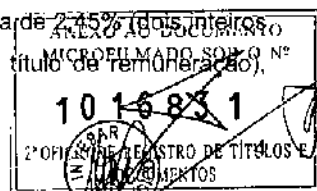
#### 3. Juros incidentes sobre os subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6":

Sobre o principal da dívida da COMPANHIA, decorrente dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização do subcrédito.

#### 4. Juros incidentes sobre os subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D",

"E": Sobre o principal da dívida da COMPANHIA decorrente dos subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração),

Gustavo D'Amico Araújo  
Advogado  




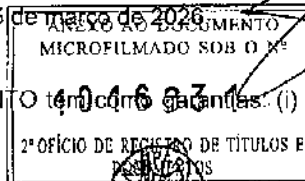
acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

**5. Atualização do valor da dívida dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6":** O saldo devedor proveniente dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6", aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e aplicado conforme os critérios do BNDES.

**6. Amortização do principal:** O principal da dívida decorrente de cada subcrédito do CONTRATO DE FINANCIAMENTO deve ser pago ao BNDES da seguinte forma, observada a obrigação da COMPANHIA de liquidar, em 15 de março de 2016, a última prestação de amortização: (i) subcréditos "A", "B-1" e "B-2": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de março de 2021; (ii) subcréditos "C" e "D": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2013 e a última em 15 de março de 2023; (iii) subcréditos "E" e "F": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2015 e a última em 15 de março de 2025; (iv) subcréditos "D-1" a "D-8": em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 (quinze) de março de 2014 e a última em 15 de março de 2024; e (v) subcréditos "F-1" a "F-6": em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida dos respectivos subcréditos, sendo a primeira prestação devida em 15 de março de 2016 e a última em 15 de março de 2026.

**7. Garantias:** O CONTRATO DE FINANCIAMENTO tem como garantias: (i) a

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

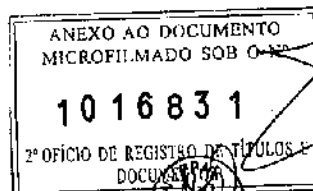
cessão fiduciária sobre todos os direitos da COMPANHIA decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS; (ii) o penhor sobre todas as ações que a INVEPAR atualmente detêm no capital social da COMPANHIA; e (iii) fiança prestada pela INVEPAR.

As demais características do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

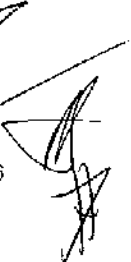
Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os quais são incorporados ao presente Anexo I - B, por referência.

✓

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado



6



**ANEXO II**  
**MINUTA DE NOTIFICAÇÃO**

[papel timbrado do ACIONISTA]

[local e data]

Ref.: **NOTIFICAÇÃO** - Contrato de Penhor de Ações de emissão da  
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Aos [Credores]

Prezados Senhores,

De acordo com as disposições do Contrato de Penhor de Ações, datado  
de [•], comunicamos que [nome do ACIONISTA], subscreveu/adquiriu os  
[ações/direitos/títulos ou valores mobiliários] listado abaixo:

[indicar a quantidade e características das ações/direitos/títulos ou  
valores mobiliários adquiridos]

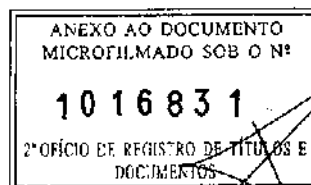
Informamos que os documentos que comprovam que as providências, nos  
termos do Contrato de Penhor de Ações, foram tomadas serão encaminhados  
a V. Sa. no prazo de 10 (dez) dias da presente notificação.

Atenciosamente,

[assinatura do ACIONISTA]



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

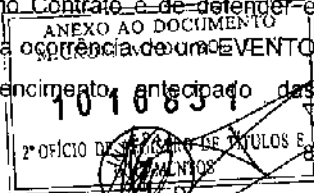



7

ANEXO III  
MINUTA DE PROCURAÇÃO

## PROCURAÇÃO

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. - INVEPAR**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barros, nº 52, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Outorgante"), nomeia e constitui, de maneira irrevogável e irretroatável, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89 e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries, em regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública, de emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., conforme definida abaixo ("Outorgados"), como seus procuradores, para, em conjunto ou separadamente, agindo em seu nome, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato de Penhor de Ações, celebrado em [data], entre a Outorgante, os Outorgados e a Devedora (o "Contrato"), com poderes para: (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) com o objetivo de preservar todos os seus direitos estabelecidos no Contrato e de defender e preservar as AÇÕES EMPENHADAS; e (ii) após a ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO e em caso de vencimento antecipado das

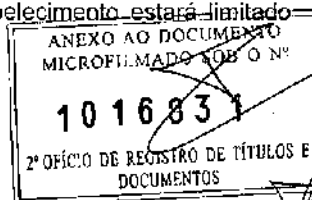
Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  


OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, praticar quaisquer atos necessários à excussão das garantias previstas e respeitado o disposto no Contrato, inclusive, sem limitação, o quanto segue:

- (a) vender ou fazer com que seja vendida, ceder ou conferir opção ou opções de compra, conforme o caso, todas as AÇÕES EMPENHADAS em bloco único, por meio de venda pública ou privada, obedecida a legislação aplicável e uma vez observado os critérios de avaliação das AÇÕES EMPENHADAS conforme disposto na cláusula 5.2 do Contrato;
- (b) utilizar os valores recebidos de acordo com a alínea (a) acima no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS, devendo deduzir todas as despesas judiciais e os tributos eventualmente incidentes e entregar à Outorgante o que eventualmente sobejar, bem como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das AÇÕES EMPENHADAS, podendo dar e receber quitação;
- (c) receber quaisquer rendimentos das AÇÕES EMPENHADAS ou quaisquer montantes devidos com relação às mesmas para pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS; e
- (d) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada das AÇÕES EMPENHADAS nos termos do Contrato.

Os Outorgados poderão substabelecer, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos a ele, sendo certo que referido substabelecimento ~~estará limitado~~ aos seus advogados.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  



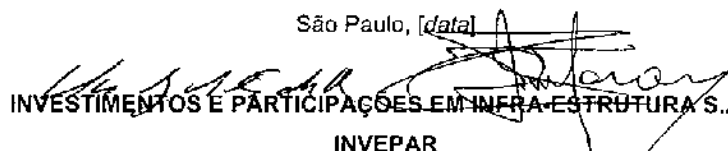
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BARRA - SP  
MICROFILMADO Nº 172.611

Esta procuração é outorgada como condição do Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro.

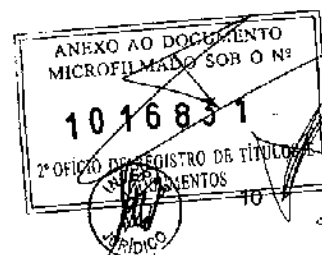
Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato.

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

São Paulo, [data]

  
INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRA-ESTRUTURA S.A. -  
INVEPAR

Gustavo Dias de Amorim  
Advogado  

**ANEXO I**

---

Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

**I. CEDENTE:**

(I) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.581.501/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "**COMPANHIA**" ou "**CEDENTE**";

**II. CESSIONÁRIOS:**

(i) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, agindo, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, para Distribuição Pública de emissão da CEDENTE (respectivamente o "**AGENTE FIDUCIÁRIO 400**" e os "**DEBENTURISTAS 400**");

(ii) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados, doravante denominados "**BNDES**", e em conjunto com o AGENTE FIDUCIÁRIO "**CESSIONÁRIOS**", sendo CESSIONÁRIOS e CEDENTE denominados "**PARTES**"; e

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**

REGISTRAR  
SEGURANÇA  
PÚBLICA

1066880

**CONSIDERANDO QUE:**

A) a CEDENTE celebrou, em 16 de março de 2009, o Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**" ou "**PODER CONCEDENTE**") para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, pelo prazo de 30 (trinta) anos ("**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("**EDITAL**"), correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo (o "**PROJETO**");

B) a fim de viabilizar e implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, e de resgatar antecipadamente a totalidade das **DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO** (conforme abaixo definido), cuja dívida está relacionada a projeto de investimento em infraestrutura, em ambos os casos, para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, a COMPANHIA aprovou, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 09 de novembro de 2012, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até duas séries, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 09 de novembro de 2012 (as "**DEBÊNTURES 400**" e a "**ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400**" respectivamente), cujas condições detalhadas se encontram descritas no **ANEXO I-A** deste Contrato;

C) anteriormente aos recursos captados por meio da emissão das **DEBÊNTURES 400**, a CEDENTE (I) havia celebrado com o BNDES, em 10 de fevereiro de 2011, Contrato de Financiamento, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e

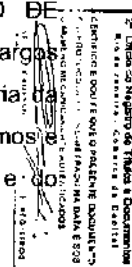
Gustavo Dias de Araújo  
Advogado





e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos), cujos termos e condições estão descritos detalhadamente no ANEXO I-B, ("CONTRATO DE FINANCIAMENTO" e, em conjunto com a ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os "CONTRATOS GARANTIDOS") e, (ii) realizou, em 18 de janeiro de 2010, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 10 de janeiro de 2011 ("DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO").

D) para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela CEDENTE decorrentes das DEBÊNTURES 400 e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (incluindo principal, juros, despesas e eventuais encargos moratórios), a CEDENTE comprometeu-se a constituir a cessão fiduciária da totalidade dos DIREITOS CEDIDOS (conforme abaixo definidos), nos termos e condições deste Contrato, da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO;



Resolvem as PARTES celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente "Contrato" mediante as seguintes cláusulas:

REGISTRAR  
E SEGUROGustavo Dias de Araújo  
Advogado  


**CLÁUSULA PRIMEIRA - CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

1.1. Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes das DEBÊNTURES 400 e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, inclusive, mas não limitado às obrigações pecuniárias, como pagamento do principal, juros, encargos, comissões, pena convencional, multas, tarifas, despesas, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução das garantias prestadas e obrigações assumidas, quaisquer outros acréscimos e encargos moratórios devidos aos CESSIONÁRIOS, conforme descrição da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e seus eventuais aditamentos (doravante denominadas "OBRIGAÇÕES GARANTIDAS"), a CEDENTE cede fiduciariamente, respeitado o estabelecido na Cláusula 2.1. abaixo, aos CESSIONÁRIOS, em caráter irrevogável e irretratável, os direitos de que é titular, conforme descritos e caracterizados abaixo, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e do EDITAL, artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, artigo 66-B, § 3º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e artigos 18 ao 20 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("DIREITOS CEDIDOS");

- a) todos direitos emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO e todos os direitos de crédito da CEDENTE presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio, ou qualquer receita decorrentes de exploração, pela CEDENTE do Corredor Raposo Tavares, e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas pela

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado2ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
Instituto Registral e Cartorial de São Paulo  
CNPJ nº 06.940.888/0001-90  
Rua da Consolação, 1000 - 10º andar  
05401-000 - São Paulo, SP10168304  
RECEBIDA  
RECEBIDA  
RECEBIDA

b) da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("**CONTA CENTRALIZADORA**"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário ("**BANCO DEPOSITÁRIO**"), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado nesta data entre a CEDENTE, o BANCO DEPOSITÁRIO, e, na qualidade de intervenientes anuentes, o AGENTE FIDUCIÁRIO 400 e os CESSIONÁRIOS ("**CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**"), cuja cópia encontra-se anexa ao presente Contrato como **ANEXO II**;

c) exclusivamente em favor do BNDES, todos os direitos creditórios da CEDENTE sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta nº 0032041/2, da agência nº 2373, Banco Bradesco S.A. (237) (a **"CONTA RESERVA"**), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e cujos recursos serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO nas hipóteses previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS; e

d) exclusivamente em favor dos DEBENTURISTAS 400, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, todos os direitos de crédito relativos à titularidade, valores e recursos depositados na conta bancária aberta em nome da CEDENTE junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, sob o nº 32.769.06, na agência 2373, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e cujos recursos serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CEDENTE, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES 400, nas hipóteses previstas no CONTRATO DE

Gustavo Uñas de Araujo  
Abogado

**ENDÉS**

**ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS ("CONTA PARA PAGAMENTO DO  
SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES").**

1.2. As OBRIGAÇÕES GARANTIDAS têm suas características devidamente descritas nos **ANEXOS I – A e I – B** ao presente Contrato, bem como na **ESCRITURA DE EMISSÃO 400**, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B, § 4º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

1.3. A cessão fiduciária prevista nas alíneas "a", "b" e "c" da Cláusula 1.1 deste instrumento é constituída com a condição suspensiva de verificação da ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 2.2 abaixo ("Condição Suspensiva"), sendo a sua eficácia condicionada a esta Condição Suspensiva. O disposto nesta Cláusula não se aplica à cessão fiduciária constituída por meio da alínea "d" da Cláusula 1.1 acima, sendo sua eficácia e vigência plenamente válidas e regulares a partir da data de assinatura deste Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – NOTIFICAÇÕES E REGISTROS**

2.1. A CEDENTE obriga-se a notificar (i) as pessoas listadas no **ANEXO III** para que tenham ciência da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos respectivos contratos firmados entre a CEDENTE e tais pessoas, na forma do **ANEXO IV** da minuta de notificação; e (ii) todos aqueles devedores dos DIREITOS CEDIDOS, cuja cobrança seja feita por meio de boleto bancário ou instrumento similar, incluindo a seguinte nota em todos os boletos emitidos: "Os direitos de crédito contemplados no presente boleto foram cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em \_\_\_\_\_", obrigando-se, ainda, neste caso, a indicar as contas mantidas junto ao BANCO DEPOSITÁRIO nos boletos bancários de cobrança dos DIREITOS CEDIDOS.

2.1.1. A notificação referida na Cláusula 2.1 acima deverá ser realizada por meio de Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou mediante instrumento público ou particular registrado nos **Ofícios de**

Guilherme Dias de Amorim  
A.1.000000RESERVAR  
SUSCITAÇÃO

1016830

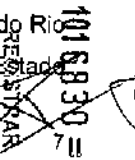
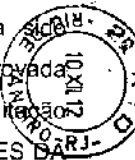
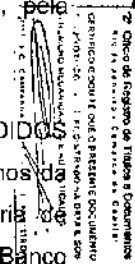
11

Documentos da Comarca do Rio de Janeiro e na Comarca de domicílio das pessoas listadas no ANEXO III, e deverão ser encaminhadas ao AGENTE FIDUCIÁRIO com o "de acordo" das pessoas listadas no ANEXO III, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da referida notificação.

2.1.2. A CEDENTE deverá comunicar os CESSIONÁRIOS, por escrito, acerca da assinatura de novos contratos ou de aditamento ou rescisão, por qualquer motivo, de qualquer contrato celebrado com qualquer das pessoas listadas no ANEXO III ou aditamento ou rescisão, por qualquer motivo, do CONTRATO DE CONCESSÃO, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura, aditamento ou rescisão do respectivo contrato, conforme o caso.

2.2. Tendo em vista que a parcela dos DIREITOS CEDIDOS prevista nas alíneas "a", "b" e "c" da Cláusula 1.1 acima se encontra fiduciariamente cedida em favor dos detentores das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, a CEDENTE e os CESSIONÁRIOS concordam que a efetiva constituição da cessão fiduciária de tais direitos está condicionada à comprovação, pela CEDENTE, do quanto segue:

(i) prévia liberação da cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS em favor das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, nos termos da cláusula primeira do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a CEDENTE, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio S.A., em 10 de fevereiro de 2011, caso referida cessão fiduciária não tenha sido liberada até a data de assinatura deste Contrato, a ser comprovada mediante apresentação aos CESSIONÁRIOS de declaração de quitação encaminhada pelo representante dos detentores das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO e registrada no Cartório de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

Gustavo José de Araújo  
Advogado**BNDES**



(ii) aprovação da ARTESP, nos termos do item 18.1.1.1(e) do EDITAL, em relação à cessão dos DIREITOS CEDIDOS em favor dos CESSIONÁRIOS;

(iii) registro do presente Contrato, do 1º ADITIVO ao CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, conforme definido na Cláusula 4.1(a) abaixo, e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

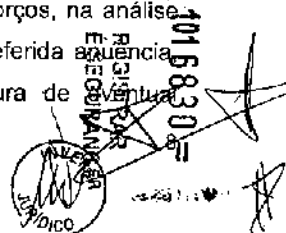
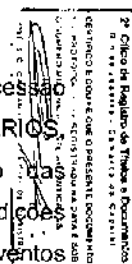
(iv) registro do Distrato ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado entre a CEDENTE, o BNDES, o Banco Bradesco S.A. e a SLW Corretora de Valores e Câmbio S.A., em 10 de fevereiro de 2011 ("Distrato"), nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Bauru, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.2.1. Mediante a ocorrência dos eventos relacionados acima, a cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS em favor dos CESSIONÁRIOS, passará a ser válida e eficaz e garantirá o pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, de acordo com os termos e condições dos CONTRATOS GARANTIDOS. A comprovação dos eventos relacionados acima deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de integralização das DEBÊNTURES 400.

2.2.2. A CEDENTE se compromete, de boa-fé, a enviar seus melhores esforços para obter a anuência da ARTESP na forma e prazo descritos nas Cláusulas 2.2 e 2.2.1 acima, assim como os CESSIONÁRIOS se comprometem de boa-fé, a enviar seus melhores esforços, na análise das eventuais exigências da ARTESP em relação à referida anuência inclusive na hipótese de ser necessária a assinatura de eventual

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado





aditamento ao presente instrumento ou outro documento, caso pertinente, por solicitação da ARTESP, observado que ambas as Partes desde já concordam em envidar seus melhores esforços de cooperação, naquilo que for possível dentro dos limites de suas respectivas competências, para que as obrigações dispostas na Cláusula 2.2 acima sejam cumpridas dentro do menor prazo possível.

2.2.3. A CEDENTE se compromete a providenciar, junto ao agente fiduciário das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, a devida desconstituição ou liberação da cessão fiduciária de direitos creditórios que foi dada em garantia aos titulares das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, mediante a apresentação aos CESSIONÁRIOS do Distrato nos termos da alínea (iv) da Cláusula 2.2 acima, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de integralização das DEBÊNTURES 400, conforme disposto na Cláusula 2.2.1 acima.

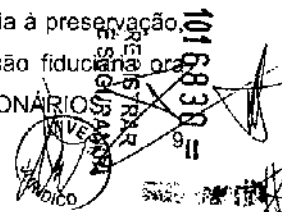
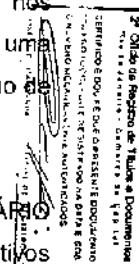
2.3. A CEDENTE se compromete, outrossim, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos cartórios indicados na cláusula 2.2 acima e a enviar aos CESSIONÁRIOS uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

2.3.1. Caso a CEDENTE não o faça, caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO 400, às expensas da CEDENTE, promover o registro dos respectivos aditamentos à margem deste Contrato nos cartórios indicados na cláusula 2.2 acima e a enviar aos CESSIONÁRIOS uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

2.4. A CEDENTE dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação aos CESSIONÁRIOS.

Gustavo José de Araújo  
Advogado

**BNDES**



2.5. Todas e quaisquer despesas decorrentes dos registros deste Contrato e dos documentos que dele façam ou venham a fazer parte (inclusive aditamento a ele) correrão por conta da CEDENTE.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÕES DA CEDENTE

3.1. A CEDENTE, neste ato, declara e assegura aos CESSIONÁRIOS que:

a) exceção feita às garantias atualmente existentes sobre os DIREITOS CEDIDOS constituídas nos termos das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, caso tais garantias não tenham sido liberadas na data de assinatura deste Contrato, os DIREITOS CEDIDOS estão livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravame e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, e/ou processo judicial ou não ;

b) exceção feita à obtenção de autorização da ARTESP e a liberação das garantias em favor das DEBÊNTURES DA PRIMEIRA EMISSÃO, atualmente existentes sobre os DIREITOS CEDIDOS, caso tais garantias não tenham sido liberadas na data de assinatura deste Contrato, não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os DIREITOS CEDIDOS de acordo com este Contrato;

c) a lista de DIREITOS CEDIDOS relacionados na Cláusula 1.1. acima contempla atualmente todos os direitos de crédito, presentes e futuros, que a CEDENTE detém;

d) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato e para cumprir suas obrigações contratuais, exceto pela

2ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
Bauru - SP  
10/12/2010  
1016830



1016830  
10  
REGISTRAR  
SEGURANÇA

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES

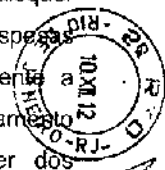
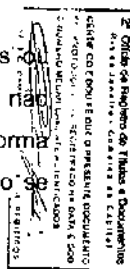



anuência da ARTESP e demais disposições previstas neste Contrato;

- e) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a assinatura e cumprimento deste Contrato, exceto pela obtenção da anuência da ARTESP;
- f) o presente Contrato constitui uma obrigação legal e válida, e, após a ocorrência das condições suspensivas previstas na Cláusula 2.2 acima, exequível de acordo com os termos ora contratados; e
- g) a assinatura deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida pela CEDENTE e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção da cessão fiduciária estabelecida nos termos deste Contrato.

3.2 Até o pagamento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a CEDENTE compromete-se a:

- a) não constituir sobre os DIREITOS CEDIDOS qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária prevista neste Contrato e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos DIREITOS CEDIDOS a terceiros, exceto se previamente aprovadas pelos CESSIONÁRIOS;
- b) manter os CESSIONÁRIOS indenes e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) que os CESSIONÁRIOS venham comprovadamente incorrer: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer dos DIREITOS CEDIDOS; (ii) referentes ou resultantes de qualquer comprovada violação por si de qualquer das declarações assumidas neste Contrato, e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da



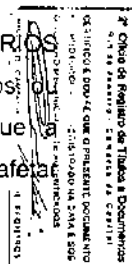
Gustavo Luís de Araujo  
Advogado  




11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011  
11/11/2011

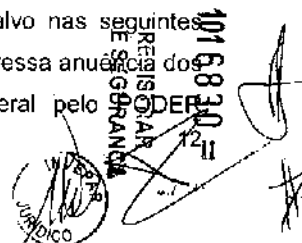
cessão fiduciária dos DIREITOS CEDIDOS, de acordo com este Contrato;

- c) sempre indicar, quando da celebração de novos contratos referentes aos DIREITOS CEDIDOS, a CONTA CENTRALIZADORA da CEDENTE junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, para o depósito de todo e qualquer valor referente à realização dos DIREITOS CEDIDOS;
- d) notificar, nos termos da Cláusula 2.1. acima, todos os devedores dos DIREITOS CEDIDOS acerca da obrigação assumida pela CEDENTE nos termos deste Contrato;
- e) depositar todo e qualquer valor que receber referente à realização dos DIREITOS CEDIDOS na CONTA CENTRALIZADORA;
- f) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua intimação, informar aos CESSIONÁRIOS qualquer constrição que recair sobre os DIREITOS CEDIDOS;
- g) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos CESSIONÁRIOS sobre os DIREITOS CEDIDOS, contra quaisquer procedimentos, processos ou execuções que venham a ser propostos por terceiros ou que a CEDENTE venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;
- h) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos DIREITOS CEDIDOS, incluindo o CONTRATO DE CONCESSÃO, sem a prévia e expressa anuência dos CESSIONÁRIOS, que, em relação aos DEBENTURISTAS 400, deverão ser autorizadas por meio de deliberação tomada em Assembleia Geral, sendo que a referida anuência não poderá ser injustificadamente recusada, segundo critérios de razoabilidade e princípios de boa-fé, salvo nas seguintes hipóteses em que não será necessária a prévia e expressa anuência dos CESSIONÁRIOS: (i) no caso de alteração unilateral pelo



Gustavo Dias de Araújo

Advogado



i) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade dos CESSIONÁRIOS de vender ou de outra forma dispor dos DIREITOS CEDIDOS, no todo ou em parte, após a ocorrência e continuidade de um evento de inadimplemento, conforme definido nas DEBÊNTURES 400, e das hipóteses de inadimplemento previstas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO e, no que se refere às DEBÊNTURES 400, desde que não sanado no respectivo prazo de cura previsto na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 ("EVENTO DE INADIMPLEMENTO"); e

jj) cumprir os termos e condições do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, observado que um evento de inadimplemento conforme definido no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS será considerado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO nos termos deste CONTRATO.

[illegible]

10.XII.12

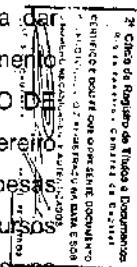
- 1016830 =



e quaisquer outros devedores dos DIREITOS CEDIDOS, a exigir que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos DIREITOS CEDIDOS diretamente na CONTA CENTRALIZADORA, em favor dos CESSIONÁRIOS, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei n.º 9.514/1997, para que sejam utilizados no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, devendo ser deduzidos todos os tributos e despesas eventualmente incidentes que os CESSIONÁRIOS venham comprovadamente incorrer, devendo ser entregue à CEDENTE o que eventualmente sobejar;

- b) Os CESSIONÁRIOS, observado o disposto no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, enviarão uma notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO requerendo o bloqueio imediato do saldo diário da totalidade dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, observado o limite de bloqueio de até 60% (sessenta por cento) da totalidade dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, respeitando-se, assim, os níveis de serviços previstos no EDITAL (qual seja o percentual de 40% (quarenta por cento) consideradas as deduções de recursos suficientes para que a CEDENTE possa dar prosseguimento às suas atividades, conforme ordem de pagamento prevista na Cláusula 8.1.1 do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou seja, efetuar os pagamentos relativos às despesas necessárias para o seu regular funcionamento), devendo os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA serem utilizados no pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, sendo entregue à CEDENTE o que eventualmente sobejar;

- c) Havendo, após a execução da presente garantia conforme previsto no item "a" acima, saldo em aberto das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, a CEDENTE permanecerá responsável por tal saldo até efetiva e total liquidação do mesmo, permanecendo as receitas decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos da Cláusula



1016830-141

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**

como os recursos depositados nas contas cedidas até o pagamento do saldo em aberto das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS; e

d) O exercício da prerrogativa prevista no item "a" acima não impedirá o BNDES e os DEBENTURISTAS 400 de executar a garantia decorrente do CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS, ou qualquer outra garantia outorgada aos CESSIONÁRIOS.

4.2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas precedentes, aos CESSIONÁRIOS compete o direito de usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais para receber devidamente os DIREITOS CEDIDOS, devendo a CEDENTE arcar com tais valores despendidos.

4.2.1. A CEDENTE concorda e reconhece expressamente que os CESSIONÁRIOS poderão praticar todos os atos necessários para a venda e transferência dos DIREITOS CEDIDOS, inclusive, conforme aplicável, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, observadas as condições de excussão da cessão fiduciária previstas nesta Cláusula 4ª e na legislação aplicável.

4.2.2. A CEDENTE desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com os CESSIONÁRIOS em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos DIREITOS CEDIDOS.

#### CLÁUSULA QUINTA - MANDATO

5.1. Ficam os CESSIONÁRIOS, para os fins e efeitos deste Contrato e desta Cláusula Quinta, irrevogável e expressamente autorizados a, no caso de um EVENTO DE INADIMPLENTO e de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir

Guilherme Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



RECISTAR  
E SEGUERANCA  
1016830-1  
15



nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos DIREITOS CEDIDOS, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-os a CEDENTE, nos termos dos Artigos 683 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seus procuradores para que os CESSIONÁRIOS, em conjunto ou separadamente, pratiquem todos os atos e assinem todos os documentos que sejam necessários para a execução plena da presente garantia, cujos emolumentos e despesas dispendidos que os CESSIONÁRIOS venham comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela CEDENTE para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a CEDENTE, nesta data, entrega aos CESSIONÁRIOS, uma procuração na forma do **ANEXO V** ao presente Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

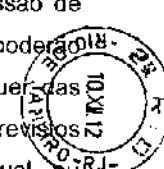
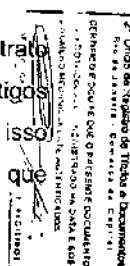
6.1. **Compartilhamento.** Os CESSIONÁRIOS declaram e reconhecem que observarão o disposto no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, quando do exercício dos direitos e prerrogativas que detêm decorrentes do presente Contrato.

6.2 **Execução Específica.** As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

6.3. **Ausência de Renúncia ou Novação.** Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos CONTRATOS GARANTIDOS.

Gustavo Dias de Araújo

Advogado

REGISTRAR  
E SEQUESTRAR

6.4. **Cessão.** A CEDENTE não poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência de todos os CESSIONÁRIOS.

6.4.1. Os DEBENTURISTAS 400 desde já autorizam as transferências dos direitos e obrigações contraídos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do presente Contrato para suas controladoras, controladas ou sociedade sob controle comum e desde que a CEDENTE permaneça obrigada solidariamente com os respectivos cessionários mediante a celebração de aditivos ao presente Contrato, aos CONTRATOS GARANTIDOS, ao CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS, e ao CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, e o novo cessionário concorde integralmente com os termos e condições de referidos contratos.

6.5. **Despesas.** Fica expressamente acordado entre as PARTES que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da CEDENTE.

6.6. **Notificações.** Exceto se de outra forma prevista neste Contrato, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das PARTES, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**CEDENTE:**

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Av. Getúlio Vargas 20-59

Bairro Jardim Europa

CEP 17017-383 – Baurur - SP

At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos Moreno Tavares

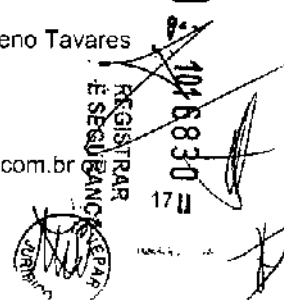
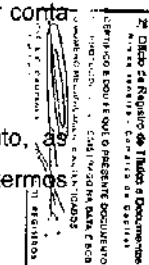
Tel.: (14) 3014-2300

Fax: (14) 3014-2323

E-mails: ricardo@cart.invepar.com.br - damião@invepar.com.br

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL  
- BNDES

Avenida República do Chile, nº 100 – 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20031-917  
Att: Chefe de Departamento de Transportes e Logística  
Tel.: (21) 2172-7447

## mailto:

**Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.**  
Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, CEDP 22640-102  
Rio de Janeiro – RJ  
At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia  
Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) /  
[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

6.6.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações estipuladas por meio deste Contrato, incluindo, mas não se limitando a, Notificação de Evento de Inadimplemento, não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.



6.6.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as PARTES, tão logo tomem conhecimento.

6.7. Os atos ou manifestações por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO 400, que criarem responsabilidade para os DEBENTURISTAS 400 e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas pelos DEBENTURISTAS 400 neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos DEBENTURISTAS 400 reunidos em Assembleia Geral, conforme o disposto na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

6.7. **Sucessores.** O presente Contrato obriga tanto as PARTES quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

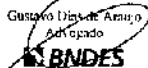
6.8. **Alterações.** O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas PARTES identificadas no preâmbulo deste Contrato.

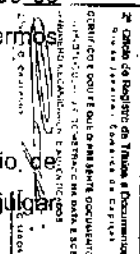


6.9. **Vigência.** O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS.

6.10. **Foro.** As PARTES elegem o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como o competente para conhecer e julgar as ações ajuizadas em razão deste Contrato.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Gustavo Dias de Araújo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que assinam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, perante as duas testemunhas adiante assinadas.

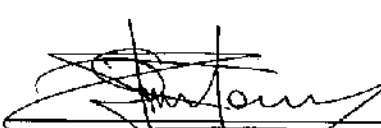
Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
  
BNDES

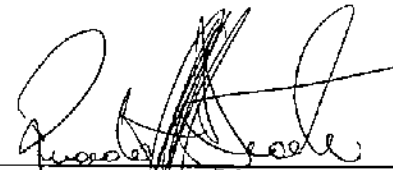
  
  
  
15830 =

Página de assinaturas do Contrato de Cessão de Fiduciária de Direitos Creditórios firmado entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

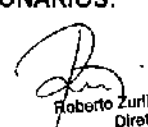
Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012.

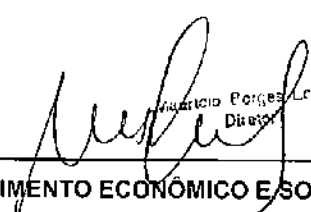
**CEDENTE:**

  
**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
Damiano Carlos Moreno Tavares  
p.p. Concessionária Auto  
Raposo Tavares S.A.

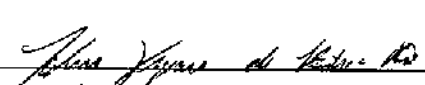
  
**RICARDO SCHITTINI DUARTE**  
DIRETOR PRESIDENTE.

**CESSIONÁRIOS:**

  
Roberto Zurli Machado  
Diretor

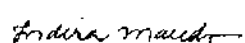
  
Marcelo Borges Gomes  
Diretor

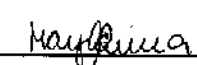
**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -**  
**BNDES**

  
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES**  
Pedro Silva  
Procurador

**MOBILIÁRIOS**

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome Indira Hashimoto Macedo  
CPF: 088.761.697-82  
ID 07450581-00

  
Nome MAYRA JOSEPHINE RODRIGUES DE LIMA  
CPF: 112.366.097-27



  
Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**



20

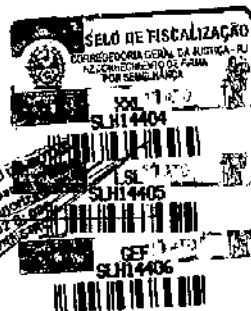
**2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURUR - SP**  
 RUA 14 DE MAIO, 526 - CENTRO - CEP Nº 13.042-120 - FONE (19) - 310-1004  
 RUBENS PEREIRA DE MELLO E SAUTUA  
**CERTIFICA**  
 Que o presente livro foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob Nº. 172.618, MICROFILMADO e REGISTRADO no Livro B sob o mesmo número em 12 de Dezembro de 2012. O referido é verdade e dou fé.

Baurur, 12 de Dezembro de 2012.

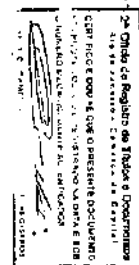
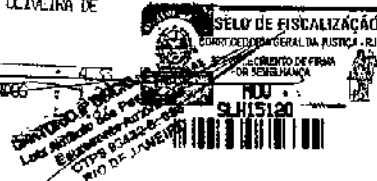
*[Assinatura]*  
**EDISON AUGUSTO DE ALMEIDA**  
 Escrevente Autorizado

IMCOT: 7.453,13	INSCRIÇÃO: 992,27
EST: 2.118,20	TJJUST: 992,27
DESP: 1.559,03	TOTAL: 1.559,03

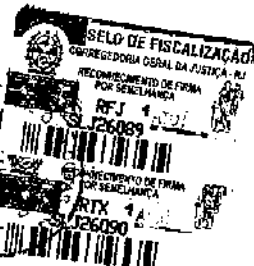
89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
 Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço  
 por semelhança as firmas dos: RICARDO SCHITTINI DUARTE, ANDRÉ  
 HASHIMOTO MACEDO e DANILO CARLOS MORENO TAVARES  
 Cod: 02264607797  
 Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. por:  
 Em testemunho da verdade. Serventia  
 LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS



89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
 Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço  
 por semelhança a firma de: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE  
 BRITO E SILVA  
 Cod: 022646078035  
 Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. por:  
 Em testemunho da verdade. Serventia  
 LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS



28º OFÍCIO DE NOTAS - NOTARIA VERA LUCIA CARIO SEQUEIRA  
 AV. LAMIRANTE BARROSO, 7 - SBL - TEL: (21) 2220 2545 - RJ  
 Reconheço, por semelhança, as (s) firma(s) de: ROBERTO ZULI WOLFF  
 MAURICIO RODRIGUES LIMA  
 Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 10/12/2012  
 Edson de Carvalho - Substituto de VERA LUCIA CARIO SEQUEIRA  
 Wendria Regina Carla Lobo - Substituta  
 Firms: 8,66  
 Lei 3217/4864/1111 2,6 Total: 11,22



REGISTRAR E SEGURANÇA  
 1016830 =

## ANEXO I – A

## DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

## A – Escritura de Emissão – DEBÊNTURES 400

Termos em letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

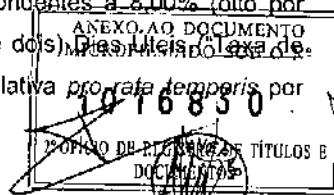
**1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures:** O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação.

**2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures em até duas séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série serão definidas em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos da Cláusula 3.8 da ESCRITURA DE EMISSÃO 400.

**3. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

**4. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**5. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário ambos atualizados conforme o item 4. acima, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (taxa de Juros"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por



dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

**6. Prazo e Data Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures").

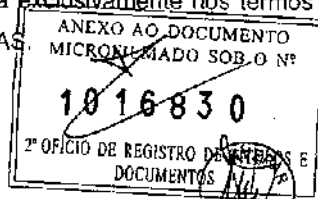
**7. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da data de emissão, ou seja, em 15 de dezembro de 2015.

**8. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

**9. Garantia:** As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.14.2.1 da Escritura de Emissão: (i) penhor sobre todas as ações que a ACIONISTA atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, nos termos do CONTRATO DE PENHOR; (ii) cessão fiduciária: (x) de todos os direitos da CONCESSIONÁRIA emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, e (y) da CONTA DE PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES; e (iii) cessão fiduciária da CONTA CENTRALIZADORA, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

Costa e Dias de Araujo  
Advogado

BNDES



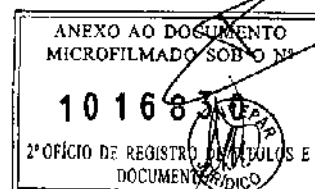
2



As demais características das DEBÊNTURES 400 e, consoquentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os quais são incorporados ao presente Anexo I - A, por referência.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

## ANEXO I - B

### DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

#### B – CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Termos em letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

1. **Valor Principal Total do CONTRATO DE FINANCIAMENTO:**  
R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte um centavos), dividido em 21 subcréditos, nos montantes indicados a seguir.

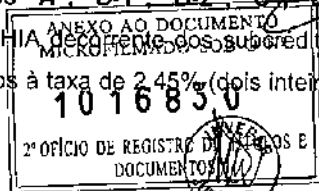
Subcréditos						
A	B-1	B-2	C	D	D-1	D-2
R\$377.574.952,03	R\$1.786.804,06	R\$9.817.084,68	R\$174.285.092,13	R\$15.310.217,69	R\$11.076.958,01	R\$12.123.471,33
D-3	D-4	D-5	D-6	D-7	D-8	E
R\$15.362.454,73	R\$10.226.900,98	R\$6.388.146,73	R\$25.783.987,19	R\$44.048.358,81	R\$17.753.324,13	R\$138.839.489,94
F	F-1	F-2	F-3	F-4	F-5	F-6
R\$33.988.214,61	R\$19.574.535,98	R\$28.158.939,99	R\$34.535.933,80	R\$38.316.276,64	R\$15.454.257,54	R\$22.019.246,12

2. **Data de Celebração:** 10 de fevereiro de 2011.

3. **Juros incidentes sobre os subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6":**  
Sobre o principal da dívida da COMPANHIA, decorrente dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização do subcrédito.

4. **Juros incidentes sobre os subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F":** Sobre o principal da dívida da COMPANHIA decorrente dos subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização do subcrédito.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

4

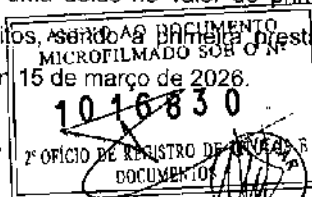
e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa do Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

**5. Atualização do valor da dívida dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6":** O saldo devedor proveniente dos subcréditos "D-1" a "D-8" e "F-1" a "F-6", aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e aplicado conforme os critérios do BNDES.

**6. Amortização do principal:** O principal da dívida decorrente de cada subcrédito do CONTRATO DE FINANCIAMENTO deve ser pago ao BNDES da seguinte forma, observada a obrigação da COMPANHIA de liquidar, em 15 de março de 2016, a última prestação de amortização: (i) subcréditos "A", "B-1" e "B-2": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de março de 2021; (ii) subcréditos "C" e "D": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2013 e a última 15 de março de 2023; (iii) subcréditos "E" e "F": em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 de outubro de 2015 e a última em 15 de março de 2025; (iv) subcréditos "D-1" a "D-8": em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida do referido subcrédito, sendo a primeira prestação devida em 15 (quinze) de março de 2014 e a última em 15 de março de 2024; e (v) subcréditos "F-1" a "F-6": em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida dos respectivos subcréditos, sendo a primeira prestação devida em 15 de março de 2016 e a última em 15 de março de 2026.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 BNDES



5

7. **Garantias:** O CONTRATO DE FINANCIAMENTO tem como garantias: (i) a cessão fiduciária sobre todos os direitos da COMPANHIA decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS; (ii) o penhor sobre todas as ações que a INVEPAR atualmente detêm no capital social da COMPANHIA; e (iii) fiança prestada pela INVEPAR.

As demais características do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, e, conseqüentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os quais são incorporados ao presente Anexo I - B, por referência.

Gustavo Dias da Silva  
Advogado





6

ANEXO II

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

Pelo presente instrumento particular,

I. CONTRATANTE:

(A) **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.** sociedade com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "**CONCESSIONÁRIA**";

II. CONTRATADO:

(A) **BANCO BRADESCO S.A.**, Instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado por seus representantes legalmente habilitados abaixo assinados, doravante denominada "**BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR**";

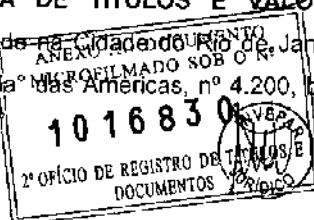
III. INTERVENIENTES ANUENTES:

(A) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados, doravante denominada "**BNDES**"; e

(B) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco

Gustavo Marques de Araújo  
Advogado

 **BNDES**



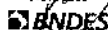
04, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.882/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social e agindo na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, para Distribuição Pública de emissão da CONCESSIONÁRIA (respectivamente o "**AGENTE FIDUCIÁRIO 400**" e "**DEBENTURISTAS 400**", em conjunto com o BNDES, "**CREDORES**" e, em conjunto com o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e com a CONCESSIONÁRIA, "**PARTES**");

**CONSIDERANDO QUE:**

A) a CONCESSIONÁRIA celebrou, em 16 de março de 2009, o Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**" ou "**PODER CONCEDENTE**") para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, pelo prazo de 30 (trinta) anos ("**CONTRATO DE CONCESSÃO**") relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("**EDITAL**"), correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo ("**PROJETO**");

B) a fim de viabilizar e implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, e de resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com ~~Garantia Adicional Real~~, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 **BNDES**



8

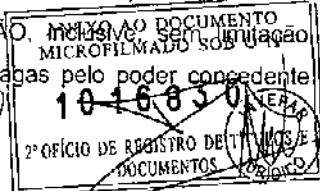
Tavares S.A., datada de 10 de janeiro de 2011, ("**DEBÊNTURES 476**"), cuja dívida está relacionada a projeto de investimento em infraestrutura, em ambos os casos, para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, a CONCESSIONÁRIA aprovou, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 09 de novembro de 2012, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até duas séries, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 09 de novembro de 2012 (as "**DEBÊNTURES 400**" e a "**ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400**", respectivamente);

C) adicionalmente aos recursos captados por meio da emissão das DEBÊNTURES 400, a CONCESSIONÁRIA havia celebrado, em 10 de fevereiro de 2011, com o BNDES um Contrato de Financiamento, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos), ("**CONTRATO DE FINANCIAMENTO**" e, em conjunto com a ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os "**CONTRATOS GARANTIDOS**");

D) para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS, a CONCESSIONÁRIA celebrou com o BNDES, os DEBENTURISTAS 400, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, e com o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, nesta data, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA**"), por meio do qual constituiu cessão fiduciária em favor do BNDES e dos DEBENTURISTAS 400, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, de todos direitos emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo poder concedente em

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 BNDES



decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como da totalidade dos direitos de crédito da CONCESSIONÁRIA referentes às receitas de pedágio, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, conforme definidos na Cláusula 1.1 do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA ("**DIREITOS CREDITÓRIOS**"), os quais deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor dos CREDORES; e

E) Para assegurar o pagamento, em caso de inadimplemento, do serviço da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, a CONCESSIONÁRIA concordou em constituir: (i) a CONTA RESERVA BNDES, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor do BNDES; e (ii) a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor dos DEBENTURISTAS 400, conforme termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

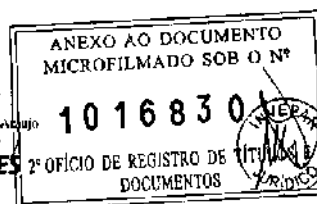
Desta forma, as PARTES concordam mutuamente em celebrar este Contrato de Administração de Contas ("**CONTRATO**"), que será regido pelos seguintes termos e condições:

Exceto quando definidos no presente CONTRATO, os termos cujas letras apareçam em maiúscula, neste instrumento deverão ter o mesmo significado a eles atribuído no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA e nos CONTRATOS GARANTIDOS.

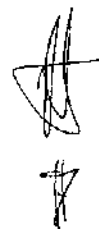


Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

**BNDES**



10





## CLÁUSULA 1ª DAS CONTAS:

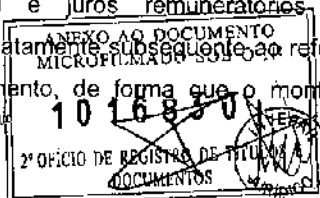
1.1 **CONTA CENTRALIZADORA:** conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("**CONTA CENTRALIZADORA**"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário ("**BANCO DEPOSITÁRIO**"), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

1.2 **CONTA RESERVA BNDES:** conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, aberta sob o nº 0032041/2, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237), na qual serão depositados, nos prazos previstos no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, recursos equivalentes à soma de: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO a partir de setembro de 2015 (o "**SALDO MÍNIMO BNDES**"). Os recursos depositados na **CONTA RESERVA BNDES** serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO ("**SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES**"), nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

1.3 **CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES:** conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, aberta sob o nº 32.750-6, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237), na qual serão depositados, mensalmente, recursos equivalentes A 1/12 (um doze avos) da próxima parcela vincenda de principal e juros remuneratórios das DEBÊNTURES 400, conforme o caso, imediatamente subsequente ao referido depósito, nas respectivas datas de pagamento, de forma que o montante

Guilherme Dias de Araujo  
Advogado

 BNDES



depositado na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES corresponda à totalidade dos recursos necessários para honrar a próxima parcela vincenda de principal e juros remuneratórios das DEBÊNTURES 400 (o "SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400"). Os recursos depositados na CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente ESCRITURA DE EMISSÃO 400 ("SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400"), nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

1.4. A CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA RESERVA DO BNDES e a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, quando referidas em conjunto serão denominadas "CONTAS DO PROJETO".

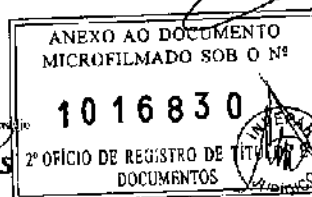
1.5. **CONTA MOVIMENTO:** conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, de livre movimentação e exclusiva gestão da CONCESSIONÁRIA que receberá os valores liberados da CONTA CENTRALIZADORA, aberta sob o nº 2863-0, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237). A CONTA MOVIMENTO poderá ser alterada (banco, agência e conta) pela CONCESSIONÁRIA, mediante notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para promover a alteração solicitada, sendo certo que a ausência de resposta por parte do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR resultará na sua anuência tácita ao referido pedido de alteração.

1.5.1. A alteração a que se refere a Cláusula 1.5. acima deverá ser comunicada aos CREDORES pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua efetivação.

## CLÁUSULA 2ª OBJETO:

2.1. Este CONTRATO tem por objeto:

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

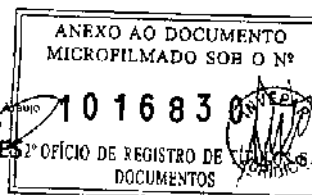
- (a) a administração das receitas provenientes dos DIREITOS CREDITÓRIOS, objeto do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, incluindo principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da excussão de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos CREDORES, com relação aos CONTRATOS GARANTIDOS e seus eventuais aditamentos ("OBRIGAÇÕES GARANTIDAS");
- (b) a administração dos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO; e
- (c) regular os termos e condições segundo os quais o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR atuará como mandatário da CONCESSIONÁRIA, responsável pela administração dos DIREITOS CREDITÓRIOS.

2.2 Os CREDORES e a CONCESSIONÁRIA declaram e reconhecem que o presente CONTRATO é celebrado nos termos e condições do disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO e na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, especialmente seu artigo 28.

2.3 Para os fins deste CONTRATO, constitui um "EVENTO DE INADIMPLEMENTO" a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 ou qualquer inadimplemento no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, observados, no caso das DEBÊNTURES 400, os respectivos prazos de cura.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 BNDES



13

**CLÁUSULA 3ª FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA CENTRALIZADORA**

3.1. A CONTA CENTRALIZADORA acolherá os depósitos, diariamente efetuados pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, de todos os recursos recebidos em virtude do pagamento de quaisquer DIREITOS CREDITÓRIOS, observado o disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

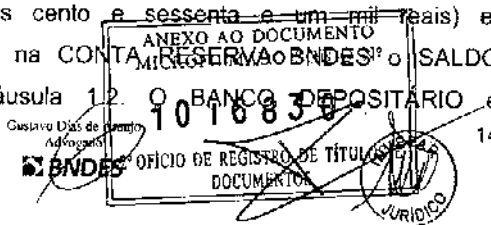
3.2. Os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA serão transferidos, automaticamente, para a CONTA MOVIMENTO, de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA, desde que observada e atendida a condição para sua transferência prevista na Cláusula 3.4 abaixo.

3.3. A CONTA CENTRALIZADORA passará a receber os depósitos dos DIREITOS CREDITÓRIOS, conforme mencionado na Cláusula 3.1 acima, mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos DIREITOS CREDITÓRIOS, conforme previsto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

3.4. O saldo da CONTA CENTRALIZADORA será automaticamente transferido para a CONTA MOVIMENTO, salvo quando da ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLENTO, conforme os CONTRATOS GARANTIDOS, observado o disposto na Cláusula 7ª deste CONTRATO.

**CLÁUSULA 4ª FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESERVA BNDDES**

4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter na CONTA RESERVA BNDDES, no prazo estabelecido no Contrato de Financiamento do BNDDES, o valor inicial de R\$ 8.161.000,00 (oito milhões cento e sessenta e um mil reais) e, posteriormente, deverá manter na CONTA RESERVA BNDDES o SALDO MÍNIMO BNDDES previsto cláusula 1.2. O BANCO DEPOSITÁRIO e



ARRECADADOR deverá verificar, mensalmente, se o saldo da CONTA RESERVA BNDES apresenta recursos suficientes para compor o SALDO MÍNIMO BNDES, mediante recebimento da CONCESSIONÁRIA do cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO BNDES.

4.2. A CONTA RESERVA BNDES deverá permanecer preenchida até a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO pela CONCESSIONÁRIA e, mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na CONTA RESERVA BNDES.

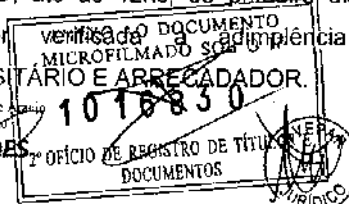
4.3. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR se obriga a verificar e a ajustar o saldo da CONTA RESERVA BNDES ao final de cada mês, mediante o recebimento das informações por parte da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva da CONCESSIONÁRIA. Para tanto, deverá receber da CONCESSIONÁRIA o cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO BNDES nos termos da Cláusula 1.2.

4.4 Caso seja verificado pelo BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR que os valores depositados na CONTA RESERVA BNDES estejam abaixo SALDO MÍNIMO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA na forma prevista na Cláusula 8.1 abaixo, até que sejam depositados os montantes suficientes para complementação da CONTA RESERVA BNDES.

4.5 Caso seja verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e os recursos depositados na CONTA RESERVA BNDES estejam em montante superior ao SALDO MÍNIMO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá transferir o valor excedente para a CONTA MOVIMENTO, até as 12hs, do primeiro dia útil subsequente à data em que for verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

Costa Dias de Araújo  
Advogado

BNDES



4.6 Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLENTO no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá utilizar os recursos da CONTA RESERVA BNDES, na forma da Cláusula 6ª deste CONTRATO para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES.

**CLÁUSULA 5ª FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES**

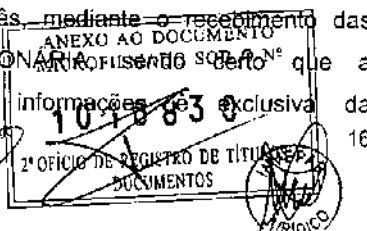
5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, a partir da data de assinatura deste Contrato e, posteriormente, a cada mês, deverá manter na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400 previsto cláusula 1.3. O BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR deverá verificar, mensalmente, mediante notificação do AGENTE FIDUCIÁRIO, se o saldo da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES apresenta recursos suficientes para compor o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, mediante recebimento da CONCESSIONÁRIA do cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400.

5.2. A CONTA RESERVA BNDES deverá permanecer preenchida até a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 pela CONCESSIONÁRIA e, mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES.

5.3. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR se obriga a verificar e a ajustar o saldo da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES ao final de cada mês, mediante o recebimento das informações por parte da CONCESSIONÁRIA referente ao valor que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva da

Gustavo Dias de Aguiar  
Advogado

 BNDES



CONCESSIONÁRIA. Para tanto, deverá receber da CONCESSIONÁRIA o cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO DAS DEBÊNTURES nos termos da Cláusula 1.3.

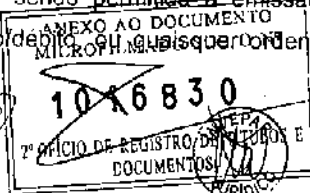
5.4 Caso seja verificado pelo BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR que os valores depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES estejam abaixo SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA na forma prevista na Cláusula 8.1 abaixo, até que sejam depositados os montantes suficientes para complementação da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES.

5.5 Caso seja verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e os recursos depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES estejam em montante superior ao SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá transferir o valor excedente para a CONTA MOVIMENTO, até as 12hs, do primeiro dia útil subsequente à data em que for verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

5.6 Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLEMENTO no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá utilizar os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, na forma da Cláusula 6ª deste CONTRATO para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400.

#### CLÁUSULA 6ª DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS CONTAS DO PROJETO

6.1. As CONTAS DO PROJETO serão movimentadas, única e exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, por meio do mecanismo de lançamentos contábeis, não sendo permitida a emissão de cheques contra elas e/ou cartões de crédito de depósito ou quaisquer ordens de

Gustavo Duarte Araújo  
Advogado

pagamento ou transferência, exceto no caso de cumprimento de ordem judicial e/ou conforme autorizado por este CONTRATO.

6.2. As CONTAS DO PROJETO não poderão ser encerradas até a final e total liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, conforme notificação a ser encaminhada por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR pelos CREDITORES, observado o disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

6.3. As PARTES reconhecem que poderão ocorrer, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, alterações nos sistemas de contas correntes do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, resultando, eventualmente, em modificação na numeração das CONTAS DO PROJETO ou da agência à qual pertençam, devendo, contudo, tais alterações serem comunicadas aos CREDITORES e à CONCESSIONÁRIA, com antecedência, pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR por meio de notificação, a qual será parte integrante do presente CONTRATO. Nestas hipóteses, fica certo e ajustado, desde já, que modificações sistêmicas deste cunho, não descaracterizarão os conceitos de CONTAS DO PROJETO aqui explicitados, aplicando-se às novas contas todos os termos e disposições deste CONTRATO.

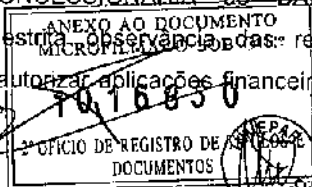
6.4. Exceto conforme previsto na Cláusula 6.3 acima, as CONTAS DO PROJETO não poderão ser alteradas em nenhuma hipótese, salvo se com anuência prévia e por escrito dos CREDITORES.

6.5. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, neste ato autorizado pela CONCESSIONÁRIA, compromete-se a enviar aos CREDITORES, até o 10º (décimo) dia de cada mês, informações relativas às CONTAS DO PROJETO, inclusive extratos bancários, reconhecendo que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste CONTRATO.

6.6. As notificações enviadas pela CONCESSIONÁRIA ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com esta observância das regras previstas neste CONTRATO, no sentido de autorizar aplicações financeiras e

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 BNDES



18



ordenar resgates e/ou a realização de transferências, produzirão efeitos a partir da data do recebimento pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, desde que observados os seguintes critérios: (i) se enviada até o meio-dia, horário de Brasília, a ordem será executada pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR no mesmo expediente bancário; e (ii) se após o meio-dia, horário de Brasília, a ordem somente será executada pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR no próximo dia útil. A execução da ordem se baseará sempre na quantidade de recursos existentes nas CONTAS DO PROJETO, no dia útil anterior à data do recebimento da notificação.

6.6.1 Quando o objeto da notificação versar sobre aplicações financeiras, nela deverá constar obrigatoriamente o montante dos recursos a ser aplicado e a modalidade de investimento.

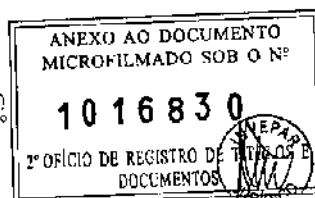
6.6.2. As PARTES reconhecem que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda decorrente dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS (conforme abaixo definido), agindo exclusivamente na qualidade de mandatário das PARTES.

#### CLÁUSULA 7ª VERIFICAÇÃO DE INADIMPLEMENTO

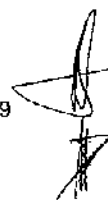
7.1. Para os fins deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR verificará a adimplência da CONCESSIONÁRIA aos CONTRATOS GARANTIDOS mediante o recebimento de documento comprobatório do pagamento do serviço da dívida pela CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis da data de vencimento de cada pagamento.



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

19



7.2 Caso o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não receba a referida comprovação, ou ainda, seja notificado pelos CREDORES acerca da ocorrência de qualquer EVENTO DE INADIMPLENTO em relação aos CONTRATOS GARANTIDOS, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA nos termos da Cláusula 8ª abaixo descrita.

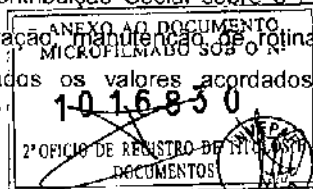
#### CLÁUSULA 8ª BLOQUEIO DAS CONTAS DO PROJETO

8.1. No caso da ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLENTO, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, qualquer dos CREDORES, isolada ou conjuntamente, poderá enviar, de acordo com o previsto no Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre os CREDORES, nesta data ("CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO"), ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR uma notificação, de acordo com o ANEXO I, requerendo o bloqueio imediato do saldo diário da CONTA CENTRALIZADORA ("NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO"), cabendo ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR bloquear até 60% (sessenta por cento) da totalidade dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, respeitados os níveis de serviços previstos no EDITAL.

8.1.1. O percentual de até 60% (sessenta por cento), bloqueado nos termos da Cláusula 8.1 acima considera as deduções de recursos suficientes para que a CONCESSIONÁRIA possa dar prosseguimento às suas atividades nos termos do artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou seja, efetuar os seguintes pagamentos, com a seguinte ordem de prioridade: a) tributos incidentes sobre a receita de pedágio da CONCESSIONÁRIA, a saber, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e tributos incidentes sobre o resultado, a saber, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; b) despesas de operação, manutenção, de rotina da rodovia e seguros previstos, observados os valores acordados no

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

 BNDES



no 20

Contrato de Concessão, somente em relação a estes últimos; e c) o valor mensal variável devido à ARTESP correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio efetivamente obtida pela CONCESSIONÁRIA no mês anterior. O excedente a este percentual deve ser destinado diariamente à CONTA MOVIMENTO, em qualquer hipótese.

8.1.2 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado à falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os montantes retidos na CONTA RESERVA BNDES deverão ser utilizados para quitar o SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES pendente.

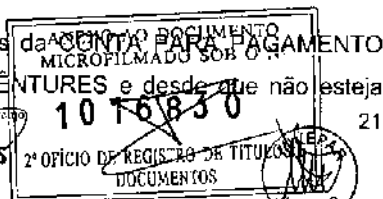
8.1.3 Caso sejam sacados recursos da CONTA RESERVA BNDES e desde que não esteja ocorrendo um EVENTO DE INADIMPLEMENTO das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes das DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA, no percentual estabelecido nesta Cláusula 8ª, e transferir para a CONTA RESERVA BNDES os valores necessários para a sua complementação até que se atinja SALDO MÍNIMO BNDES, observado o disposto na Cláusula 4.3. Uma vez recompostos os valores da CONTA RESERVA BNDES e verificado o adimplemento da CONCESSIONÁRIA junto aos CREDORES nos termos da Cláusula 8.2 deste CONTRATO, a CONTA CENTRALIZADORA será desbloqueada imediatamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

8.1.4 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado somente à falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da CONCESSIONÁRIA decorrentes das DEBÊNTURES 400, os montantes retidos na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES deverão ser utilizados para quitar a parcela do serviço da dívida das DEBÊNTURES 400 pendente.

8.1.5 Caso sejam sacados recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES e desde que não esteja

Guilherme Dias de Oliveira  
Advogado

 BNDES

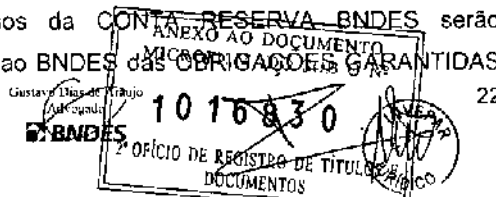


21

ocorrendo um EVENTO DE INADIMPLEMENTO das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes das DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA, no percentual estabelecido nesta Cláusula 8ª, e transferir para a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES os valores necessários para a sua complementação até que se atinja SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, observado o disposto na Cláusula 5.3. Uma vez recompostos os valores da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES e verificado o adimplemento da CONCESSIONÁRIA junto aos DEBENTURISTAS 400 nos termos da Cláusula 8.2 deste CONTRATO, a CONTA CENTRALIZADORA será desbloqueada imediatamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

8.1.6 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado à falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes de ambos os CONTRATOS GARANTIDOS, os recursos da CONTA RESERVA BNDES serão utilizados para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES pendente, os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400, e a CONTA CENTRALIZADORA deverá ser bloqueada, de modo a recompor, simultaneamente, na proporção das Participações no Valor Atualizado (conforme definido no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO) atribuídas ao BNDES e às DEBÊNTURES 400 nos termos da Cláusula 3 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, o SALDO MÍNIMO BNDES da CONTA RESERVA BNDES (que será utilizada para quitar as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO) e o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, observados o disposto na Cláusula 8.1 acima .

8.1.7 Em caso de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, os recursos da CONTA RESERVA BNDES serão utilizados para pagamento ao BNDES das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS



pendentes decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento aos DEBENTURISTAS 400 das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes decorrentes das DEBÊNTURES 400, e a CONTA CENTRALIZADORA deverá ser bloqueada, mediante envio de notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR pelos CREDITORES de modo realizar, simultaneamente, na proporção das Participações no Valor Atualizado (conforme definido no Anexo V) atribuídas ao BNDES e às DEBÊNTURES 400 nos termos da Cláusula 3 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, os pagamentos ao BNDES e aos DEBENTURISTAS 400 das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes decorrentes de ambos os CONTRATOS GARANTIDOS, observados o disposto na Cláusula 8.1 acima.

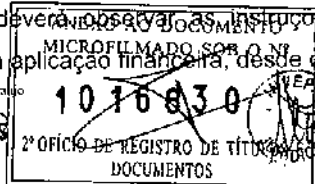
8.1.8. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR informará imediatamente aos CREDITORES e à CONCESSIONÁRIA sobre a efetivação do bloqueio.

8.1.9. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR verifique que o fluxo de depósitos na CONTA CENTRALIZADORA foi interrompido ou foi reduzido em até 50% (cinquenta por cento), considerando a média dos 30 (trinta) dias anteriores, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR obriga-se a notificar imediatamente os CREDITORES.

8.1.9.1. Excetuando-se as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.1.2, 8.1.3, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7, os recursos retidos na CONTA RESERVA BNDES e na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão imediata e automaticamente aplicados pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR em títulos públicos federais, CDB e Debêntures Compromissadas custodiados e adquiridos do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR que deverão refletir as condições de remuneração de mercado ("**INVESTIMENTOS PERMITIDOS**"). O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá observar as instruções da CONCESSIONÁRIA para a escolha da aplicação financeira, desde que tal

Custavo Dias de Almeida  
Advogado

BNDES



23

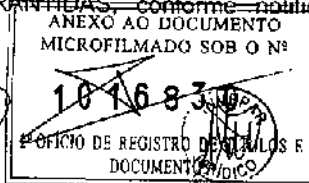
aplicação esteja contemplada na definição de INVESTIMENTOS PERMITIDOS.

8.2. O desbloqueio da CONTA CENTRALIZADORA deverá ocorrer após o recebimento da notificação expedida pelos CREDORES ("NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO"), declarando ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR o adimplemento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pela CONCESSIONÁRIA, mediante envio de notificação na forma do **ANEXO II** a este CONTRATO e/ou após a verificação pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de que a CONCESSIONÁRIA encontra-se adimplente com as obrigações pecuniárias objeto dos CONTRATOS GARANTIDOS.

8.3. Ocorrendo o vencimento antecipado de qualquer dos CONTRATOS GARANTIDOS, conforme notificação prevista no **ANEXO IV** a este instrumento, a ser enviada por escrito por qualquer dos CREDORES, respeitado o CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, este último fica desde já autorizado a transferir aos CREDORES, diariamente, em conta corrente a ser indicada por estes na notificação sobre o vencimento antecipado, os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, considerando-se o limite estabelecido na Cláusula 8.1, para a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS. Os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA que excederem os limites previstos na Cláusula 8.1 deverão ser diariamente transferidos para a CONTA MOVIMENTO, de livre disponibilidade da CONCESSIONÁRIA.

8.3.1. O disposto acima continuará até que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS tenham sido liquidadas, de forma que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, respeitado o limite estabelecido na Cláusula 8.1, está autorizado a continuar retendo os DIREITOS CREDITÓRIOS na CONTA CENTRALIZADORA e transferindo diariamente os montantes ali retidos aos CREDORES, até o integral cumprimento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, conforme notificado pelos CREDORES, por escrito.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

24

8.3.2. É vedado ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR efetuar qualquer retenção de valores das CONTAS DO PROJETO a título de compensação de créditos de sua titularidade, devendo todos os valores decorrentes do bloqueio das CONTAS DO PROJETO ser entregues aos CREDITORES, nas proporções estabelecidas no Anexo V.

8.3.3 Na hipótese de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, os valores depositados na CONTA RESERVA BNDES deverão ser entregues ao BNDES, para pagamento dos valores devidos nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e os valores depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, deverão ser entregues aos DEBENTURISTAS 400, para pagamento dos valores devidos nos termos da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

#### CLÁUSULA 9ª VIGÊNCIA

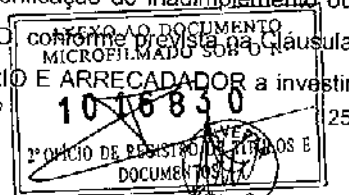
9.1. O presente CONTRATO entrará em vigor nesta data da assinatura do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e permanecerá em vigor até o cumprimento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

#### CLÁUSULA 10ª PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL

10.1. A CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, outorga aos CREDITORES uma procuração irrevogável e irretirável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, respeitando as cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO e, em especial, os limites previstos na Cláusula 8.1, e observado o modelo do Anexo III-A a este CONTRATO, com os seguintes poderes: (i) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a reter recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, em caso de ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, imediatamente após a verificação do inadimplemento, ou recebimento da NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO conforme prevista na Cláusula 8ª acima, (ii) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a investir

Gustavo Dias de Araujo  
Advogado

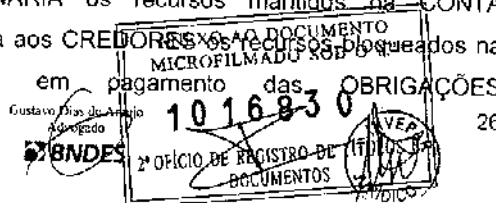
BNDES





os recursos retidos na CONTA RESERVA BNDES, nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS indicados pela CONCESSIONÁRIA, (iii) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a transferir os recursos depositados ou investidos (a) da CONTA RESERVA BNDES para o BNDES, em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, (b) da CONTA CENTRALIZADORA para os CREDITORES, em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, (c) da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para o AGENTE FIDUCIÁRIO 400 em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 e (iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às CONTAS DO PROJETO. Sob nenhuma circunstância deverá o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR aceitar ou executar quaisquer instruções, exceto nas hipóteses previstas na Cláusula 4.2 acima, com respeito às CONTAS DO PROJETO ou aos recursos depositados nas mesmas, da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer terceiro, ou em inobservância das regras e limites previstos neste CONTRATO.

10.2. Para o pleno exercício das funções previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA constitui o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR seu bastante procurador, de forma irrevogável e irretratável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, para que, respeitadas as cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO, em especial, os limites previstos na Cláusula 8.1, e observado o modelo do Anexo III-B a este CONTRATO, (i) acate e cumpra as instruções dadas pelos CREDITORES, (ii) efetue bloqueios, imediatamente após o recebimento de NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO ou verificação de inadimplemento, conforme a Cláusula 8ª acima, em caso de ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, e os respectivos desbloqueios na CONTA CENTRALIZADORA; (iii) invista nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS indicados pela CONCESSIONÁRIA os recursos mantidos na CONTA RESERVA BNDES; (iv) transfira aos CREDITORES os recursos bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA, em pagamento das OBRIGAÇÕES





GARANTIDAS, na hipótese de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS e/ou inadimplemento do serviço da dívida na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.3 deste CONTRATO, respeitados os termos constantes do Anexo V; (v) transfira ao BNDES os recursos da CONTA RESERVA BNDES, na hipótese de vencimento antecipado e/ou inadimplemento do CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e (vi) transfira os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para o AGENTE FIDUCIÁRIO 400 em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, e (v) pratique todos e quaisquer atos previstos neste CONTRATO que sejam necessários ao fiel cumprimento desse mandato.

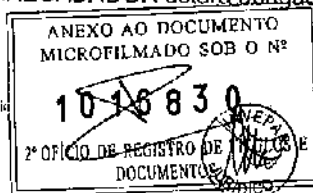
#### CLÁUSULA 11ª DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

11.1. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR neste ato, declara-se ciente de que (i) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA CENTRALIZADORA, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor dos CREDORES nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, (ii) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA RESERVA BNDES, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor do BNDES nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, e (iii) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor dos DEBENTURISTAS 400 nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

11.2. As PARTES, em conjunto ou individualmente, conforme o caso, concordam que:

(a) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR estará obrigado a:

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



27

I - conferir aos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, mantidas junto a ele nos termos deste instrumento, o mesmo grau de diligência que confere a seus próprios bens e estará obrigado a investir quaisquer recursos bloqueados nos termos deste CONTRATO;

II - informar imediatamente aos CREDITORES o descumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação, referente à cessão fiduciária prevista no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA;

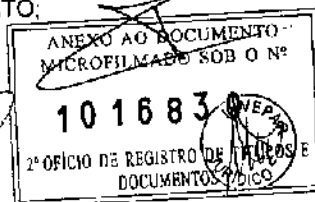
III - não acatar ordem da CONCESSIONÁRIA, no que se refere à cessão fiduciária dos DIREITOS CREDITÓRIOS, em desacordo com o presente CONTRATO, sem a anuência por escrito dos CREDITORES;

IV - promover, nos termos do disposto neste CONTRATO, a retenção e transferência dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, na CONTA RESERVA BNDES e na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, nos termos deste CONTRATO, independentemente do envio de notificação pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400 e/ou BNDES solicitando a retenção e transferência, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos contratualmente para assegurar a cessão fiduciária dos DIREITOS CREDITÓRIOS;

V - sempre que solicitado, fornecer aos CREDITORES os extratos das CONTAS DO PROJETO e relatório informando sobre o cumprimento das obrigações de manutenção do SALDO MÍNIMO;

VI - utilizar os valores da CONCESSIONÁRIA depositados consigo para pagamento das obrigações pecuniárias estipuladas nos CONTRATOS GARANTIDOS nos casos previstos de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, nos termos das Cláusulas 8.1.6 e 8.3 deste CONTRATO;

Costa Pires de Araújo  
Advogado  

28

VII - obter, junto aos CREDORES e à CONCESSIONÁRIA, no dia 15 de cada mês, informações sobre:

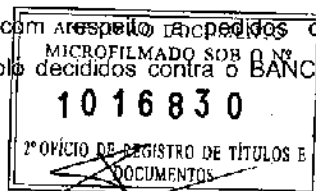
- (i) o saldo devedor dos CONTRATOS GARANTIDOS;
- (ii) a informação referida na Cláusula 4.3 deste CONTRATO; e
- (iii) o valor das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida dos CONTRATOS GARANTIDOS.

IX - transferir da CONTA RESERVA BNDES para a CONTA CENTRALIZADORA o valor que porventura exceder o SALDO MÍNIMO, nos termos da Cláusula 4.5 deste CONTRATO;

X - Informar aos CREDORES os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA e a receita apurada nas informações trimestrais da CONCESSIONÁRIA, trimestralmente, em até 30 dias após publicação das referidas informações trimestrais.

(b) Este CONTRATO estabelece expressamente todos os deveres do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com respeito a todas e quaisquer questões pertinentes ao objeto descrito na Cláusula 2ª do presente instrumento. Nenhum dever ou obrigação adicional recai sobre o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR;

(c) A CONCESSIONÁRIA indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de todos e quaisquer prejuízos comprovados decorrentes do seu descumprimento deste CONTRATO, exceto nos casos de culpa comprovada ou dolo do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e com respeito aos pedidos de indenização baseados em tal culpa ou dolo decididos contra o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR;



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  




29

(d) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, não tem e não terá qualquer interesse nos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, agindo apenas como fiel depositário e permanecendo apenas com a posse dos mesmos;

(e) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não faz nenhuma declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobrança de qualquer garantia ou outro documento ou instrumento mantido por ele ou a ele entregue;

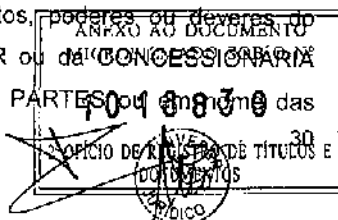
(f) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, pelo presente CONTRATO, está autorizado a obedecer e cumprir todas as decisões emanadas pelo juízo competente que afetem qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não será responsável perante qualquer das PARTES contratantes, seus sucessores, herdeiros ou representantes pessoais em razão do cumprimento dessas decisões, não obstante que tal decisão seja posteriormente revertida, modificada, revogada ou abandonada. Porém, na hipótese de reversão, modificação, revogação ou abandono da decisão, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR fica obrigado a dar imediato cumprimento à tal nova decisão;

(g) No caso do cumprimento de qualquer medida judicial ou administrativa envolvendo qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, o cumprimento de referida medida será comunicado em 1 (um) dia útil à CONCESSIONÁRIA e aos CREDITORES;

(h) Nenhum material impresso ou outro em qualquer idioma (inclusive, dentre outros, prospectos, avisos, relatórios e material promocional) que mencione o nome, direitos, poderes ou deveres do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR ou da CONCESSIONÁRIA será emitido ao público por quaisquer das PARTES ou em nome das

Gustavo Dias de Araújo  
advogado





PARTES, a menos que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR ou a CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, primeiramente tenham dado seu prévio consentimento escrito específico para esse fim;

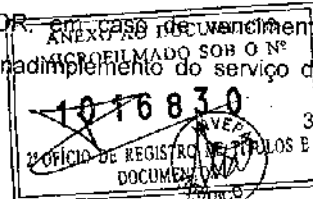
(i) Quando da cessação de qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO os CREDITORES deverão dar imediato conhecimento ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, com orientação para a imediata liberação dos respectivos valores bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA;

(j) Quaisquer notificações enviadas pelo BNDES ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400 ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, deverão ser encaminhadas pelo respectivo remetente com cópia, para ciência, aos demais CREDITORES;

(k) A CONCESSIONÁRIA autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, em caso de vencimento antecipado do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e/ou inadimplemento do serviço da dívida, a transferir, na hipótese e nos termos das cláusulas 8.1.2, 8.1.6, 8.1.7 e 8.3 deste CONTRATO, da CONTA RESERVA BNDES para a conta corrente indicadas pelo BNDES, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, devendo o valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA ser recomposto por meio de bloqueio dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA deverá ser recomposto apenas na hipótese de inadimplemento pela CONCESSIONÁRIA das obrigações decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

(l) A CONCESSIONÁRIA autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, em caso de vencimento antecipado das DEBÊNTURES 400 e/ou inadimplemento do serviço da

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

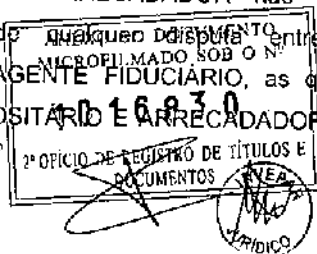
divida, a transferir, na hipótese e nos termos das cláusulas 8.1.2, 8.1.6, 8.1.7 e 8.3 deste CONTRATO, da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para a conta corrente indicadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES 400, devendo o valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400 ser recomposto por meio de bloqueio dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400 deverá ser recomposto apenas na hipótese de inadimplemento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes das DEBÊNTURES 400.

(m) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial, os recursos existentes nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO sejam arrestados e/ou bloqueados, cabendo ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR notificar por escrito a CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO.

(n) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade pela manutenção ou eventual inexistência de recursos nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO.

(o) A CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO desde já declaram, para todos os fins, que a atuação do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR está exaustivamente contemplada neste CONTRATO, não lhe sendo exigida análise ou interpretação dos termos e condições do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO.

(p) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não será chamado a atuar como árbitro de qualquer disputa entre a CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, as quais reconhecem o direito do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado**BNDES**

32

reter a parcela dos recursos que seja objeto de disputa entre as PARTES, até que de forma diversa seja ordenado por árbitro ou juízo competente.

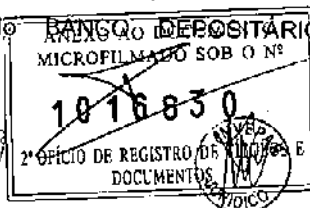
#### CLÁUSULA 12ª SUBSTITUIÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR

12.1. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções e exonerar-se de suas obrigações nos termos do presente CONTRATO, mediante envio de aviso prévio por escrito à CONCESSIONÁRIA e aos CREDITORES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("**NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA**").

12.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA, nomear, de comum acordo com os CREDITORES, um sucessor para a função de banco depositário e arrecadador, fornecendo uma notificação conjunta por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR renunciante, na qual indicará de igual modo os números das contas bancárias para as quais serão transferidos os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO. Referido sucessor para a função de banco depositário e arrecadador deverá celebrar um aditivo ao presente CONTRATO, pelo qual assumirá as funções de banco depositário e arrecadador nos termos do presente CONTRATO.

12.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer momento e de comum acordo com os CREDITORES, destituir o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, mediante envio de aviso prévio por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com 30 (trinta) dias de antecedência, informando sobre a sua destituição da função de banco depositário e arrecadador, a data em que referida destituição entrará em vigor, seu sucessor na função de banco depositário e arrecadador, bem como os dados bancários para a transferência dos recursos sob a administração do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

33

12.3. Quando do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 121.2, acima, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá entregar os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO até então mantidos sob sua responsabilidade, nos termos deste CONTRATO, ao banco depositário e arrecadador sucessor indicado pela CONCESSIONÁRIA em conjunto com os CREDITORES, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR inteira e imediatamente liberado de toda e qualquer obrigação adicional resultante ou relacionada a este CONTRATO, a partir da data da celebração do Aditivo ao presente CONTRATO, mencionado na Cláusula 12.1.1.

12.4. A renúncia do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não implicará o cancelamento ou fechamento das CONTAS DO PROJETO e da CONTA MOVIMENTO que estejam sob sua administração, nem dará ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR renunciante ou destituído qualquer direito de movimentação dos recursos depositados em referidas contas para satisfazer créditos que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR tenha contra a CONCESSIONÁRIA.

### CLÁUSULA 13ª DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este CONTRATO obrigará e vigorará exclusivamente em benefício das PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários permitidos, e não será passível de execução por qualquer terceiro ou vigorará em benefício de qualquer terceiro, exceto conforme o disposto na Cláusula 12ª com respeito a um pedido de destituição do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

13.2. Nenhuma das PARTES poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, sem a prévia e expressa anuência das demais.

13.3. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Este CONTRATO somente poderá ser modificado por instrumento assinado por todas as

Gustavo Luiz de Araújo  
Advogado

 BNDES



34



PARTES, e nenhuma renúncia aos termos do CONTRATO terá vigência a menos que feita por escrito e assinada pela PARTE que estiver concedendo a renúncia.

13.4 Todas as despesas decorrentes da manutenção das contas descritas na Cláusula 1ª acima, bem como aquelas relativas ao registro deste CONTRATO, ficarão por conta da CONCESSIONÁRIA, incluindo a remuneração que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR fará jus pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, a qual será prevista em instrumento específico a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

13.5. Exceto se de outra forma prevista neste CONTRATO, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das PARTES deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

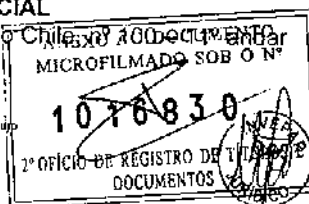
Para a  
CONCESSIONÁRIA: **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
Av. Getúlio Vargas nº 20 - 59 Bairro Jardim Europa  
CEP 17017-383 - Bauru - SP  
At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos  
Moreno Tavares  
Tel.: (14) 3014-2300  
Fax: (14) 3014-2323  
E-mails: [ricardo@cart.invepar.com.br](mailto:ricardo@cart.invepar.com.br)  
[damião@invepar.com.br](mailto:damião@invepar.com.br)

Para o BANCO  
DEPOSITÁRIO E  
ARRECADADOR: **BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Osasco, SP  
Tel.: (11) 3684-9476 / (11) 3684-7912  
Fax: (11) 3684-9445  
At: Marcelo Tanouye Nurchis / Yoiti Watanabe  
E-mail: [4010.tanouye@bradesco.com.br](mailto:4010.tanouye@bradesco.com.br) /  
[4010.yoiti@bradesco.com.br](mailto:4010.yoiti@bradesco.com.br) /  
[4010.agente@bradesco.com.br](mailto:4010.agente@bradesco.com.br)

Para o BNDES: **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL**  
Avenida República do Chile, 100 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-917

Gustavo Elias de Araújo  
Advogado





35

Att: Chefe de Departamento de Transportes e Logística  
Tel.: (21) 2172-7447

Para o AGENTE  
FIDUCIÁRIO 400:

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS.**

Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514  
Cep 22640-102

Rio de Janeiro - RJ

Att: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) /  
Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) /  
[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

13.6. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações referidas nos Anexos deste CONTRATO não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

13.7. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as PARTES, por aquela que efetuou a mudança.

13.8. Fica convencionado entre as PARTES que as comunicações previstas neste CONTRATO, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste CONTRATO. A recepção da comunicação deve sempre ser confirmada de imediato.



36

13.9 O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR poderá se pautar em quaisquer avisos, instruções ou solicitações, por escrito, que lhe sejam enviados, dentro das especificações contidas neste CONTRATO, e que tenha motivos para acreditar que sejam documentos autênticos firmados ou apresentados pela(s) parte(s) competente(s), não sendo responsável por quaisquer atos ou omissões amparados em tais documentos. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não estará obrigado a examinar ou investigar a validade, precisão ou conteúdo dos referidos documentos.

13.10. Este CONTRATO constitui o entendimento completo entre as PARTES com respeito às questões estabelecidas neste instrumento, e substituirá quaisquer contratos e acordos anteriores entre as PARTES em relação ao objeto do presente CONTRATO.

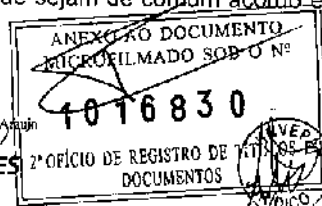
13.11. As PARTES são consideradas contratantes independentes e nada do presente CONTRATO criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.

13.12. As PARTES reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as PARTES ou seus empregados ou prepostos.

13.13. A CONCESSIONÁRIA e os CREDORES, reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que podem vir a ser alterados. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou em parte limite a prestação do serviço ora contratado, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá solicitar a CONCESSIONÁRIA e os CREDORES novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contradas por meio deste CONTRATO, que sejam de comum acordo entre as PARTES.

Cristavo Dias de Araújo  
Arredado

BNDES



37

13.14. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritos no presente CONTRATO, que tenham sido praticados por terceiros anteriormente contratados pela CONCESSIONÁRIA e pelos CREDITORES.

13.15. Este CONTRATO será regido pelas leis brasileiras. Todas as controvérsias decorrentes deste CONTRATO serão dirimidas pelo foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à exclusão de quaisquer outros tribunais, por mais privilegiados que sejam.

E, ESTANDO ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as PARTES assinam este CONTRATO em 4 (quatro) vias de igual teor na presença das duas testemunhas abaixo assinadas na data indicada acima.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2012.



*Página de assinaturas do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.*

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. NA QUALIDADE DE  
CONCESSIONÁRIA**

Por: 

Cargo:

Por: 

Cargo:

**BANCO BRADESCO S.A., NA QUALIDADE DE BANCO DEPOSITÁRIO E  
ARRECADADOR**

Por: \_\_\_\_\_

Cargo:

Por: \_\_\_\_\_

Cargo:

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-  
BNDES, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE ANUENTE**

Por: \_\_\_\_\_

Cargo:

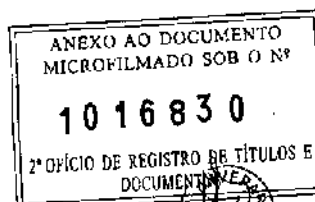
Por: \_\_\_\_\_

Cargo:

**DEBENTURISTAS 400, REPRESENTADOS NESTE ATO PELO AGENTE  
FIDUCIÁRIO 400, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTES ANUENTES**

Por: 

Cargo: **Pedro Silva**  
**Arrecador**




  
Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  

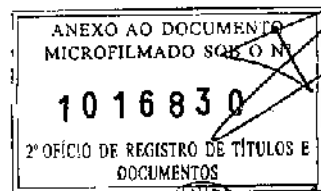

39

*Página de assinaturas do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.*

**Testemunhas:**

1. - \_\_\_\_\_ 2. - \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
R.G.: \_\_\_\_\_ R.G.: \_\_\_\_\_

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  




ANEXO I

Notificação para Bloqueio da Conta Centralizadora

[Local], [•] de [•] de [•].

[•]

Ao

[•]

Com cópia para:

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

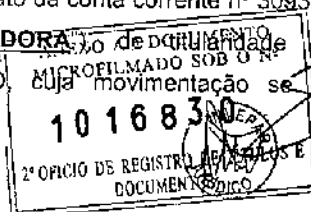
Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 8.1 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("BANCO") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Concessionária"), e os [Credores], na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervenientes Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se inadimplente com a obrigação [incluir fato/descrição da obrigação inadimplida] prevista na cláusula [•] do [Contrato Garantido], uma vez que já decorreu o respectivo prazo de cura desde o recebimento pela Concessionária, quando aplicável, da notificação de evento de inadimplemento. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("CONTA CENTRALIZADORA" de movimentação da Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá

Custavo Dias de Araújo  
Advogado





exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em [•] de 2012 entre a Concessionária e os Intervenientes Anuentes ("Contas do Projeto").

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [•]

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado



42



## ANEXO II

## Notificação para Desbloqueio da Conta Centralizadora

[Local], [•] de [•] de [•].

Ao BANCO [•]

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prazados Senhores,

Nos termos da cláusula 8.2 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("BANCO") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Concessionária"), e os [Credores] na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervinentes Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as suas obrigações oriundas do [Contrato Garantido] e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em [•] de 2012 entre a Concessionária e os Intervinentes-Anuentes. Diante disso, caso não haja nenhuma Notificação de Bloqueio de outro Credor já vigente, solicitamos que seja efetivado o desbloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("CONTA CENTRALIZADORA"), de titularidade da Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Centralizadora").

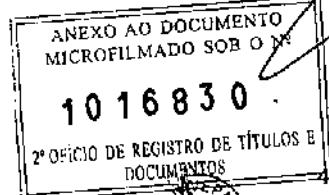
Solicitamos a aposição da assinatura dos representantes legais do BANCO ao final desta.

Atenciosamente,

[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [•]

Gustavo Luiz de Araujo  
Advogado  


## ANEXO III - A

## MODELO DE PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração, CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., sociedade com sede na [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/MF [•], neste ato, representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Outorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, o [•], com sede na cidade de [•] e o [•], com sede na cidade de [•], ("Outorgados"), como seus procuradores para, em conjunto ou separadamente e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo, relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data (o "Contrato de Administração de Contas") entre a Outorgante, os Outorgados, e o Banco Depositário e Arrecadador.

Os termos iniciados em letra maiúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 8.1.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante confere aos Outorgados poderes para em conjunto ou separadamente:

- (i) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a reter imediatamente os recursos depositados na Conta Centralizadora, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento;

Gustavo Lopes de Araujo  
Advogado



44

(ii) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a investir os recursos retidos na Conta Centralizadora e na Conta Reserva nos Investimentos Permitidos indicados pela Outorgante;

(iii) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a transferir recursos depositados ou investidos na Conta Centralizadora para fins de pagamento das Obrigações Garantidas, em caso de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2 e 8.3 do Contrato de Administração de Contas e recursos depositados ou investidos na Conta Reserva para fins de pagamento das Obrigações Garantidas decorrentes do Contrato de Financiamento, e

(iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às Contas do Projeto.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Outorgante aos Outorgados nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as Partes.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de Administração de Contas (para que os Outorgados cumpram as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas) de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz até a resolução do Contrato de Administração de Contas.

O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  




## ANEXO III - B

## MODELO DE PROCURAÇÃO

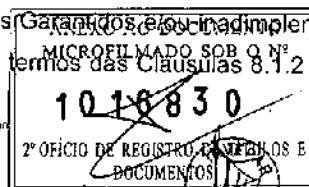
Por meio deste instrumento particular de procuração, CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., sociedade com sede na [•], na cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [•], neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Outorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretirável, o [•], instituição financeira com sede na cidade de [•], ("Outorgado"), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data (o "Contrato de Administração de Contas") entre a Outorgante, o Outorgado e os Credores.

Os termos iniciados em letra maiúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 8.1.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante confere ao Outorgado poderes para:

- (i) acatar e cumprir as instruções feitas pelos Credores;
- (ii) efetuar imediatamente bloqueios, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, e os respectivos desbloqueios na Conta Centralizadora;
- (iii) investir nos Investimentos Permitidos indicados pela Outorgante os recursos depositados na CONTA RESERVA BNDES;
- (iv) transferir aos Credores os recursos bloqueados na Conta Centralizadora, em pagamento das Obrigações Garantidas, na hipótese de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos, ou em inadimplemento do Serviço da Dívida na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2 e 8.3

Gustavo Elias de Araújo  
Advogado  


46

do Contrato de Administração de Contas e recursos depositados ou investidos na CONTA RESERVA BNDES para fins de pagamento das Obrigações Garantidas decorrentes do Contrato de Financiamento; e

(v) praticar todos e quaisquer atos previstos no Contrato de Administração de Contas que sejam necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as partes.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de Administração de Contas (para que o Outorgado cumpra as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas), de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato de Administração de Contas ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato de Administração de Contas, até a outorga de poderes idênticos ao banco depositário e arrecadador sucessor nos termos do Contrato de Administração de Contas (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua o Contrato de Administração de Contas, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pela Outorgante.

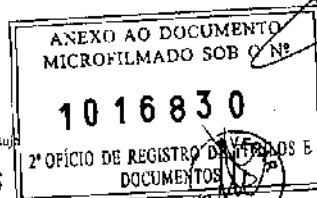
O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Guatavo Dias de Araújo  
Advogado  

47

ANEXO IV

**Notificação sobre Vencimento Antecipado das Obrigações Garantidas**

[Local], [•] de [•] de [•].

Ao

**BANCO [•]**

Com cópia para:

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

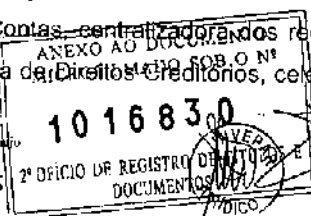
Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos das cláusulas 8.1 e 8.3 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("BANCO") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Concessionária"), e os [Credores] na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervinentes Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que todas as obrigações da Concessionária, decorrentes do [CONTRATO GARANTIDO] estão antecipadamente vencidas. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373, de titularidade da Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, ~~centralizando~~ <sup>centralizando</sup> dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado





em [•] de 2010 entre a Concessionária e os Intervenientes-Anuentes ("Contas do Projeto").

Adicionalmente, nos termos da cláusula 8.3 do Contrato de Administração de Contas, indicamos à V.Sas. a conta corrente nº [•] na Agência nº [•] do Banco [•] para fins de recebimento dos recursos depositados nas Contas do Projeto, observados os limites previstos na cláusula 8.1 do Contrato de Administração de Contas, no montante de [•].

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

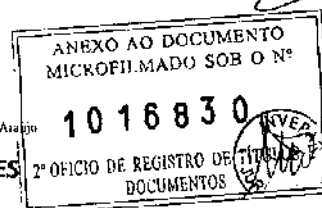
Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [•]

Gestivo Dias de Araújo  
Advogado  

49

ANEXO V

**Proporção da participação de cada uma das Partes Garantidas no rateio dos valores que vierem a ser apurados com a execução das Garantias Compartilhadas, conforme definição do Contrato de Compartilhamento**

As garantias compartilhadas serão compartilhadas entre o BNDES e os DEBENTURISTAS 400, em caráter não solidário, de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, abaixo definido.

A Participação no Valor Total Atualizado das PARTES GARANTIDAS deverá ser calculada de acordo com a fórmula a seguir:

Participação no Valor Total Atualizado do BNDES	=	V atual do BNDES
		Valor Total atualizado
Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 400	=	V atual das DEBÊNTURES 400
		Valor Total atualizado

na qual:

**V atual do BNDES:** é o saldo devedor do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (incluindo juros, despesas, multas e eventuais encargos moratórios) devido na data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**V atual das DEBÊNTURES 400:** é saldo devedor de todas as obrigações previstas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 (incluindo principal, remuneração, despesas, multas e eventuais encargos moratórios), devido na

Guilherme Dias de Araújo  
Advogado

1.º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

BNDES



50



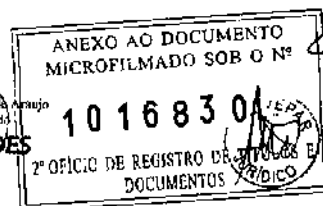
data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**Valor Total Atualizado:** é a soma do V atual do BNDES e o V atual das DEBÊNTURES 400.

A Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 400, somado à Participação no Valor Total Atualizado do BNDES, quando referidos em conjunto serão denominados "Participação no Valor Atualizado".

Gustavo Elias de Araújo  
Advogado



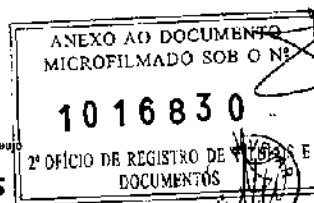


51

**ANEXO III – LISTA TAXATIVA DAS PESSOAS A SEREM NOTIFICADAS  
NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2.1 DO CONTRATO DE CESSÃO DE  
DIREITOS RECEBÍVEIS**

- (a) no que se refere aos recursos recebidos em espécie diretamente nas praças de pedágio, ao banco ou empresa prestador de serviço de coleta de recursos, conforme o caso, junto ao qual serão depositados todos os valores em espécie relativos à cobrança e recolhimento dos referidos DIRETOS CEDIDOS, sendo certo que referidos depósitos serão realizados pelas empresas de coleta e transporte de valores contratadas pela Cedente ("Bancos ou Empresas de Coleta");
- (b) às entidades administradoras dos sistemas de pagamento eletrônico instalados nas praças de pedágio (tais como "Sem Parar", "Via Fácil" ou qualquer outro sistema de pagamento eletrônico assemelhado) ("Administradoras de Sistemas de Pagamento Eletrônico"), no que se refere aos recursos recebidos por tais entidades;
- (c) às empresas administradoras de vale pedágio ("Coletoras de Vale Transporte"), no que se refere aos recursos recebidos por este meio de pagamento; e
- (d) às entidades administradoras de cartões de crédito com as quais a Cedente celebrou convênio para a utilização de cartões de crédito nas praças de pedágio ("Administradoras de Cartões de Crédito"), no que se refere aos recursos recebidos mediante a utilização de cartões de crédito (as Administradoras de Cartões de Crédito, os Bancos ou Empresas de Coleta, as Coletoras de Vale Transporte e as Administradoras de Sistemas de Pagamento Eletrônico referidos em conjunto como "Agentes de Intermediação de Pagamentos" e, individual e indistintamente, como "Agente de Intermediação de Pagamentos").

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado



52

ANEXO IV – MINUTA DE NOTIFICAÇÃO ÀS PESSOAS LISTADAS NO  
ANEXO III, NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2.1 DO CONTRATO DE CESSÃO  
DE DIREITOS RECEBÍVEIS NOTIFICAÇÃO À  
[devedores listados no Anexo III]

[local], [data]

Ao(s)

[devedores listado no Anexo III]

[•]

Com cópia para:

[•]

Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Prezados Senhores,

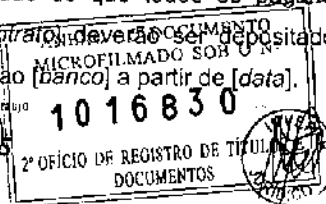
Fazemos referência ao [mencionar contrato celebrado com devedor].

Vimos, pela presente, notificar V.Sas. de que a totalidade dos créditos decorrentes do [mencionar contrato celebrado com devedor] será cedida fiduciariamente em favor de Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em da Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, para Distribuição Pública de emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A e – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - BNDES("Credores"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios a ser celebrado pela signatária do presente e pelos Credores, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato").

Desta forma, ficam V.Sas. notificadas de que todos os pagamentos devidos nos termos do [especificar o contrato] deverão ser depositados na [conta-corrente] de nossa titularidade junto ao [banco] a partir de [data].

Gustavo Dias da Silva  
Advogado

 BNDES



53

A obrigatoriedade de depósito dos montantes devidos nos termos do [especificar o contrato] na conta-corrente indicada acima permanecerá em vigor até notificação a ser encaminhada à V.Sas. comunicando o cumprimento integral de nossas obrigações perante os credores, conforme venha a ser atestado pelo mesmo.

Desde já gratos, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

Gustavo Dias de Amorim  
Advogado





54

ANEXO V  
MINUTA DE PROCURAÇÃO

## PROCURAÇÃO

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais doravante denominada "Outorgante", em caráter irrevogável, nomeia e constitui os [CESSIONÁRIOS], doravante denominada "Outorgados", seus procuradores para, em conjunto ou separadamente, atuar em seu nome e por sua conta, praticar e celebrar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de [●] de 2012, celebrado entre a Outorgante e os Outorgados (o "Contrato"), com poderes para (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante órgãos públicos ou quaisquer terceiros) necessário à preservação da garantia de cessão fiduciária constituída em favor dos Outorgados nos termos do Contrato, e (ii) após a ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLENTO e decretação de vencimento antecipado dos valores devidos nos termos e respeitado o disposto nos CONTRATOS GARANTIDOS: (a) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para exercer seus direitos decorrentes da cessão fiduciária prevista no Contrato; (b) alienar, cobrar, receber, transferir e/ou liquidar os créditos, segundo os termos e condições estipulados no Contrato; (c) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento dos valores dos DIREITOS CEDIDOS, ou a alienação dos DIREITOS CEDIDOS a terceiros, conforme estipulado no Contrato, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, desde que não seja realizada por preço vil; (d) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento de quaisquer outros valores pagos em decorrência dos DIREITOS CEDIDOS sob o Contrato, ou a alienação de tais direitos a terceiros, conforme estipulado no Contrato, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, desde que não seja realizada por preço vil.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



55

terceiros, nos termos do Contrato; e (e) receber os valores dos DIREITOS CEDIDOS para pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

Os Outorgados poderão substabelecer, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos a eles, sendo certo que referido substabelecimento estará limitado aos seus advogados.

A presente procuração é outorgada como condição ao Contrato e para atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro e será irrevogável, válida e eficaz até que o Contrato tenha se extinguido em conformidade com seus termos.

Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato.

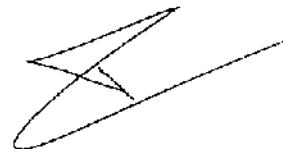
Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato.

[LOCAL E DATA]

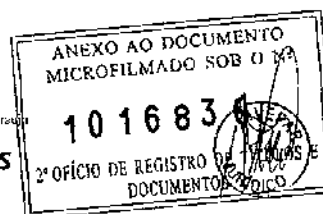
**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Por: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Por: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_



Custado De Arquivo  
Advogado  

56



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO J**

---

Contrato de Compartilhamento de Garantias



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

07  
BNDES

2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO  
DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS  
QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO  
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E A  
SLW CORRETORA DE VALORES E  
CÂMBIO LTDA., NA FORMA ABAIXO:

17 MAR 2003 10:59:22  
REGISTRADO  
17 MAR 2003 10:59:22  
HOSPEDAR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS S/A

(i) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados, doravante denominada "**BNDES**"; e

17 MAR 2003 10:59:23  
REGISTRADO  
17 MAR 2003 10:59:23  
HOSPEDAR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS S/A

(ii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus representantes legais, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Uma Única Série, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. -S.A. ("**DEBENTURISTAS 476**"), doravante designada "**AGENTE FIDUCIÁRIO**";

AGENTE FIDUCIÁRIO, e o BNDES, quando referidos em conjunto, doravante denominados "**CREDORES**" e/ou "**PARTES GARANTIDAS**".



Guatava Dias de Assis  
Advogada  
OAB/DF 10.100

02

2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

## CONSIDERANDO QUE:

1. a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("**COMPANHIA**"), sociedade com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, 20-59, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.531.501/0001-58, celebrou, em 16 de março de 2009, o Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**" ou "**PODER CONCEDENTE**") para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, pelo prazo de 30 (trinta) anos ("**CONTRATO DE CONCESSÃO**") relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("**EDITAL**"), correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo ("**PROJETO**");
2. a fim de levantar recursos para desenvolver suas atividades, a COMPANHIA aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400 milhões de reais, conforme termos e condições descritos na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 10 de janeiro de 2011 (as "**DEBÊNTURES 476**" e a "**ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476**", respectivamente), cujas condições detalhadas se encontram descritas no **ANEXO I-A** deste Contrato;
3. adicionalmente aos recursos captados por meio da emissão das **DEBÊNTURES 476**, a DEVEDORA celebra nesta data com o BNDES, Contrato de Financiamento, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

17 MAR 2009 03:40:5922

REGISTRADO

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

17 MAR 2009 03:40:5923

REGISTRADO



2



03



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



noventa e sete reais e vinte e um centavos), cujos termos e condições estão descritos detalhadamente no **ANEXO I-B**, ("**CONTRATO DE FINANCIAMENTO**", e em conjunto com a ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476, os "**CONTRATOS GARANTIDOS**";

4. a fim de garantir o pagamento das quantias devidas pela COMPANHIA decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e das DEBÊNTURES 476 (incluindo principal, juros, despesas e eventuais encargos moratórios), a COMPANHIA, celebrou (i) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios mencionado na Cláusula Segunda, parágrafo segundo abaixo; e (ii) o Contrato de Penhor de Ações, mencionado na Cláusula Segunda, parágrafo segundo abaixo; e
5. nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Penhor de Ações referidos acima, a cessão fiduciária e o penhor de ações dados em garantia estão condicionados à obtenção de autorização da ARTESP para tanto, e a cessão fiduciária está condicionada ainda à prévia liberação da cessão fiduciária constituída em favor das notas promissórias da 4ª emissão de notas promissórias da Emissora, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 476 ("**Notas Promissórias**"), de modo que a validade e a eficácia de referidas garantias está sujeita à implementação de tais condições bem como da formalização das garantias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Penhor de Ações referidos acima, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de integralização das Debêntures, sob pena de decretação de vencimento antecipado da ESCRITURA DE DEBÊNTURES 476 e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO,

Resolvem as PARTES GARANTIDAS celebrar o presente Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (doravante denominado simplesmente "**Contrato**"), que passa a fazer parte integrante e inseparável dos CONTRATOS GARANTIDOS e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:



3

Assinado em 03 de Março de 2017  
Assinado por  
ALEX DEL.00

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
M.º 13010-000  
Bauru, SP

17 MAR 2017 003405923

REGISTRADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
M.º 13010-000  
Bauru, SP

17 MAR 2017 003405922



Cláusula 1. Definições

1.01 As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas no presente Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído nos CONTRATOS GARANTIDOS.

Cláusula 2. Garantias Compartilhadas

2.01. O presente Contrato tem por objeto regular as relações entre as PARTES GARANTIDAS nas hipóteses de vencimento antecipado e/ou de não cumprimento de obrigações assumidas pela COMPANHIA e pelas ACIONISTAS, conforme definido abaixo, e/ou compromissos em qualquer dos CONTRATOS GARANTIDOS e seus contratos acessórios, bem como definir a proporção da participação de cada uma das PARTES GARANTIDAS no rateio dos valores que vierem a ser apurados com a execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, conforme definição do Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro

As PARTES GARANTIDAS, por este Contrato, declaram-se credores conjuntos, nos termos do artigo 260 do Código Civil, não solidários, da COMPANHIA, para o fim específico da execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS e rateio dos valores apurados com tal procedimento, conforme definição do Parágrafo Segundo dessa Cláusula Segunda.

Parágrafo Segundo

Para assegurar o cumprimento das quantias devidas pela COMPANHIA decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e das DEBÊNTURES 476 (incluindo principal, juros, encargos, comissões, pena convencional, multas, tarifas, despesas, honorários advocatícios e outras despesas), bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS e



*l*

Quatro Dias de Arrejar  
Adversos  
M. DEL. 00

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
17 MAR 2003 14:59:23  
REGISTRADO



05



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



obrigações assumidas, quaisquer outros acréscimos e encargos <sup>moratórios</sup> emergentes ("OBRIGAÇÕES GARANTIDAS"), foram constituídas:

(i) pela COMPANHIA, a cessão fiduciária de a) todos direitos emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo poder concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO e todos os direitos de crédito da CEDENTE presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, as quais deverão ser depositadas na CONTA CENTRALIZADORA, conforme definida abaixo; e b) todos os direitos creditórios da COMPANHIA sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("CONTA CENTRALIZADORA"), de sua titularidade mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, conforme definido abaixo, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, celebrado, nesta data, entre a COMPANHIA, o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco depositário e arrecadador ("BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR"), e as PARTES GARANTIDAS como intervenientes-anuentes ("CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS"), cuja cópia encontra-se anexa ao presente Contrato como Anexo II e cujo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios foi celebrado, nesta data, pelas PARTES GARANTIDAS, pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e pela COMPANHIA ("CONTRATO DE CESSÃO"), cuja cópia encontra-se no Anexo III ao presente Contrato; e

(ii) pela INVEPAR - Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. ("INVEPAR") e pela Construtora OAS S.A. ("OAS"), ambas acionistas da COMPANHIA (as "ACIONISTAS"), o penhor sobre todas as ações que as ACIONISTAS atualmente detêm no capital social da COMPANHIA, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da COMPANHIA, exceto pelas 6 (seis) ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia



5

GUSTAVO DIAS DE ARAÚJO  
Advogado  
OAB/SP 100.000

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

17 MAR 2003 10:59:23

17 MAR 2003 10:59:23



06



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



(as "AÇÕES EMPENHADAS"), bem como sobre a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às AÇÕES EMPENHADAS, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela COMPANHIA, bem como quaisquer bens em que as AÇÕES EMPENHADAS sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pelas Acionistas ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade das Acionistas, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; e c) todas as ações de emissão da COMPANHIA que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às ACIONISTAS, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das AÇÕES EMPENHADAS, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da COMPANHIA e de titularidade das ACIONISTAS; e d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as AÇÕES EMPENHADAS, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a COMPANHIA, cujo Contrato de Penhor de Ações foi celebrado, nesta data, pelas PARTES GARANTIDAS e pelas ACIONISTAS, com a interveniência e anuência da COMPANHIA ("CONTRATO DE PENHOR"), cuja cópia encontra-se no Anexo IV ao presente Contrato (as garantias criadas nos termos do CONTRATO DE CESSÃO e do CONTRATO DE PENHOR são doravante denominadas "GARANTIAS COMPARTILHADAS").

Parágrafo Terceiro

Na hipótese de qualquer PARTE GARANTIDA vir a obter garantia adicional para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações previstas nos CONTRATOS GARANTIDOS, além daquelas mencionadas no Parágrafo Segundo acima, fica desde já estabelecido que tais garantias estarão sujeitas ao presente CONTRATO e serão incluídas na definição de GARANTIAS COMPARTILHADAS.

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2004 09:59:22

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2004 09:59:23



Guatavo Dias de Almeida  
Advogado  
OAB/DF 1000



Parágrafo Quarto

Fica desde já estabelecido entre as PARTES GARANTIDAS que (i) as obrigações da INVEPAR decorrentes de sua participação como devedora solidária no CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e (ii) os valores depositados na CONTA RESERVA, conforme definido no Contrato de Administração de Contas, não são parte das GARANTIAS COMPARTILHADAS objeto deste CONTRATO.

Parágrafo Quinto

Qualquer alteração dos CONTRATOS GARANTIDOS que implique alteração do prazo ou aumento dos montantes garantidos pelas GARANTIAS COMPARTILHADAS, deverá ser comunicada pela respectiva PARTE GARANTIDA à outra PARTE GARANTIDA no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da realização da alteração, ressaltando-se que o aumento dos montantes garantidos por cada PARTE GARANTIDA deve ser submetido à anuência da outra PARTE GARANTIDA.

Cláusula 3. Compartilhamento

3.01. As GARANTIAS COMPARTILHADAS serão compartilhadas entre as PARTES GARANTIDAS, em caráter não solidário, de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, abaixo definido.

3.02. A Participação no Valor Total Atualizado das PARTES GARANTIDAS deverá ser calculada de acordo com a fórmula a seguir:

Participação no Valor Total Atualizado do BNDES	=	V atual do BNDES
		Valor Total atualizado



GUARDA DISE DO ATORADO  
Advogado  
S/CHILE



08



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 476	=	V atual das DEBÊNTURES 476
		Valor Total atualizado



na qual:

**V atual do BNDES:** é o saldo devedor do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (incluindo juros, despesas, multas e eventuais encargos moratórios) devido na data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**V atual das DEBÊNTURES 476:** é saldo devedor de todas as obrigações previstas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476 (incluindo principal, remuneração, despesas, multas e eventuais encargos moratórios), devido na data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**Valor Total Atualizado:** é a soma do V atual do BNDES e o V atual das DEBÊNTURES 476.

3.03. A Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 476, somado à Participação no Valor Total Atualizado do BNDES, quando referidos em conjunto serão denominados "Participação no Valor Atualizado".

3.04. Todo e qualquer numerário, bem, direito ou outro benefício que qualquer uma das PARTES GARANTIDAS venha a receber da COMPANHIA, de seus ACIONISTAS ou de terceiros, excluindo o disposto no Parágrafo Quarto da Cláusula Segunda acima, em virtude de remição, excussão ou execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, ou qualquer forma de pagamento, será partilhado entre as PARTES GARANTIDAS de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, calculado conforme a fórmula descrita na Cláusula 3.02.

3.05. Se, em decorrência da remição, excussão ou execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS, qualquer das PARTES GARANTIDAS, eventualmente, vier a receber parcela maior do que aquela que lhe seria devida de acordo com a Cláusula



8

l





3.02. tal PARTE GARANTIDA deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir do recebimento, reembolsar a outra PARTE GARANTIDA da diferença apurada, respeitada a Participação no Valor Total Atualizado de cada PARTE GARANTIDA.

3.06. Qualquer pagamento feito a qualquer PARTE GARANTIDA, pela COMPANHIA ou por terceiros (inclusive pagamentos antecipados), com relação a quaisquer CONTRATOS GARANTIDOS de forma diversa àquela prevista no respectivo CONTRATO GARANTIDO, será considerado como um pagamento feito a todas as PARTES GARANTIDAS, proporcional à Participação no Valor Total Atualizado. Qualquer CREDOR que receber transferência de valores realizada pela COMPANHIA deverá informar à outra PARTE GARANTIDA. Na hipótese de qualquer PARTE GARANTIDA receber qualquer valor que exceda ao que fizer jus, tal PARTE GARANTIDA deterá tais importâncias excedentes como depositário das demais, devendo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, prestar contas sobre os valores recebidos e repassar tais valores à outra PARTE GARANTIDA, observada a respectiva Participação no Valor Total Atualizado de cada PARTE GARANTIDA, de acordo com as disposições do item 3.05 do presente Contrato, sob pena de considerar-se devido à PARTE GARANTIDA prejudicada(s) atualização monetária de acordo com o período de atraso do reembolso.

#### Cláusula 4. Vencimento Antecipado e Excussão das Garantias

4.01. Sem prejuízo do item 4.01.01 abaixo, caso qualquer PARTE GARANTIDA tenha a intenção de declarar o vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, decorrentes de seu respectivo CONTRATO GARANTIDO, tal parte deverá notificar a outra PARTE GARANTIDA no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data de efetiva declaração de vencimento antecipado.

4.01.01 Em caso de vencimento antecipado automático, nos termos da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar as PARTES GARANTIDAS em até 24 (vinte e quatro) horas do respectivo vencimento antecipado automático. Referida notificação deverá ser realizada na forma da Cláusula 10 deste Contrato e, excepcionalmente, poderá ser realizada por meio de



*l*

Quatro Dias de Atraso  
Advertido  
ABRIL 2000





mensagem eletrônica (e-mail), desde que seguida de notificação confirmatória realizada na forma da Cláusula 10 deste Contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de encaminhamento da mensagem eletrônica.

4.01.02 Em caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento das DEBÊNTURES 476 (conforme definido na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476) que possa ocasionar vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação aos DEBENTURISTAS 476 informando sobre tal Evento de Inadimplemento com cópia para o BNDES.

4.02 As GARANTIAS COMPARTILHADAS serão excutidas em conjunto ou separadamente pelas PARTES GARANTIDAS, conforme opção destas à época, em caso de vencimento antecipado de qualquer um dos CONTRATOS GARANTIDOS, e sem guardar ordem de preferência entre as PARTES GARANTIDAS. Entretanto, as PARTES GARANTIDAS envidarão seus melhores esforços para buscar a execução em conjunto das GARANTIAS COMPARTILHADAS.

4.03 As medidas judiciais relacionadas ao cumprimento e/ou ressarcimento de obrigações pecuniárias eventualmente propostas em face da COMPANHIA e/ou das ACIONISTAS, em razão dos CONTRATOS GARANTIDOS, deverão ser ajuizadas com a cobrança do valor total devido às PARTES GARANTIDAS pela COMPANHIA, conjuntamente pelas PARTES GARANTIDAS ou com a cobrança do valor devido a cada uma das PARTES GARANTIDAS separadamente pelas respectivas PARTES GARANTIDAS, conforme opção destas à época, de modo que todos os valores recebidos provenientes da execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS sejam pagos a cada uma das PARTES GARANTIDAS, de acordo com a Participação no Valor Total Atualizado de cada uma das PARTES GARANTIDAS, conforme a Cláusula 3 acima. A PARTE GARANTIDA que optar por propor uma medida judicial contra a COMPANHIA e/ou as ACIONISTAS deverá notificar as demais PARTES GARANTIDAS com antecedência de 15 (quinze) dias da propositura de referida medida judicial.

4.04 Para efetivação das medidas judiciais mediante a propositura de ação judicial, as PARTES GARANTIDAS poderão, para sua representação, contratar escritório de



*h*

ASSINADO EM BAURU DE ANTONIO  
Advogado  
CARLOS ALBERTO

*l*

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
MCC 003405922

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
MCC 003405923

17 MAR 2003 10:05

17 MAR 2003 10:05





advocacia escolhido em conjunto pelas PARTES GARANTIDAS. Na hipótese das PARTES GARANTIDAS contratarem escritórios diversos para representá-las, referidos escritórios deverão emendar seus melhores esforços para executar as GARANTIAS COMPARTILHADAS da forma mais célere e buscando o benefício conjunto das PARTES GARANTIDAS, observando sempre os termos previstos neste Contrato.

4.05 Sempre que necessário, as PARTES GARANTIDAS reunir-se-ão para discutir acerca de quaisquer matérias relacionadas às OBRIGAÇÕES GARANTIDAS e aos CONTRATOS GARANTIDOS.

4.06. A CONTA CENTRALIZADORA será acessada sem a necessidade de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, mediante o simples Evento de Inadimplemento da COMPANHIA (conforme definido nas DEBÊNTURES 476) e/ou a ocorrência das hipóteses de inadimplemento previstas no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS. Qualquer acesso à CONTA CENTRALIZADORA deverá ser comunicado aos CREDITORES.

4.07. Os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, caso haja Evento de Inadimplemento de ambos os CONTRATOS GARANTIDOS, serão compartilhados de acordo com a Participação no Valor Atualizado estabelecida na Cláusula 3 deste Contrato, podendo em caso de vencimento antecipado, ser feita a distribuição entre as PARTES GARANTIDAS dos valores depositados em tal conta, observado o disposto no CONTRATO DE CESSÃO.

Cláusula 5. Distribuição de Valores Arrecadados da Execução

5.01. Até a liquidação total da dívida decorrente dos CONTRATOS GARANTIDOS, os valores arrecadados com a execução de qualquer uma das GARANTIAS COMPARTILHADAS deverão ser rateados entre as PARTES GARANTIDAS sem preferências ou prioridades entre as PARTES GARANTIDAS, de acordo com a Participação no Valor Total Atualizado estabelecida na Cláusula 3.02, da seguinte forma:



*[Handwritten signature]*  
Gustavo Dias de Azevedo  
Advogado  
ABRIL 2019

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2020 09:59:23

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2020 09:59:23

12



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



- a) em primeiro lugar, deverão ser pagas todas as despesas incorridas com a execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS por cada uma das PARTES GARANTIDAS, ainda que tais despesas tenham sido pagas por cada uma das PARTES GARANTIDAS na proporção da sua Participação no Valor Total Atualizado;
- b) em seguida, os valores arrecadados deverão ser distribuídos entre as PARTES GARANTIDAS, respeitada a Participação no Valor Total Atualizado estabelecida na Cláusula 3.02;
- c) finalmente, o saldo que remanesça será creditado em favor da COMPANHIA ou das ACIONISTAS, conforme o caso.

5.02. Não obstante qualquer disposição em contrário prevista neste Contrato, nenhuma PARTE GARANTIDA poderá praticar qualquer ato para a execução das GARANTIAS COMPARTILHADAS que implique redução dos direitos proporcionais de qualquer outra PARTE GARANTIDA nos termos de qualquer CONTRATO GARANTIDO.

#### Cláusula 6. PARTES GARANTIDAS Adicionais

6.01 As PARTES GARANTIDAS admitem que, com a finalidade de liquidar as DEBÊNTURES 476, alongar o perfil da dívida da COMPANHIA e obter recursos adicionais para desenvolver suas atividades, a COMPANHIA poderá emitir novas debêntures ou outros títulos e contratos de dívida estruturados de acordo com a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ou com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, ou de qualquer outra forma, em montante inicialmente previsto de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) e prazo de 10 (dez) anos, podendo ter seu montante aumentado e prazo alterado desde que respeitados os índices financeiros da COMPANHIA previstos na Cláusula 4.1(p) da ESCRITURA DE DEBÊNTURES 476 e na Cláusula Décima Terceira, itens (XIX) e (XX) do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (o "NOVO FINANCIAMENTO").



12

Georgio Bina de Almeida  
Advogado  
AM/DEL/00



13



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



Referido NOVO FINANCIAMENTO contará com as GARANTIAS COMPARTILHADAS.

6.02 Para refletir o compartilhamento das garantias entre os credores do NOVO FINANCIAMENTO e o BNDES, as ACIONISTAS, os CREDORES cujas OBRIGAÇÕES GARANTIDAS ainda estiverem em aberto, e a DEVEDORA deverão, previamente à emissão ou celebração do NOVO FINANCIAMENTO, assinar um aditivo ao presente Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, refletindo a adesão dos credores do NOVO FINANCIAMENTO a este Contrato.

Cláusula 7. Ausência de Renúncia ou Novação e Aditamentos

7.01. O aditamento das disposições deste Contrato somente serão válidos se acordados por escrito pelas PARTES GARANTIDAS.

7.02. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES GARANTIDAS importará renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes deste Contrato.

7.03. Os direitos e recursos nele previstos são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

Cláusula 8. Sucessores

8.01. O presente Contrato obrigará tanto as PARTES GARANTIDAS quanto seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 10:59:22  
RECEBIDO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 10:59:23  
RECEBIDO



14



Cláusula 9. Vigência

9.01. O presente Contrato entra em vigor nesta data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral de todas as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS.

Cláusula 10. Notificações

10.01. Qualquer comunicação relacionada a este Contrato deverá ser feita por escrito e entregue por correspondência registrada, via fac-símile ou ao portador, para o endereço ou número de fax abaixo indicado, ou para outro endereço que as partes fornecerem, por escrito, às demais partes:

(a) **Se para o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:**

Avenida República do Chile, nº 100 – 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20031-917  
Att: Dalmo Marchetti  
E-mail: dmarchetti@bndes.gov.br  
Tel.: 21 2172-8044  
Fax: 21 2220-6433

17 MAR 2003 05922  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

(b) **Se para o AGENTE FIDUCIÁRIO:  
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, CEP 04530-001 São Paulo - SP  
At.: Gregoli Pedroso Tasso  
Tel: (11) 3048-9915/ 3048-9763  
Fax: (11) 3040-9910  
E-mail: gregoli@slw.com.br

17 MAR 2003 05923  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

10.02. Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste Contrato serão válidas e consideradas entregues na data de seu recebimento,



*[Handwritten signature]*  
Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
OAB/SP 117.022-8



15



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343



conforme comprovado mediante protocolo assinado pela parte à qual for entregue ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

#### Cláusula 11. Registro

Imediatamente após a assinatura deste Contrato, as PARTES GARANTIDAS deverão registrá-lo nos competentes registros de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e deverá ser entregue a cada PARTE GARANTIDA uma via original do presente Contrato devidamente registrado. As PARTES GARANTIDAS comprometem-se, outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos cartórios indicados nesta cláusula e a enviar a cada PARTE GARANTIDA uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

#### Cláusula 12. Foro

12.01. As PARTES GARANTIDAS elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado ou especializado que seja, como o competente para dirimir toda e qualquer controvérsia decorrente do presente Contrato.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Gustavo Dias de Araujo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 5 (cinco) vias de igual teor e conteúdo, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011.



15

Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
OAB/RJ 123.456



engas firmado  
RETORA DE

**BNDES:**

Por: **Leis Fernando L. Dorneles**  
Cargo: **Diretor**

Por: **Gregori Pedrosa Tasso**  
Cargo: **Depto. Agente Fiduciário**  
**SLWCVC LTDA.**

Por: **Peter T. G. Weiss**  
Cargo: **CPF: 527.141.288-15**  
**Dir. Pol.**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Rodrigo Macedo de Lima  
Identidade: 26877331-4  
CPF: 104079457-25

Nome: *Vaneise Helen C. Lacerda*  
 Identidade: ID 11861877-6 IFP  
 CPF: CPF 053728197-58

**TABELÃO OLÍMPIA LINHA**  
15ª Colônia de Linhas  
Bel. João Roberto da Oliveira Lima  
Av. Dr. Clemente de Melo, 1855, CEP: 04545-005  
Vila Olímpica - Esplanada com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
RABX: (11) 3048-6100 - www.15colinas.com.br

**Em nome de:** **Comissão e Físico(s) com VALOR econômico**  
**de: GREGÓRIO PEDROSO TASSO e PETER THOMAS GRUBBAH WEIS-**  
**S.**  
**SÃO PAULO, 11 de fevereiro de 2011. Total: R\$ 11.00 11:14**

RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUT.

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE AA519345

RENATO HERNANDEZ  
ESCREVENTE AUTORIZADO

**ANEXO I - A**

**DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**

**A - Escritura de Emissão - DEBÊNTURES 476**

**1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures:** O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação, com esforços restritos de distribuição.

**2. Quantidade de Debêntures:** A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 40 (quarenta) Debêntures, observado que está garantida a colocação da totalidade das Debêntures, conforme os termos da garantia firme prestada pelos Coordenadores Banco Bradesco e Banco HSBC.

**3. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

**4. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

**5. Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente 116,5% (cento e dezesseis inteiros e cinco décimos por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "REMUNERAÇÃO"). A REMUNERAÇÃO será calculada, de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a data da Data da Emissão (conforme definida na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476), até a data de seu efetivo pagamento de acordo com a fórmula prevista na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476. O



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 10:59:22

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 10:59:23



Guatava Biao de Assis  
Advogado  
OAB/DF 12.121



20



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão das Debêntures.

**6. Prazo e Data Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013 ("Data de Vencimento").

**7. Amortização do principal:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente quitado na Data de Vencimento das Debêntures.

**8. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

**9. Garantia:** As Debêntures terão como garantias (i) a cessão fiduciária sobre todos os direitos da COMPANHIA decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS; e (ii) o penhor sobre todas as ações que a Investimentos e Participações em Infra-estrutura S.A - INVEPAR e a Construtora OAS Ltda. atualmente detêm no capital social da COMPANHIA.

As demais características das DEBÊNTURES 476 e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 476, os quais são incorporados ao presente Anexo I - A, por referência.



2014-01-18 14:00  
Assinado  
por [assinatura]



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP

17 MAR 2013 10:59:23

17 MAR 2013 10:59:23

17 MAR 2013 10:59:23

27



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

## ANEXO I - B

### DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

#### B - CONTRATO DE FINANCIAMENTO



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
17 MAR 2003 405922  
REGISTRADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
17 MAR 2003 405923  
REGISTRADO

Euclides Dias do Amaral  
Advogado  
AB/DAL

el





22



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

Anexo II

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS



Guilherme Dias da Cunha  
Advogado  
OAB/SP 123.456

lp

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP

17 MAR 2003 05922

REGISTRADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP

17 MAR 2003 05923

REGISTRADO



23



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 166.343

Anexo III

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS



Antônia Blaz de Azevedo  
Advogada  
OAB/SP 100.000

ll

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 003405922  
REGISTRADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2003 003405923  
REGISTRADO



24



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - N° 166.343

Anexo IV  
CONTRATO DE PENHOR



Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
AM/DEL-200

l

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS-SP  
17 MAR 2003 405922  
REGISTRADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS-SP  
17 MAR 2003 405923  
REGISTRADO





25

**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO COM REFERÊNCIA A  
OUTRO DOCUMENTO NÃO REGISTRADO**

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR**

**o OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL**

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
17 MAR 2011 003405922

REGISTRADO

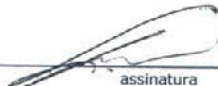
nome do requerente:	CAWCASSIONARIA AUTO ZAPUSO FAVARES S.A.
endereço:	W. Celso JACAR, 40-89 - BARRA - SP.
abaixo assinado, vem requerer a Vossa Senhoria o <b>REGISTRO</b> do anexo documento constante de:	
designação do contrato/documento a ser registrado	
contrato	
(PARTES do contrato)	

**declarando, cumprindo disposição do parágrafo  
único do Art. 6º do Provimento nº 09/83 da  
Primeira Vara de Registros Públicos da Comarca  
desta Capital, que o documento ora apresentado  
não teve registrado seu instrumento anterior  
em qualquer outra unidade de registro.**

P. Deferimento,  
São Paulo

17/03/2011

(data da apresentação no cartório)

  
assinatura

CPF 24.307.298-70	RG 23969503
----------------------	----------------



26

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP

17 MAR 2011 003405922

## SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DOCUMENTO SEM O SEU ANEXO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

nome do(a) requerente:

CONCESSIONÁRIA AUTO ZAPOSO TAVARES S.A.

endereço:

Av. Getúlio Vargas, 20-59

nesta Capital, abaixo assinado(a), vem requerer a Vossa Senhoria o  
REGISTRO do documento constante de:

nome do contrato/documento a ser registrado

contrato

SEM O (OS) ANEXO (S), MENCIONADO EM SEU TEXTO.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP

17 MAR 2011 003405923

REGISTRADO

P. Deferimento,  
São Paulo

17/03/2011

(data da apresentação no cartório)

assinatura

CPF

248.357.298-70

RG

23969503

**ANEXO K**

---

Primeiro Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

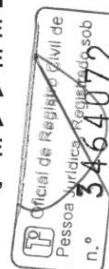


REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
5º OFÍCIO

11 DEZ 12 883314

01

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
RIO DE JANEIRO  
1º ADITIVO AO CONTRATO DE  
COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS  
E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI  
FAZEM O BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL - BNDES, A SLW CORRETORA  
DE VALORES E CÂMBIO LTDA. E A  
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,  
NA FORMA ABAIXO:



(i) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados, doravante denominada "**BNDES**"; e

(ii) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus representantes legais, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("**COMPANHIA**"), doravante designada "**AGENTE FIDUCIÁRIO 1ª EMISSÃO**"; e

(iii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, situada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP, 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 (duas) séries, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, para distribuição pública, da COMPANHIA, doravante denominada "**AGENTE FIDUCIÁRIO 2ª EMISSÃO**".

AGENTE FIDUCIÁRIO 2ª EMISSÃO e o BNDES, quando referidos exclusivamente em conjunto, doravante denominados "**CREDORES**" e/ou "**PARTES GARANTIDAS**".

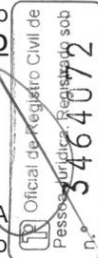


11 DEZ 12 883314

Termos em letra maiúscula utilizados neste instrumento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado entre o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 1ª EMISSÃO em 10 de fevereiro de 2011 ("**CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO**").

## CONSIDERANDO QUE:

1. em 23 de dezembro de 2010 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("**COMPANHIA**") aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400 milhões de reais (quatrocentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos na "Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", datada de 10 de janeiro de 2011 (as "**DEBÊNTURES 476**"), cujas garantias são compartilhadas com o BNDES nos termos do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO;
2. em 9 de novembro de 2012 a COMPANHIA aprovou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até 2 (duas) séries, em regime de garantia firme de subscrição, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), cujos termos e condições estão descritos na "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.", celebrada nesta data ("**DEBÊNTURES 400**"), sendo certo que parcela dos recursos captados por meio das DEBÊNTURES 400 serão destinados ao pré-pagamento do saldo devedor das DEBÊNTURES 476 nesta data;
3. uma vez realizado o pré-pagamento e a liquidação total das DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO, as garantias constituídas no âmbito das DEBÊNTURES 476 e objeto do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO estarão automaticamente liberadas e, por conseguinte, excluídas do objeto do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, devendo, da mesma forma, o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 1ª EMISSÃO não mais figurar como PARTE GARANTIDA no CONTRATO de COMPARTILHAMENTO;





11 DEZ 12 883314

4. em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações devidas pela COMPANHIA no âmbito das DEBÊNTURES 400 e decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (incluindo principal, juros, despesas e eventuais encargos moratórios), foram celebrados, nesta data, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", por meio do qual a COMPANHIA se comprometeu a ceder fiduciariamente, em favor dos titulares das DEBÊNTURES 400 e do BNDES, determinados direitos de crédito de sua titularidade, conforme descrito e regulado no referido contrato; e (ii) o "Contrato de Penhor de Ações", por meio do qual a acionista da COMPANHIA se comprometeu a empenhar, em favor dos titulares das DEBÊNTURES 400 e do BNDES, a totalidade das ações representativas do capital social da COMPANHIA;
5. verificadas as condições suspensivas constantes do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Penhor de Ações acima referidos, e tornando-se eficazes a cessão fiduciária e o penhor de ações ali previstos, as mencionadas garantias deverão compor o objeto do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, o qual deverá, portanto, prever o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO como PARTE GARANTIDA;



Resolvem as partes signatárias celebrar o presente Primeiro Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (doravante denominado simplesmente "**1º ADITIVO**"), que passa a fazer parte integrante e inseparável dos CONTRATOS GARANTIDOS e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1. Autorização

1.01 O presente Primeiro Aditamento é celebrado conforme previsto na Cláusula 6.02 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO.

Cláusula 2. Averbação do 1º ADITIVO

2.01. Este 1º ADITIVO será registrado nos competentes registros de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, conforme nova redação da Cláusula 11 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, aditada por meio da Cláusula 3.03 deste 1º ADITIVO.

Handwritten signature and stamp.

Handwritten signature and stamp.

Handwritten signature.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

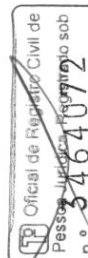
04

11 DEZ 12 883314

REGISTRADO EM DOCTILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

### Cláusula 3. Alterações

3.01. Pelo presente 1º ADITIVO, resolvem as partes signatárias, em decorrência das considerações acima expostas, alterar o CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, de forma que o AGENTE FIDUCIÁRIO DA 1ª EMISSÃO (**SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**), seja substituída, na qualidade de PARTE GARANTIDA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO (**Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**), a qual passa a ser parte integrante do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO na qualidade de PARTE GARANTIDA, aderindo integralmente a todos os seus termos e condições.



3.02. Adicionalmente, em razão da liquidação integral das DEBÊNTURES 476, resolvem as partes signatárias alterar o CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO de forma que toda e qualquer referência às DEBÊNTURES 476 passem consequentemente a se referir às DEBÊNTURES 400, de forma que as DEBÊNTURES 400 recebam o mesmo tratamento dado às demais obrigações garantidas nos termos do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO.

3.03. Pelo presente 1º ADITIVO, resolvem as partes signatárias alterar o Parágrafo Quarto da Cláusula 2 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

#### *Parágrafo Quarto*

*Fica desde já estabelecido entre as PARTES GARANTIDAS que (i) as obrigações da INVEPAR decorrentes de sua participação como devedora solidária no CONTRATO DE FINANCIAMENTO; (ii) os valores depositados na CONTA RESERVA, conforme definido no Contrato de Administração de Contas; (iii) os valores depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES (conforme prevista e especificada no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" celebrado nesta data entre a COMPANHIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO 2ª EMISSÃO, na qualidade de representante dos titulares das DEBÊNTURES 400), não são parte das GARANTIAS COMPARTILHADAS objeto deste CONTRATO, devendo cada uma de tais garantias beneficiar única e exclusivamente a parte garantida prevista no respectivo instrumento de sua constituição.*

3.04. Pelo presente 1º ADITIVO, resolvem as partes signatárias, em decorrência das considerações acima expostas, alterar as Cláusulas 10.01 e 11 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO as quais passarão a vigorar com as seguintes redações:



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

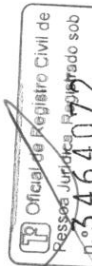
5º OFÍCIO

11 DEZ 12 883314

05

REGISTRADO E MICROFILMADO

"10.01. Qualquer comunicação relacionada a este Contrato deverá ser feita por escrito e entregue por correspondência registrada, via fac-símile ou ao portador, para o endereço ou número de fax abaixo indicado, ou para outro endereço que as partes fornecerem, por escrito, às demais partes:



(a) **Se para o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:**

Avenida República do Chile, nº 100 – 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20031-917

Att: Chefe de Departamento de Transportes e Logística

Tel.: 21 2172-7447

(b) **Se para o AGENTE FIDUCIÁRIO:**

**AGENTE FIDUCIÁRIO 2ª Emissão:**

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, CEDP 22640-102

Rio de Janeiro – RJ

At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

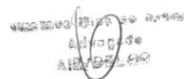
Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br) /

[juridico@pentagonotruster.com.br](mailto:juridico@pentagonotruster.com.br)"

**"Cláusula 11. Registro**

Imediatamente após a assinatura deste Contrato, o AGENTE FIDUCIÁRIO 2ª EMISSÃO deverá registrá-lo, às suas expensas, nos competentes registros de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Cidade de Bauru, Estado de São Paulo e deverá ser entregue a cada PARTE GARANTIDA uma via original do presente Contrato devidamente registrado. A Emissora compromete-se, outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos cartórios indicados nesta cláusula e a enviar a cada PARTE GARANTIDA uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro."







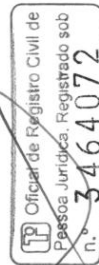
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

11 DEZ 12 883314

06

REGISTRADO EM MICROFILMADO

3.05. Pelo presente 1º ADITIVO, resolvem as partes signatárias, em decorrência das considerações acima expostas, substituir os documentos anexados ao CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO na forma do ANEXO I-A, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV, pelos documentos anexados ao presente 1º ADITIVO, nos termos do ANEXO I-A, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV, respectivamente.



#### Cláusula 4. Ratificações

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO que não foram expressamente alteradas por este 1º ADITIVO.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Gustavo Dias de Araujo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
JURÍDICO

*[Handwritten signature]*



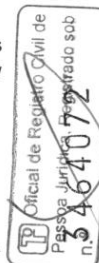
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

11 DEZ 12 883314

08

Página 1/1 de assinaturas do 1º Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012.



**Pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:**

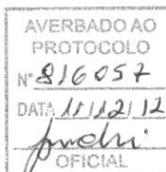
Por:   
Cargo: Roberto Zurli Machado  
Diretor

Por:   
Cargo: Mauricio Borges Lemos  
Diretor

**Pela SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.:**

Por:   
Cargo: Felipe Coimbra Aloi André  
Diretoria Compliance  
SLW CVC Ltda.

Por:   
Cargo: Nelson Santucci Torres  
Agente Fiduciário  
SLWCVC Ltda.



**Pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários:**


Por:   
Cargo: Pedro Silva  
Procurador

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-1197  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data declarados à margem: O QUE CERTIFICO.  
☐ Durval Hais Oficial Titular Alto Exec. 1856/98 TJ  
☐ Aurora I. Hais 1º Escrevente Substituto CTPS 40371 Série 121  
☒ Fabiano Alves Barbosa 3º Escrevente Substituto CTPS 013782 Série 51



**TESTEMUNHAS:**

Nome:   
Identidade: Indira Hasimoto Macedo  
CPF 088.761.897-82  
ID 07456581-80  
CPF:

Nome:   
Identidade: MAYRA JOSEPHINE RODRIGUES DE LIMA  
CPF: 08.287.851-3  
CPF: 112.366.077-27



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

10

11 DEZ 12 883314

ANEXO I-A

REGISTRO DE MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

## DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

### A – Escritura de Emissão – DEBÊNTURES 400

Termos em letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

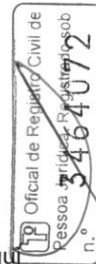
**1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures:** O valor total da Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação.

**2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures em até duas séries, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série serão definidas em razão da demanda pelas Debêntures apurada por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos da Cláusula 3.8 da ESCRITURA DE EMISSÃO 400.

**3. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

**4. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**5. Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário ambos atualizados conforme o item 4. acima, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 8,00% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa de Juros"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

11 DEZ 12 883314

11

data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios") e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração").

**6. Prazo e Data Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures").

**7. Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento no 36º (trigésimo sexto) mês a partir da data de emissão, ou seja, em 15 de dezembro de 2015.

**8. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

**9. Garantia:** As Debêntures contarão com as seguintes garantias, sujeitas à Condição Suspensiva, conforme definido na Cláusula 3.14.2.1 da Escritura de Emissão: (i) penhor sobre todas as ações que a ACIONISTA atualmente detém no capital social da Emissora, representativa de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, nos termos do CONTRATO DE PENHOR; (ii) cessão fiduciária: (x) de todos os direitos da CONCESSIONÁRIA emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, e (y) da CONTA DE PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES; e (iii) cessão fiduciária da CONTA CENTRALIZADORA, a qual será movimentada exclusivamente nos termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

As demais características das DEBÊNTURES 400 e, consequentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400,





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

12

11 DEZ 12 883314

cuja s cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os quais são incorporados ao presente Anexo I - A, por referência.



✓

✓



✓



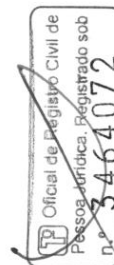
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5º OFÍCIO

13

11 DEZ 12 883314

REGISTRO E MICROFILMADO  
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ  
ANEXO II

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS



11



Handwritten signature and stamp: *Handwritten signature*  
INEP JURIDICO

Handwritten signature





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
P.º 6100

11 DEZ 12 883314

14

REGISTRO ADMINISTRATIVO  
ANEXO III JANEIRO-CAPITAL-RJ

### CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

*Assinado em nome do Arrendatário*  
*Advogado*  
*ATILIO L. ENO*



*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signature]*



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
5ª OFICINA

11 DEZ 12 883314 15

REGISTRO DE MICROFILMADO  
ANEXO IV JANEIRO CAPITAL-RJ

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

*Handwritten signature and stamp*

Oficial do Registro Civil de  
Pessoa Jurídica Registrado sob  
n.º 3464072

*Handwritten signature*

*Handwritten signature and stamp*

*Handwritten signature*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO L**

---

Contrato de Administração de Contas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[illegible]

2-RED-RJ - 1010832  
Empl: 1,55 Otrino 15,45, 1111005 23,3  
M34 ACOTERJ 10,25 PETJ 03,30  
B4 4 88405:23,32 / Tot Emol (R): 810,8  
PARAN: Vies 5 / Natre(s): 4 / Dags 48  
Proc Est: N/A Award N/A Ddg

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

2777D-R- 1018832  
Registro - Microfilm  
Nº 1-97-268  
1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco



38, neste ato representada na forma de seu estatuto social e agindo na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Subscrição, para Distribuição Pública de emissão da CONCESSIONÁRIA (respectivamente o "AGENTE FIDUCIÁRIO 400" e "DEBENTURISTAS 400", em conjunto com o BNDES, "CREDORES" e, em conjunto com o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e com a CONCESSIONÁRIA, "PARTES");

**CONSIDERANDO QUE:**

A) a CONCESSIONÁRIA celebrou, em 16 de março de 2009, o Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "PODER CONCEDENTE") para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, pelo prazo de 30 (trinta) anos ("CONTRATO DE CONCESSÃO") relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP ("EDITAL"), correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo ("PROJETO");

B) a fim de viabilizar e implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, e de resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, em Regime de garantia firme de colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da

Registro - Microfilme

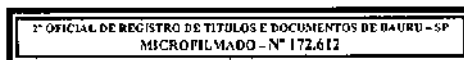
Nº 197268

1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Grascio

1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Grascio

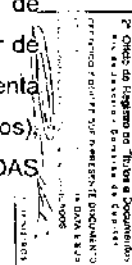
10.XII.12

Gustavo Dias do Prado  
Advogado  
**BNDES**INVEPAR  
SANTO10.09.22  
ESCRITURA  
DE  
SUBSIDIARIA

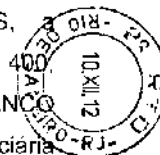


Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 10 de janeiro de 2011, (**"DEBÊNTURES 476"**), cuja dívida está relacionada a projeto de investimento em infraestrutura, em ambos os casos, para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, a CONCESSIONÁRIA aprovou, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 09 de novembro de 2012, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em até duas séries, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições descritos na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., datada de 09 de novembro de 2012 (as **"DEBÊNTURES 400"** e a **"ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400"**, respectivamente);

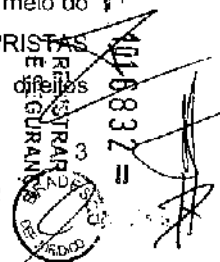
C) adicionalmente aos recursos captados por meio da emissão das DEBÊNTURES 400, a CONCESSIONÁRIA havia celebrado, em 10 de fevereiro de 2011, com o BNDES um Contrato de Financiamento, no valor de R\$1.052.242.597,21 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos), (**"CONTRATO DE FINANCIAMENTO"**) e, em conjunto com a ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, os **"CONTRATOS GARANTIDOS"**;



D) para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes dos CONTRATOS GARANTIDOS, CONCESSIONÁRIA celebrou com o BNDES, os DEBENTURISTAS 400, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, e com o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, nesta data, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (**"CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA"**), por meio do qual constituiu cessão fiduciária em favor do BNDES e dos DEBENTURISTAS 400, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, de todos os direitos



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES





2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive, sem limitação, relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo poder concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como da totalidade dos direitos de crédito da CONCESSIONÁRIA referentes às receitas de pedágio, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, conforme definidos na Cláusula 1.1 do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA ("**DIREITOS CREDITÓRIOS**"), os quais deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor dos CREDORES; e

E) Para assegurar o pagamento, em caso de inadimplemento, do serviço da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, a CONCESSIONÁRIA concordou em constituir: (i) a CONTA RESERVA BNDES, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor do BNDES; e (ii) a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, sobre a qual foi constituída cessão fiduciária em favor dos DEBENTURISTAS 400, conforme termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

Desta forma, as PARTES concordam mutuamente em celebrar este Contrato de Administração de Contas ("**CONTRATO**"), que será regido pelos seguintes termos e condições:

Exceto quando definidos no presente CONTRATO, os termos cujas letras apareçam em maiúscula, neste instrumento deverão ter o mesmo significado a eles atribuído no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA e nos CONTRATOS GARANTIDOS.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



REGISTRAR  
E SEGURO

1016832





1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

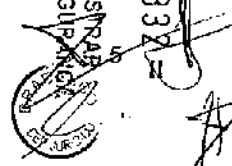
## CLÁUSULA 1ª DAS CONTAS:

1.1 **CONTA CENTRALIZADORA:** conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("**CONTA CENTRALIZADORA**"), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), na qualidade de banco depositário ("**BANCO DEPOSITÁRIO**"), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

1.2 **CONTA RESERVA BNDES:** conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, aberta sob o nº 0032041/2, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237), na qual serão depositados, nos prazos previstos no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, recursos equivalentes à soma de: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" do CONTRATO DE FINANCIAMENTO a partir de setembro de 2015 (o "**SALDO MÍNIMO BNDES**"). Os recursos depositados na **CONTA RESERVA BNDES** serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO ("**SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES**"), nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

1.3 **CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES:** conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, aberta sob o nº 32.750-6, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237), na qual serão depositados, mensalmente, recursos equivalentes A 1/12 (um doze avos) da próxima parcela vincenda de principal e juros remuneratórios, das DEBÊNTURES 400, conforme o caso, imediatamente subsequente ao referido

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES







2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURÍ - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

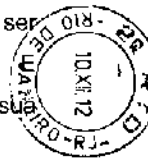
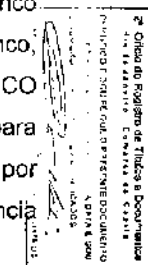
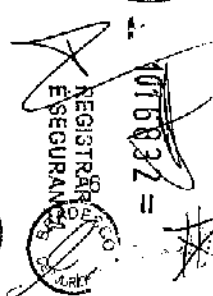
depósito, nas respectivas datas de pagamento, de forma que o montante depositado na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES corresponda à totalidade dos recursos necessários para honrar a próxima parcela vincenda de principal e juros remuneratórios das DEBÊNTURES 400 (o "**SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400**"). Os recursos depositados na CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento do serviço da dívida da CONCESSIONÁRIA, incluindo principal e acessórios da dívida decorrente ESCRITURA DE EMISSÃO 400 ("**SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400**"), nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

1.4. A CONTA CENTRALIZADORA, a CONTA RESERVA DO BNDES e a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, quando referidas em conjunto serão denominadas "**CONTAS DO PROJETO**".

1.5. **CONTA MOVIMENTO:** conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, de livre movimentação e exclusiva gestão da CONCESSIONÁRIA que receberá os valores liberados da CONTA CENTRALIZADORA, aberta sob o nº 2863-0, na Agência nº 2373, do Banco Bradesco S.A. (237). A CONTA MOVIMENTO poderá ser alterada (banco, agência e conta) pela CONCESSIONÁRIA, mediante notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para promover a alteração solicitada, sendo certo que a ausência de resposta por parte do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR resultará na sua anuência tácita ao referido pedido de alteração.

1.5.1. A alteração a que se refere a Cláusula 1.5. acima deverá ser comunicada aos CREDORES pelo BANCO DEPOSITÁRIO ARRECADADOR, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua efetivação.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



**CLÁUSULA 2ª OBJETO:**

Registro - Microfilme

Nº 197268

1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Bauril - SP

2.1. Este CONTRATO tem por objeto:

- (a) a administração das receitas provenientes dos DIREITOS CREDITÓRIOS, objeto do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, incluindo principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da excussão de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos CREDITORES, com relação aos CONTRATOS GARANTIDOS e seus eventuais aditamentos (**OBRIGAÇÕES GARANTIDAS**);
- (b) a administração dos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO; e
- (c) regular os termos e condições segundo os quais o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR atuará como mandatário da CONCESSIONÁRIA, responsável pela administração dos DIREITOS CREDITÓRIOS.

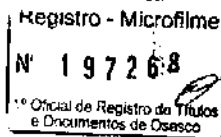
2.2 Os CREDITORES e a CONCESSIONÁRIA declaram e reconhecem que o presente CONTRATO é celebrado nos termos e condições do disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO e na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, especialmente seu artigo 28.

2.3 Para os fins deste CONTRATO, constitui um "EVENTO DE INADIMPLEMENTO" a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 ou qualquer

Gustavo Dias de Araujo

Advogado  
**BNDES**

101683211



PARAS  
RANGE  
B



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE TABU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

R\$ 8.161.000,00 (oito milhões cento e sessenta e um mil reais) e, posteriormente, o SALDO MÍNIMO BNDES previsto cláusula 1.2. O BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR deverá verificar, mensalmente, se o saldo da CONTA RESERVA BNDES apresenta recursos suficientes para compor o SALDO MÍNIMO BNDES, mediante recebimento da CONCESSIONÁRIA do cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO BNDES.

4.2. A CONTA RESERVA BNDES deverá permanecer preenchida até a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO pela CONCESSIONÁRIA e, mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na CONTA RESERVA BNDES.

4.3. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR se obriga a verificar e a ajustar o saldo da CONTA RESERVA BNDES ao final de cada mês, mediante o recebimento das informações por parte da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva da CONCESSIONÁRIA. Para tanto, deverá receber da CONCESSIONÁRIA o cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO BNDES nos termos da Cláusula 1.2.

4.4 Caso seja verificado pelo BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR que os valores depositados na CONTA RESERVA BNDES estejam abaixo SALDO MÍNIMO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA na forma prevista na Cláusula 8.1 abaixo, até que sejam depositados os montantes suficientes para complementação da CONTA RESERVA BNDES.

4.5 Caso seja verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e os recursos depositados na CONTA RESERVA BNDES estejam em montante superior ao SALDO MÍNIMO BNDES, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá transferir o valor

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016832



2ª OFFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAIRRU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

excedente para a CONTA MOVIMENTO, até as 12hs, do primeiro dia útil subsequente à data em que for verificada a adimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

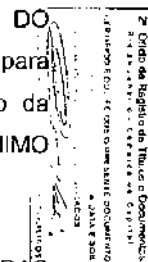
4.6 Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLENTO no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá utilizar os recursos da CONTA RESERVA BNDES, na forma da Cláusula 6ª deste CONTRATO para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES.

#### CLÁUSULA 5ª FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES

5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, a partir da data de assinatura deste Contrato e, posteriormente, a cada mês, deverá manter na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400 previsto cláusula 1.3. O BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR deverá verificar, mensalmente, mediante notificação do AGENTE FIDUCIÁRIO, se o saldo da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES apresenta recursos suficientes para compor o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, mediante recebimento da CONCESSIONÁRIA do cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400.

5.2. A CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES deverá permanecer preenchida até a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 pela CONCESSIONÁRIA e, mediante recebimento de instruções da CONCESSIONÁRIA, poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016832



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURIL - SP  
MICROFILMADO Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

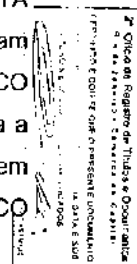
1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos do Estado

5.3. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR se obriga a verificar e a ajustar o saldo da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES ao final de cada mês, mediante o recebimento das informações por parte da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva da CONCESSIONÁRIA. Para tanto, deverá receber da CONCESSIONÁRIA o cálculo do valor projetado do SALDO MÍNIMO DAS DEBÊNTURES nos termos da Cláusula 1.3.

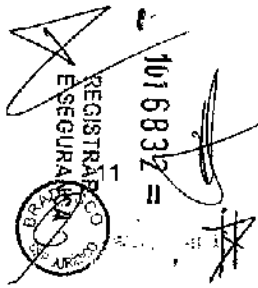
5.4 Caso seja verificado pelo BANCO DEPOSITÁRIO e ARRECADADOR que os valores depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES estejam abaixo SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA na forma prevista na Cláusula 8.1 abaixo, até que sejam depositados os montantes suficientes para complementação da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES.

5.5 Caso seja verificada a inadimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e os recursos depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES estejam em montante superior ao SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá transferir o valor excedente para a CONTA MOVIMENTO, até as 12hs, do primeiro dia útil subsequente à data em que for verificada a inadimplência da CONCESSIONÁRIA pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

5.6 Caso ocorra um EVENTO DE INADIMPLENTO no CONTRATO DE FINANCIAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá utilizar os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, na forma da Cláusula 6ª deste CONTRATO para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400.



Custódia Dias de Araujo  
Advogado  
BNDES





1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

## CLÁUSULA 6ª DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS CONTAS DO PROJETO

6.1. As CONTAS DO PROJETO serão movimentadas, única e exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, por meio do mecanismo de lançamentos contábeis, não sendo permitida a emissão de cheques contra elas e/ou cartões de crédito/débito, ou quaisquer ordens de pagamento ou transferência, exceto no caso de cumprimento de ordem judicial e/ou conforme autorizado por este CONTRATO.

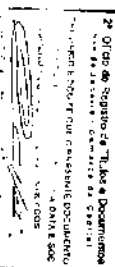
6.2. As CONTAS DO PROJETO não poderão ser encerradas até a final e total liquidação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, conforme notificação a ser encaminhada por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR pelos CREDORES, observado o disposto no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

6.3. As PARTES reconhecem que poderão ocorrer, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, alterações nos sistemas de contas correntes do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, resultando, eventualmente, em modificação na numeração das CONTAS DO PROJETO ou da agência à qual pertençam, devendo, contudo, tais alterações serem comunicadas aos CREDORES e à CONCESSIONÁRIA, com antecedência, pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR por meio de notificação, a qual será parte integrante do presente CONTRATO. Nestas hipóteses, fica certo e ajustado, desde já, que modificações sistêmicas deste cunho, não descaracterizarão os conceitos de CONTAS DO PROJETO aqui explicitados, aplicando-se às novas contas todos os termos e disposições deste CONTRATO.

6.4. Exceto conforme previsto na Cláusula 6.3 acima, as CONTAS DO PROJETO não poderão ser alteradas em nenhuma hipótese, salvo se com anuência prévia e por escrito dos CREDORES.

6.5. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, neste ato autorizado pela CONCESSIONÁRIA, compromete-se a enviar aos CREDORES, até o 10º (décimo) dia de cada mês, informações relativas às CONTAS DO PROJETO.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016832



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BALRU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

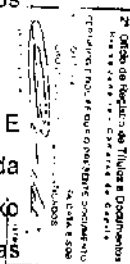
1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Ocaso

inclusive extratos bancários, reconhecendo que este procedimento constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste CONTRATO.

6.6. As notificações enviadas pela CONCESSIONÁRIA ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com estrita observância das regras previstas neste CONTRATO, no sentido de autorizar aplicações financeiras e ordenar resgates e/ou a realização de transferências, produzirão efeitos a partir da data do recebimento pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, desde que observados os seguintes critérios: (i) se enviada até o meio-dia, horário de Brasília, a ordem será executada pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR no mesmo expediente bancário; e (ii) se após o meio-dia, horário de Brasília, a ordem somente será executada pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR no próximo dia útil. A execução da ordem se baseará sempre na quantidade de recursos existentes nas CONTAS DO PROJETO, no dia útil anterior à data do recebimento da notificação.

6.6.1 Quando o objeto da notificação versar sobre aplicações financeiras, nela deverá constar obrigatoriamente o montante dos recursos a ser aplicado e a modalidade de investimento.

6.6.2. As PARTES reconhecem que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda decorrente dos INVESTIMENTOS PERMITIDOS (conforme abaixo definido), agindo exclusivamente na qualidade de mandatário das PARTES.

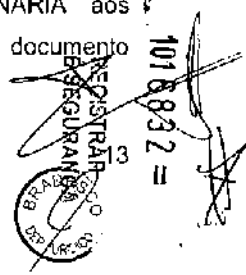


#### CLÁUSULA 7ª VERIFICAÇÃO DE INADIMPLEMENTO

7.1. Para os fins deste CONTRATO, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR verificará a adimplência da CONCESSIONÁRIA aos CONTRATOS GARANTIDOS mediante o recebimento de documento



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES






comprobatório do pagamento do serviço da dívida pela CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis da data de vencimento de cada pagamento.

7.2 Caso o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não receba a referida comprovação, ou ainda, seja notificado pelos CREDORES acerca da ocorrência de qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO em relação aos CONTRATOS GARANTIDOS, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA nos termos da Cláusula 8ª abaixo descrita.

#### CLÁUSULA 8ª BLOQUEIO DAS CONTAS DO PROJETO

8.1. No caso da ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, nos termos dos CONTRATOS GARANTIDOS, qualquer dos CREDORES, isolada ou conjuntamente, poderá enviar, de acordo com o previsto no Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre os CREDORES, nesta data ("CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO"), ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR uma notificação, de acordo com o ANEXO 1, requerendo o bloqueio imediato do saldo diário da CONTA CENTRALIZADORA ("NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO"), cabendo ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR bloquear até 60% (sessenta por cento) da totalidade dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, respeitados os níveis de serviços previstos no EDITAL.

8.1.1. O percentual de até 60% (sessenta por cento), bloqueado nos termos da Cláusula 8.1 acima considera as deduções de recursos suficientes para que a CONCESSIONÁRIA possa dar prosseguimento às suas atividades nos termos do artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou seja, efetuar os seguintes pagamentos, com a seguinte ordem de prioridade: a) tributos incidentes sobre a receita de pedágio da CONCESSIONÁRIA, a saber, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  




1016832 =

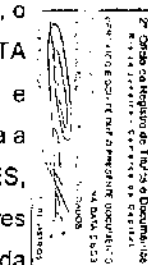
– COFINS, e tributos incidentes sobre o resultado, a saber, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; b) despesas de operação, manutenção de rotina da rodovia, observados os valores acordados no Contrato de Concessão, somente em relação a estes últimos; e c) o valor mensal variável devido à ARTESP correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio efetivamente obtida pela CONCESSIONÁRIA no mês anterior. O excedente a este percentual deve ser destinado diariamente à CONTA MOVIMENTO, em qualquer hipótese.

8.1.2 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado à falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os montantes retidos na CONTA RESERVA BNDES deverão ser utilizados para quitar o SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES pendente.

8.1.3 Caso sejam sacados recursos da CONTA RESERVA BNDES e desde que não esteja ocorrendo um EVENTO DE INADIMPLEMENTO das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes das DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA, no percentual estabelecido nesta Cláusula 8ª, e transferir para a CONTA RESERVA BNDES os valores necessários para a sua complementação até que se atinja SALDO MÍNIMO BNDES, observado o disposto na Cláusula 4.3. Uma vez recompostos os valores da CONTA RESERVA BNDES e verificado o adimplemento da CONCESSIONÁRIA junto aos CREDITORES nos termos da Cláusula 8.2 deste CONTRATO, a CONTA CENTRALIZADORA será desbloqueada imediatamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

8.1.4 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado somente à falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS da CONCESSIONÁRIA decorrentes das DEBÊNTURES 400, os montantes retidos na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  

1016832 =



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

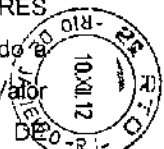
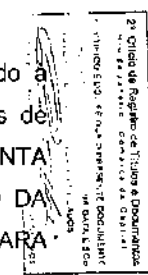
1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

DEBÊNTURES deverão ser utilizados para quitar a parcela do serviço da dívida das DEBÊNTURES 400 pendente.

8.1.5 Caso sejam sacados recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES e desde que não esteja ocorrendo um EVENTO DE INADIMPLEMENTO das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes das DEBÊNTURES 400, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá bloquear a CONTA CENTRALIZADORA, no percentual estabelecido nesta Cláusula 8ª, e transferir para a CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES os valores necessários para a sua complementação até que se atinja SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, observado o disposto na Cláusula 5.3. Uma vez recompostos os valores da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES e verificado o adimplemento da CONCESSIONÁRIA junto aos DEBENTURISTAS 400 nos termos da Cláusula 8.2 deste CONTRATO, a CONTA CENTRALIZADORA será desbloqueada imediatamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

8.1.6 Caso o EVENTO DE INADIMPLEMENTO esteja relacionado a falta de pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS decorrentes de ambos os CONTRATOS GARANTIDOS, os recursos da CONTA RESERVA BNDES serão utilizados para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DO BNDES pendente, os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400, e a CONTA CENTRALIZADORA deverá ser bloqueada, de modo a recompor, simultaneamente, na proporção das Participações no Valor Atualizado (conforme definido no CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO) atribuídas ao BNDES e às DEBÊNTURES 400 nos termos da Cláusula 3 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, o SALDO MÍNIMO BNDES da CONTA RESERVA BNDES (que será utilizada para quitar as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes).

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016832 =

CONTRATO DE FINANCIAMENTO) e o SALDO MÍNIMO DEBÊNTURES 400, observados o disposto na Cláusula 8.1 acima.

8.1.7 Em caso de vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, os recursos da CONTA RESERVA BNDES serão utilizados para pagamento ao BNDES das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES serão utilizados para pagamento aos DEBENTURISTAS 400 das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes decorrentes das DEBÊNTURES 400, e a CONTA CENTRALIZADORA deverá ser bloqueada, mediante envio de notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR pelos CREDITORES de modo realizar, simultaneamente, na proporção das Participações no Valor Atualizado (conforme definido no Anexo V) atribuídas ao BNDES e às DEBÊNTURES 400 nos termos da Cláusula 3 do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, os pagamentos ao BNDES e aos DEBENTURISTAS 400 das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pendentes decorrentes de ambos os CONTRATOS GARANTIDOS, observados o disposto na Cláusula 8.1 acima.

8.1.8. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR informará imediatamente aos CREDITORES e à CONCESSIONÁRIA sobre a efetivação do bloqueio.

8.1.9. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR verifique que o fluxo de depósitos na CONTA CENTRALIZADORA foi interrompido ou foi reduzido em até 50% (cinquenta por cento), considerando a média dos 30 (trinta) dias anteriores, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR obriga-se a notificar imediatamente os CREDITORES.

8.1.9.1. Excetuando-se as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.1.2, 8.1.3, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7, os recursos retidos na CONTA RESERVA BNDES e na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS

Gustavo Ugo de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016837 =



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Clássico

DEBÊNTURES serão imediata e automaticamente aplicados pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR em títulos públicos federais, CDB e Debêntures Compromissadas custodiados e adquiridos do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR que deverão refletir as condições de remuneração de mercado ("**INVESTIMENTOS PERMITIDOS**"). O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá observar as instruções da CONCESSIONÁRIA para a escolha da aplicação financeira, desde que tal aplicação esteja contemplada na definição de INVESTIMENTOS PERMITIDOS.

8.2. O desbloqueio da CONTA CENTRALIZADORA deverá ocorrer após o recebimento da notificação expedida pelos CREDORES ("**NOTIFICAÇÃO DE DESBLOQUEIO**"), declarando ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR o adimplemento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS pela CONCESSIONÁRIA, mediante envio de notificação na forma do **ANEXO II** a este CONTRATO e/ou após a verificação pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de que a CONCESSIONÁRIA encontra-se adimplente com as obrigações pecuniárias objeto dos CONTRATOS GARANTIDOS.

8.3. Ocorrendo o vencimento antecipado de qualquer dos CONTRATOS GARANTIDOS, conforme notificação prevista no **ANEXO IV** a este instrumento, a ser enviada por escrito por qualquer dos CREDORES, respeitado o CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO, ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, este último fica desde já autorizado a transferir aos CREDORES, diariamente, em conta corrente a ser indicada por estes na notificação sobre o vencimento antecipado, os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, considerando-se o limite estabelecido na Cláusula 8.1, para a quitação das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS. Os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA que excederem os limites previstos na Cláusula 8.1 deverão ser diariamente transferidos para a CONTA MOVIMENTO, de livre disponibilidade da CONCESSIONÁRIA.

Gustavo Dias de Aguiar  
Advogado  
BNDES



1016832 =



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

8.3.1. O disposto acima continuará até que as OBRIGAÇÕES GARANTIDAS tenham sido liquidadas, de forma que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, respeitado o limite estabelecido na Cláusula 8.1, está autorizado a continuar retendo os DIREITOS CREDITÓRIOS na CONTA CENTRALIZADORA e transferindo diariamente os montantes ali retidos aos CREDITORES, até o integral cumprimento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, conforme notificado pelos CREDITORES, por escrito.

8.3.2. É vedado ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR efetuar qualquer retenção de valores das CONTAS DO PROJETO a título de compensação de créditos de sua titularidade, devendo todos os valores decorrentes do bloqueio das CONTAS DO PROJETO ser entregues aos CREDITORES, nas proporções estabelecidas no Anexo V.

8.3.3 Na hipótese de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, os valores depositados na CONTA RESERVA BNDES deverão ser entregues ao BNDES, para pagamento dos valores devidos nos termos do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e os valores depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, deverão ser entregues aos DEBENTURISTAS 400, para pagamento dos valores devidos nos termos da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400.

#### CLÁUSULA 9ª VIGÊNCIA

9.1. O presente CONTRATO entrará em vigor nesta data da assinatura do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e permanecerá em vigor até o cumprimento integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



REGISTRAR  
E SEGUROS

1016832 =





1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE SAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

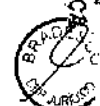
Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Classe

## CLÁUSULA 10ª PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL

10.1. A CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, outorga aos CREDORES uma procuração irrevogável e irretroatável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, respeitando as cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO e, em especial, os limites previstos na Cláusula 8.1, e observado o modelo do Anexo III-A a este CONTRATO, com os seguintes poderes: (i) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a reter recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, em caso de ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLENTO, imediatamente após a verificação do inadimplemento ou recebimento da NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO, conforme prevista na Cláusula 8ª acima, (ii) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a investir os recursos retidos na CONTA RESERVA BNDES, nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS indicados pela CONCESSIONÁRIA, (iii) autorizar o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR a transferir os recursos depositados ou investidos (a) da CONTA RESERVA BNDES para o BNDES, em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, (b) da CONTA CENTRALIZADORA para os CREDORES, em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, (c) da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para o AGENTE FIDUCIÁRIO 400 em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 e (iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às CONTAS DO PROJETO. Sob nenhuma circunstância deverá o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR aceitar ou executar quaisquer instruções, exceto nas hipóteses previstas na Cláusula 4.2 acima, com respeito às CONTAS DO PROJETO ou aos recursos depositados nas mesmas, da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer terceiro, ou em inobservância das regras e limites previstos neste CONTRATO.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



107 6832 =





2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURIL SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

10.2. Para o pleno exercício das funções previstas neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA constitui o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR seu bastante procurador, de forma irrevogável e irretroatável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, para que, respeitadas as cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO, em especial, os limites previstos na Cláusula 8.1, e observado o modelo do Anexo III-B a este CONTRATO, (i) acate e cumpra as instruções dadas pelos CREDITORES, (ii) efetue bloqueios, imediatamente após o recebimento de NOTIFICAÇÃO DE BLOQUEIO ou verificação de inadimplemento, conforme a Cláusula 8ª acima, em caso de ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO, e os respectivos desbloqueios na CONTA CENTRALIZADORA; (iii) invista nos INVESTIMENTOS PERMITIDOS indicados pela CONCESSIONÁRIA os recursos mantidos na CONTA RESERVA BNDES; (iv) transfira aos CREDITORES os recursos bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA, em pagamento das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS, na hipótese de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS e/ou inadimplemento do serviço da dívida na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.3 deste CONTRATO, respeitados os termos constantes do Anexo V; (v) transfira ao BNDES os recursos da CONTA RESERVA BNDES, na hipótese de vencimento antecipado e/ou inadimplemento do CONTRATO DE FINANCIAMENTO; e (vi) transfira os recursos da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para o AGENTE FIDUCIÁRIO 400 em caso de inadimplemento e/ou vencimento antecipado da ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400, e (v) pratique todos e quaisquer atos previstos neste CONTRATO que sejam necessários ao fiel cumprimento desse mandato.

#### CLÁUSULA 11ª DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

11.1. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR neste ato, declara-se ciente de que (i) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA CENTRALIZADORA, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor dos CREDITORES

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



1016832 =



termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, (ii) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA RESERVA BNDES, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor do BNDES nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, e (iii) a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, foi cedida fiduciariamente em favor dos DEBENTURISTAS 400 nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

11.2. As PARTES, em conjunto ou individualmente, conforme o caso, concordam que:

(a) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR estará obrigado a:

I - conferir aos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, mantidas junto a ele nos termos deste instrumento, o mesmo grau de diligência que confere a seus próprios bens e estará obrigado a investir quaisquer recursos bloqueados nos termos deste CONTRATO;

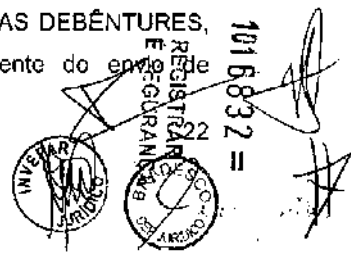
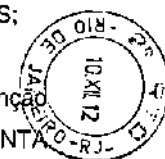
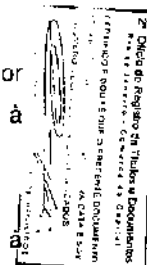
II - informar imediatamente aos CREDORES o descumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação, referente à cessão fiduciária prevista no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA;

III - não acatar ordem da CONCESSIONÁRIA, no que se refere a cessão fiduciária dos DIREITOS CREDITÓRIOS, em desacordo com o presente CONTRATO, sem a anuência por escrito dos CREDORES;

IV - promover, nos termos do disposto neste CONTRATO, a retenção e transferência dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, na CONTA RESERVA BNDES e na CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES, nos termos deste CONTRATO, independentemente do envio de

Gustavo Duarte Araújo

Advogado  
**BNDES**





1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

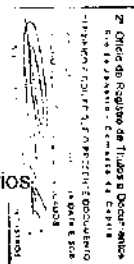
notificação pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400 e/ou BNDES solicitando a retenção e transferência, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos contratualmente para assegurar a cessão fiduciária dos DIREITOS CREDITÓRIOS;

V - sempre que solicitado, fornecer aos CREDITORES os extratos das CONTAS DO PROJETO e relatório informando sobre o cumprimento das obrigações de manutenção do SALDO MÍNIMO;

VI - utilizar os valores da CONCESSIONÁRIA depositados consigo para pagamento das obrigações pecuniárias estipuladas nos CONTRATOS GARANTIDOS nos casos previstos de vencimento antecipado dos CONTRATOS GARANTIDOS, nos termos das Cláusulas 8.1.6 e 8.3 deste CONTRATO;

VII - obter, junto aos CREDITORES e à CONCESSIONÁRIA, no dia 15 de cada mês, informações sobre:

- (i) o saldo devedor dos CONTRATOS GARANTIDOS;
- (ii) a informação referida na Cláusula 4.3 deste CONTRATO; e
- (iii) o valor das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida dos CONTRATOS GARANTIDOS.



IX - transferir da CONTA RESERVA BNDES para a CONTA CENTRALIZADORA o valor que porventura exceder o SALDO MÍNIMO, nos termos da Cláusula 4.5 deste CONTRATO;

X - Informar aos CREDITORES os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA e a receita apurada nas informações trimestrais da CONCESSIONÁRIA, trimestralmente, em até 30 dias após publicação das referidas informações trimestrais.



1016832 =

Gustavo Dias de Araújo  
Assessor  
BNDES



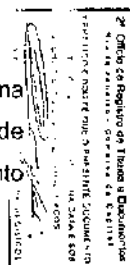
(b) Este CONTRATO estabelece expressamente todos os deveres do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com respeito a todas e quaisquer questões pertinentes ao objeto descrito na Cláusula 2ª do presente instrumento. Nenhum dever ou obrigação adicional recai sobre o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR;

(c) A CONCESSIONÁRIA indenizará e isentará o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de todos e quaisquer prejuízos comprovados decorrentes do seu descumprimento deste CONTRATO, exceto nos casos de culpa comprovada ou dolo do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR e com respeito a pedidos de indenização baseados em tal culpa ou dolo decididos contra o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR;

(d) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, não tem e não terá qualquer interesse nos recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO, agindo apenas como fiel depositário e permanecendo apenas com a posse dos mesmos;

(e) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não faz nenhuma declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobrança de qualquer garantia ou outro documento ou instrumento mantido por ele ou a ele entregue;

(f) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, pelo presente CONTRATO, está autorizado a obedecer e cumprir todas as decisões emanadas pelo juízo competente que afetem qualquer importância de dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não será responsável perante qualquer das PARTES contratantes, seus sucessores, herdeiros ou representantes pessoais em razão do cumprimento dessas decisões, não obstante que tal decisão



1016832 =

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**



posteriormente revertida, modificada, revogada ou abandonada. na hipótese de reversão, modificação, revogação ou abandono da decisão, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR fica obrigado a dar imediato cumprimento à tal nova decisão;

(g) No caso do cumprimento de qualquer medida judicial ou administrativa envolvendo qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, o cumprimento de referida medida será comunicado em 1 (um) dia útil à CONCESSIONÁRIA e aos CREDITORES;

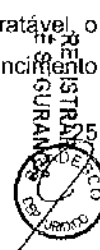
(h) Nenhum material impresso ou outro em qualquer idioma (inclusive, dentre outros, prospectos, avisos, relatórios e material promocional) que mencione o nome, direitos, poderes ou deveres do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR ou da CONCESSIONÁRIA será emitido ao público por quaisquer das PARTES ou em nome das PARTES, a menos que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR ou a CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, primeiramente tenham dado seu prévia consentimento escrito específico para esse fim;

(i) Quando da cessação de qualquer EVENTO DE INADIMPLENTO os CREDITORES deverão dar imediato conhecimento ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, com orientação para a imediata liberação dos respectivos valores bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA;

(j) Quaisquer notificações enviadas pelo BNDES ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400 ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, deverão ser encaminhadas pelo respectivo remetente com cópia, para ciência, aos demais CREDITORES;

(k) A CONCESSIONÁRIA autoriza, em caráter irrevogável e irretroativo, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, em caso de vencimento

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**



1016832 =



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

antecipado do CONTRATO DE FINANCIAMENTO e/ou inadimplemento do serviço da dívida, a transferir, na hipótese e nos termos das cláusulas 8.1.2, 8.1.6, 8.1.7 e 8.3 deste CONTRATO, da CONTA RESERVA BNDES para a conta corrente indicadas pelo BNDES, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do CONTRATO DE FINANCIAMENTO, devendo o valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA ser recomposto por meio de bloqueio dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA deverá ser recomposto apenas na hipótese de inadimplemento pela CONCESSIONÁRIA das obrigações decorrentes do CONTRATO DE FINANCIAMENTO.

(l) A CONCESSIONÁRIA autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, em caso de vencimento antecipado das DEBÊNTURES 400 e/ou inadimplemento do serviço da dívida, a transferir, na hipótese e nos termos das cláusulas 8.1.2, 8.1.6, 8.1.7 e 8.3 deste CONTRATO, da CONTA PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES para a conta corrente indicadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO 400, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente das DEBÊNTURES 400, devendo o valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400 ser recomposto por meio de bloqueio dos valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O valor mínimo do SERVIÇO DA DÍVIDA DAS DEBÊNTURES 400 deverá ser recomposto apenas na hipótese de inadimplemento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes das DEBÊNTURES 400.

(m) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial, os recursos existentes nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO forem arrestados e/ou bloqueados, cabendo ao BANCO DEPOSITÁRIO E

Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
BNDES



1016832 =  
REGISTRAR E  
ESSENCIAL 26



ARRECADADOR notificar por escrito a CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO.

(n) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não terá qualquer responsabilidade pela manutenção ou eventual inexistência de recursos nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO.

(o) A CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO desde já declaram, para todos os fins, que a atuação do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR está exaustivamente contemplada neste CONTRATO, não lhe sendo exigida análise ou interpretação dos termos e condições do CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO.

(p) O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não será chamado a atuar como árbitro de qualquer disputa entre a CONCESSIONÁRIA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, as quais reconhecem o direito do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR de reter a parcela dos recursos que seja objeto de disputa entre as PARTES, até que de forma diversa seja ordenado por árbitro ou juízo competente.

#### CLÁUSULA 12ª SUBSTITUIÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR

12.1. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções e exonerar-se de suas obrigações nos termos do presente CONTRATO, mediante envio de aviso prévio por escrito à CONCESSIONÁRIA e aos CREDITORES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("**NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA**").

12.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE RENÚNCIA, nomear, de comum acordo com os CREDITORES, um sucessor para a função de banco depositário e arrecadador, fornecendo uma notificação conjunta por

Custavo Dias de Araujo  
Advogado  
BNDES



1016832 =



2ª OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme  
Nº 197268  
1ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Brasília

escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR renunciante, na qual indicará de igual modo os números das contas bancárias para as quais serão transferidos os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO. Referido sucessor para a função de banco depositário e arrecadador deverá celebrar um aditivo ao presente CONTRATO, pelo qual assumirá as funções de banco depositário e arrecadador nos termos do presente CONTRATO.

12.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer momento e de comum acordo com os CREDORES, destituir o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR, mediante envio de aviso prévio por escrito ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR com 30 (trinta) dias de antecedência, informando sobre a sua destituição da função de banco depositário e arrecadador, a data em que referida destituição entrará em vigor, seu sucessor na função de banco depositário e arrecadador, bem como os dados bancários para a transferência dos recursos sob a administração do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

12.3. Quando do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 121.2. acima, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá entregar os recursos depositados nas CONTAS DO PROJETO e na CONTA MOVIMENTO até então mantidos sob sua responsabilidade, nos termos deste CONTRATO ao banco depositário e arrecadador sucessor indicado pela CONCESSIONÁRIA em conjunto com os CREDORES, ficando o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR inteira e imediatamente liberado de toda e qualquer obrigação adicional resultante ou relacionada a este CONTRATO, a partir da data da celebração do Aditivo ao presente CONTRATO, mencionado na Cláusula 12.1.1.

12.4. A renúncia do BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não implicará o cancelamento ou fechamento das CONTAS DO PROJETO e da CONTA MOVIMENTO que estejam sob sua administração, nem dará ao BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR renunciante ou destituído qualquer direito

Gustavo Dias de Azevedo  
Advogado  
BNDES



1016832=



Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Oureste.

## CLÁUSULA 13ª DISPOSIÇÕES GERAIS

13.3. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das PARTES importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente CONTRATO. Este CONTRATO somente poderá ser modificado por instrumento escrito assinado por todas as PARTES, e nenhuma renúncia aos termos do CONTRATO terá vigência a menos que feita por escrito e assinada pela PARTE que estiver concedendo a renúncia.

13.4 Todas as despesas decorrentes da manutenção das contas descritas na Cláusula 1ª acima, bem como aquelas relativas ao registro deste CONTRATO, ficarão por conta da CONCESSIONÁRIA, incluindo a remuneração que o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR fará jus pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, a qual será prevista em instrumento específico a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR.

Gustavo Días de Araujo  
Abogado  
BND



REGISTERED  
SECURITIES

4016882



197268

1.º Colômbia: no Registro de Títulos e Documentos da Osasco

13.5. Exceto se de outra forma prevista neste CONTRATO, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das PARTES deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a **CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
**CONCESSIONÁRIA:** Av. Getúlio Vargas nº 20 - 59 Bairro Jardim Europa  
 CEP 17017-383 – Bauru - SP  
 At.: Sr. Ricardo Schittini Duarte e Sr. Damião Carlos  
 Moreno Tavares  
 Tel.: (14) 3014-2300  
 Fax: (14) 3014-2323  
 E-mails: [ricardo@cart.invepar.com.br](mailto:ricardo@cart.invepar.com.br)  
[damião@invepar.com.br](mailto:damião@invepar.com.br)

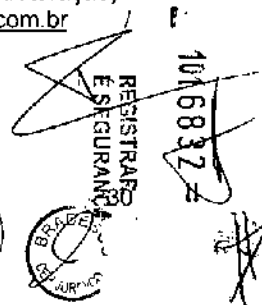
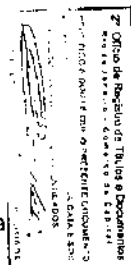
Para o BANCO  
DEPOSITÁRIO E  
ARRECADADOR:

**BANCO BRADESCO S.A.**  
Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar  
CEP 06029-900 Osasco, SP  
Tel.: (11) 3684-9476 / (11) 3684-7912  
Fax: (11) 3684-9445  
Attn: Marcelo Tanouye Nurchis / Yoiti Watanabe  
E-mail: 4010.tanouye@bradesco.com.br /  
4010.yoiti@bradesco.com.br /  
4010.agente@bradesco.com.br

Para o BNDES: **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL**  
Avenida República do Chile, nº 100 – 11º andar  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20031-917  
Att: Chefe de Departamento de Transportes e Logística  
Tel.: (21) 2172-7447

Para o AGENTE  
FIDUCIÁRIO 400:

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.**  
Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514  
Cep 22640-102  
Rio de Janeiro – RJ  
Att: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)  
Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)  
E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)  
[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046



Gustavo Dias de Araujo  
Advogado  
 **BNDES**



13.6. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-simile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações referidas nos Anexos deste CONTRATO não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-simile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

13.7. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as PARTES, por aquela que efetuou a mudança.

13.8. Fica convencionado entre as PARTES que as comunicações previstas neste CONTRATO, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste CONTRATO. A recepção da comunicação deve sempre ser confirmada de imediato.

13.9 O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR poderá se pautar em quaisquer avisos, instruções ou solicitações, por escrito, que lhe sejam enviados, dentro das especificações contidas neste CONTRATO, e que tenha motivos para acreditar que sejam documentos autênticos firmados ou apresentados pela(s) parte(s) competente(s), não sendo responsável por quaisquer atos ou omissões amparados em tais documentos. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR não estará obrigado a examinar ou investigar a validade, precisão ou conteúdo dos referidos documentos.

13.10. Este CONTRATO constitui o entendimento completo entre as PARTES com respeito às questões estabelecidas neste instrumento, e substitui

Gustavo Queiroz Araújo  
Advogado  
**BNDES**



1016832



2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

quaisquer contratos e acordos anteriores entre as PARTES em relação ao objeto do presente CONTRATO.

13.11. As PARTES são consideradas contratantes independentes e nada do presente CONTRATO criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.

13.12. As PARTES reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as PARTES ou seus empregados ou prepostos.

13.13. A CONCESSIONÁRIA e os CREDITORES, reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que podem vir a ser alterados. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou em parte limite a prestação do serviço ora contratado, o BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR deverá solicitar a CONCESSIONÁRIA e os CREDITORES novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas por meio deste CONTRATO, que sejam de comum acordo entre as PARTES.

13.14. O BANCO DEPOSITÁRIO E ARRECADADOR em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritos no presente CONTRATO, que tenham sido praticados por terceiros anteriormente contratados pela CONCESSIONÁRIA e pelos CREDITORES.

13.15. Este CONTRATO será regido pelas leis brasileiras. Todas as controvérsias decorrentes deste CONTRATO serão dirimidas pelo foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à exclusão de quaisquer outros tribunais, por mais privilegiados que sejam.

E, ESTANDO ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as PARTES assinam este CONTRATO em 4 (quatro) vias de igual teor na presença das duas testemunhas abaixo assinadas na data indicada acima.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado

BNDES



1016882 =



1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - N° 172.612

Registro - Microfilme

N° 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

Página de assinaturas do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2012.

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., NA QUALIDADE DE  
CONCESSIONÁRIA**

Por:

Cargo: Damiano Carlos Moreno Tavares  
p.p. Concessionária Auto  
Raposo Tavares S.A.

Por:

Cargo: Ricardo Schittini Duarte  
Diretor Presidente

**BANCO BRADESCO S.A., NA QUALIDADE DE BANCO DEPOSITÁRIO E  
ARRECADADOR**

Por:

Cargo: 97239 - Fabiano Bottignon Kojan  
DEPARTAMENTO DE AÇÕES  
E CUSTODIA

Por:

Cargo: 104549 - Maria Alves Gonçalves de Barros  
DEPARTAMENTO DE AÇÕES  
E CUSTODIA

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -  
BNDES, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE ANUENTE**

Por:

Cargo: Roberto Zurli Machado  
Diretor

Por:

Cargo: Mauricio Borges Lemme  
Diretor



176832

89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
 Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço  
 por semelhança as firmas de: DAVIÃO CARLOS MORENO TAVARES, RICARDO  
 SCHITTINI DUARTE, FÁBIO BOTTONI KUSAKA e PERSIA ALVES  
 GONÇALVES DE BARROS  
 Cod: 0226A53509A  
 Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. Rec.  
 Em testemunho da verdade.

LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS

Serventia : 17,32  
 Sem T+FUNDS : 5,12  
 Total : 22,44  
 CARIMBO DO CARTÓRIO DE NOTAS  
 Luiz Antônio dos Passos Freitas  
 Escrevente Autorizado  
 CTPS 83432 8-088  
 RIO DE JANEIRO



20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LUCIA CARIO SEQUEIRA  
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL: (21) 2720-8545 - RJ

Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de: ROBERTO ZULI MACHADO,  
 MAURICIO FORTES LEMOS, EX-XX  
 Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 10/12/2012  
 Edson de Tarvato - Substituto  
 Mandria Regina, Carlos Lobato - Substituto  
 Firma: 8,66 LPI 3217/4869/111: 2,58 Total: 11,22 Recibo:



1016832 =  
 REGISTRAR  
 E SEGURANÇA

Página de assinaturas do Contrato de Administração de Contas, celebrado entre a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

**DEBENTURISTAS 400, REPRESENTADOS NESTE ATO PELO AGENTE FIDUCIÁRIO 400, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTES ANUENTES**

Por: Pedro Silva  
Cargo: Procurador

Registro - Microfilme  
Nº 197268  
1º Oficial do Registro de Títulos e Documentos de Osasco

**Testemunhas:**

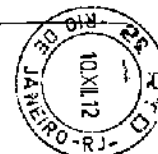
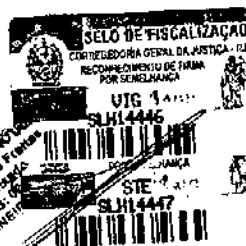
1. - Indira Macedo  
Nome: Indira Hashimoto Macedo  
CPF 686.761.687-82  
R.G.: ID 07450581-80

2. - Mavra Josepha  
Nome: MAVRA JOSEPHINE RODRIGUES DE LIMA  
R.G.: 08.287.851-3

82 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira  
Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço  
por semelhança as firmas de: INDIRA HASHIMOTO MACEDO e PEDRO  
HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA  
Cod: 0226A5262637  
Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2012. Conf. por: Serapilha  
Em testemunho da verdade.

LUIZ ANTONIO DOS PASSOS FREITAS

Total



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
**BNDES**



REGISTRAR E SEGURAR

1016832

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Usasco-Sp  
 Av. Santo Antônio, 1885 - Ed. Bela Vista - TEL: (11) 3883-9030  
 Apresentado e protocolado em 11/12/2012 sob o nº 142781 registrado em microfilme  
 em 11/12/2012 sob o nº 181268 - Livro C

*[Handwritten Signature]*

RENDA ENFENHEIROS DE ANDRADE  
 ESCRITURA AUTORIZADA

Recibo de emolumentos em separado.

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Chefe da Pessoa Jurídica da Comarca de Osasco - SP.  
 Abner Evangelista de Andrade  
 ESCRITURA

**2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP**  
 RUA 12 DE MARÇO, 534 - CENTRO CEP: 13012-100 - FONE: (13) - 3104-8864  
 RUIRIBEIRO DE MELLO E SILVA  
**CERTIFICA**  
 Que o presente título foi PROTOCOLIZADO no Livro A sob nº **172.612**  
 MICROPILMADO e REGISTRADO no Livro B sob o mesmo número em  
 12 de Dezembro de 2012. O retendo a verdade e dou fé  
 Bauru, 12 de Dezembro de 2012.  
*[Handwritten Signature]*  
 EDSON AUGUSTO MENEZES  
 ESCRITURA AUTORIZADA

EMOL: 129,12	SINIFEG: 10,00
ENT: 53,08	T. JUST: 10,00
IPESP: 29,84	TOTAL: 202,78

## ANEXO I

## Notificação para Bloqueio da Conta Centralizadora

[Local], [•] de [•] de [•].

[•]

Ao

[•]



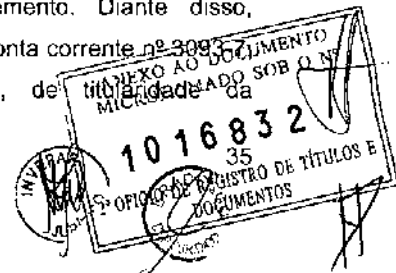

Com cópia para:

**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 8.1 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("BANCO") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Concessionária"), e os [Credores], na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervenção Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se inadimplente com a obrigação [incluir fato/descrição da obrigação inadimplida] prevista na cláusula [•] do [Contrato Garantido], uma vez que já decorreu o respectivo prazo de cura desde o recebimento pela Concessionária, quando aplicável, da notificação de evento de inadimplemento. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("CONTA CENTRALIZADORA"), de

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  






1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em [.] de 2012 entre a Concessionária e os Intervenientes Anuentes ("Contas do Projeto").

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [.]



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



## ANEXO II



## Notificação para Desbloqueio da Conta Centralizadora

[Local], [•] de [•] de [•].

Ao BANCO [•]

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos da cláusula 8.2 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("BANCO") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("Concessionária"), e os [Credores] na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervinentes Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as suas obrigações oriundas do [Contrato Garantido] e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrado em [•] de 2012 entre a Concessionária e os Intervinentes-Anuentes. Diante disso, caso não haja nenhuma Notificação de Bloqueio de outro Credor já vigente, solicitamos que seja efetivado o desbloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 ("CONTA CENTRALIZADORA"), de titularidade da Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Conta Centralizadora").

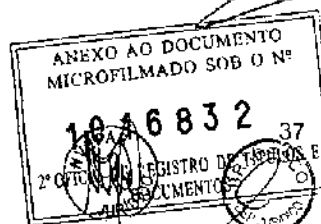
Solicitamos a aposição da assinatura dos representantes legais do BANCO ao final desta.

Atenciosamente,

[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [•]

Gustavo Dias de Araújo  
Assessor  


## ANEXO III - A

## MODELO DE PROCURAÇÃO

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos  
e Documentos de Osasco

Por meio deste instrumento particular de procuração, CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., sociedade com sede na [...], na cidade de [...], Estado de [...], inscrita no CNPJ/MF [...], neste ato, representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Outorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, o [...], com sede na cidade de [...] e o [...], com sede na cidade de [...], ("Outorgados"), como seus procuradores para, em conjunto ou separadamente e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo, relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data (o "Contrato de Administração de Contas") entre a Outorgante, os Outorgados, e o Banco Depositário e Arrecadador.

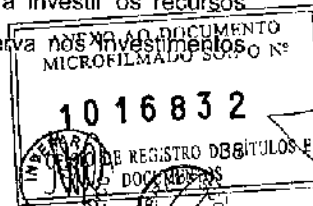
Os termos iniciados em letra maiúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 8.1.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante confere aos Outorgados poderes para em conjunto ou separadamente:

(i) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a reter imediatamente os recursos depositados na Conta Centralizadora, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento;

(ii) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a investir os recursos retidos na Conta Centralizadora e na Conta Reserva nos investimentos Permitidos indicados pela Outorgante;

Gustavo Elias de Araujo  
Advogado  
**BNDES**



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

(iii) autorizar o Banco Depositário e Arrecadador a transferir recursos depositados ou investidos na Conta Centralizadora para fins de pagamento das Obrigações Garantidas, em caso de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2 e 8.3 do Contrato de Administração de Contas e recursos depositados ou investidos na Conta Reserva para fins de pagamento das Obrigações Garantidas decorrentes do Contrato de Financiamento, e

(iv) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às Contas do Projeto.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Outorgante aos Outorgados nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as Partes.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de Administração de Contas (para que os Outorgados cumpram as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas) de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz até a resolução do Contrato de Administração de Contas.

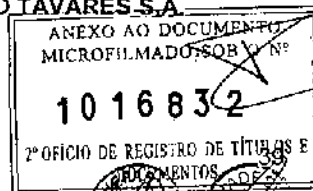
O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



## ANEXO III - B

## MODELO DE PROCURAÇÃO




Por meio deste instrumento particular de procuração, CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A., sociedade com sede na [...], na cidade de [...], Estado de [...], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [...], neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "Outorgante", constitui e nomeia, em caráter irrevogável e irretratável, o [...], instituição financeira com sede na cidade de [...], ("Outorgado"), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data (o "Contrato de Administração de Contas") entre a Outorgante, o Outorgado e os Credores.

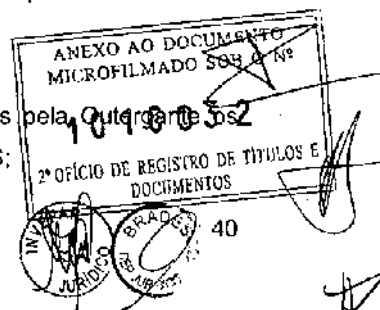
Os termos iniciados em letra maiúscula empregados, mas não definidos, no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Os poderes aqui outorgados devem observar as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Administração de Contas, em especial, os limites previstos na sua Cláusula 8.1.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante confere ao Outorgado poderes para:

- (i) acatar e cumprir as instruções feitas pelos Credores;
- (ii) efetuar imediatamente bloqueios, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, e os respectivos desbloqueios na Conta Centralizadora;
- (iii) investir nos Investimentos Permitidos indicados pela Outorgante nos recursos depositados na CONTA RESERVA BNDES;

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  




(iv) transferir aos Credores os recursos bloqueados na Conta Centralizadora, em pagamento das Obrigações Garantidas, na hipótese de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento do Serviço da Dívida na hipótese e nos termos das Cláusulas 8.1.2 e 8.3 do Contrato de Administração de Contas e recursos depositados ou investidos na CONTA RESERVA BNDES para fins de pagamento das Obrigações Garantidas decorrentes do Contrato de Financiamento; e

(v) praticar todos e quaisquer atos previstos no Contrato de Administração de Contas que sejam necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Os poderes aqui outorgados consubstanciam os poderes conferidos pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato de Administração de Contas ou de qualquer outro documento celebrado entre as partes.

Esta procuração é outorgada em cumprimento das disposições do Contrato de Administração de Contas (para que o Outorgado cumpra as obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas), de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato de Administração de Contas ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato de Administração de Contas, até a outorga de poderes idênticos ao banco depositário e arrecadador sucessor nos termos do Contrato de Administração de Contas (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua o Contrato de Administração de Contas, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pela Outorgante.

O presente instrumento não poderá ser substabelecido, no todo ou em parte.

Esta procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

[Local], [Data]

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES 16 832

Gustavo Dias da Silva  
Outorgado  






2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

#### ANEXO IV

#### Notificação sobre Vencimento Antecipado das Obrigações Garantidas

[Local], [•] de [•] de [•].



Ao

**BANCO [•]**

Com cópia para:

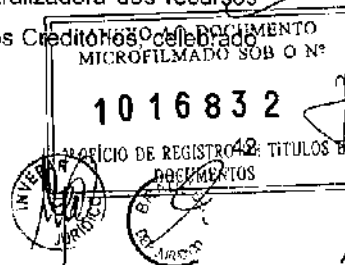
**CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**

Ref.: Contrato de Administração de Contas

Prezados Senhores,

Nos termos das cláusulas 8.1 e 8.3 do Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de 2012 entre o Banco Bradesco S.A. ("**BANCO**") e a CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. ("**Concessionária**"), e os [**Credores**] na qualidade de credores dos Contratos Garantidos e Intervenientes Anuentes do Contrato de Administração de Contas, o Credor abaixo assinado vem notificar o BANCO que todas as obrigações da Concessionária, decorrentes do [**CONTRATO GARANTIDO**] estão antecipadamente vencidas. Diante disso, solicitamos que seja efetivado o bloqueio imediato da conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373, de titularidade da Concessionária e mantida junto ao BANCO, cuja movimentação se dá exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas, centralizadora dos recursos vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrado

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado





1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

em [•] de 2010 entre a Concessionária e os Intervinentes-Anuentes ("Contas do Projeto").

Adicionalmente, nos termos da cláusula 8.3 do Contrato de Administração de Contas, indicamos à V.Sas. a conta corrente nº [•] na Agência nº [•] do Banco [•] para fins de recebimento dos recursos depositados nas Contas do Projeto, observados os limites previstos na cláusula 8.1 do Contrato de Administração de Contas, no montante de [•].

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Atenciosamente,



\_\_\_\_\_  
[CREDOR]

De Acordo:

BANCO [•]

Gustavo Dias de Araújo  
Advogado







2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURU - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

Registro - Microfilme

Nº 197268

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco

## ANEXO V

### Proporção da participação de cada uma das Partes Garantidas no rateio dos valores que vierem a ser apurados com a execução das Garantias Compartilhadas, conforme definição do Contrato de Compartilhamento

As garantias compartilhadas serão compartilhadas entre o BNDES e os DEBENTURISTAS 400, em caráter não solidário, de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, abaixo definido.

A Participação no Valor Total Atualizado das PARTES GARANTIDAS deverá ser calculada de acordo com a fórmula a seguir:

Participação no Valor Total Atualizado do BNDES	=	V atual do BNDES
		Valor Total atualizado

Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 400	=	V atual das DEBÊNTURES 400
		Valor Total atualizado

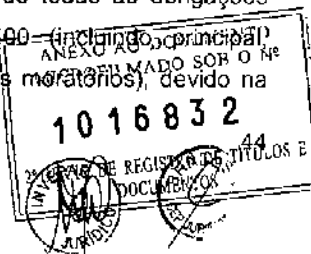
na qual:

**V atual do BNDES:** é o saldo devedor do CONTRATO DE FINANCIAMENTO (incluindo juros, despesas, multas e eventuais encargos moratórios) devido na data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**V atual das DEBÊNTURES 400:** é saldo devedor de todas as obrigações previstas na ESCRITURA DAS DEBÊNTURES 400 (incluindo principal, remuneração, despesas, multas e eventuais encargos moratórios), devido na

Gustavo Dias de Araujo  
Advogado

BNDES





2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BAURÚ - SP  
MICROFILMADO - Nº 172.612

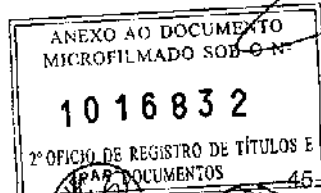
data do efetivo pagamento (conforme definido nos CONTRATOS GARANTIDOS).

**Valor Total Atualizado:** é a soma do V atual do BNDES e o V atual das DEBÊNTURES 400.

A Participação no Valor Total Atualizado das DEBÊNTURES 400, somado à Participação no Valor Total Atualizado do BNDES, quando referidos em conjunto serão denominados "Participação no Valor Atualizado".



Gustavo Dias de Araújo  
Advogado  
BNDES



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO M**

---

Carta de Avaliação do Valor Econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.  
elaborada pela APSIS - Consultoria Empresarial Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

Av. Almirante Barroso, nº 52, Salas 3001 e 3002

Centro - Rio de Janeiro - RJ

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2012.

Prezados Senhores,

A APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL Ltda. (APSI) foi contratada para determinação do valor econômico das ações de CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. (CART) para fins de garantia de emissão de debêntures. Para tanto, elaborou o laudo RJ-0556/12-01, datado de 05 de novembro de 2012, utilizando as informações demonstradas no balancete da empresa, demonstrações históricas de resultado e outros subsídios.

Dessa forma, ratificamos as disposições do laudo RJ-0556/12-02, especificamente o item 7, conforme descrito abaixo:

#### 7. CONCLUSÃO

À luz dos exames realizados na documentação anteriormente mencionada e tomando por base estudos da APSIS, concluíram os peritos que o valor econômico de CART é de R\$ 2.523.072 mil (dois bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, setenta e dois mil reais).

O laudo de avaliação RJ-0556/12-01 foi elaborado sob a forma de Laudo Digital (documento eletrônico em *Portable Document Format* - PDF), com a certificação digital dos responsáveis técnicos e impresso pela APSIS, composto por 22 (vinte e duas) folhas digitadas de um lado e 03 (três) anexos. A APSIS Consultoria Empresarial Ltda., CREA/RJ 1982200620 e CORECON/RJ RF/02052, empresa especializada em avaliação de bens, abaixo representada legalmente pelos seus diretores, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que, porventura, se façam necessários.

Atenciosamente,

AMILCAR DE  
CASTRO:87  
719720725  
Diretor

Assinado de forma digital por  
AMILCAR DE  
CASTRO:87719720725  
DN: c=BR, o=CP-Brasil,  
ou=Secretaria de Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=Autorizado  
por CertSign Certificadora Digital,  
cn=AMILCAR DE  
CASTRO:87719720725  
Dados: 2012.11.29 12:58:32 -02'00'

JOAO ARTHUR  
PAES DE  
MIRANDA  
SANTOS:11404  
385738  
Gerente de projetos

Assinado de forma digital por JOAO  
ARTHUR PAES DE MIRANDA  
SANTOS:11404385738  
DN: c=BR, o=CP-Brasil,  
ou=Secretaria de Receita Federal do  
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(EM BRANCO), ou=Autorizado  
por AR ONB CF, cn=JOAO ARTHUR  
PAES DE MIRANDA  
SANTOS:11404385738  
Dados: 2012.11.29 12:59:11 -02'00'

Rio de Janeiro Rua da Assembleia, 35, 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20011-001  
Tel.: +55 (21) 2212-6850  
Fax: +55 (21) 2212-6851

São Paulo Av. Angélica, 2503, Conj. 42  
Consolação - São Paulo - SP  
CEP 01227-200  
Tel.: +55 (11) 3666-8448  
Fax: +55 (11) 3662-5772

[www.apsis.com.br](http://www.apsis.com.br)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO N**

Formulário de Referência



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

### 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

### 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	6

### 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

### 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	29
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	32
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

### 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	36
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	37
5.4 - Outras informações relevantes	38
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	39
6.3 - Breve histórico	40
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	42
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	44
6.7 - Outras informações relevantes	45
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	46
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	57
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	58
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	59
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	60
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	61
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	62
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	63
7.9 - Outras informações relevantes	64
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	67
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	73
8.3 - Operações de reestruturação	74
8.4 - Outras informações relevantes	77
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	78
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	79

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	80
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	81
9.2 - Outras informações relevantes	82

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	83
10.2 - Resultado operacional e financeiro	108
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	112
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	113
10.5 - Políticas contábeis críticas	114
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	115
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	116
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	117
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	118
10.10 - Plano de negócios	119
10.11 - Outros fatores com influência relevante	121

## 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	122
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	123

## 12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	124
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	128
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	129
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	130
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	131
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	132
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	134
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	135

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	136
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	137
12.12 - Outras informações relevantes	138

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	139
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	140
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	144
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	145
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	146
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	147
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	148
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	149
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	150
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	151
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	152
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	153
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	154
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	155
13.16 - Outras informações relevantes	156

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	157
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	158
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	159

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	160
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	161
15.3 - Distribuição de capital	179
15.4 - Organograma dos acionistas	180
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	181
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	182
15.7 - Outras informações relevantes	183
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	185
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	186
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	213
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	214
17.2 - Aumentos do capital social	215
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	216
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	217
17.5 - Outras informações relevantes	218
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	219
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	220
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	221
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	222
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	228
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	229

## Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	230
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	231
18.10 - Outras informações relevantes	232
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	240
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	241
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	242
19.4 - Outras informações relevantes	243
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	244
20.2 - Outras informações relevantes	245
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	246
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	247
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	248
21.4 - Outras informações relevantes	249
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	250
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	251
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	252
22.4 - Outras informações relevantes	253

**1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis****Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Damião Carlos Moreno Tavares****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Ricardo Schittini Duarte****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	20/04/2009 a 31/03/2010		
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2009.		
Justificativa da substituição	Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luís Carlos Passeti	20/04/2009 a 31/03/2010	001.625.898-32	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I, Itaim Bibi, São Paulo, SP - Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733000, e-mail: luiz.c.passeti@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/04/2010 a 01/04/2011
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos Passeti	01/04/2010 a 01/04/2011	001.625.898-32	Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil. CEP 04543-900, Telefone (11) 25733000, e-mail: luis.c.passeti@br-ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	26/04/2011 a 31/03/2012
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram de R\$ 94.038,00 (noventa e quatro mil e trinta e oito reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mauro Moreira	26/04/2011 a 31/03/2012	510.931.467-53	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830 - Torre I, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil. CEP 04543-900. Telefone (21) 32637000. e-mail: mauro.moreira@br-ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	18/04/2012
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2012, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia serão de R\$ 87.150,00 (oitenta e sete mil cento e cinquenta e reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mauro Moreira	18/04/2012	510.931.467-53	Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (21) 32637000, e-mail: mauro.moreira@br-ey.com

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

### 3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
---------	---------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

**3.2 - Medições não contábeis****a. valor das medições não contábeis****b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas****c. motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2011	2010	2009
Prejuízo líquido	(20.089)	(17.485)	(31.450)	(30.682)	(50.336)
(+) Despesas financeiras líquidas	60.140	60.459	82.332	59.807	38.474
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.505)	(22.799)	(30.369)	(15.049)	(24.334)
Depreciação e amortização	43.554	36.125	50.167	40.274	18.664
EBITDA <sup>(1)</sup>	58.100	56.300	70.680	54.350	(17.532)
Receita operacional líquida de pedágio e acessórios <sup>(2)</sup>	145.719	130.636	177.830	159.122	23.715
Margem EBITDA <sup>(3)</sup>	39,9%	43,1%	39,7%	34,2%	(73,9)%

<sup>(1)</sup> Nosso EBITDA é representado pelo lucro líquido do exercício ou período, conforme o caso, antes do imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, despesas com depreciação e amortização. O EBITDA é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVN/SNC/SEP nº 01/2007. Logo, não se trata de medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da nossa. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de provisão de manutenção e de antecipação de outorga fixa.

<sup>(2)</sup> A Receita Operacional Líquida é obtida pelo cálculo das receitas brutas deduzidas dos impostos sobre as receitas e excluindo-se a receita de construção.

<sup>(3)</sup> Resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de pedágio e acessórios.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2010</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2009</b>
<b>a. Regras Sobre Retenção de Lucros</b>	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei nº 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei nº 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei nº 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.
<b>Valores das Retenções de lucros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>b. Regras Sobre Distribuição de Dividendos</b>	Consoante a alínea b do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea b do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea b do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.
<b>c. Periodicidade das Distribuições de Dividendos</b>	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</b>	De acordo com o item 4.1 (s) da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Real Adicional, em Série Única, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação	Não há.	Não há.

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos nossos acionistas, nossas empresas controladoras (ou grupo de controle) ou nossas coligadas, ou financiamentos pela Companhia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.		
--	--	--	--

### **3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

	<i>(R\$)</i>		
	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2011</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2010</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2009</b>
Dividendos pagos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

**3.7 - Nível de endividamento**

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2012	1.029.812.000,00	Índice de Endividamento	1,77000000	
31/12/2011	938.738.000,00	Índice de Endividamento	1,83000000	

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

Últ. Inf. Contábil (30/09/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	68.710.000,00	0,00	0,00	0,00	68.710.000,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	407.007.000,00	0,00	0,00	554.095.000,00	961.102.000,00
<b>Total</b>	<b>475.717.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>554.095.000,00</b>	<b>1.029.812.000,00</b>
Observação					

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	92.928.000,00	0,00	0,00	0,00	92.928.000,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	0,00	400.000.000,00	0,00	445.810.000,00	845.810.000,00
<b>Total</b>	<b>92.928.000,00</b>	<b>400.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>445.810.000,00</b>	<b>938.738.000,00</b>
Observação					

### **3.9 - Outras informações relevantes**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento do item 3.1 é facultativo.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

##### a) Fatores de risco relacionados à Companhia

*Nosso alto nível de endividamento pode reduzir nossa capacidade de conduzir nossas atividades e pagar nossas dívidas.*

Em 30 de setembro de 2012, tínhamos R\$936,6 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, referente ao nosso financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e decorrente da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, Em Série Única, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476” e “1ª Emissão”, respectivamente), as quais contam com garantia compartilhada e sem ordem de preferência entre esses credores. Este nível de endividamento pode afetar significativamente as nossas operações futuras, incluindo o seguinte: (i) prejudicar a nossa capacidade de realizar o pagamento e cumprir outras obrigações relativas às dívidas vincendas; (ii) ocasionar a redução da nossa disponibilidade de fluxo de caixa para cobrir capital de giro, despesas de capital, aquisições e outras despesas corporativas, além de limitar a nossa capacidade de obter financiamento adicional para estes fins; (iii) ocasionar (a) uma limitação na nossa flexibilidade de planejamento ou na nossa capacidade de reação a uma situação adversa, bem como (b) um aumento na nossa vulnerabilidade em relação a mudanças nos negócios, no setor em que atuamos e na economia em geral. Quaisquer dos fatores acima indicados podem afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

*O retorno do investimento em infraestrutura realizado por nós para a prestação de serviço público a nós concedido pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista.*

Tendo em vista que (i) o investimento inicial necessário para a implantação de projetos de infraestrutura que viabilizem a prestação do serviço público a nós outorgado é bastante elevado, (ii) que financiamos parte significativa do investimento com capital de terceiros e (iii) que o prazo de maturação do projeto nessa área, como regra, é superior a 5 anos, durante esse período, eventos políticos, econômicos, climáticos, entre outros, podem comprometer a rentabilidade do projeto, sendo possível que não haja o retorno do investimento realizado ou que haja apenas em parte, ou que não sejamos capazes de cumprir tempestivamente nossas obrigações, o que poderá causar um efeito prejudicial adverso em nossos negócios e resultados.

*O desenvolvimento de rotas alternativas para parte ou todo o Corredor Raposo Tavares, pode desviar ou reduzir o fluxo de veículos pelas rodovias por nós administradas afetando-nos adversamente.*

Ao longo do trecho de aproximadamente 100 quilômetros do Corredor Raposo Tavares, entre os Municípios de Presidente Prudente e Assis, onde estão instaladas 3 de nossas 9 praças de pedágio, existe uma rota alternativa constituída pela Rodovia SP-284, cuja administração pertence ao Governo Estadual, tratando-se, assim, de estrada não pedagiada. Atualmente, referida rodovia encontra-se em obras para melhoria da via. Após a conclusão das obras de melhoria dessa rota alternativa é possível que haja



#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

migração de parte do tráfego local para aquela rodovia. Adicionalmente, se houver novo lote de concessão ferroviária na região ou o desenvolvimento de transporte hidroviário que possa representar rota alternativa a parte ou todo trecho rodoviário administrado por nós, nossos negócios e resultados poderão ser diversamente afetados.

***Nos termos dos contratos financeiros celebrados, estamos sujeitos a restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, bem como a obrigações específicas que, se descumpridas, podem gerar o vencimento antecipado de nossas dívidas.***

Celebramos diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado ou anuído por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros (“cross default”). Além disso, alguns desses contratos financeiros impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais. O vencimento antecipado de alguma de nossas dívidas ou a nossa incapacidade de contrair dívidas adicionais pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

***Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e a receita de pedágio.***

Nossos negócios dependem diretamente do número de veículos de carga e de passeio que viajam em nossas rodovias e da frequência com que eles viajam. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores, bem como por conta de circunstâncias pessoais dos usuários ou de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderia afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

***Partes significativa das nossas receitas é objeto de cessão fiduciária em garantia de nossas dívidas e podem ser transferidas aos nossos credores na hipótese de inadimplemento de obrigações assumidas por nós.***

Como garantia do pagamento do contrato de financiamento formulado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor aproximado de R\$1 bilhão, bem como da emissão das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$400 milhões, cedemos fiduciariamente a totalidade dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo todos os direitos creditórios. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 1ª Emissão, esse Banco e/ou os debenturistas da 1ª Emissão poderão executar as garantias cedidas fiduciariamente e, conseqüentemente, perderemos a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados.

***Possuímos um histórico operacional recente, que pode não refletir adequadamente nossa situação financeira ou as perspectivas de nossos resultados futuros.***

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Entramos em operação em 17 de março de 2009 com duas praças em operação, com arrecadação somente em um único sentido. Em dezembro de 2009, nossa operação pedagiada de forma completa com a inauguração de nove praças de pedágio, sendo que duas foram em substituição às já existentes, completando em 2011 nosso segundo ano de atividades operacionais pedagiadas. Nosso histórico recente de arrecadação pode não refletir nossa real situação financeira ou não permitir uma adequada avaliação dos nossos negócios e perspectivas de resultados futuros.

***Uma vez que parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.***

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à concessão, sendo que estes bens não estarão disponíveis para credores, caso seja decretada nossa falência, ou suscetíveis a penhora que visem garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que ao final da concessão e de acordo com a legislação aplicável estes bens deverão ser revertidos ao poder concedente. Essas restrições podem exercer um efeito negativo na nossa capacidade de obter novos financiamentos.

***Podemos não conseguir implementar integralmente a nossa estratégia de negócios.***

O segmento em que atuamos possui características próprias, como, por exemplo, alterações regulatórias, possibilidade de revisão de nossos contratos em razão do interesse público ou de mudanças na conjuntura política estadual e de reversão de bens vinculados à concessão ao poder concedente. Nossos negócios também podem ser prejudicados por alterações na situação econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxa de juros, possibilidade de captação de recursos nos mercados de capitais e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a economia. Quaisquer desses fatores, isoladamente ou em conjunto, podem afetar negativamente a implementação de nossa estratégia de negócios, podendo afetar adversamente nossos negócios e resultados.

***Gastos ou investimentos inesperados em nossos projetos podem impactar adversamente nossa condição financeira e nossas operações.***

Nossa capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos pelo contrato de concessão, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão-de-obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar o fluxo de caixa e, consequentemente, nossos negócios e resultados.

***Parte da rodovia que operamos estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos e climáticos.***

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Algumas das áreas por onde passa a rodovia por nós administrada estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar inundação, deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, ocasionando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente nossos negócios. Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos nossos projetos e de investimentos, impactando negativamente na nossa arrecadação. Caso não sejamos capazes de nos adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços diante das condições naturais diferentes daquelas existentes quando do início das nossas atividades, tal incapacidade poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

***Riscos relacionados à terceirização de parte substancial das nossas atividades.***

Atualmente nós terceirizamos uma parcela considerável das nossas atividades, mediante a contratação de prestadores de serviço. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em nos prestar os serviços contratados de forma e em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá acarretar em inadimplemento de nossos contratos e nos causar um efeito adverso relevante. Ademais, estamos sujeitos à rescisão ou não renovação desses contratos de prestação de serviços, bem como podemos não ser capazes de contratar, em tempo e com preços similares, prestadores de serviço igualmente qualificados. Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

***As apólices de seguros que mantemos podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.***

Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos nossos terceirizados em cumprir com as obrigações indenizatórias assumidas perante nós ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá causar um efeito adverso nos nossos negócios e resultados.

***O término antecipado da concessão pode comprometer a nossa capacidade de honrar nossas dívidas e obrigações.***

Em caso de descumprimento do contrato de concessão, ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da Concessão, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido. O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões”), dispõe que, declarada a caducidade da Concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da Concessão, seremos capazes de honrar nossas dívidas e obrigações previamente assumidas.

*A perda de membros da alta administração, ou nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode nos causar um efeito adverso relevante.*

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende, dentre outros fatores, dos serviços de nossa alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a pacto de não concorrência. Em razão disso, não podemos garantir nosso sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar nossa alta administração e acompanhar o ritmo do nosso crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa alta administração ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados.

*Decisões desfavoráveis em processos judiciais podem causar efeitos adversos para nós.*

Somos réu em processos judiciais no curso de nossos negócios, em especial em ações civis públicas, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, e que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nossos negócios e atividades. Para mais informações acerca das ações civis públicas promovidas contra nós, ver item 4.3 deste Formulário de Referência.

*O público pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.*

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, com pouco mais de dez anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde a implementação da política de concessão de rodovias a cobrança das tarifas tem aumentado e poderá levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinado usuário de pagar pedágio. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo contrato de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às nossas tarifas de pedágio, como também podem reduzir a nossa receita afastando o tráfego de nossas vias pedagiadas. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderia afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

##### **b) Fatores de risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

*A eventual impossibilidade de receber aporte de capital de nossa controladora pode afetar-nos adversamente*

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos necessitar de aporte de capital de nossa controladora, especialmente nos próximos 4 anos, para cumprir as obrigações decorrentes da Concessão e para manter o nosso nível de endividamento abaixo dos limites contratuais a que estamos sujeitos em razão das dívidas por nós contraídas. Na eventualidade de nossa controladora: (i) por qualquer motivo, não cumprir seu plano de negócios, (ii) realizar investimentos ou incorrer em gastos acima dos esperados, (iii) ter suas eventuais aquisições futuras contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras, (iv) não conseguir integrar os negócios adquiridos por verificar contingências não identificadas anteriormente que não lhe permitam alcançar as metas financeiras e estratégicas previstas à época da aquisição, (v) ser afetada por deterioração na situação econômica nacional ou mundial, pela redução da possibilidade de captação de recursos em mercados de capitais no Brasil ou no exterior, ou por iniciativas governamentais para administrar a economia gerando aumento da inflação ou taxas de juros, ela pode vir a não realizar referidos aportes. Na hipótese de não recebermos aportes de capital de nossa controladora durante o período de maturação de nossa Concessão, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

##### *A mudança de nosso controle acionário pode nos afetar adversamente*

Na hipótese de venda do nosso controle acionário, deixaríamos de pertencer à INVEPAR, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Não podemos garantir que eventual novo controlador tenha como atividade principal e estratégia de negócios a exploração de rodovias concessionadas, o que pode causar efeito negativo em nossos negócios e resultados.

##### *Se for executado o penhor sobre as ações de nossa emissão, deixaremos de ser controlados pela INVEPAR, o que pode afetar-nos adversamente*

Em decorrência do contrato de financiamento formulado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor de R\$1 bilhão, bem como da emissão das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 400 milhões, foi dado em garantia aos respectivos credores, de forma compartilhada e não subordinada, o penhor de 100% das ações de nossa emissão detidas pela INVEPAR, nos termos dos Contratos de Penhor de ações e Contrato de Compartilhamento de Garantias firmados em 10 de fevereiro de 2011. O penhor sobre a totalidade das nossas ações, após liquidada a 1ª Emissão de debêntures e satisfeitas as condições suspensivas previstas na Escritura da 2ª Emissão, passarão a garantir as debêntures da 2ª Emissão, de forma compartilhada com o BNDES, caso a 2ª Emissão seja concluída e observados os termos da respectiva Escritura de Emissão. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 1ª ou da 2ª Emissão, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações ao BNDES, aos debenturistas da 1ª ou da 2ª Emissão e/ou a terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP, o que ocasionará a consequente mudança do nosso controle acionário, que, por sua vez, poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***As futuras aquisições da nossa controladora podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras***

Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Caso a nossa controladora adquira, no futuro, participações no capital social de outras companhias concessionárias de rodovias no Estado de São Paulo, tais operações poderão, em tese, ter que vir a ser submetidas à apreciação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“SBDC”), que, por sua vez, verificaria se tal circunstância teria um efeito negativo nas condições competitivas do segmento do mercado em que nossa controladora atua, ou mesmo sobre os consumidores deste mercado. Como regra geral, deverão ser submetidas ao SBDC, nos termos da Portaria Interministerial n. 994/2012, as operações que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços, contanto que uma parte na operação tenha registrado faturamento bruto no Brasil de pelo menos R\$750 milhões no último ano fiscal e que a outra tenha faturamento mínimo de R\$75 milhões no mesmo período, considerando-se para fins da apuração de faturamento seus respectivos grupos econômicos, definidos como as empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo, e as empresas nas quais qualquer das empresas seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% do capital social ou votante. Embora o mercado relevante de concessões rodoviárias no Estado de São Paulo seja regulado por meio de tarifas estabelecidas contratualmente com o Poder Concedente, futuras aquisições poderiam não ser aprovadas ou ser aprovadas com restrições, o que poderia elevar os custos das operações e afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da nossa controladora. Nesse sentido, a nossa controladora poderá ser obrigada pelas autoridades concorrenciais, entre outros, a alienar parcial ou totalmente sua participação em concessionárias de rodovias de que é ou venha a ser acionista, incluindo a sua participação acionária em nosso capital social, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Se uma ou mais das hipóteses acima descritas ocorrerem, isolada ou conjuntamente, nossos negócios e resultados poderiam ser adversamente afetados.

***O nosso acionista controlador, a INVEPAR, poderá ter interesses conflitantes com os interesses dos investidores.***

Nós somos uma subsidiária integral, controlada exclusivamente pela INVEPAR. Dessa forma, como a Controladora vota como um único bloco, tem poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos. Sendo assim, os interesses do Acionista Controlador poderão conflitar com os interesses de nossos investidores.

**c) Fatores de risco relacionados aos acionistas da Companhia**

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso único acionista é nosso acionista controlador, sendo que os fatores de riscos relacionados aos nossos acionistas já constam do item 4.1. b deste Formulário de Referência.

##### **d) Fatores de risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia**

Nós somos uma sociedade de propósito específico, razão pela qual não temos controladas, nem coligadas, nos termos do disposto no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **e) Fatores de risco relacionados aos fornecedores da Companhia**

*Parcela relevante dos colaboradores da Companhia é terceirizada e estamos expostos aos riscos relacionados a esta escolha.*

Temos mais de 2.700 colaboradores, dos quais aproximadamente 80% são terceirizados. Em razão disso, podemos responder subsidiariamente ou solidariamente por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros por nós contratados. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de emprego conosco. Destaca-se, ainda, que a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade dos nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, poderá haver um impacto adverso em nossos negócios e resultados.

##### **f) Fatores de risco relacionados aos clientes da Companhia**

Os riscos relacionados aos nossos clientes estão abordados nos riscos a nós relacionados.

##### **g) Fatores de risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua**

Os riscos relacionados aos setores da economia em que atuamos estão abordados nos riscos a nós relacionados e nos riscos à regulação do setor em que atuamos.

##### **h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua**

*Atuamos em um ambiente altamente regulado e os nossos negócios e resultados podem ser afetados adversamente por medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, podendo nos sujeitar à redução das nossas tarifas e ao aumento imprevisto de nossos investimentos.*

A nossa atividade na administração do corredor Raposos Tavares, objeto da Concessão pelo Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP é, portanto, sujeita a um ambiente altamente regulado. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, podendo determinar, inclusive, que as nossas tarifas cobradas sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deva fazer sejam incrementados, ainda que observado o direito ao reequilíbrio econômico-

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

financeiro do Contrato de Concessão. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente nos nossos negócios e resultados.

*Nós estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.*

Estamos sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas por nós. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos, podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente poderemos sofrer a imposição de sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, a demora ou o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a implementação das obras e melhorias por nós pretendidas.

As exigências ambientais adicionais que venham ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental, assim como nossa incapacidade de obter licenças ambientais necessárias podem nos demandar custos adicionais significativos. A ocorrência das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente na nossa imagem, negócios e resultados.

*Os negócios, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude da redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento no fluxo de caixa.*

O Contrato de Concessão especifica as tarifas de pedágio que podemos cobrar e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, esses reajustes estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente e, por tal razão, não podemos assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos confiar num mecanismo menos objetivo, previsto na legislação e em nosso Contrato de Concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo nos permite buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas supervenientes à assinatura do Contrato de Concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e de cada contrato, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo de Concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.



#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do respectivo Poder Concedente. Além disso, não podemos assegurar que o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da Concessão, ou redução de investimentos futuros, aumento no valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do Poder Concedente, nossos negócios e resultados poderão ser afetados de forma adversa.

*A nossa atividade está concentrada na operação de rodovia no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura das rodovias no Brasil ou no Estado de São Paulo poderão ter efeitos significativos sobre nossos negócios e resultado.*

As nossas atividades consistem na exploração e operação do corredor Raposo Tavares mediante o Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, cabendo à ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, se o Poder Concedente adotar medidas e regras mais rígidas quanto à Concessão a nós outorgada, não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais, de modo que tais mudanças podem afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

##### **i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua**

Não aplicável, uma vez que não possuímos operações no exterior.

#### **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

Atualmente, não possuímos expectativa de aumento ou redução com relação à nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Nós temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. São monitoradas constantemente mudanças nos cenários macroeconômico, político, tecnológico e setorial que possam influenciar as nossas atividades, através de acompanhamento dos seus principais indicadores de performance.

Adotamos procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de nossos ativos e passivos, protegendo nossa rentabilidade e patrimônio.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

O critério utilizado pela Companhia para inclusão dos processos abaixo se relaciona com a possibilidade de inviabilização do Contrato de Concessão e, consequente perda de arrecadação dos recebíveis cedidos fiduciariamente na operação, bem como com os valores envolvidos nas ações.

<b>Processo nº 539.01.2009.008333-2</b>	
a. Juízo	Cível
b. Instância	3ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo
c. Data de Instauração	15/12/2009
d. Partes do Processo	Ministério Público do Estado de São Paulo X CART/Estado de São Paulo e ARTESP
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 10.000,00
f. Principais Fatos do Processo	O MP propôs ação civil pública, sob alegação de que o atual sistema de cobrança de pedágio é abusivo, requerendo a implementação de um sistema de cobrança por quilômetro efetivamente rodado. A ação foi julgada improcedente e o MP recorreu da decisão. Atualmente, o recurso encontra-se pendente de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Companhia considera relevante a ação diante dos riscos relacionados à discussão da validade do próprio Contrato de Concessão, o que inviabilizaria o desenvolvimento das atividades da Companhia.
g. Possibilidade de Perda	Remota
h. Impacto em Caso de Perda do Processo	Inviabilidade do Contrato de Concessão.
i. Valor Provisionado	Não há valor provisionado para este processo.

<b>Processo nº 0022696-22.2010.8.26.0053</b>	
a. Juízo	Cível
b. Instância	2ª Vara da Fazenda Pública da Capital
c. Data de Instauração	13/07/2010
d. Partes do Processo	A Cidadania - Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão X ARTESP/CART
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 10.000,00
f. Principais Fatos do Processo	A associação inicialmente propôs a ação civil pública com antecipação de tutela contra a ARTESP, a fim de os veículos emplacados nos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá, após um prévio cadastramento, fossem dispensados de recolher pedágio na praça instalada no município de Caiuá (SP-270) e que os veículos emplacados nos municípios de Santo Anastácio e Presidente Bernardes fossem, da mesma forma, dispensados de recolher pedágio na praça instalada no município de Presidente Bernardes (SP-270). A CART requereu sua inclusão no polo passivo (ré na ação), que foi deferida pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital. O pedido de liminar foi indeferido sob o fundamento de que se trata de questão jurídica controvertida, que ainda implica na ingerência em contrato administrativo de grande porte. A relevância da ação está nos riscos jurídicos relacionados à discussão da validade das cláusulas do Contrato de Concessão, o que, além de acarretar a perda da arrecadação dos recebíveis cedidos fiduciariamente na operação, poderia representar precedente para decisões judiciais em demandas contra a Companhia envolvendo outras praças de pedágio.
g. Possibilidade de Perda	Possível
h. Impacto em Caso de Perda do Processo	Perda de arrecadação.
i. Valor Provisionado	Não há valor provisionado para este processo.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que nós sejamos partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores nossos.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes em que seja parte e que não tenham sido divulgados acima.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Item não aplicável à Companhia, pois é sediada no Brasil e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.



## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

*Estamos sujeitos a riscos de taxas de juros que podem impactar em nossas despesas financeiras, uma vez que parte significativa de nossas obrigações financeiras está indexada a taxas flutuantes.*

Estamos expostos ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (CDI, TJLP e IPCA). Toda a nossa dívida indexada aos índices mencionados, cujo saldo contábil, em 30 de setembro de 2012, era de R\$936,6 milhões e, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 901,9 milhões. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, em especial a SELIC, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento das taxas de juros, os encargos que pagamos em nossas dívidas aumentará, afetando adversamente nossos negócios e resultados.

### Análise de Sensibilidade Quantitativa e Qualitativa

As avaliações da sensibilidade quantitativa e qualitativa dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

#### *Seleção dos cenários*

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

<b>Indicador</b>	<b>Cenário I Provável</b>	<b>Cenário II Adverso possível</b>	<b>Cenário III Adverso extremo</b>
<b>CDI<sup>(1)</sup></b>	7,36%	9,20%	11,04%
<b>TJLP</b>	5,50%	6,88%	8,25%
<b>IPCA</b>	5,24%	6,55%	7,86%

<sup>(1)</sup> Refere-se à taxa CDI em 28 de setembro de 2012.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

#### *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

**5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado**

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Caixa e equivalente de caixa		Alta na taxa DI	3.776	4.695	5.634
Aplicação financeira		Alta na taxa DI	3.126	3.908	4.690
Debêntures	Jan/2013	Alta na taxa DI	10.146	12.578	14.983
BNDES Sênior	Mar/2021	TJLP	19.209	24.029	28.814
BNDES Sênior	Mar/2023	Alta no IPCA	9.452	11.815	14.178

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos nossos instrumentos financeiros.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A nossa administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

**Risco de crédito**

Trata-se de risco decorrente da possibilidade de sofrermos perdas decorrentes de inadimplência de nossas contrapartes em contratos de natureza diversa ou de instituições financeiras depositárias de nossos recursos ou de investimentos financeiros.

Nosso risco de crédito reside, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras que mantemos junto às instituições financeiras, tendo em vista que ficamos expostos ao risco de solvência da referida instituições.

Com relação ao risco de inadimplência de nossas contrapartes em contratos de natureza diversa, apresentávamos em 30 de setembro de 2012, valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 11.857 mil. decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). Caso a CGPM não nos repasse os valores que temos a receber, nossos negócios podem ser impactados adversamente.

## **5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **5.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	12/11/2008
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Anônima
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	22/11/2010

### 6.3 - Breve histórico

Em outubro de 2008, o consórcio formado pelas empresas OAS S.A., OAS Investimentos S.A. e Construtora OAS Ltda. (“Grupo OAS”) e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) venceu a concorrência pública internacional para exploração da concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, realizado pelo Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

A fim de explorar a concessão, fomos constituídos em 12 de novembro de 2008, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, por empresa do Grupo OAS e INVEPAR, como uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, localizado no Estado de São Paulo, que liga o município de Bauru ao de Presidente Epitácio. O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, que liga Bauru a Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, que liga Ourinhos a Presidente Epitácio) e acessos (“Corredor”).

O Corredor, com mais de 400 quilômetros de extensão, percorre 33 municípios com forte potencial econômico e é uma das principais vias de ligação entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo e a toda Região Sul do País, sendo um importante corredor de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão, com duração de 30 anos, foi assinado em 16 de março de 2009, e já em 17 de março de 2009, iniciamos as operações nas rodovias, disponibilizando aos usuários os serviços de atendimento referentes a socorro médico e socorro mecânico. Na mesma oportunidade, iniciamos, também, a execução do programa de recuperação emergencial das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, chamado de Programa Intensivo Inicial (PII), o qual foi concluído após 8 meses, em novembro de 2009.

Em 3 de agosto de 2009, a empresa do Grupo OAS que detinha ações de nossa emissão vendeu para a INVEPAR todas as ações que detinha no nosso capital, com exceção de 1 ação ordinária.

Em dezembro de 2009, inauguramos nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, sendo que duas delas foram em substituição as já existentes, dando continuidade à arrecadação que culminou em uma receita líquida de pedágio e acessórias de R\$23,7 milhões em 2009, sendo que, em 2010, com o ciclo completo de 12 meses de arrecadação, atingimos uma receita líquida de pedágio e acessórias de R\$159,1 milhões. Em 2011, a receita líquida de pedágio e acessórias totalizou R\$ 177,8 milhões. No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 a receita líquida de pedágio e acessórias totalizou R\$ 145,7 milhões. Referidos dados de receita não incluem nossa receita de construção e, portanto, não refletem nossa receita líquida total nos referidos períodos.

Em 22 de novembro de 2010, obtivemos registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 6.3 - Breve histórico

Entre 2009 e 2011, captamos recursos para fins de financiar nossas atividades por meio da emissão de notas promissórias e debêntures públicas com esforços restritos, bem como por meio de obtenção de financiamento junto ao BNDES. Para mais informações, ver Seções 18 e 10.1(d), respectivamente, deste Formulário de Referência.

Em 01 de março de 2012, a empresa do Grupo OAS que era nossa acionista direta cedeu para INVEPAR 1 ação ordinária de nossa emissão, o que tornou a INVEPAR a nossa única acionista direta. A INVEPAR por sua vez, tem como acionistas (i) 3 sociedades do Grupo OAS; (ii) BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, fundo exclusivo da PREVI; (iii) a PETROS; e a (iv) FUNCEF. Cada um dos referidos acionistas de nossa controladora detém, aproximadamente, 25% do capital votante desta. Para maiores informações ver Seção 6.5 deste Formulário de Referência.



**6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas****EXERCÍCIO SOCIAL DE 2009**

**Evento:** Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre a Companhia, INVEPAR e Construtora OAS Ltda., tendo a Companhia como Interveniente-Anuente.

**Principais condições do negócio:** em 03 de agosto de 2009, os acionistas da Companhia, INVEPAR e Construtora OAS Ltda. celebraram contrato de compra e venda de ações, através do qual a INVEPAR adquiriu 85.000.000 ações preferenciais e 20.399.998 ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas pela Construtora OAS Ltda., de forma que a última permaneceu titular de apenas 1 ação ordinária do capital social da Companhia. O preço certo e ajustado pago pela totalidade das ações adquiridas foi de R\$ 37.486.082,31.

**Sociedades envolvidas:** Companhia, INVEPAR e Construtora OAS Ltda.

**Efeitos resultantes da operação no quadro acionário:** a INVEPAR se tornou titular de todas as ações de emissão da Companhia, com exceção de 1 ação ordinária.

**Quadro acionário antes e após a operação:****Antes da operação**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	%Total de Ações
INVEPAR	64.599.985	-	37,99
Construtora OAS	20.399.999	85.000.000	62
Outro	16	-	0,01
Total	85.000.000	85.000.000	100

**Após a operação**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	%Total de Ações
INVEPAR	84.999.983	85.000.000	99,99
Outro	16	-	0,01
Construtora OAS	1		
Total	85.000.000	85.000.000	100

**EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2010 e 2011**

Não houve eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenha passado a Emissora.

**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012**

**6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**

**Evento:** cessão de 1 ação ordinária de titularidade da Construtora OAS Ltda. no capital social da Companhia.

**Principais condições do negócio:** em 14 de março de 2012 ocorreu a transferência de 1 ação ordinária de emissão da Companhia, de titularidade da Construtora OAS Ltda., tornando a Invepar a única acionista da Companhia.

**Sociedades envolvidas:** Companhia, INVEPAR e Construtora OAS Ltda.

**Quadro acionário antes e após a operação:****Antes da operação**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	%Total de Ações
INVEPAR	434.691.946	434.691.947	99,99
Construtora OAS	1	0	0,01
Total	434.691.947	434.691.947	100,00

**Após a operação**

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	%Total de Ações
INVEPAR	434.691.947	434.691.947	100,00
Construtora OAS	0	0	-
Total	434.691.947	434.691.947	100,00

**1º a 30 de Setembro de 2012**

Não houve eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenha passado a Companhia.

**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

A Companhia não foi objeto de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

### **6.7 - Outras informações relevantes**

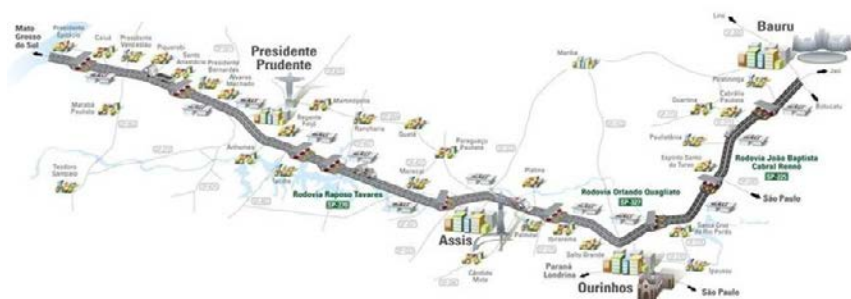
Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nós celebramos, em 16 de março de 2009, o Contrato de Concessão Rodoviária nº 002/ARTESP/2009, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), conforme Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. O Contrato de Concessão possui por objeto a concessão da exploração do corredor Raposo Tavares. A concessão consiste na execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, no apoio e na execução de serviços não delegados e na gestão dos serviços complementares, mediante a cobrança de tarifas de pedágio. O prazo contratual é de 30 anos, sendo permitida a alteração do prazo na hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O objeto da concessão é a exploração do conjunto de pistas de rolamento do sistema rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo (i) SP-270 (Rodovia Raposo Tavares): início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul; (ii) SP-225 (João Baptista Cabral Rennó): início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo; (iii) SP-327 (Orlando Quagliato): início do trecho no Km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703 e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos; (iv) acessos (a) SPA – 247/225 (acesso Piratininga); (b) SPA – 277/225 (acesso Paulistânia); (c) SPA – 392/270 (acesso Salto Grande); (d) SPA – 424/270 (acesso Platina); (e) SPA – 440/270 (acesso Assis); (f) SPA – 441/270 (acesso Assis); (g) SPA – 471/270 (acesso Maracá); (h) SPA – 552/270 (acesso Regente Feijó); (i) SPA – 553/270 (acesso Anhumas); (j) SPA – 576/270 (acesso Alvares Machado); (l) SPA – 586/270 (acesso Presidente Bernardes); (m) SPA – 597/270 (acesso Santo Anastácio); (n) SPA – 441/270 (acesso Piquerobi); (o) SPA – 619/270 (acesso Presidente Venceslau); (p) SPA – 634/270 (acesso Caiuá); (q) SPA – 637/270 (acesso Caiuá); (r) SPA – 652/270 (acesso Presidente Epitácio); (s) SPA – 007/327 (acesso Santa Cruz do Pardo); e (t) SPA 026/327 (acesso Ourinhos) e, no futuro, por suas ampliações.

O mapa abaixo mostra a localização do sistema rodoviário administrado por nós:



## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O corredor Raposo Tavares se estende desde a cidade de Bauru até a divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, totalizando 444 km de extensão, e sendo composto pelas rodovias SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), SP-327 (Orlando Quagliato) e SP-270 (Raposo Tavares).

Estamos obrigados a cumprir com todos os termos e condições estipulados no Contrato de Concessão. Genericamente, estamos obrigados a (i) prestar garantia ao cumprimento integral de nossas obrigações nos termos do Contrato de Concessão; (ii) manter seguro adequado; (iii) obter financiamento adequado para a execução dos serviços; (iv) manter atualizados os registros dos bens da concessão; e (v) divulgar ao Poder Concedente as informações referentes à execução e administração dos serviços. Além disso, nos cabe promover desapropriações e instituir servidões administrativas necessárias à realização dos serviços compreendidos pelas funções de ampliação, vinculados à concessão.

Por fim, temos o direito de usar os bens pertencentes ao Poder Concedente, necessários à prestação dos serviços contemplados no Contrato de Concessão, incluindo a rodovia e todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema rodoviário (os "bens da concessão"). Somos responsáveis pela manutenção dos bens da concessão e obrigados a devolvê-los em boa condição operacional ao Poder Concedente ao término do prazo de concessão.

### *Recuperação e Melhorias Implementadas*

Nos primeiros 8 meses da concessão, em 2009, implementamos o Programa Intensivo Inicial, de recuperação emergencial, que previa operação tapa-buracos, limpeza, poda da vegetação, desobstrução dos sistemas de drenagem, reparos de dispositivos de proteção como defensas metálicas e guarda-corpos de pontes e viadutos, além da melhoria da sinalização em todo o corredor Raposo Tavares.

Os investimentos em obras como recapeamento asfáltico e duplicação dos trechos ainda em pista simples representam o foco atual de melhorias que estamos implementando no corredor rodoviário Raposo Tavares. Esta segunda fase tem a previsão de duração até o sétimo ano de concessão.

Em 2011, avançamos nas melhorias das rodovias que formam o Corredor Raposo Tavares mediante a realização do recapeamento e melhoria da sinalização em 106 quilômetros de vias, da recuperação de 105 pontos de erosão e de 33 Obras de Artes Especiais (OAE's, como por exemplo: pontes e viadutos), além da implantação do sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) para dotá-las do que acreditamos ser o padrão de excelência das melhores vias do Estado de São Paulo. No decorrer do referido exercício investimos R\$234 milhões em obras nas 3 rodovias que formam o Corredor Raposo Tavares.

Para a segurança e conforto dos usuários, realizamos melhorias em 21 dispositivos ao longo do Corredor Raposo Tavares, dentre eles um novo dispositivo de retorno no município de Santa Cruz do Rio Pardo, localizado no Km 29 da SP-327 e a duplicação de um quilômetro de estrada no entroncamento das rodovias SP- 327 e SP-270, dando maior fluidez ao tráfego naquela região. Ao todo foram recapeados 167 quilômetros de pista ao longo do Corredor Raposo Tavares, implantados 126 quilômetros de

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

acostamento na SP-225, construídos 23 quilômetros de drenagem e instaladas 745 placas, tudo para o usuário viajar por estradas conservadas e bem sinalizadas. Outra obra importante para ampliar a possibilidade de atração de receitas assessórias e suprir as nossas necessidades internas de comunicação de alta velocidade e, assim, proporcionar maior segurança aos usuários, foi a instalação de 497 quilômetros de rede de fibra-óptica ao longo do Corredor Raposo Tavares.

Visando otimizar nossas atividades operacionais e cumprir com as demandas previstas no Edital de Concessão, instalamos Painéis de Mensagem Variáveis Fixos e Móveis ao longo do Corredor Raposo Tavares, melhorando a nossa comunicação com os usuários das rodovias que administramos. Realizamos 37.239 atendimentos e prestamos serviços a 78.234 usuários das rodovias que administramos somente em 2011. Investimos, também, na construção de 9 novos e modernos SAUs – Serviço de Atendimento ao Usuário, que prestam auxílio aos usuários que trafegam pelo Corredor Raposo Tavares, sendo que em 2012 está prevista a conclusão das obras de mais 3 novos SAUs, totalizando, ao final, 12 novas edificações ao longo das rodovias que administramos.

Além dos investimentos e melhorias por nós realizados, tendo em vista o compromisso com nossos acionistas de adotar sempre as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, obtivemos o certificado do nosso SGC – Sistema de Gestão CART de 3 normas internacionais: a ISO 9001:2008, que estabelece normas e critérios de um Sistema de Gestão de Processos e Qualidade, a ISO 14001:2004, que define as diretrizes para a implantação eficiente de um Sistema de Gestão Ambiental e a OHSAS 18001:2007, que orienta sobre a implantação de um Sistema de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional. Assim, após termos sido auditados pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, passamos a ser a 3ª concessionária do Estado de São Paulo a 6ª concessionária de rodovias do País que possuem seu Sistema de Gestão certificado nas 3 normas (ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007), segundo usando como base dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”) de 30 de março de 2012.

Visando a transparência e o respeito pela prestação de contas das atividades da concessionária, a CART distribui gratuitamente a Revista Caminhos, que tem a tiragem de 50.000 exemplares por bimestre, começando em março de 2010. A mesma é distribuída nas praças de pedágio, SAUs (Serviço de Atendimento ao Usuário), postos de serviços e pelo correio.

### *Tarifas e Praças de Pedágio*

Conforme o Edital de Licitação, a concessão possui 9 praças de pedágio com cobrança nos dois sentidos de tráfego, 1 centro de controle operacional e 12 bases de atendimento ao usuário. Praticamos desde o início da concessão, em março de 2009, até junho de 2009, a tarifa de R\$0,064660 por quilômetro em pista simples e de R\$ 0,090525 em pista dupla, representando uma redução de 16,11% da tarifa máxima do edital. A partir de julho de 2012, as tarifas praticadas são de R\$0,080066 por quilômetro em pista simples e de R\$0,112093 em pista dupla, face aos ajustes anuais concedidos pelo Poder Concedente, indexados ao IPCA.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O sistema de arrecadação é baseado em praças do tipo “barreira”, onde cada praça de pedágio corresponde a determinada extensão rodoviária e dos acessos à disposição do usuário, chamado “trecho de cobertura da praça de pedágio” (“TCP”).

As tarifas de pedágio cobradas são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa básica a oito categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo, sendo que um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. As tarifas cobradas variam de praça a praça. As tarifas cobradas em cada praça de pedágio não variam durante os dias da semana.

### *Receita Líquida de Pedágios e Acessórias*

A tabela abaixo mostra nossa receita líquida de pedágios e acessórias referentes aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

(R\$ mil)	Período de 9 meses findo em		Exercício social encerrado em		
	30 de setembro de 2012	2011	2011	31 de dezembro de 2010	2009
<i>Receita Líquida de Pedágios e Acessórias</i>	145.719	130.636	177.830	159.122	23.715

### *Volume de Tráfego*

Nós medimos o volume de tráfego no Corredor Raposo Tavares em termos do número total de eixos-equivalentes pedagiados. A unidade eixo-equivalente é uma medida de volume de tráfego pedagiado.

O tráfego de eixos-equivalentes nas nossas rodovias foi de 44,7 milhões em 2011, ou seja, aproximadamente 6,05% acima dos 42,2 milhões registrados em 2010. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, o volume de tráfego de eixos-equivalentes aumentou aproximadamente 3,29% quando comparado ao mesmo período de 2011.

### *Sistema para Cobrança de Pedágios*

O Sistema para a Cobrança de Pedágios compreende a operação dos postos de arrecadação durante 24 horas por dia, controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados. Este sistema é homologado e certificado por órgão indicado pela ARTESP, permitindo a este órgão fiscalizador a coleta de informações on-line.



## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O sistema possui dois módulos de operação de cobrança de pedágio nas rodovias: o módulo manual e o automático (*Automatic Vehicle Identification* ou “AVI”). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de seu veículo, conforme classificação visual identificada pelo arrecadador e validada pelos sensores de pistas. O módulo manual permite o recebimento em espécie, Cupons Vale Pedágio e Cartão Vale Pedágio, e representou 48,23% da receita apurada desde a nossa constituição até 30 de setembro de 2012.

O Vale Pedágio (Cupom ou Cartão) é uma forma de pagamento utilizada nas praças de pedágio de todo o País por algumas empresas que antecipam o pagamento dos pedágios para seus motoristas, no intuito de atender a uma determinação do Ministério dos Transportes. A utilização deste meio de pagamento representa na receita do módulo manual 9,10% do total e nos onera em uma taxa de 1,6% por transação.

O módulo AVI, por sua vez, requer a utilização de uma etiqueta eletrônica (TAG) no parabrisa do veículo que o identifica e reconhece sua respectiva categoria. Ao passar por uma praça de pedágio que disponha do módulo de cobrança AVI, antenas captam os sinais emitidos pela TAG e os sensores validam a presença do veículo, registrando o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças e posteriormente debitados na conta corrente ou no cartão de crédito do proprietário do veículo uma vez ao mês. Na eventualidade de tal proprietário permanecer inadimplente, o número do seu respectivo sensor é identificado de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio com a utilização do sistema AVI. O Módulo AVI em operação, denominado “Sem Parar”, é compatível com o sistema das demais concessionárias do Estado de São Paulo e de algumas das concessionárias federais.

O Módulo AVI traz diversas vantagens, na medida em que representa economia de tempo e maior conveniência para o motorista, bem como uma redução dos nossos custos operacionais. O Módulo AVI não implica riscos adicionais de cobrança para nossas operações eis que eventual inadimplência dos usuários é suportada pela Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A (“STP”).

Todas as nossas 9 praças de pedágio estão equipadas com o módulo de arrecadação AVI. A utilização deste meio de pagamento representou 51,86% da nossa receita apurada desde a nossa constituição até 30 de setembro de 2012.

### Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

***Experiência e conhecimento do acionista controlador.*** Nosso acionista controlador, a INVEPAR, é uma sociedade *holding* que tem por objetivo o investimento voltado para projetos de infraestrutura de transportes, no Brasil e exterior, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana, portos e aeroportos. A INVEPAR possui vasta expertise em administração de rodovias, uma vez que possui sete concessões de rodovias no Brasil e uma no Peru, administrando um total de 1.028 km. Em

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

2011, as concessionárias da INVEPAR movimentaram mais de 130 mil veículos equivalentes pagantes. Além de nós, a INVEPAR tem no seu portfólio empresas como a Linha Amarela S/A, a Concessionária Rio-Teresópolis S/A e a Concessionária Transolímpica S/A, no Rio de Janeiro; a Concessionária Litoral Norte S/A e a Concessionária Bahia Norte S/A, na Bahia; a Concessionária Rota do Atlântico S/A, em Pernambuco; e a Linea Amarilla S.A.C. (Lamsac), concessionária que explora a rodovia expressa Via Parque Rímac, em Lima, no Peru. A INVEPAR também está presente no setor Metroviário, através da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., o Metrô Rio, e no setor aeroportuário, com a concessão Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (acionista da Concessionária Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., que administra o aeroporto). O fato de contarmos com a experiência e conhecimento técnico de nosso acionista controlador nos permite aproveitar as melhores práticas desenvolvidas em diferentes mercados. Entre seus acionistas estão a OAS, uma das 5 maiores construtoras do Brasil em termos de faturamento, segundo o *ranking* de 2011 elaborado pela revista “O Empreiteiro”, a PREVI, o maior fundo de pensão da América Latina e 27º maior do mundo em valor de ativos, segundo dados da *Towers Watson*, de agosto de 2012, além da PETROS e FUNCEF, respectivamente o segundo e terceiro maiores fundos de pensão brasileiros em valor de ativos sob gestão, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de março de 2012.

**Rodovias localizadas em áreas estratégicas.** Acreditamos que nossas rodovias têm uma importância estratégica para a economia dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois formam um importante corredor de escoamento de toda a produção agrícola da Região, sendo importante corredor de ligação com os Portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Além disso, o agronegócio tem estimulado o crescimento dos pequenos e médios municípios localizados ao longo do nosso Corredor, ocasionando, consequentemente, o aumento do trânsito de veículos de passeio pela região, em razão do progressivo crescimento das atividades comerciais locais, circunstância que tem proporcionado um volume crescente de arrecadação em nossas praças de pedágio.

**Modernas praças de pedágio.** Utilizamos uma rede de comunicação via fibra óptica com redundância via rádio em nosso sistema de arrecadação de pedágio que nos permite manter inalterados nossos serviços na eventualidade de um rompimento da rede de comunicação existente. Além disso, todas as nossas cabines de cobrança possuem passagem ao centro de controle pelo subsolo, evitando a movimentação dos colaboradores pela via de tráfego, contando, ainda, com eficiente e moderno sistema de ar condicionado. Trata-se de medida que contribui para a segurança dos nossos colaboradores e dos usuários da via, inexistindo registro de acidentes envolvendo pessoas que façam o trajeto das cabines de pedágio para o centro de controle. Além disso, a transferência dos valores arrecadados se dá por meio de duto de compressão ligando a cabine de arrecadação diretamente ao cofre localizado no centro de controle da praça de pedágio. A adoção desta tecnologia nos permitiu uma diminuição nos custos operacionais de arrecadação em razão da redução do número de colaboradores, dada a maior eficiência desse sistema, também proporcionou maior facilidade em rastrear as declarações de arrecadação e realizar os procedimentos de conferência de recebimentos. Essa tecnologia é também mais segura, pois reduz o tempo de permanência do numerário arrecadado dentro das cabines.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

***Mão-de-obra extremamente treinada e qualificada.*** Temos como prática a constante capacitação de nossos colaboradores. Para tanto, investimos, desde o início da Concessão até 30 de setembro de 2012, mais de R\$1 milhão em treinamento de nossos colaboradores, o que representa aproximadamente 50 mil horas/homem treinados, entre colaboradores próprios e terceirizados. Proporcionamos aos nossos colaboradores programas de desenvolvimento educacional e de habilidades, dentre outros. Como resultado, temos colaboradores mais satisfeitos em seu local de trabalho e mais comprometidos com nossas metas operacionais, o que reflete em nosso baixo índice de rotatividade de colaboradores, o qual é de apenas 1,7%.

***Adotamos um padrão diferenciado de práticas de governança corporativa e sustentabilidade.*** A Governança Corporativa está alicerçada nos pilares da (i) transparência, com uma política de divulgação de informações aprovada pela Companhia e ratificada por todos os administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração); (ii) equidade, com a realização de reuniões prévias, com a disponibilização de toda a matéria a ser aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral; (iii) prestação de contas, com a contratação de auditoria independente com vasta expertise no assunto, que audita os balanços e demonstrações financeiras da empresa, antes da apreciação das contas pela Assembléia Geral e (iv) responsabilidade corporativa, implementando nas áreas ambiental e de desenvolvimento social projetos que visam proteger e preservar o meio ambiente e desenvolver a região. Além disso, um dos nossos compromissos é com o meio ambiente. Promovemos ações em prol do desenvolvimento sustentável, visando um futuro melhor às novas gerações e reduzindo significativamente o impacto ambiental de nossas atividades. Entre essas ações, destacam-se os projetos elencados no item 7.9.

### **Estratégia**

Nossa estratégia é buscar constantemente a satisfação dos usuários e do Poder Concedente, e dessa forma fortalecer ainda mais a nossa imagem, sempre superando as metas estabelecidas por nossos acionistas. Para isso, somos focados na manutenção e permanente busca de novos usuários, bem como na crescente satisfação com os serviços prestados, o que pretendemos alcançar por meio das estratégias abaixo.

***Contínua melhoria das condições físicas das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares.*** As rodovias que integram o Corredor estão frequentemente sob manutenção em sua pavimentação, sinalização viária, sistemas de drenagem, obras de artes especiais e edificações sempre visando o conforto e a segurança dos usuários, além da satisfação do Poder Concedente. Além disso, estamos constantemente realizando a manutenção de nossas vias, mediante o recapeamento de trechos danificados, substituição de placas de sinalização viária, realização de obras de arte especiais e edificações. Executamos obras de implantação de acostamentos, de duplicação dos trechos de pista simples da rodovia, melhoramento de dispositivos existentes e implantação e melhoria da sinalização viária, de passarelas, pontos de ônibus, Postos Gerais de Fiscalização, de balanças e melhorias de postos policiais. Adicionalmente,

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

construiremos um moderno Centro de Controle Operacional – CCO, que trará mais eficiência a essas atividades de aprimoramento da nossa malha rodoviária.

***Contínua melhoria do atendimento aos usuários.*** Nosso Corredor conta com diferenciado sistema de localização de usuários que enfrentam dificuldades ao longo de nossas rodovias, denominado georreferenciamento. O usuário, ao solicitar auxílio pela Central 0800, informa o número que se encontra registrado na parte de trás da placa mais próxima de onde se encontra. Tal número, por estar associado a um ponto específico de nossas vias, quando inserido em nosso sistema fornece a precisa localização do usuário, permitindo que o atendimento seja realizado da forma mais rápida possível. Há, ainda, o Núcleo de Inteligência de Acidentes – NIA, por nós desenvolvido, composto por dois comitês formados por membros das áreas de operação, engenharia, comunicação, desenvolvimento social, saúde e segurança do trabalho e jurídico, com apoio de consultoria especializada em estudos avançados de acidentes. Por meio do NIA, são identificados fatores de influência dos acidentes considerados graves, a fim de que sejam implementadas ações nas esferas de conscientização do trânsito e de engenharia de tráfego, com vistas a reduzir o número de acidentes nas rodovias.

***Contínua implantação de programas voltados à saúde, segurança e meio ambiente.*** Nós temos constante preocupação com o meio ambiente. Estão sendo estudadas tratativas para solucionar a questão de travessia de animais silvestres em pontos críticos identificados na rodovia. Além disso, vem sendo desenvolvido um trabalho para impedir a contaminação do solo e dos rios durante as obras de melhorias e também para a preservação da vegetação nativa. Outra preocupação constante é com a qualidade da água utilizada nas edificações, com a realização de controles periódicos, bem como com o descarte correto de todo tipo de material. Implantamos o Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos, que visa monitorar os rios e córregos mais vulneráveis em nosso corredor. Fechamos uma parceria com o Departamento de Mestrado da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp – Bauru), para a realização de um trabalho de identificação de áreas de manancial cortadas pelo Corredor e implantação de barreiras que, em caso de acidentes com produtos perigosos, possam ser acionadas evitando assim a contaminação destas áreas. Maiores informações podem ser consultadas no item 7.9 deste Formulário de Referência.

### Nosso Mercado de Atuação

O PIB brasileiro cresceu 0,3% no quarto trimestre de 2011, em comparação com o terceiro, depois de encolher 0,1% entre julho e setembro passado sobre o segundo trimestre, conforme divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, a expansão acumulada no ano ficou em 2,7%, bem abaixo dos 7,5% realizados em 2010.

Apesar do desaquecimento da economia mundial, motivada principalmente pelos impactos da crise na Zona do Euro em 2011 e do baixo desempenho da economia brasileira, as nossas praças de Pedágio registraram 44.740.454 veículos equivalentes pagantes, ou seja, 6,05% acima dos 42.187.579 veículos

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

equivalentes pagantes registrados em 2010. A média diária de veículos equivalentes pagantes em 2011 totalizou 122.577.

O Brasil dispõe de uma rede rodoviária limitada para as suas dimensões territoriais, sendo considerada a menor, proporcionalmente, entre as 20 maiores economias mundiais, conforme levantamento realizado em 2010 pela ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Desta forma, sem transferir à gestão privada a responsabilidade pela manutenção e investimentos em infraestrutura rodoviária, de parte relevante da malha existente, o crescimento econômico nos próximos anos poderá ser impactado negativamente, por ser o setor de transporte rodoviário reconhecido mundialmente como um dos principais agentes indutores de riqueza e desenvolvimento, além de integrar áreas de produção e consumo, sejam elas internas ou externas.

De acordo com a Pesquisa da Confederação Nacional de Transporte (CNT) de Rodovias de 2011, no que tange à avaliação do estado geral das rodovias, observou-se que 12,6% das rodovias pesquisadas foram classificadas como Ótimo, em termos de segurança e conforto, e 30% foram classificadas como Bom, o que totaliza 42,6% das rodovias em condições favoráveis. No entanto, 57,4% das rodovias estão em condições desfavoráveis, das quais 26,9% estão em situação crítica. Esta mesma pesquisa esclarece que os resultados demonstram a situação deficiente de uma larga extensão da malha rodoviária no Brasil e, por outro lado, representam os grandes desafios a serem enfrentados pelos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo de melhorar a principal infraestrutura de transporte utilizada no País.

Atuamos no Estado de São Paulo, onde das 55 concessionárias de rodovias, associadas à ABCR em 2012, 23 ou 47% estão situadas, o que denota a aceitação pública e política do referido Estado para o nosso mercado de atuação.

Nós temos a concessão para exploração de 444 km ou aproximadamente 4% (quatro por cento) da extensão total da malha concedida por governos estaduais. Atualmente, o programa estadual de concessões abrange sete Estados, com aproximadamente 10.878,1 km de rodovias e pontes operadas pelo setor privado.

Acreditamos que nossos concorrentes são as rodovias sob administração direta de órgãos públicos em que não há cobrança de pedágio, além de outros meios de transporte, especialmente o ferroviário.

Nosso principal concorrente é a Rodovia SP-284, com extensão de aproximadamente 100 km ao longo de trecho paralelo ao nosso Corredor, cuja administração pertence ao Governo Estadual, tratando-se, portanto, de estrada não pedagiada.

### Regulamentação do Setor de Concessões Rodoviárias

O programa brasileiro de concessões de rodovias teve início em 1993, após a promulgação da Lei nº 8.666, que estabeleceu regras gerais para os processos de licitação e contratação entre a administração

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

pública e o setor privado. Com base nessa lei, o governo federal, durante 1993 e 1994, representado pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), realizou a licitação pública de quatro rodovias e uma ponte, marcando o início do programa brasileiro de concessão de rodovias. Em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei nº 8.987, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Seguindo esses passos iniciais, a promulgação da Lei nº 9.277, em maio de 1996, autorizou a União a delegar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a administração e operação de determinadas rodovias federais, as quais também foram alvo de concessão. Nesse contexto, a Lei nº 10.233, de junho de 2001, deu início ao processo de reestruturação do setor de transporte terrestre brasileiro, por meio da criação dos seguintes órgãos reguladores:

Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT: a quem compete propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens em conformidade com (i) as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de defesa nacional, de meio ambiente e de segurança das populações, formuladas pelas diversas esferas de governo; (ii) as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários e das operações de transporte sob jurisdição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (iii) a promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados; (iv) as políticas de apoio à expansão e ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos e veículos de transporte; e (v) a necessidade da coordenação de atividades pertinentes ao Sistema Federal de Viação e atribuídas pela legislação vigente aos Ministérios dos Transportes, da Defesa, da Justiça, das Cidades e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT: entidade autárquica de direito público, com autonomia financeira e funcional. A ANTT é responsável pela implementação das políticas estabelecidas pelo CONIT e tem autoridade para, dentre outras, (i) regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a (a) garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas e (b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica; (ii) firmar e administrar os contratos de concessão dentro de sua área de atuação; e (iii) revisar e reajustar as tarifas dos serviços prestados, segundo disposições contratuais.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT: entidade autárquica de direito público vinculada ao Ministério dos Transportes, que tem competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Também é atribuição do DNIT, em sua esfera

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de atuação, declarar de utilidade pública bens e propriedades a serem desapropriadas para implementação do Sistema Federal de Viação. O DNER foi submetido a um processo de liquidação, sendo gradualmente sucedido (i) pela União, que assumiu, basicamente, suas ações judiciais e obrigações financeiras, (ii) pela ANTT, a quem foram atribuídas suas obrigações de natureza regulatória e contratos de concessão, e (iii) pelo DNIT, que, de forma geral, assumiu a administração dos projetos relacionados à construção, manutenção e expansão das rodovias, dentre outros. Esse processo de liquidação foi encerrado em 14 de agosto de 2003, com a consequente extinção do DNER. Adicionalmente, foram criadas agências reguladoras para regular e supervisionar as concessões outorgadas na esfera estadual. No Rio de Janeiro, com base na Lei Estadual nº 2.686, de fevereiro de 1997, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP/RJ. Posteriormente, em 6 de junho de 2005, foi publicada a Lei Estadual nº 4.555, que extinguiu a ASEP/RJ e, em substituição, criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP, que atualmente regula as concessões de serviço público no Estado do Rio de Janeiro. Em São Paulo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

## **7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

A CART é associada ao Instituto ETHOS de Responsabilidade Social que preconiza, através de indicadores, a mensuração do compromisso com o desenvolvimento social sustentável da organização e também é signatária do Pacto Global, com comprometimento e alinhamento com os princípios relacionados a direitos humanos, trabalho e sustentabilidade, desenvolvendo projetos sociais voltados às áreas de Meio Ambiente, Saúde, Cidadania, Segurança no Trânsito e Geração de Renda e que contribuem para o desenvolvimento local sustentável e qualidade de vida de usuários e comunidades.

**Meio Ambiente:** O Projeto Piloto Caminho Verde estimula processos de restauração de áreas verdes e recomposição de matas nativas às margens da rodovia, colabora com a preservação ambiental da região, oferecendo mais qualidade de vida à população ao recompor parte do bioma do território, contribuindo com o sistema de segurança viária e conforto do usuário na rodovia. Além de fomentar o aumento da biodiversidade regional, contribui com a preservação do meio ambiente, educação ambiental e estabelecimento de uma rede socioambiental entre usuários, comunidade, colaboradores, fornecedores e demais stakeholders. São 23 canteiros, totalizando 4.000m lineares de plantio, com aproximadamente 10.000 mudas, tendo a perspectiva de ampliação desta proposta.

**Saúde e Cidadania:** O Projeto Saúde & Cidadania, realizado em 08 ações itinerantes, envolveu parcerias com órgãos públicos e privados desenvolvendo 1.892 atendimentos preventivos na área de saúde. Junto a outras ações de saúde totalizamos cerca de 4 mil atendimentos ao longo de 2011. Junto a este projeto trabalhamos também o Programa Na Mão Certa, que visa o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, contou com três ações educativas, distribuição de 117 mil folhetos informativos e a realização de palestras, passeatas e bloqueios educativos.

**Segurança no Trânsito:** Foram realizados bloqueios educativos e palestras, além de apoio a passeios ciclísticos, caminhadas voltadas aos usuários das rodovias e às comunidades ao longo do Corredor. Nas praças de pedágios, bem como em ações educativas, a Concessionária distribuiu mais de 300 mil folhetos com dicas de segurança. Foram instaladas aproximadamente 4 mil antenas corta-cerol. A atuação no foco educacional resultou em 36 palestras sobre segurança no trânsito envolvendo adultos e crianças - totalizando cerca de 7 mil participantes.

**Geração de Renda - Reciclagem:** Objetiva contribuir para o fortalecimento do sistema de produção e comercialização das associações e cooperativa de recicladores de 06 municípios do Corredor Raposo Tavares. Tem como foco o treinamento de 170 catadores de materiais recicláveis nas áreas de: gestão, saúde e segurança no trabalho e educação ambiental. Contribuem no processo de conscientização e comunicação junto a mais de 300 mil moradores dos municípios participantes. Esse projeto, além de fortalecer o sistema de produção, comercialização e renda, também colabora para a redução da exploração das matérias primas e favorece a vida útil dos aterros sanitários dos municípios.

## 7.9 - Outras informações relevantes

Quanto a Preservação do Ambiente a Gestão Ambiental da CART está atrelada ao Sistema de Gestão Integrado (ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007), o qual tem como pilares a excelência na gestão com qualidade, respeito ao meio ambiente e responsabilidade com a saúde e segurança dos trabalhadores ligados à concessionária e que exercem suas atividades ao longo do Corredor Raposo Tavares.

Nós não aderimos expressamente a nenhum padrão internacional de proteção ambiental, tendo em vista que nossa atividade não é potencialmente poluidora.

Assume o compromisso de ser um agente de desenvolvimento regional, influenciando positivamente sua rede de fornecedores, os quais adequaram seus produtos e serviços às exigências decorrentes da implantação do Sistema de Gestão Integrado da concessionária.

A partir da análise dos aspectos e impactos ambientais significativos foram desenvolvidos treinamentos para conscientização de mais de 500 colaboradores diretos e 2.000 indiretos (terceiros), demonstrando o compromisso da organização na disseminação de uma cultura voltada para a responsabilidade ambiental em toda sua cadeia de suprimentos.

E com a finalidade de minimizar os impactos ao meio ambiente e preparar as equipes no atendimento e resposta rápida a situações emergenciais que poderiam impactar o ambiente interno e externo com o qual a concessionária interage, foram realizados 26 simulados nas sedes administrativas e no trecho operacional concedido, sendo 03 destes para tratamento de acidentes com cargas perigosas, capacitando a equipe e parceiros da CART para uma resposta rápida a estes tipos de incidentes, comuns em um ambiente rodoviário.

Com o resultado da implantação de uma Gestão Ambiental e certificação do Sistema segundo a norma ISO 14001, a CART contribui diretamente para a percepção dos benefícios gerados pela concessão dos quase 3.000 colaboradores diretos e indiretos e das comunidades que interagem diretamente com os 444 km de rodovia que administra.

No ano de 2011, a CART estabeleceu ações que contribuíram para redução de cerca de 20% no consumo de energia elétrica, aperfeiçoando o sistema de ar-condicionado e redução na quantidade de projetores das Praças, alinhado às práticas de sustentabilidade definidas pelo Sistema de Gestão Ambiental, mantendo o bom funcionamento dos sistemas refrigeradores de ar e a excelente qualidade na iluminação. Anualmente, essa redução representa o consumo de aproximadamente 323.100 kg de CO2 deixaram de ser emitido na atmosfera, o que equivale a 1.616 árvores compensatórias e 1.779 milhões de m³ de água deixaram de ser usados na hidrelétrica para gerar energia, conforme cálculo disponível no site <http://www.maxambiental.com.br/>.



## 7.9 - Outras informações relevantes

Também no ano de 2011, passou a utilizar o papel reciclado em todas as suas unidades administrativas, tintas a base de água na implantação de sinalização horizontal e coleta seletiva em todos os pontos de trabalho da CART. Criou condições para o descarte e armazenamento de Resíduos Perigosos, como: Resíduos Contaminados, Lâmpada Fluorescentes, Pilhas e Baterias, Cartuchos e Toners, Resíduos Eletrônicos, Resíduos de Serviços de Saúde.

Como já foi citado no item de ações de Responsabilidade Social o Projeto Piloto “Caminho Verde” que visa recompor a mata nativa ao longo do corredor Raposo Tavares, que juntamente com outros projetos plantaram 66.430 mudas de árvores de espécies nativas.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a CART distribuiu desde o início da concessão 130.000 panfletos contendo sementes de árvores nativas.

A CART gerencia seus aspectos e impactos ambientais, bem como as legislações aplicáveis ao negócio com base nas metodologias e diretrizes da norma NBR ISO 14001:2004 de Sistema de Gestão Ambiental. Em 2012, a CART recebeu a Menção Honrosa do Prêmio FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de Mérito Ambiental pela implantação do Sistema de Gestão Ambiental e a Medalha da ecologia pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística, como forma de reconhecimento das ações de proteção ao meio ambiente desenvolvidas pela CART.

### Descrição das relações mantidas com fornecedores e usuários

Procuramos permanentemente disseminar nossos valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios.

Por sermos uma concessionária de serviços públicos, não temos clientes, mas sim usuários. O nosso relacionamento com fornecedores e usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

Mantemos com nossos fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização. Para selecioná-los, analisamos a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, seguimos critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são cheçadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais.

### Política de Recursos Humanos

Nossa Política de Recursos Humanos tem como premissa básica a valorização da pessoa, motivada pelo investimento, capacitação e preparo adequado de nossos colaboradores, e engloba: recrutamento e seleção, remuneração e benefícios, treinamento e desenvolvimento, clima organizacional e, também, saúde e segurança no trabalho, controle de frequência, horas extras, férias e desligamento de pessoal.

Em agosto de 2012, nosso quadro de colaboradores diretos era composto de 607 funcionários.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### a) Acionistas controladores diretos e indiretos:

A Companhia é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR (“INVEPAR”), a qual possui como acionistas o BB Carteira Livre I – Fundo de Investimento em Ações (fundo exclusivo da Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil) (“Fundo BB”), que detém, aproximadamente, 26,00% de seu capital social, Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), com participação de 25,00% de seu capital social total, Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”), detentora de 25,00% de seu capital social, Construtora OAS Ltda. (“Construtora OAS”), que possui participação em seu capital correspondente a, aproximadamente 2,00%, OAS Investimentos S/A (“OAS Investimentos”), titular de, aproximadamente, 10,00% de seu capital e OAS S.A. (“OAS”), que detém, aproximadamente, 12,00% de seu capital social. A Construtora OAS Ltda possui como única acionista a OAS, que detém 100% de seu capital social total. Da mesma forma, a OAS Investimentos é controlada pela OAS, que detém 100% de seu capital social total. A OAS, por sua vez, é controlada pela CMP Participações Ltda. (“CMP”), detentora de 90% de seu capital social total. Como acionista controlador da CMP Participações, figura o Sr. César Araújo Mata Pires, titular de 100% de seu capital social.

### Controlador direto:

#### INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S/A – INVEPAR:

- A INVEPAR foi criada em março de 2000. Hoje, seus acionistas são a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ( “PREVI”, através do Fundo BB ), PETROS, FUNCEF e o grupo OAS. Comprometida fortemente com o desenvolvimento do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR, considerando quilometragem sob concessão, a INVEPAR é uma das principais empresas do setor de infraestrutura rodoviária e de transporte .(conforme site da Previ no caminho: [http://www.previ.com.br/portal/page?\\_pageid=57,2046747&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.previ.com.br/portal/page?_pageid=57,2046747&_dad=portal&_schema=PORTAL)). A prestação de serviços de qualidade, a geração de resultados e a responsabilidade socioambiental são marcas do Grupo INVEPAR, na administração da Companhia, da Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), da Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔ RIO”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), do Complexo Viário e Logístico de Suape (Rota do Atlântico).S.A (Rota do Atlântico), e, mais recentemente, Linea Amarilla S.A.C. (Via Parque Rímac), no Peru, do Aeroporto de Guarulhos e do Corredor Expresso Rio Transolímpica. O Metrô Rio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 Km de extensão e 35 estações. O contrato de concessão foi renovado em 2007 por mais 27 anos, até 2038.
- O METRÔ RIO assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir de R\$ 1,15 bilhão para modernização do sistema devendo duplicar nos próximos anos a oferta de lugares para mais de 1,1 milhão/dia.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Com esses investimentos, o Metrô construiu a Nova Linha 2 e a Estação Cidade Nova, modernizou o Centro de Controle de Tráfego do Metrô, comprou 19 novos trens e iniciou as obras da Estação Uruguai. A Metrô está ainda ampliando e modernizando os sistemas de sinalização, ventilação, energia e implementando acessibilidade total para pessoas com deficiência em todas as estações.

- A CBN foi criada em 29 de junho de 2010 pelo Consórcio Invepar - Odebrecht, vencedor do leilão para administrar por 25 anos as rodovias do Sistema BA-093. As vias constituem um dos principais corredores de circulação e distribuição de produtos e serviços da Bahia (conforme site: <http://www.tribunadabahia.com.br/2011/04/12/comeca-cobranca-de-pedagio-na-ba-093>), interligando o Centro Industrial de Aratu ("CIA"), o Polo Petroquímico de Camaçari, o Terminal Portuário de Aratu e o Aeroporto Internacional de Salvador.

A operação da BA-093 foi iniciada em 16 de abril de 2011. São 121,45 km de estradas que receberão investimentos da ordem de R\$ 1,7 bilhão na sua recuperação, melhoria de acessos, conservação, manutenção e duplicação de trechos, além da oferta de serviço de atendimento aos usuários. Mais de 2 mil empregos já foram gerados em função das obras e operação da CBN.

- A LAMSA administra a Linha Amarela, uma das mais importantes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro por onde passam mais de R\$ 47.000.000,00 de VEPs em 2011. Com 20 km de extensão, a via liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão, encurtando distâncias e revitalizando grande parte da Zona Norte da cidade. Ao longo dos anos, a LAMSA adotou diversas soluções para garantir a fluidez do trânsito e a segurança viária de seus usuários em um cenário desafiador de aumento do número de veículos.

O contrato de concessão, assinado em 1997 entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, que vencia em 2022, foi prorrogado em maio de 2010, por mais 15 anos, até 2037. Em contrapartida, foi implantado um grande programa de investimentos em obras na Linha Amarela e em seu entorno, totalizando R\$ 258 milhões em dois anos.

- A CLN administra a BA-099, que compreende a Estrada do Coco e a Linha Verde, conectando a cidade de Lauro de Freitas à Divisa dos Estados da Bahia e Sergipe, com extensão total de 217 km de rodovia e 35 km de vias vicinais. O contrato de concessão foi assinado em 2000, com prazo de 35 anos para administrar a rodovia.

Desde o início da concessão, a BA-099 se consolidou como uma rodovia-de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento econômico e social da região (conforme site: <http://www.relatorioweb.com.br/invepar/11/node/62>). Suas boas condições propiciam a realização de empreendimentos de grande porte pela iniciativa privada, principalmente nos de hotelaria.

- A Companhia assumiu em 17 de março de 2009 a administração do Corredor Raposo Tavares, um trecho de 444 quilômetros de rodovias e acessos municipais no eixo Bauru/Ourinhos/Presidente

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Epitácio. A Companhia é responsável pela manutenção e melhorias nas rodovias e pela prestação de serviços de socorro médico e mecânico aos usuários.

A Companhia tem sede em Bauru e escritório em Presidente Prudente e emprega aproximadamente de 600 pessoas diretamente e mais de 1.800 por meio de prestadores de serviços nas rodovias. Nos 30 anos da concessão, a Companhia investirá R\$ 2,2 bilhões em obras. A maior parte, R\$ 1,8 bilhão, será investida nos sete primeiros anos da concessão, até 2016, com a duplicação total das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares.

Mais do que uma operadora de rodovias, a Companhia será um agente de fomento do desenvolvimento, ao dotar a região com infra-estrutura rodoviária de qualidade.

- A CRT administra, desde 22 de março de 1996, por 25 anos, os 142,5 quilômetros da Rio-Teresópolis-Além Paraíba (BR-116/RJ) no Estado do Rio de Janeiro. A concessão abrange os municípios de Duque de Caxias (a partir do entroncamento com a BR-040/RJ), Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia, indo até a divisa com Minas Gerais, próximo à cidade de Além Paraíba.

Principal ligação para a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro a partir do Município de Teresópolis é também a principal alternativa de acesso à Região dos Lagos e ao Norte do estado (conforme site <http://www.relatorioweb.com.br/invepar/11/node/45>). De março de 1996 até dezembro de 2010, a CRT já investiu R\$ 945 milhões em obras, serviços e custos operacionais.

- A CRA foi criada no dia 10 de junho de 2011. O prazo de concessão para administrar os 45 quilômetros de extensão do Complexo Viário e Logístico Suape/Expressway, em Pernambuco, será de 35 anos. O eixo principal começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital Dom Helder Câmara e segue até o distrito de Nossa Senhora do Ó, acesso às praias do Litoral Sul pernambucano. Além da requalificação das pistas existentes, integram os investimentos da CRA a construção de viadutos e alças viárias ao longo do trecho administrado, viadutos sobre a PE-28, viadutos de ligação à avenida portuária, construção do trecho entre a Curva do Boi e Nossa Senhora do Ó e do acesso à Ilha de Cocaia.

Ao longo da concessão, a CRA investirá mais de R\$ 450 milhões na rodovia. O projeto desafogará o tráfego do entorno de Suape com uma solução integrada de segurança e acessibilidade. Adicionalmente, este novo acesso atenderá a demanda de expansão da região e permitirá um reforço para o desenvolvimento turístico do Estado, como alternativa qualificada de acesso à PE-60.

- O Consórcio Rio Olímpico (TRANSOLÍMPICA), formado pelas empresas INVEPAR, Odebrecht TransPort e CCR, venceu a licitação realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro para implantação e operação do Corredor Expresso Transolímpica que ligará as regiões da Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá. A implantação do Corredor Expresso está prevista no Plano Olímpico da Rio 2016, pois fará a conexão direta entre os Centros Olímpicos da

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Barra da Tijuca e de Deodoro. A Transolímpica será uma importante via expressa garantindo maior fluidez no trânsito (conforme site: <http://www.webtranspo.com.br/agencia/24954-rio-olimpico-vence-leilao-da-transolimpica>), facilidade de transporte para os moradores do entorno, urbanização, além de contribuir para desenvolver economicamente a região oeste da cidade.

- O Aeroporto de Guarulhos, o maior do Brasil e da América Latina em número de passageiros transportados, será administrado e operado pelo consórcio INVEPAR-ACSA por 20 anos. A ACSA Airport Company South Africa é responsável pela operação de 9 aeroportos da África do Sul. Entre eles, os três principais aeroportos internacionais de O.R. Tambo, Cape Town e King Shaka, que, juntos, receberam, em 2010, cerca de 30 milhões de passageiros. Também opera, desde 2006, o aeroporto de Mumbai, na Índia, que recebeu 29 milhões de passageiros em 2010. O seu principal acionista é o governo sul-africano, que controla 74,6% de seu capital social.

- Via Parque Rímac: o Grupo INVEPAR finalizou o processo de incorporação da V.P.R. Brasil Participações S.A. Com este projeto, o Grupo INVEPAR dá mais um passo importante na concretização do seu plano estratégico e de crescimento. A V.P.R. Brasil detém 100% do capital social da Linea Amarilla S.A.C. (Lamsac) que é a sociedade de propósito específica constituída em 2009 para explorar até 2039 a concessão para construir, manter e operar a via expressa denominada Via Parque Rímac, em Lima, no Peru. Esta via se localiza na região metropolitana de Lima e é considerada o projeto de infraestrutura urbana mais importantes desse país, de acordo com a Municipalidade Metropolitana de Lima.

Esse projeto está alinhado com o planejamento estratégico desenvolvido em 2009 que definiu como visão do Grupo Invepar “ser líder e referência internacional no segmento de infraestrutura de transportes” e estabeleceu como foco o Brasil e países da América Latina.

### Controladores indiretos:

### FUNDO BB/PREVI:

O Fundo BB é um veículo de investimento exclusivo da PREVI.

A PREVI, criada em 1904, é o maior fundo de pensão da América Latina em patrimônio, segundo Relatório Towers Watson publicado em setembro de 2011 P&I/TW TOP 300 Pension Funds. A PREVI é uma entidade fechada de previdência privada e seus participantes são funcionários do Banco do Brasil e empregados do quadro próprio da PREVI. A Instituição trabalha para garantir a esses participantes benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, de forma a contribuir para a qualidade de vida deles e de seus dependentes.

Os recursos da PREVI são provenientes, essencialmente, das contribuições pessoais e patronais, além de outras contribuições especiais previstas no Estatuto ou em instrumento específico. Estes recursos são

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

investidos em ações de empresas, imóveis, títulos, entre outros. É por meio desses investimentos que é garantido o pagamento dos benefícios. Além disso, como investe seus recursos no País, em empresas que tenham sua atuação pautada na responsabilidade social, a PREVI acaba por beneficiar não só os participantes, mas também a sociedade brasileira.

### **GRUPO OAS (Construtora OAS Ltda., OAS Investimentos S.A. e OAS S.A.):**

#### **Construtora OAS Ltda.**

Fundada em 1976, a Construtora OAS tornou-se uma das líderes do setor de construção pesada, com presença em todo o território nacional, com atuação nos setores públicos, privado e de concessões.

#### **OAS Investimentos S.A.**

A OAS Investimentos é responsável por um dos primeiros investimentos sob a modelagem de participação pública e privada e a única concessão rodoviária municipal do país. Trata-se da via urbana LAMSA – Linha Amarela, no Rio de Janeiro, trecho compreendido entre o km 6 (Cidade de Deus – Barra) até a Ilha do Fundão (ligação com a Linha Vermelha), incluindo operação e manutenção.

#### **OAS S.A.**

A OAS tem entre seus valores o compromisso com a qualidade de seus negócios e busca a satisfação contínua de seus clientes, a melhoria na qualidade de vida de seus colaboradores, a preservação do meio ambiente e o respeito à sociedade. Pioneiros na concessão de rodovias no Brasil, a OAS presta serviços de engenharia, planejamento, execução e gerenciamento de obras e concessões no país e no exterior.

#### **CMP Participações Ltda.**

A CMP é uma sociedade holding, cujo capital social é integralmente detido pelo Sr. César Araújo Mata Pires. A CMP é sediada na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

#### **PETROS:**

Fundada pela Petrobras, em julho de 1970, a PETROS é o segundo maior fundo de pensão do Brasil, segundo relatório consolidado estatístico da ABRAPP de junho de 2012 e pioneira no mercado de previdência complementar brasileiro. Paga pontualmente, desde a sua fundação, benefícios complementares aos oferecidos pela Previdência Social. Não tem fins lucrativos e, por isso, não remunera acionistas. Toda a rentabilidade alcançada é revertida para os planos que administra. É mantida por empresas patrocinadoras (privadas, estatais ou de economia mista) e seus empregados, os participantes, e por Instituidores (associações, sindicatos ou conselhos de classe) e seus associados.

#### **FUNCEF**

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

A FUNCEF é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil, segundo relatório consolidado estatístico da ABRAPP de junho de 2012. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes.

Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

### **b) Participações da Companhia em sociedades controladas e coligadas**

A Companhia não possui sociedades controladas ou coligadas.

### **c) Participações da Companhia em sociedades do grupo**

Não há outras participações societárias da Companhia em sociedades do Grupo.

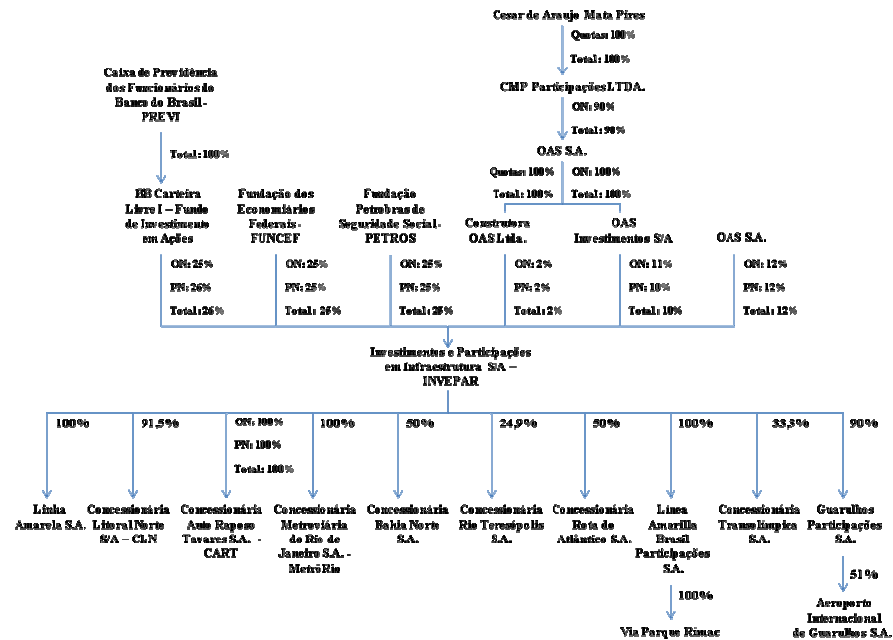
### **d) Participações de sociedades do grupo na Companhia**

Não há participações de sociedades do grupo na Companhia.

### **e) Participações em sociedades sob controle comum**

Não há participações da Companhia em sociedades sob controle comum com terceiros.

## 8.2 - Organograma do Grupo Econômico





### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>20/04/2012</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Nova concessionária da INVEPAR
<b>Descrição da operação</b>	<p>A INVEPAR, por meio do Consórcio Rio Olímpico, integrado ainda pela Odebrecht Transport Participações S.A e CCR S.A, sagrou-se vencedora da licitação para a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação, e realização de melhorias do corredor viário expresso denominado Ligação Transolímpica. Em 20 de abril de 2012 foi constituída a Concessionária Transolímpica S.A que será a empresa responsável pela exploração da concessão O corredor expresso Ligação Transolímpica ligará as regiões da Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá e sua implantação está prevista no Plano Olímpico da Rio 2016, pois fará conexão entre os centros olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro. O grupo vencedor deverá executar as obras de implantação do corredor expresso, incluindo os sistemas de operação e manutenção. As principais obras previstas são a construção de 13 quilômetros de pistas, com três faixas por sentido, sendo uma dedicada ao BRT; construção de um túnel de 1,53 quilômetros de extensão e 48 pontes e viadutos, montando um valor estimado de R\$ 12.000 em investimentos. O contrato tem duração de 35 anos e, durante esse período, o grupo vencedor será responsável pela conservação, manutenção e operação da Ligação Transolímpica. Em 26 de abril de 2012, foi celebrado o Contrato de Concessão da Ligação Transolímpica entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na qualidade de Poder Concedente e a Concessionária Transolímpica S.A., sociedade concessionária integrada por INVEPAR, CCR S.A., e Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 44/2011 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.</p>
<b>Data da operação</b>	<b>21/03/2012</b>
<b>Evento societário</b>	Incorporação
<b>Descrição da operação</b>	<p>Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 a INVEPAR incorporou a V.P.R. Brasil Participações S.A. ("NOVA HOLDING"), holding da empresa Línea Amarilla Brasil Participações S.A., que, por sua vez, é detentora do capital social da Línea Amarilla SAC ("LAMSAC"), tendo absorvido o patrimônio da sociedade incorporada e sucedido a mesma em todos os seus respectivos direitos e obrigações. LAMSAC é detentora de uma concessão junto à Municipalidade de Lima, no Peru, compreendendo a construção, manutenção e exploração de uma via expressa no Peru pelo período de 30 anos. A via se desenvolve perimetralmente ao redor da região central de Lima, servindo às principais ligações radiais que chegam à capital. Em decorrência da incorporação mencionada acima, foram emitidas novas ações pela INVEPAR, as quais foram integralmente subscritas por OAS S.A, única acionista da NOVA HOLDING, a qual passou a compor o quadro de acionistas da INVEPAR. Tendo em vista a incorporação da LAMSAC e a entrada de novo acionista na INVEPAR, houve a intenção de equalização das participações societárias dos acionistas da INVEPAR, com base em Acordo, celebrado entre os mesmos em 2010. Assim, foram realizados aportes de capital, deliberados em Assembleia Geral Extraordinária em 21 de março de 2012 de forma que cada um dos acionistas signatários do referido acordo permanecessem com aproximadamente 25% do capital social total da INVEPAR.</p>
<b>Data da operação</b>	<b>06/02/2012</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Nova concessão aeroviária da INVEPAR

### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Descrição da operação</b>	Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a SPE (Sociedade de Propósito Específico) da qual o Consorcio INVEPAR – ACSA terá 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% serão detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos.
<b>Data da operação</b>	<b>14/04/2011</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Nova concessionária da INVEPAR
<b>Descrição da operação</b>	Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - EXPRESS WAY. O prazo de concessão é de 35 anos.
<b>Data da operação</b>	<b>06/12/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Alienação e aquisição de controle societário
<b>Descrição da operação</b>	Em 06 de dezembro de 2010, a INVEPAR tornou-se titular de participação acionária na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT"), correspondente a 36,88% do capital votante e 24,91% do capital social total da CRT. Tais ações foram transferidas à INVEPAR por sua acionista controladora Construtora OAS Ltda., não implicando em transferência de controle acionário da CRT para a INVEPAR. A INVEPAR passou dessa forma a integrar o bloco de controle da CRT em conjunto com CCNE Carioca Concessões S.A., Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A. e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A., e exercerá tal controle nos termos de acordo de acionistas celebrado entre essas partes. A referida operação foi integralmente aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
<b>Data da operação</b>	<b>03/05/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Nova concessão da INVEPAR
<b>Descrição da operação</b>	Em 03 de maio de 2010, o Consórcio Invepar-Odebrecht, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda. em iguais participações, venceu a licitação para a concessão do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do Sistema Rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, promovida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia, nos termos do Edital de Concessão nº 01/2010. A referida Concessão será explorada pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos pela Concessionária Rota Bahia Norte S.A., sociedade de propósito específico controlada conjuntamente pela INVEPAR e pela ODEBRECHT em iguais participações.
<b>Data da operação</b>	<b>30/11/2009</b>
<b>Evento societário</b>	Incorporação

### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Descrição da operação</b>	Em Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de novembro de 2009, as empresas Megapar, Oeste, Sorocaba e Metro Rio deliberaram sucessivas incorporações de Oeste, Sorocaba e Metro Rio pela Megapar, de forma que a Megapar (que passou a se denominar Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.) sucedeu e absorveu o patrimônio das sociedades incorporadas, automaticamente extintas no processo, com sucessão universal de seus respectivos direitos e obrigações. Dessa forma, o novo Metro Rio (Ex-Megapar) assumiu diretamente as operações das linhas 1 e 2 do sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro.
<b>Data da operação</b>	<b>30/03/2009</b>
<b>Evento societário</b>	Aquisição e alienação de ativos importantes
<b>Descrição da operação</b>	Em 29 de dezembro de 2008, a INVEPAR, controladora da Companhia, assinou contrato de compra e venda para aquisição de forma direta e indireta de 96,78% das ações de emissão da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., a qual possui contrato de concessão com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para operação e exploração da linha 1 e 2 do Metrô Rio até janeiro de 2038. Tal operação está alinhada aos planos de expansão da INVEPAR. A concretização da aquisição da totalidade das ações do Metrô Rio, a qual se deu através da controlada Megapar Participações S.A., ocorreu em 30 de março de 2009.
<b>Data da operação</b>	<b>06/03/2009</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Novos Acionistas
<b>Descrição da operação</b>	Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2009, a FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS e FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF, subscreveram ações no capital da INVEPAR, controladora da Companhia. Adicionalmente, em função de reestruturação societária ocorrida em 01 de outubro de 2009, a Construtora OAS LTDA. transferiu para a OAS Investimentos S.A. 18.211.091 ações ordinárias da INVEPAR.

**8.4 - Outras informações relevantes****Esclarecimentos quanto aos itens 8.1 e 8.2**

Considerando a impossibilidade de inserir no quadro 15.1/15.2 os números exatos das participações acionárias dos acionistas da Emissora, em razão de uma limitação operacional do sistema Empresas.Net, tais números foram arredondados no referido quadro 15.1/15.2, bem como nos itens 8.1 e 8.2. Dessa forma, indicamos na tabela abaixo as participações exatas dos acionistas da Emissora:

Nome do acionista	CPF/CNPJ	Qtd. Ações Ordinárias	Percentual Ações Ordinárias (%)	Qtd. Ações Preferenciais	Percentual Ações Preferenciais (%)	Qtd. Total de Ações	Percentual total (%)
BB Carteira Livre I FIA	738997420001-74	35.764.281	25,00	73.939.746	25,842	109.704.027	25,5618
Construtora OAS Ltda.	143105770001-04	3.051.499	2,133	5.735.090	2,0044	8.786.589	2,0473
Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF	4369230001-90	35.764.281	25,00	71.528.561	24,999	107.292.842	24,999
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS	340539420001-50	35.764.281	25,00	71.528.561	24,999	107.292.842	24,999
OAS Investimentos S.A.	75840230001-30	15.283.428	10,683	28.523.582	9,9692	43.807.010	10,2073
OAS S.A.	148118480001-05	17.429.354	12,183	34.858.708	12,183	52.288.062	12,183

### **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



## **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há informações relevantes a serem divulgadas neste item.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras. A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a nossa situação financeira. Os nossos Diretores não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As nossas demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e o Formulário de Informações Trimestrais – ITR para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e crescimento do produto interno bruto.

Desde a nossa constituição até 2011, primeiro, segundo e terceiro anos da concessão, a Companhia optou pela captação de recursos de curto prazo mediante quatro emissões de notas promissórias, todas na forma nominativa, além de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, encerrando os anos com excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$708.614 mil, R\$51.251 mil e R\$34.866 mil, em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 respectivamente.

Em 2010 e 2011, visando à equalização do capital circulante líquido negativo, a Companhia captou de recursos de longo prazo mediante primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações e efetuou a contratação de empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES (“BNDES”), alongando o perfil da dívida, diminuindo assim o excesso dos passivos circulantes sobre ativos circulantes. Além disso, houve a liquidação da obrigação decorrente da aquisição do direito de outorga da concessão.

Durante os três primeiros anos da concessão, houve reconhecimento no passivo circulante das obrigações atreladas ao empréstimo liberado pelo BNDES, notas promissórias e debêntures emitidas impactando diretamente no excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes apresentados por nós neste Formulário de Referência.

Em 2012, houve a transferência da dívida da emissão das debêntures de longo para curto prazo, resultando, em 30 de setembro de 2012, em um capital circulante negativo no valor de R\$366.715 mil. Nossos Diretores entendem que proveremos recursos suficientes para liquidar nossos compromissos de curto e longo prazo, tendo como base o forte potencial de geração de caixa, inerente aos negócios de concessão de rodovias e o suporte do seu acionista, ou através da emissão de novos empréstimos e financiamentos e debêntures para quitar os compromissos de curto e longo prazo existentes, além dos recursos a serem obtidos por meio de aporte de capital e das liberações programadas, nos termos do Contrato de Financiamento do BNDES.

A nossa liquidez corrente, calculada pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante, foi de 0,23 em 30 de setembro de 2012, refletindo o momento da implantação da concessão, em que os 7 (sete) primeiros anos são de grande volume de investimentos e o pagamento da outorga, e em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 a liquidez corrente era de 0,62, 0,27 e 0,08 respectivamente.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizavam, em 30 de setembro de 2012, o montante de R\$51.037 mil. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 os recursos de caixa e equivalentes de caixa eram de R\$5.149 mil, R\$4.243 mil e R\$ 29.691 mil, respectivamente.

Acreditamos, ainda, que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de nossas atividades, observadas as restrições contratuais de endividamento a que estamos sujeitos, conforme indicado no item 10.1(f)(iv) abaixo.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O nosso endividamento bruto, representado pelo passivo circulante e o passivo não circulante, em 30 de setembro de 2012, era de R\$ 1.029.812 mil. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 o endividamento bruto era de R\$ 938.738 mil, R\$ 751.602 mil e R\$ 862.444mil, respectivamente.

### b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 30 de setembro de 2012, nossa estrutura de capital era composta de 36,1% de capital próprio e 63,9% de capital de terceiros, o que nós e nossos Diretores consideramos um índice de adequado para a natureza das atividades que desenvolvemos.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nossa estrutura de capital era composta de 35,3%, 36,4% e 12,2% de capital próprio, 64,7%, 63,6% e 87,8% de capital de terceiros, respectivamente. Entendemos que a nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento das nossas necessidades operacionais diante do estágio inicial da empresa. Ademais, nossas captações externas são vinculadas a políticas de gestão de recursos onde não há exposição desnecessária dos nossos ativos, além disso, nós realizamos um contínuo acompanhamento de mercado para melhorar nossas negociações.

#### i. hipóteses de resgate

#### ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em nosso Estatuto Social prevendo tal possibilidade. Vale destacar que, conforme restrição prevista no Contrato de Concessão, não poderemos, durante todo o prazo de concessão, reduzir nosso capital social, a qualquer título, ou adquirir ações de nossa emissão sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa, bem como nossos investimentos na Concessão, nós, os Diretores, acreditamos que teremos condições de prover recursos de capital suficientes para fazer frente aos investimentos e honrar nossas obrigações, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo.

Nossas principais fontes de recursos são (a) o caixa gerado por meio das nossas atividades operacionais, (b) empréstimos e financiamentos de debêntures; e (c) aportes de capital de nosso acionista controlador. Em 2009, 2010 e 2011 a Companhia contraiu empréstimos para financiar as atividades operacionais e aquisição do direito de outorga da concessão, capital de giro, por meio de emissões de notas promissórias, debêntures, conta garantida e empréstimos de partes relacionadas sendo que em 2011 houve apenas novas liberações relacionadas ao contrato de financiamento junto ao BNDES firmado em 10 de fevereiro de 2011, não havendo novas contratações junto a esta instituição. Para mais informações relativas a esse contrato, ver item 10.1 (f), “Financiamento junto ao BNDES – 2011” deste Formulário de Referência.

Nós, os Diretores, entendemos que a Companhia tem condições para honrar os compromissos assumidos considerando que o cronograma de amortizações das dívidas a longo prazo está alinhado com a geração de caixa das atividades operacionais conforme evolução do EBITDA.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, nosso EBITDA totalizou R\$ 58.100 mil e R\$ 56.300 mil, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso EBITDA totalizou R\$70.680 mil, R\$54.350 mil e R\$ (17.532) mil, respectivamente.

Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o nosso prejuízo líquido, ver item 3.2 – Medições Não Contábeis, deste Formulário de Referência.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Para a implantação dos nossos projetos e cumprimento de nossos objetivos sociais, financiamos nossas atividades, desde o início de nossa operação, por meio de captação de recursos através de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo firmados com instituições financeiras de primeira linha, emissão de valores mobiliários, tais como notas promissórias e debêntures, além de receita decorrente do fluxo de caixa operacional.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Caso seja necessário para cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia possui linha de crédito pré-aprovada junto ao Banco Bradesco S.A que poderá ser utilizada desde que cumpra com as cláusulas relativas às restrições previstas no contrato firmado junto ao BNDES, conforme explicado no item 10.1 "f".iv deste Formulário de Referência.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:****(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;****(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**

Em 30 de setembro de 2012, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R\$ 1.029.812 mil.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R\$ 938.738 mil.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R\$ 751.602 mil.

Em 31 de dezembro de 2009, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R\$ 862.444 mil.

Os índices de endividamento apresentados no quadro 3.7 do Formulário de Referência foram baseados no seguinte critério aritmético:

$$\frac{PC + PNC}{PL}$$

Sendo:

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PL = Patrimônio Líquido

Adicionalmente, a tabela abaixo indica o cálculo do índice de endividamento para 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

		Em 30 de setembro de 2012	Em 31 de dezembro de 2011
( A )	Passivo Circulante	475.717	92.928
( B )	Passivo Não Circulante	554.095	845.810

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

(A+B) = ( C )		<b>1.029.812</b>	<b>938.738</b>
( D )	Patrimônio Líquido	582.443	512.532
( C ) / ( D )	Índice Endividamento	1,77	1,83

**Empréstimos e Financiamentos****Notas Promissórias – 2009 e 2010 (quitadas)**

Emitimos durante o primeiro trimestre de 2009, 37 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10.000 mil, no montante total de R\$370.000 mil na forma nominativa, com prazo de vencimento em 180 dias, e com remuneração de 100% do CDI e juros de 4% a.a.. Em 03 de setembro de 2009, houve a quitação desta operação.

Em 25 de agosto de 2009, emitimos 40 notas promissórias comerciais no montante de R\$400.000 mil na forma nominativa, com prazo de vencimento em 28 de fevereiro de 2010, e com remuneração de 129% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros -DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano. Estas notas promissórias eram garantidas por: (i) aval da INVEPAR; (ii) cessão fiduciária de 100% do nosso fluxo de recebíveis provenientes das praças de pedágio existentes e que venham a ser instaladas até a data do vencimento das notas promissórias; e (iii) todos os direitos e créditos atuais e futuros da cedente depositados em conta centralizadora.

No primeiro trimestre de 2010, emitimos 40 notas promissórias comerciais no montante de R\$ 400.000 mil na forma nominativa, com valor nominal unitário de R\$10.000 mil, com prazo de vencimento em 28 de agosto de 2010. Os recursos captados por meio desta emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da segunda emissão de notas promissórias. As notas promissórias fizeram jus a remuneração equivalente à acumulação de 125% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano. Essas notas eram garantidas por (i) aval da INVEPAR; (ii) cessão fiduciária de 100% do nosso fluxo de recebíveis provenientes das praças de pedágio existentes e que venham a ser instaladas até a data do vencimento das notas promissórias; e (iii) todos os direitos e créditos atuais e futuros da cedente depositados em conta centralizadora.

Em agosto de 2010, fizemos a emissão de 40 notas promissórias comerciais da 4ª emissão no montante de R\$ 400.000 mil na forma nominativa, com valor nominal unitário de R\$10.000 mil. As notas promissórias tiveram prazo de até 180 dias contados da data de emissão e foram liquidadas antecipadamente em 18 de janeiro de 2011. Tais notas foram emitidas para quitação das obrigações principal e acessória da terceira emissão de notas promissórias da emissora e eram garantidas por (i) aval da INVEPAR; (ii) cessão fiduciária de 100% do nosso fluxo de recebíveis provenientes das praças de pedágio existentes e que venham a ser instaladas até a data do vencimento das notas promissórias. As notas promissórias fizeram jus a remuneração equivalente à acumulação de 111% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano.

**Debêntures da 1ª Emissão – 2010**

Em 23 de dezembro de 2010 aprovamos a realização da primeira emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações da espécie quirografária com valor nominal unitário de R\$10.000 mil, totalizando R\$ 400.000 mil, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09 de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"). As debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano. As debêntures têm como garantia o (i) penhor sobre a totalidade das ações do nosso capital social, detidas pela INVEPAR; (ii) cessão fiduciária de todos os direitos emergentes do Termo de Contrato de Concessão e (iii) cessão fiduciária de todos os nossos direitos creditórios. As debêntures foram emitidas em 18 de janeiro de 2011 e têm vencimento em 24 meses contados da data de emissão, ou seja, 18 de janeiro de 2013.

**Empréstimo junto ao BNDES – 2009**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 10 de dezembro de 2009, realizamos empréstimo junto ao BNDES no montante de R\$279,5 milhões com encargos financeiros a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros de 3,12% a.a. e parte em Taxa Referencial IPCA BNDES acrescido de juros de 3,12% a.a., com vencimento em 15 de abril de 2011 e garantido por fiança da INVEPAR.

Em 15 de fevereiro de 2011, este contrato foi liquidado com o recebimento da primeira liberação do financiamento contratado junto ao BNDES em 10 de fevereiro de 2011. Para mais informações sobre referido financiamento, ver item 10.1 (f) – “Empréstimos e Financiamentos – Financiamento junto ao BNDES – 2011” neste Formulário de Referência.

Em 2010, cumprimos as cláusulas restritivas de dívida relativas ao empréstimo firmado junto ao BNDES, obtendo a liberação dos subcréditos contratados na medida em que os investimentos foram comprovados. Até 30 de setembro de 2012, o montante repassado pelo BNDES totalizou R\$ 564,9 milhões, e até 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o montante repassado pelo BNDES totalizou R\$ 470,7 milhões, R\$255,2 milhões e R\$89,7 milhões, respectivamente.

### Financiamento junto ao BNDES – 2011

Em 10 de fevereiro de 2011, assinamos contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade ponte para sênior, no valor global de R\$1,052 bilhão, com encargos financeiros parciais a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescidos de juros de 2,45% a.a e parte em Taxa Referencial IPCA BNDES acrescidos de juros de 2,45% a.a, com vencimento em março de 2025 e garantido por projetos compartilhados com debenturistas e conta reserva.

Em 15 de fevereiro de 2011 houve a primeira liberação, referente ao Subcrédito A, no montante de R\$377,6 milhões. Com esta liberação foi quitado o empréstimo ponte no valor de R\$273,6 milhões (principal + juros) e a última parcela da comissão de estudos no valor de R\$193 mil. O empréstimo sênior, além de alongar a dívida, apresenta um custo menor em relação ao empréstimo ponte. Os créditos são postos a nossa disposição à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$1,052 bilhão foram liberados pelo BNDES R\$ 564,9 milhões até 30 de setembro de 2012 e R\$470,7 milhões até 31 de dezembro de 2011.

### Mútuos

#### Mútuo com LAMSA – 2009 (quitado)

Em 18 de setembro de 2009, firmamos contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$30.000 mil, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 2% a.a., com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 18 de janeiro de 2010, foi quitado o montante de R\$5.000 mil, tendo sido o restante totalmente quitado em 18 de maio de 2010.

#### Mútuo com INVEPAR – 2009 (quitado)

Em 29 de setembro de 2009, firmamos contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$18.000 mil, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 4,2% a.a. com vencimento em 60 dias, tendo sido este prazo prorrogado até 18 de maio de 2010, por meio de termos aditivos. Em 17 de maio de 2010, o mútuo foi totalmente quitado.

#### Mútuos com METRÔ RIO – 2009, 2010 e 2011 (quitados)

Em 14 de outubro de 2009, firmamos contrato de mútuo com o METRÔ RIO no montante de R\$70.000 mil. Este contrato possuía o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa de 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a CART antecipou o pagamento de R\$40.000 mil, quitando o contrato de mútuo no primeiro trimestre de 2010.

Nós firmamos contratos de mútuo com METRÔ RIO nos montantes de R\$45.000 mil e R\$35.000 mil, em 25 de março e 31 de março de 2010, respectivamente. Estes contratos possuíam vencimento em 25 de

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

abril de 2010, com encargos financeiros à taxa 125% a.a do CDI. Em 17 de maio de 2010, tais contratos de mútuo foram totalmente quitados.

Em 30 de abril de 2010, firmamos contrato de mútuo com METRÔ RIO no montante de R\$28.000 mil, com prazo de 30 dias, renovável por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% CDI acrescido de juros de 0,2% a.m.. Tal operação foi quitada em 17 de maio de 2010.

Em 30 de junho de 2010, firmamos contrato de mútuo com METRÔ RIO no montante de R\$34.000 mil, com prazo de 30 dias, renovável por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m.. Tal operação foi quitada em julho de 2010.

Em 24 de janeiro de 2011, firmamos contrato de mútuo com METRÔ RIO no montante de R\$7.000 mil, com prazo de 30 dias, renovável por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m.. Tal operação foi quitada em 24 de janeiro de 2011.

#### Mútuo com INVEPAR – 2010 (quitado)

Durante o quarto trimestre de 2010, firmamos contratos de mútuos com a INVEPAR no montante de R\$40.000 mil, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a. do CDI mais 0,2% a.m. Em 15 de fevereiro de 2011, esta operação foi totalmente liquidada.

#### Mútuos com LAMSA – 2010 e 2011 (quitados)

Em 28 de dezembro de 2010, firmamos contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$11.000 mil, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m.. Em 15 de fevereiro de 2011, esta operação foi liquidada.

No primeiro trimestre de 2011, firmamos contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$7.000 mil, R\$ 8.000 mil, R\$ 4.000 mil e R\$ 6.000 mil com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m. Em 15 de fevereiro de 2011, esta operação foi liquidada.

Em 27 de maio de 2011, firmamos contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$8.000 mil, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m.. Em 27 de junho de 2011, esta operação foi liquidada.

Em 30 de maio de 2011, firmamos contrato de mútuo com a LAMSA no montante de R\$10.000 mil, com prazo de vencimento de 30 dias, renováveis por iguais períodos, e com encargos financeiros de 100% a.a do CDI mais 0,2% a.m.. Em 29 de junho de 2011, esta operação foi liquidada.

#### Mútuo com INVEPAR – Até Setembro de 2012 (quitado)

Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 30.000 mil, com prazo de vencimento de 30 dias, prorrogáveis por períodos iguais sucessivos até o limite de 120 dias, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,20% ao mês. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada.

#### Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 30 de setembro de 2012.

Credor	Tipo	Taxa	Contratado	Saldo em 30/09/2012	Saldo		Contratação e vencimento
					Principal	Juros	
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,2% a.m.	30.000				jun-11 dez-12

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Bradesco/HSBC	Debêntures	116,5% CDI a.a.	400.000	407.007	400.000	7.007	jan-11	jan-13
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	454.247	452.995	1.252	fev-11	mar 21 e 23
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	75.386	72.410	2.976	fev-11	mar-23
<b>TOTAL</b>			<b>1.482.243</b>	<b>936.640</b>	<b>925.405</b>	<b>11.235</b>		

**Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2011.**

Credor	Tipo	Taxa	Total contratado	Saldo em 31/12/2011	Saldo Principal	Juros	Contratação e vencimento	
Bradesco	Conta Garantida	CDI + 0,2% a.m.	30.000	15.228	15.065	163	jun-11	jun-12
Bradesco/H SBC	Debêntures	116,5% CDI a.a.	400.000	424.263	400.000	24.262	jan-11	jan-13
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP + 2,45% a.a.	751.601	450.029	448.410	1.620	fev-11	mar-25
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA + TRB) +2,45% a.a.	300.641	12.361	12.123	238	fev-11	mar-26
<b>TOTAL</b>			<b>1.482.242</b>	<b>901.881</b>	<b>875.598</b>	<b>26.283</b>		

**Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2010.**

Credor	Tipo	Taxa	Total Contratado	Saldo em 31/12/2010	Saldo Principal	Juros	Contratação e Vencimento	
Bradesco	Conta Garantida	CDI + 0,2% a.m.	10.000	-	-	-	out-10	fev-11
Bradesco / HSBC	Notas Promissórias	111% CDI a.a.	400.000	415.425	400.000	15.425	ago-10	fev-11
INVEPAR	Mútuo	CDI + 0,2% a.m.	18.000	18.574	18.000	574	set-10	jan-11
INVEPAR	Mútuo	CDI + 0,2% a.m.	7.000	7.152	7.000	152	out-10	fev-11
INVEPAR	Mútuo	CDI + 0,2% a.m.	8.000	8.091	8.000	91	nov-10	jan-11
LAMSA	Mútuo	CDI + 0,2% a.m.	11.000	11.015	11.000	15	dez-10	jan-11
INVEPAR	Mútuo	CDI + 0,2% a.m.	7.000	7.010	7.000	10	dez-10	jan-11
INVEPAR	Nota de Débito		380	380	380		dez-10	jan-11
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP + 3,12% a.a	175.397	176.074	175.397	677	dez-09	abr-11
BNDDES	Dívida de Longo Prazo	IPCA + 10,73% a.a.	79.855	93.202	79.855	13.346	dez-09	mar-11
<b>TOTAL</b>			<b>716.632</b>	<b>736.923</b>	<b>706.632</b>	<b>30.291</b>		



**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2009.**

Credor	Tipo	Taxa	Total Contratado	Saldo em 31/12/2009	Saldo Principal	Juros	Contratação e Vencimento	
Brasil/Nordeste/Santander/Votorantim	Notas Promissórias	129% CDI a.a	400.000	413.790	400.000	13.790	ago-09	fev-10
LAMSA	Mútuos	CDI + 0,2% a.m.	30.000	30.883	30.000	883	set-09	mai-10
INVEPAR	Mútuos	CDI + 0,2% a.m.	18.000	18.651	18.000	651	set-09	mai-10
METRÔ RIO	Mútuos	CDI + 0,2% a.m.	30.000	31.646	30.000	1.646	out-09	jan-10
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP + 3,12% a.a.	199.638	89.765	89.700	65	dez-09	abr-11
BNDES	Dívida de Longo Prazo	IPCA + 10,73% a.a.	79.855	-	-	-	dez-09	mar-11
<b>SUBTOTAL</b>			<b>767.494</b>	<b>584.735</b>	<b>567.700</b>	<b>17.035</b>		

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Como garantia do financiamento por nós contratado junto ao BNDES em 10 de fevereiro de 2011 e das debêntures da primeira emissão realizada em 18 de janeiro de 2011, descrita no item 18.5 deste Formulário de Referência, foram concedidas a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, a vigorar até a final liquidação de todas as obrigações por nós assumidas, dos seguintes direitos: (i) todos os direitos emergentes da Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a ARTESP; (ii) todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para cumprimento das obrigações por nós assumidas, nos termos do Contrato de Concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da Concessão, incluindo, sem limitações as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão as quais serão direcionadas à conta centralizadora; e (iii) todos os direitos creditórios sobre os valores a serem depositados e mantidos nas "Contas do Projeto". Referidas garantias são compartilhadas entre BNDES e os debenturistas da primeira emissão. Segundo referido compartilhamento, BNDES e os debenturistas são credores conjuntos, não solidários, para o fim específico da execução das garantias compartilhadas e rateio dos valores apurados de forma proporcional às respectivas dívidas garantidas.

Não existe grau de subordinação entre as demais dívidas que possuímos.

**(iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Somos parte em alguns contratos financeiros que exigem o cumprimento de obrigações específicas, assim como impõem algumas restrições (*covenants*).

O contrato firmado com o BNDES prevê que não devemos assumir novas dívidas acima do montante correspondente a 15% do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses sem a anuência do BNDES, excluindo desse valor a emissão de debêntures ou de novo financiamento, nos termos previstos no referido contrato, sendo permitido, dentro do referido limite, contrair mútuos com qualquer empresa do

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Grupo INVEPAR, desde que a taxa de juros não seja diferente da remuneração presente em contratos de empréstimo de curto prazo, como Conta Garantida e Capital de Giro, entre a beneficiária e bancos de primeira linha. Ressalta-se que o referido contrato junto ao BNDES prevê que eventuais empréstimos de curto prazo sejam liquidados sempre até 31 de dezembro do ano da sua contratação.

O referido contrato apresenta, ainda, cláusulas de vencimento antecipado caso um evento de inadimplemento ocorra, e de liquidação antecipada obrigatória caso venhamos a obter quaisquer recursos decorrentes da contratação de financiamentos ou caso recebamos quaisquer valores da ARTESP em decorrência do pagamento de indenização resultante do término antecipado do Contrato de Concessão.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às condições das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (aprovas por meio da Resolução da Diretoria do BNDES nº 665/86), que além de disciplinarem a utilização dos recursos, impõem uma série de obrigações ao tomador dos recursos, em particular o disposto no seu Capítulo VI, inciso IX, que estabelece que o tomador não poderá, “... *sem prévia autorização do BNDES, conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas* ...”. A assunção de novas dívidas, no entanto, é permitida sem a prévia autorização do BNDES, no caso de “... *empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Beneficiária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material*”, conforme § 2º do citado capítulo. A mesma norma impõe restrições quanto à modificação do nosso controle acionário sem prévia anuência do BNDES.

Ademais, o atual contrato firmado com o BNDES possui dois *covenants* financeiros, um deles define que o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (“ICSD”), definido como sendo a divisão do EBITDA ajustado pela Soma das Amortizações com os Juros da Dívida Financeira de Curto e Longo Prazo, deve ser maior ou igual a 1,2, e o outro *covenant* que consta no contrato é que devemos apresentar a proporção Patrimônio Líquido sobre o Ativo Total superior a 20%.

Em função do desequilíbrio financeiro em caixa decorrente das obrigações relativas a liberações de subcréditos em Taxa de Juros de longo Prazo – TJLP e IPCA dependentes de licenças ambiental em 14 de dezembro de 2011, solicitamos a anuência do BNDES para (i) assumir novas dívidas com montante superior a 15% do faturamento bruto dos últimos 12 meses, e (ii) não liquidar, excepcionalmente ao final de 2011, os empréstimos de curto prazo, conforme estipulações do Contrato de Financiamento. Em 23 de dezembro de 2011, o BNDES (i) aprovou a liberação, no exercício de 2011, do cumprimento da obrigação disposta no inciso XV da Cláusula 13ª do Contrato de Financiamento nº 10.2.1996.1 de 10 de fevereiro de 2011, qual seja, “Liquidar eventuais empréstimos de curto prazo sempre até 31 de dezembro do ano da sua contratação” e (ii) concedeu anuência prevista no inciso XIV da Cláusula 13ª do Contrato de Financiamento, permitindo nos, assim, assumir novas dívidas acima do montante de 15% do faturamento bruto. Tal anuência se limitou a 30% do faturamento bruto apurado nos 12 meses anteriores, além de vigorar até 120 dias contados a partir de 31 de dezembro de 2011.

As debêntures emitidas pela Companhia em 2011 possuem certas obrigações e *covenants* financeiros relacionados à cessão de direitos creditórios e emergentes da concessão e penhor das nossas ações, que são descritos de forma detalhada no item 18.5 deste Formulário.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia atende às restrições do Contrato do BNDES sendo que até esta data o total da Conta Reserva está em R\$ 42.478 mil.

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nós possuímos linha de crédito com o BNDES no montante total de R\$1,052 bilhão cujo contrato foi assinado em fevereiro de 2011. Em 30 de setembro de 2012, tínhamos disponível para utilização o montante de R\$487.340 mil.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2011 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

(em R\$ mil)	Períodos de nove meses findos em 30 de setembro				
	2012	A.V.%	2011	A.V.%	2011/2012 Var. (%)
Receita operacional de pedágio e acessórias	145.719	54,2	130.636	45,4	11,5
Receita de construção	123.353	45,8	157.370	54,6	(21,6)
<b>Receita líquida</b>	<b>269.072</b>	<b>100,0</b>	<b>288.006</b>	<b>100,0</b>	<b>(6,6)</b>
Custo dos serviços prestados	(102.495)	(38,1)	(89.579)	(31,1)	14,4
Custos de construção	(122.131)	(45,4)	(152.787)	(53,0)	(20,1)
<b>Lucro bruto</b>	<b>44.446</b>	<b>16,5</b>	<b>45.640</b>	<b>15,8</b>	<b>(2,6)</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(23.748)	(8,8)	(20.232)	(7,0)	17,4
Remuneração dos administradores	(958)	(0,4)	(888)	(0,3)	7,9
Depreciações	(5.286)	(2,0)	(4.436)	(1,5)	19,2
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(60.140)</b>	<b>(22,4)</b>	<b>(60.459)</b>	<b>(21,0)</b>	<b>(0,5)</b>
Despesas financeiras	(63.876)	(23,7)	(64.760)	(22,5)	(1,4)
Receitas financeiras	3.736	1,4	4.301	1,5	(13,1)
Outras receitas operacionais, líquidas	92	0,0	91	0,0	1,1
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(45.594)</b>	<b>(16,9)</b>	<b>(40.284)</b>	<b>(14,0)</b>	<b>13,2</b>
Imposto de renda e contribuição social	25.505	9,5	22.799	7,9	11,9
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(20.089)</b>	<b>(7,5)</b>	<b>(17.485)</b>	<b>(6,1)</b>	<b>14,9</b>

#### Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional de pedágio e acessórias passou de R\$ 130.636 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 145.719 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$15.083 mil, ou 11,5%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos seguintes fatores: (a) aumento das tarifas de pedágio em 4,99% em 01 de julho de 2012; (b) aumento das receitas acessórias de R\$210 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$3.536 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

#### Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 157.370 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 123.353 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, uma redução de 21,6%. Essa redução ocorreu em razão do maior volume de investimentos na Concessão nos nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

#### Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 89.579 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 102.495 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$12.916 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos seguintes fatores: (a) aumento de R\$6.645 mil de despesa com amortização, de R\$31.616 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$38.261 mil no mesmo período de 2012; (b) aumento de R\$3.784 mil no custo com prestadores com serviços, decorrentes principalmente de reajustes contratuais com prestadores de serviços; e (c) reajuste de dissídio coletivo em 5,5% em 01 de março de 2012.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Custo de construção

O custo de construção passou de R\$ 152.787 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 122.131 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, uma redução de R\$30.656 mil ou 20,1%. Essa redução ocorreu em razão do maior volume de investimentos na Concessão nos nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 20.232 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 23.748 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de 17,4%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos seguintes fatores: (a) reajuste de dissídio coletivo em 5,5% em 01 de março de 2012; e (b) pagamento da comissão relacionada ao recebimento da receita acessória de fibra óptica no primeiro trimestre de 2012.

### Despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras, líquidas, passaram de R\$ 60.459 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 60.140 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Não tendo ocorrido variação significativa entre os períodos.

### Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 22.799 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 25.505 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Esse aumento é decorrente de um aumento nos prejuízos fiscais apurados no período corrente.

### Prejuízo do período

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do período passou de R\$ 17.485 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 para R\$ 20.089 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 2.604 mil, ou 14,9%.

### Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos nossos resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	A.V.%	2010	A.V.%	2010/2011 Var. (%)
<i>(em R\$ mil)</i>					
Receita operacional de pedágio e acessórias	177.830	44,9	159.122	39,6	11,8
Receita de construção	218.189	55,1	243.091	60,4	(10,2)
<b>Receita líquida</b>	<b>396.019</b>	<b>100,0</b>	<b>402.213</b>	<b>100,0</b>	<b>(1,5)</b>
Custo dos serviços prestados	(128.688)	(32,5)	(119.071)	(29,6)	8,1
Custos de construção	(211.834)	(53,5)	(235.798)	(58,6)	(10,2)
<b>Lucro bruto</b>	<b>55.497</b>	<b>14,0</b>	<b>47.344</b>	<b>11,8</b>	<b>17,2</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	(27.976)	(7,1)	(26.896)	(6,7)	4,0
Remuneração dos administradores	(1.086)	(0,3)	(1.475)	(0,4)	(26,4)
Depreciações	(6.523)	(1,6)	(4.897)	(1,2)	33,20
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(82.332)</b>	<b>(20,8)</b>	<b>(59.807)</b>	<b>(14,9)</b>	<b>37,7</b>
Despesas financeiras	(87.733)	(22,2)	(60.851)	(15,1)	44,2
Receita financeira	5.401	1,4	1.044	0,3	417,3

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Outras receitas operacionais, líquidas	601	0,2	-	0,0	-
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(61.819)</b>	(15,6)	<b>(45.731)</b>	(11,4)	<b>35,2</b>
Imposto de renda e contribuição social	30.369	7,7	15.049	3,7	101,8
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(31.450)</b>	(7,9)	<b>(30.682)</b>	(7,6)	<b>2,5</b>

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**Receita operacional de pedágio e acessórias**

A receita operacional de pedágio e acessórias passou de R\$ 159.122 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 177.830 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$18.708 mil, ou 11,8%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão do aumento das tarifas de pedágio em 6,55% em 01 de julho de 2011.

**Receita de construção**

A receita de construção passou de R\$ 243.091 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 218.189 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, uma redução de R\$24.902 mil, ou 10,2%. Essa redução é decorrente de maiores investimentos realizados na Concessão em 2010, que gerou uma receita de construção maior em 2010.

**Custo dos serviços prestados**

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 119.071 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 128.688 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 9.617 mil, ou 8,1%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 8.314 mil no custo com amortização de ativos intangível relacionados com a concessão; (b) aumento de R\$ 2.157 mil no custo com prestadores de serviços, decorrente de reajuste contratual com prestadores de serviços; e (c) aumento no custo com pessoal devido ao reajuste de dissídio coletivo em 5,5% em 01 de março de 2011.

**Custo de construção**

O custo de construção passou de R\$ 235.798 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 211.834 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, uma redução de R\$23.964 mil, ou 10,2%. Essa redução ocorreu em razão de maiores investimentos realizados na Concessão em 2010.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 26.896 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 27.976 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$1.080 mil, ou 4,0%. Não tendo ocorrido aumento significativo nas despesas gerais e administrativas.

**Despesas financeiras, líquidas**

As despesas financeiras, líquidas passaram de R\$59.807 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 82.332 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de 22.525 mil, ou 37,7%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão do aumento de juros sobre empréstimos, decorrentes: (a) captação por meio da emissão de debêntures em janeiro de 2011; e (b) liberação de novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES conforme cronograma de investimento na Concessão.

**Imposto de renda e contribuição social**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 15.049 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 30.369 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 15.320 mil. Esse aumento é decorrente de um aumento nos prejuízos fiscais apurados no exercício corrente.

### Prejuízo do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício manteve-se praticamente estável, tendo sido registrado um prejuízo de R\$ 30.682 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e um prejuízo de R\$ 31.450 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 768 mil.

### Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos nossos resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2010	A.V.%	2009	A.V.%	2009/2010 Var. (%)
<i>(em R\$ mil)</i>					
Receita operacional de pedágio e acessórias	159.122	39,6	23.715	8,4	571,0
Receita de construção	243.091	60,4	259.389	91,6	(6,3)
<b>Receita líquida</b>	<b>402.213</b>	100,0	<b>283.104</b>	100,0	<b>42,1</b>
Custo dos serviços prestados	(119.071)	(29,6)	(53.351)	(18,8)	123,2
Custo de construção	(235.798)	(58,6)	(251.608)	(88,9)	(6,3)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>47.344</b>	11,8	<b>(21.855)</b>	(7,7)	--
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	(26.896)	(6,7)	(12.007)	(4,2)	124,0
Remuneração dos administradores	(1.475)	(0,4)	(969)	(0,3)	52,2
Depreciações	(4.897)	(1,2)	(1.365)	(0,5)	258,8
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(59.807)</b>	(14,9)	<b>(38.474)</b>	(13,6)	55,4
Despesas financeiras	(60.851)	(15,1)	(42.285)	(14,9)	43,9
Receita financeira	1.044	0,3	3.811	1,3	(72,6)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(45.731)</b>	(11,4)	<b>(74.670)</b>	(26,4)	<b>(38,8)</b>
Imposto de renda e contribuição social	15.049	3,7	24.334	8,6	(38,2)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(30.682)</b>	(7,6)	<b>(50.336)</b>	(17,8)	(39,0)

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional de pedágio e acessórias passou de R\$ 23.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 159.122 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 135.407 mil. Esse aumento ocorreu principalmente pelo (a) início de operação das 9 praças de pedágio em dezembro de 2009; e (b) aumento das tarifas de pedágio em 5,22% em 01 de julho de 2010.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Receita de construção

A receita de construção passou de R\$ 259.389 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 243.091 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 16.298 mil, ou 6,3%. Essa redução ocorreu em função de maiores investimentos na Concessão em 2009 decorrentes do programa intensivo inicial, que gerou uma receita de construção maior em 2009.

### Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R\$ 53.351 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 119.071 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$65.720 mil, ou 123,2%. Esse aumento ocorreu principalmente em função: (a) contratação de novos prestadores de serviços para a conservação e manutenção das rodovias; (b) aumento no quadro de pessoal; (c) reajuste de dissídio coletivo em 4% em 01 de março de 2010; e (d) aumento do ônus variável. Todos estes aumentos são decorrentes do início da operação das 9 praças de pedágio em dezembro de 2009.

### Custo de construção

O custo de construção passou de R\$ 251.608 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 235.798 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$15.810 mil, ou 6,3%. Essa redução ocorreu em função de maiores investimentos na Concessão em 2009 decorrentes do programa intensivo inicial.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 12.007 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 26.896 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$14.889 mil, ou 124,0%. Esse aumento ocorreu principalmente em razão do: (a) aumento no quadro de pessoal; (b) reajuste de dissídio coletivo em 4% em 01 de março de 2010.; e (c) contratação de novos prestadores de serviços. Todos estes aumentos são decorrentes do início da operação das 9 praças de pedágio em dezembro de 2009.

### Despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras, líquidas, passaram de R\$ 38.474 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 59.807 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$21.333 mil, ou 55,4%. Esse aumento ocorreu em função de novos empréstimos captados durante o ano de 2010 para os investimentos na Concessão.

### Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 24.334 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 15.049 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 9.285 mil. Essa redução é decorrente de uma redução nos prejuízos fiscais apurados no exercício corrente.

### Prejuízo do exercício

Em função dos motivos explicados acima, o prejuízo do exercício passou de R\$ 50.336 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 30.682 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 19.654 mil, ou 39,0%.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****BALANÇO PATRIMONIAL**

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas de ativo, passivo e patrimônio líquido de nossos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

**Comparação dos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

(em R\$ mil)	30/09/2012	A.V. %	31/12/2011	A.V. %	2011/2012 Var. (%)
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	51.037	3,2	5.149	0,4	891,2
Aplicações financeiras	42.478	2,6	40.038	2,8	6,1
Créditos a receber	13.039	0,8	10.790	0,7	20,8
Estoques	696	0,0	496	0,0	40,3
Impostos a recuperar	190	0,0	344	0,0	(44,8)
Adiantamentos diversos	349	0,0	411	0,0	(15,1)
Despesas antecipadas	1.034	0,1	680	0,0	52,1
Partes relacionadas	41	0,0	-	-	--
Outros	138	0,0	154	-	(10,4)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>109.002</b>	<b>6,8</b>	<b>58.062</b>	<b>4,0</b>	<b>87,7</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	95.257	5,9	69.752	4,8	36,6
Depósitos judiciais	792	0,0	116	0,0	582,8
Outros	9	0,0	9	0,0	--
Imobilizado	18.958	1,2	22.407	1,5	(15,4)
Intangível	1.388.237	86,1	1.300.924	89,6	6,7
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.503.253</b>	<b>93,2</b>	<b>1.393.208</b>	<b>96,0</b>	<b>7,9</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.612.255</b>	<b>100,0</b>	<b>1.451.270</b>	<b>100,0</b>	<b>11,1</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	45.203	2,8	57.770	4,0	(21,8)
Debêntures	407.007	25,2	24.262	1,7	1.577,5
Fornecedores	2.874	0,2	2.819	0,2	2,0
Salários e encargos sociais a recolher	4.112	0,3	2.855	0,2	44,0
Impostos e contribuições a recolher	2.765	0,2	2.374	0,2	16,5
Obrigações para direito de concessão	665	0,0	536	0,0	24,1
Receita diferida	10.179	0,6	-	-	--
Partes relacionadas	1.169	0,1	-	-	--
Outros	1.743	0,1	2.312	0,2	(24,6)
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>475.717</b>	<b>29,5</b>	<b>92.928</b>	<b>6,4</b>	<b>411,9</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Provisão de manutenção	18.900	1,2	14.000	1,0	35,0
Empréstimos e financiamentos	484.430	30,1	419.849	28,9	15,4
Debêntures	-	0,0	400.000	27,6	100,0
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	554	0,0	299	0,0	85,3
Receita diferida	50.211	3,1	11.662	0,8	330,6
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>554.095</b>	<b>34,4</b>	<b>845.810</b>	<b>58,3</b>	<b>(34,5)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	715.000	44,3	625.000	43,1	14,4
Prejuízo acumulado	(132.557)	(8,2)	(112.468)	(7,8)	17,9
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>582.443</b>	<b>36,1</b>	<b>512.532</b>	<b>35,3</b>	<b>13,6</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.612.255</b>	<b>100,0</b>	<b>1.451.270</b>	<b>100,0</b>	<b>11,1</b>



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$50.940 mil, ou 87,7%, passando de R\$ 58.062 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 109.002 mil em 30 de setembro de 2012. Esse aumento é decorrente principalmente do (a) aumento de R\$45.888 mil em caixa e equivalentes de caixa; (b) aumento de R\$2.440 mil em aplicações financeiras; e (d) aumento de R\$2.249 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

#### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 5.149 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 51.037 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 45.888 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo aporte de capital de R\$ 90.000 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, e do caixa gerado pelas operações nesse período.

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 40.038 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 42.478 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$2.440 mil, em função da alocação para a conta reserva referente ao empréstimo com o BNDES e de rendimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

#### Créditos a receber

Os créditos a receber passaram de R\$ 10.790 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 13.039 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$2.249 mil. Esse aumento é decorrente principalmente da diferença da quantidade de repasses do CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) de receita de pedágio paga por meios eletrônicos.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R\$ 1.393.208 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.503.253 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 110.045 mil, em função, principalmente dos investimentos realizados na Concessão, que são contabilizados no ativo intangível, e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 69.752 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 95.257 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 25.505 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários de prejuízos fiscais apurados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

#### Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R\$1.300.924 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 1.388.237 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 87.313 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos realizados na Concessão, cuja receita de construção é reconhecido em contrapartida do ativo intangível do direito de concessão.

### PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R\$ 92.928 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 475.717 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$382.789 mil. Esse aumento é decorrente principalmente pelo aumento de R\$382.745 mil em debêntures e do aumento de R\$10.179 mil de receita diferida, que foi compensado pela redução de R\$12.567 mil em empréstimos e financiamentos, conforme explicado abaixo.

#### Empréstimos e financiamentos

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$ 57.770 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 45.203 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, uma redução de R\$ 12.567 mil. Essa redução foi gerada principalmente pelas amortizações do saldo principal e juros das parcelas de curto prazo no período.

### Debêntures

As debêntures passaram de R\$ 24.262 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 407.007 mil em 30 de setembro de 2012. Esse aumento ocorreu em função da reclassificação do saldo de debêntures do longo para o curto prazo, em função do cronograma de vencimento dessas debêntures.

### Receita diferida

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía uma receita diferida no valor de R\$ 10.179 mil. Essa receita diferida é decorrente da realização de contrato e recebimento de receita acessória que será realizada em até 12 meses. A Companhia não registrou receita diferida em 31 de dezembro de 2011.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R\$ 845.810 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 554.095 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, uma redução de R\$291.715 mil. Essa redução é decorrente principalmente da redução de R\$400.00 mil em debêntures, que foi compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 64.581 mil em empréstimos e financiamentos; pelo aumento de R\$38.549 mil de receita diferida; e pelo aumento de R\$ 4.900 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

### Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R\$ 14.000 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 18.900 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 4.900 mil. Esse aumento é decorrente do aumento da provisão para reparos e manutenção que serão necessários na Concessão.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 419.849 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 484.430 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 64.581 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente, da liberação de novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES, conforme o cronograma de investimento na Concessão.

### Debêntures

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não possuía debêntures em seu passivo não circulante, em contrapartida aos R\$ 400.000 mil registrados em 31 de dezembro de 2011, ou seja, uma redução de R\$ 400.000 mil. Essa redução é decorrente da transferência para o curto prazo, em função do cronograma de vencimento dessas debêntures.

### Receita diferida

A receita diferida passou de R\$ 11.662 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 50.211 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 38.549 mil. Esse aumento é decorrente da realização de contrato e recebimento de receita acessória que será realizada após 12 meses.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R\$ 512.532 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 582.443 mil em 30 de setembro de 2012, ou seja, um aumento de R\$ 69.911 mil. Esse aumento ocorreu em razão do recebimento de R\$ 90.000 mil de aporte de capital no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, que foi reduzido pelo prejuízo de R\$20.089 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro 2010**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos aos nossos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(em R\$ mil)	31/12/2011	A.V. %	31/12/2010	A.V. %	2010/2011 Var. (%)
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.149	0,4	4.243	0,4	21,4
Aplicações financeiras	40.038	2,8	-	0,0	-
Créditos a receber	10.790	0,7	8.858	0,7	21,8
Estoques	496	0,0	825	0,1	(39,9)
Impostos a recuperar	344	0,0	237	0,0	45,1
Adiantamentos diversos	411	0,0	1.119	0,1	(63,3)
Despesas antecipadas	680	0,1	812	0,1	(16,3)
Partes relacionadas	-	0,0	3.092	0,3	(100,0)
Outros	154	0,0	254	0,0	(39,4)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>58.062</b>	<b>4,0</b>	<b>19.440</b>	<b>1,6</b>	<b>198,7</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.752	4,8	39.383	3,3	77,1
Depósitos judiciais	116	0,0	-	-	-
Outros	9	0,0	9	-	-
Imobilizado	22.407	1,5	20.695	1,7	8,3
Intangível	1.300.924	89,6	1.103.057	93,3	17,9
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.393.208</b>	<b>96,0</b>	<b>1.163.144</b>	<b>98,4</b>	<b>19,8</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.451.270</b>	<b>100,0</b>	<b>1.182.584</b>	<b>100,0</b>	<b>22,7</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	57.770	4,0	9.936	0,8	481,4
Debêntures	24.262	1,7	-	0,0	-
Fornecedores	2.819	0,2	1.665	0,1	69,3
Salários e encargos sociais a recolher	2.855	0,2	2.523	0,2	13,2
Impostos e contribuições a recolher	2.374	0,2	1.855	0,2	28,0
Obrigações para direito de concessão	536	0,0	490	0,0	9,4
Partes relacionadas	-	-	52.222	4,4	(100,0)
Outros	2.312	0,2	2.000	0,2	15,6
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>92.928</b>	<b>6,4</b>	<b>70.691</b>	<b>6,0</b>	<b>31,5</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Provisão de manutenção	14.000	1,0	6.025	0,5	132,4
Empréstimos e financiamentos	419.849	28,9	674.765	57,1	(37,8)
Debêntures	400.000	27,6	-	-	-
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	299	0,0	121	0,0	147,1
Receita diferida	11.662	0,8	-	0,0	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>845.810</b>	<b>58,3</b>	<b>680.911</b>	<b>57,6</b>	<b>24,2</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	625.000	43,1	512.000	43,3	22,1
Prejuízo acumulado	(112.468)	(7,7)	(81.018)	(6,9)	38,8
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>512.532</b>	<b>35,3</b>	<b>430.982</b>	<b>36,4</b>	<b>18,9</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.451.270</b>	<b>100,0</b>	<b>1.182.584</b>	<b>100,0</b>	<b>22,7</b>

**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante apresentou um aumento de R\$38.622 mil, ou 198,7%, passando de R\$19.440 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 58.062 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente principalmente do (a) aumento de R\$40.038 mil em aplicações financeiras; e (b) aumento de R\$ 1.932 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

**Aplicações financeiras**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía aplicações financeiras no montante de R\$ 40.038 mil. A Companhia não registrou aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente das aplicações financeiras que devem ser mantidas em conta reserva em conexão com o empréstimo com o BNDES.

### Créditos a receber

Os créditos a receber passaram de R\$ 8.858 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 10.790 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$1.932 mil. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento na quantidade de repasses do CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento), em razão do aumento na quantidade de pedágios paga por meios eletrônicos e consequente redução nos pagamentos manuais, à vista.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R\$ 1.163.144 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.393.208 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$230.064 mil, ou 19,8%. Esse aumento é decorrente principalmente dos investimentos realizados na Concessão, que são contabilizados no ativo intangível, e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 39.383 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 69.752 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 30.369 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários de prejuízos fiscais apurados em 2011.

### Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R\$ 1.103.057 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.300.924 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 197.867 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos realizados na Concessão, cuja receita de construção é reconhecido em contrapartida do ativo intangível do direito de concessão.

### PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R\$ 70.691 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 92.928 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 22.237 mil. Esse aumento é decorrente principalmente pelo aumento de R\$ 47.834 mil em empréstimos e financiamentos; do aumento de R\$ 24.262 mil de debêntures; que foi compensado pela redução de R\$ 52.222 mil do saldo de partes relacionadas, conforme explicado abaixo.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 9.936 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 57.770 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 47.834 mil. Esse aumento ocorreu em razão de novo empréstimo contratado com o BNDES.

### Debêntures

As debêntures passaram de zero em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 24.262 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente dos juros referente à emissão de Debêntures em janeiro de 2011 com vencimento semestral.

### Partes relacionadas

A Companhia não possuía mútuos a pagar com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011, comparados ao saldo de R\$ 52.222 mil registrado em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de 100,00%. Essa redução ocorreu em razão da quitação integral dos mútuos existentes em 31 de dezembro

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

de 2010.

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O passivo não circulante passou de R\$ 680.911 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 845.810 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 164.899 mil. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento de R\$400.00 mil em debêntures; pelo aumento de R\$ 11.662 mil de receita diferida e pelo aumento de R\$ 7.975 mil na provisão de manutenção, que foi compensado parcialmente pela redução de R\$ 254.916 mil em empréstimos e financiamentos; conforme explicado abaixo.

**Provisão de manutenção**

A provisão de manutenção passou de R\$ 6.025 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 14.000 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 7.975 mil. Esse aumento é decorrente do aumento da provisão para reparos e manutenção que serão necessários na Concessão.

**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 674.765 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 419.849 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, uma redução de R\$ 254.916 mil. Essa redução é decorrente principalmente da quitação das notas promissórias da 4ª emissão, em janeiro de 2011, que foi compensada pela liberação de novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES conforme cronograma de investimento na concessão.

**Debêntures**

As debêntures passaram de zero em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 400.000 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento ocorreu em razão da primeira emissão de Debêntures em janeiro de 2011.

**Receita diferida**

A receita diferida passou de zero em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 11.662 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente do recebimento antecipado de contrato de longo prazo.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido passou de R\$ 430.982 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 512.532 mil em 31 de dezembro de 2011, ou seja, um aumento de R\$ 81.550 mil. Esse aumento ocorreu em razão do recebimento de R\$ 113.000 mil de aportes de capital em 2011, que foi reduzido pelo prejuízo de R\$31.450 mil apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

**Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

(em R\$ mil)	31/12/2010	A.V. %	31/12/2009	A.V. %	Varição
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.243	0,4	29.691	3,0	(85,7)
Créditos a receber	8.858	0,7	3.084	0,3	187,2
Estoques	825	0,1	627	0,1	31,6
Impostos a recuperar	237	0,0	726	0,1	(67,4)
Adiantamentos diversos	1.119	0,1	1.462	0,1	(23,5)
Despesas antecipadas	812	0,1	2.261	0,2	(64,1)
Partes relacionadas	3.092	0,3	19.208	2,0	(83,9)
Outros	254	0,0	4.230	0,4	(94,0)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>19.440</b>	<b>1,6</b>	<b>61.289</b>	<b>6,2</b>	<b>(68,3)</b>

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

<b>Ativo não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.383	3,3	24.334	2,5	61,8
Outros	9	0,0	6	0,0	50,0
Imobilizado	20.695	1,7	20.389	2,1	1,5
Intangível	1.103.057	93,3	876.090	89,2	25,9
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.163.144</b>	<b>98,4</b>	<b>920.819</b>	<b>93,8</b>	<b>26,3</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.182.584</b>	<b>100,0</b>	<b>982.108</b>	<b>100,0</b>	<b>20,4</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	9.936	0,8	413.790	42,1	(97,6)
Fornecedores	1.665	0,1	3.578	0,4	(53,5)
Salários e encargos sociais a recolher	2.523	0,2	1.565	0,2	61,2
Impostos e contribuições a recolher	1.855	0,2	1.631	0,2	13,7
Obrigações para direito de concessão	490	0,0	267.059	27,2	(99,8)
Partes relacionadas	52.222	4,4	81.180	8,3	(35,7)
Outros	2.000	0,2	1.100	0,1	81,8
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>70.691</b>	<b>6,0</b>	<b>769.903</b>	<b>78,4</b>	<b>(90,8)</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Provisão de manutenção	6.025	0,5	2.739	0,3	120,0
Empréstimos e financiamentos	674.765	57,1	89.765	9,1	651,7
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	121	0,0	37	0,0	227,0
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>680.911</b>	<b>57,6</b>	<b>92.541</b>	<b>9,4</b>	<b>635,8</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	512.000	43,3	170.000	17,3	201,2
Prejuízo acumulado	(81.018)	(6,9)	(50.336)	(5,1)	61,0
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>430.982</b>	<b>36,4</b>	<b>119.664</b>	<b>12,2</b>	<b>260,2</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.182.584</b>	<b>100,0</b>	<b>982.108</b>	<b>100,0</b>	<b>20,4</b>

**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante apresentou uma redução de R\$ 41.849 mil, ou 68,3%, passando de R\$ 61.289 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$19.440 mil em 31 de dezembro de 2010. Essa redução é decorrente principalmente da redução de R\$25.448 mil em caixa e equivalentes de caixa; e redução de R\$16.116 mil do saldo com partes relacionadas, que foi compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 5.774 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

**Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 29.691 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 4.243 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 25.448 mil. Essa redução foi gerada principalmente pelos investimentos em ativo imobilizado e intangível decorrentes de investimentos na concessão, que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado pelas atividades de financiamento.

**Créditos a receber**

Os créditos a receber passaram de R\$ 3.084 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 8.858 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 5.774 mil. Esse aumento é decorrente principalmente da diferença da quantidade de repasses do CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) de receita de pedágio paga por meios eletrônicos.

**Partes relacionadas**

O saldo a receber com partes relacionadas passou de R\$ 19.208 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 3.092 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 16.116 mil. Essa redução é decorrente da utilização do adiantamento efetuado para a OAS em conexão com o contrato de execução de obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares.

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O total do ativo não circulante passou de R\$ 920.819 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 1.163.144 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 242.325 mil, ou 26,3%. Esse aumento é decorrente principalmente dos investimentos realizados na Concessão, que são contabilizados no ativo intangível, e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 24.334 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 39.383 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 15.049 mil ou 61,8%. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários de prejuízos fiscais apurados em 2010.

### **Ativo intangível**

O saldo do ativo intangível passou de R\$876.090 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 1.103.057 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 226.967 mil, ou 25,9%. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos realizados na Concessão, cuja receita de construção é reconhecido em contrapartida do ativo intangível do direito de concessão.

## **PASSIVO CIRCULANTE**

O passivo circulante passou de R\$ 769.903 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 70.691 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 699.212 mil. Essa redução é decorrente principalmente da redução de R\$ 403.854 mil em empréstimos e financiamentos; da redução de R\$ 266.569 mil de obrigações para direito de concessão; e da redução de R\$ 28.958 mil do saldo com partes relacionadas, conforme explicado abaixo.

### **Empréstimo e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 413.790 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 9.936 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 403.854 mil. Esta redução deve-se principalmente à liquidação das notas promissórias que estavam contabilizadas no curto prazo em 31 de dezembro de 2009.

### **Obrigações para direito de concessão**

As obrigações para direito de concessão passaram de R\$ 267.059 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 490 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 266.569 mil. Essa redução ocorreu principalmente em função da liquidação do saldo remanescente a pagar pela outorga fixa da concessão.

### **Partes relacionadas**

O saldo com partes relacionadas passou de R\$ 81.180 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 52.222 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, uma redução de R\$ 28.958 mil. Essa redução ocorreu principalmente em razão da quitação de parte dos mútuos existentes em 31 de dezembro de 2009.

## **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O passivo não circulante passou de R\$ 92.541 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 680.911 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 588.370 mil. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento de R\$585.000 mil em empréstimos e financiamentos; e pelo aumento de R\$ 3.286 mil na provisão de manutenção; conforme explicado abaixo.

### **Provisão de manutenção**

A provisão de manutenção passou de R\$ 2.739 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 6.025 mil em 31

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 3.286 mil. Esse aumento é decorrente do aumento da provisão para reparos e manutenção que serão necessários na Concessão.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram R\$ 89.765 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 674.765 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 585.000 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em função da 4ª emissão de notas promissórias e a liberação de novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES, conforme cronograma de investimento na concessão.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R\$ 119.664 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 430.982 mil em 31 de dezembro de 2010, ou seja, um aumento de R\$ 311.318 mil. Esse aumento ocorreu em razão do recebimento de R\$ 342.000 mil de aportes de capital em 2010, que foi reduzido pelo prejuízo de R\$30.682 mil apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nossos Diretores comentam abaixo as variações em nossos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e nas atividades de financiamento nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2011	2010	2009
	<i>(em milhares de R\$)</i>				
Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	111.383	76.585	92.008	61.743	(67.706)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos.....	(128.689)	(214.778)	(283.794)	(526.825)	(640.303)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento.....	63.194	136.542	192.692	439.634	737.698
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>45.888</b>	<b>(1.651)</b>	<b>906</b>	<b>(25.448)</b>	<b>29.689</b>

Durante o exercício de 2012, a nossa administração observou que, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os pagamentos da outorga fixa efetuados ao Poder Concedente foram apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividades operacionais ao invés de serem classificados nas atividades de investimentos, por representarem investimentos na aquisição de um ativo intangível. Adicionalmente, nas demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, foi reclassificada a apresentação das aplicações financeiras das atividades operacionais para as atividades de investimentos. Os montantes apresentados na tabela acima refletem as reclassificações efetuadas nas demonstrações dos fluxos de caixa e que foram por nós reapresentadas.

### Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

#### Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 111.383 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, comparado ao caixa gerado de R\$ 76.585 mil no mesmo período de 2011, representando um aumento de R\$ 34.798 mil. A principal variação deve-se ao recebimento de receita acessória antecipada referente à locação da infraestrutura da Concessão de fibra óptica.

#### Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 128.689 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, comparado ao caixa utilizado de R\$ 214.778 mil no mesmo período de 2011, representando uma redução de R\$ 86.089 mil. Essa redução foi gerada principalmente pela redução dos gastos na infraestrutura da concessão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, comparado ao mesmo período de 2012.

### Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 63.194 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, comparado ao caixa gerado de R\$ 136.542 mil no mesmo período de 2011, representando uma redução de R\$ 73.348 mil. Essa redução ocorreu principalmente por uma necessidade menor de captação recursos.

### Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

#### Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 92.008 mil em 2011, comparado ao caixa gerado de R\$ 61.743 mil em 2010, representando um aumento de R\$ 30.265 mil. Esse aumento deve-se principalmente ao recebimento em 2011 de receita acessória antecipada referente à locação da infraestrutura da Concessão de fibra óptica e pelo aumento das operações de pedágio.

#### Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 283.794 mil em 2011, comparado ao caixa utilizado de R\$ 526.825 mil em 2010, representando uma redução de R\$ 243.031 mil. Essa redução foi gerada principalmente pela redução dos gastos na infraestrutura da concessão em 2011, comparado aos gastos efetuados em 2010; pelo pagamento de R\$ 266.569 mil referente ao saldo remanescente a pagar pela outorga fixa da Concessão em 2010, que foi compensado parcialmente pela aplicação financeira de R\$ 40.038 mil em 2011.

#### Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 192.692 mil em 2011, comparado ao caixa gerado de R\$ 439.634 mil em 2010, representando uma redução de R\$ 246.942 mil. Essa redução deve-se principalmente a uma redução de aportes de capital de R\$342.000 mil em 2010, comparado a R\$113.000 mil em 2011.

### Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

#### Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 61.743 mil em 2010, comparado ao caixa utilizado de R\$ 67.706 mil em 2009, uma variação de R\$ 129.449 mil entre os períodos. Essa variação reflete as operações das nove praças de pedágio que entraram em operação em dezembro de 2009.

#### Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 526.825 mil em 2010, comparado ao caixa utilizado de R\$ 640.303 mil em 2009, representando uma redução de R\$ 113.478 mil. Essa redução é decorrente principalmente do maior montante de gastos na infraestrutura da concessão em 2009, comparado aos gastos efetuados em 2010 e pelo pagamento de R\$ 389.189 mil referente à outorga fixa da Concessão em 2009.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 439.634 mil em 2010, comparado ao caixa gerado de R\$ 737.698 mil em 2009, representando uma redução de R\$ 298.064 mil. Referida redução ocorreu principalmente devido a uma maior captação de empréstimos durante o início da Concessão, que foi compensada parcialmente pelos aumentos de capital de R\$169.998 mil em 2009 e R\$342.000 mil em 2010.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Resultado das operações da Companhia, em especial:

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossos diretores esclarecem que as nossas receitas de prestação de serviços são constituídas preponderantemente pela cobrança de tarifas de pedágio e de receitas acessórias. De acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente, as receitas acessórias podem complementar as receitas oriundas da cobrança de pedágio, sendo estas: (a) receitas de cobranças de manutenção de acessos às rodovias por empresas que estejam localizadas às margens da área de concessão; (b) receitas recebidas pela ocupação das faixas laterais da rodovia (faixa de domínio) pela passagem de dutos, cabos de fibra ótica; e (c) receitas de publicidade não vedadas em lei.

A receita de construção é apurada com uma margem em relação aos gastos com a infraestrutura da concessão que são contabilizados conforme o CPC 17 – Contratos de Construção. Essa margem, que no caso da Companhia como há terceirização da obra, é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A receita de construção tem como contrapartida o ativo intangível.

A tarifa básica de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e é reajustada anualmente em julho com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa básica de pedágio para cada praça existente é o resultado do trecho de cobertura de pedágio (TCP) a ela correspondente, ou seja, cada praça corresponde a determinada extensão rodoviária pelo valor da tarifa quilométrica ofertada à época da concorrência pública.

O quadro abaixo indica os valores por quilômetro para pista simples e pista dupla no decorrer dos anos:

	Tipo de Pista	Tarifa Ofertada Reajustada R\$/km
<b>Base Jul/2008</b>	Pista Simples	R\$ 0,006466
	Pista Dupla	R\$ 0,090525
<b>Base Jul/2009</b>	Pista Simples	R\$ 0,068022
	Pista Dupla	R\$ 0,095231
<b>Base Jul/2010</b>	Pista Simples	R\$ 0,071571
	Pista Dupla	R\$ 0,100201
<b>Base Jul/2011</b>	Pista Simples	R\$ 0,076261
	Pista Dupla	R\$ 0,106767
<b>Base Jul/2012</b>	Pista Simples	R\$ 0,08007
	Pista Dupla	R\$ 0,11209

As tarifas de pedágio são diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que cada uma das categorias causam à rodovia. A tarifa cobrada de cada categoria de veículo é o resultado do produto da tarifa básica, calculada conforme descrito anteriormente, pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme tabela a seguir:

Cat.	Tipo de Veículo	nº de Eixos	Múltip. Tarifa
1	automóvel, caminhonete, furgão e triciclo	2	1,00
2	caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	2,00
3	caminhão trator, caminhão trator com semi reboque e ônibus	3	3,00

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

4	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	4	4,00
5	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	5	5,00
6	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	6	6,00
7	automóvel ou caminhonete com semi reboque	3	1,50
8	automóvel ou caminhonete com reboque	4	2,00
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	0,50

As 09 praças de pedágio estão em operação desde 17 de dezembro de 2009. As aberturas foram gradativas, de forma que foram inauguradas 03 novas praças nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2009, totalizando as 09 praças.

As 02 praças existentes desde março de 2009 foram demolidas e substituídas em 17 de dezembro de 2009 pelas novas. Suas localizações, volumes, composições de tráfego e suas Tarifas de Cobertura de Pedágio - TCP's, em 30 de setembro de 2012, e anos de 2011, 2010 e 2009 estão indicados na tabela a seguir:

31 de dezembro de 2009

Praça de Pedágio	Rodovias	TCP (Km)			Veículo Equivalente <sup>1</sup>	Composição do Tráfego	
		Pista Simples	Pista Dupla	Total		Passeio	Comercial
Piratiniga KM 251+900	SP 225	44,335	-	44,335	284.988	75%	25%
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	SP 225	25,335	17,865	43,200	380.695	76%	24%
Ourinhos KM 014+500	SP 327	7,455	37,920	45,375	364.584	77%	23%
Palmital KM 413+400	SP 270	10,055	44,905	54,960	313.490	71%	29%
Assis KM 453+590	SP 270	17,345	39,160	56,505	154.832	76%	24%
Racharia KM 512+300	SP 270	44,355	-	44,335	116.075	75%	25%
Regente Feijó KM 541+540	SP 270	22,421	24,145	46,566	112.069	76%	24%
Presidente Bernardes KM 590.750	SP 270	55,836	6,455	62,291	328.464	79%	21%
Caiuá KM 639+000	SP 270	45,146	1,000	46,146	230.969	75%	26%

Período: 2ª Quinzena Dez

31 de dezembro de 2010

Período: Jan a Dez

---

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Praça de Pedágio	Rodovias	TCP (Km)			Veículo Equivalente <sup>1</sup>	Composição do Tráfego	
Localização		Pista Simples	Pista Dupla	Total		Passeio	Comercial
Piratininga KM 251+900	SP 225	44,335	-	44,335	2.508.560	70%	30%
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	SP 225	25,335	17,865	43,200	7.040.939	64%	36%
Ourinhos KM 014+500	SP 327	7,455	37,920	45,375	6.700.658	66%	34%
Palmital KM 413+400	SP 270	10,055	44,905	54,960	7.564.832	56%	44%
Assis KM 453+590	SP 270	17,345	39,160	56,505	3.093.748	67%	33%
Racharia KM 512+300	SP 270	44,355	-	44,335	2.401.375	64%	36%
Regente Feijó KM 541+540	SP 270	22,421	24,145	46,566	2.520.869	64%	36%
Presidente Bernardes KM 590.750	SP 270	55,836	6,455	62,291	5.989.238	72%	28%
Caiuá KM 639+000	SP 270	45,146	1,000	46,146	4.367.350	62%	38%

31 de dezembro de 2011

Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	Rodovias	TCP (Km)			Veículo Equivalente <sup>1</sup>	Composição do Tráfego	
Localização		Pista Simples	Pista Dupla	Total		Passeio	Comercial
Piratininga KM 251+900	SP 225	44,335	-	44,335	2.714.975	70%	30%
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	SP 225	25,335	17,865	43,200	7.335.131	64%	36%
Ourinhos KM 014+500	SP 327	7,455	37,920	45,375	6.982.585	66%	34%
Palmital KM 413+400	SP 270	10,055	44,905	54,960	7.892.843	56%	44%
Assis KM 453+590	SP 270	17,345	39,160	56,505	3.124.125	67%	33%
Racharia KM 512+300	SP 270	44,355	-	44,335	2.552.501	65%	35%
Regente Feijó KM 541+540	SP 270	22,421	24,145	46,566	2.523.298	65%	35%
Presidente Bernardes KM 590.750	SP 270	55,836	6,455	62,291	6.650.544	71%	29%
Caiuá KM 639+000	SP 270	45,146	1,000	46,146	4.964.391	61%	39%

30 de setembro de 2012

Período: Jan a Set

**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Praça de Pedágio	Rodovias	TCP (Km)			Veículo Equivalente <sup>1</sup>	Composição do Tráfego	
		Pista Simples	Pista Dupla	Total		Passeio	Comercial
Piratinunga KM 251+900	SP 225	44,335	-	44,335	2.047.679	71%	29%
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	SP 225	25,335	17,865	43,200	5.492.248	64%	36%
Ourinhos KM 014+500	SP 327	7,455	37,920	45,375	5.268.891	67%	33%
Palmital KM 413+400	SP 270	10,055	44,905	54,960	6.013.229	57%	43%
Assis KM 453+590	SP 270	17,345	39,160	56,505	2.432.227	67%	33%
Racharia KM 512+300	SP 270	44,355	-	44,335	2.027.496	65%	35%
Regente Feijó KM 541+540	SP 270	22,421	24,145	46,566	1.989.992	66%	34%
Presidente Bernardes KM 590.750	SP 270	55,836	6,455	62,291	5.190.816	71%	29%
Caiuá KM 639+000	SP 270	45,146	1,000	46,146	3.845.424	61%	39%

<sup>1</sup> Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado)

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetam nosso resultado operacional são (i) a quantidade e as classes de veículos pedagiados, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, (ii) o “efeito calendário”, pois varia de acordo com a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo de eixos-equivalentes no tráfego consolidado; e (iii) e o ciclo da safra de grãos, tendo em vista que somos um importante corredor de escoamento da produção de grãos na região da Concessão.

Além disso, entendem que o nosso resultado operacional é afetado pelos reajustes tarifários aplicados anualmente, com base na inflação acumulada do período, conforme fórmula constante do Contrato de Concessão, bem como eventuais revisões tarifárias que ocorrem para reequilibrar econômica e financeiramente a concessão considerando a ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis. Para mais informações sobre todas as tarifas praticadas por nós desde 2009.

O negócio da Companhia está diretamente associado à evolução e crescimento da economia, assim os Diretores da Companhia acreditam que a evolução do tráfego de veículos acompanhará futuro crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para a Companhia.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para a Companhia.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreu qualquer introdução ou alienação de segmento operacional.

#### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer participação societária.

#### **c) Eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreram eventos ou operações não usuais.

**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os Diretores da Companhia esclarecem que adotamos, a partir de dezembro de 2009, todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e, em razão disso, as nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, bem como nossas informações contábeis referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 30 de setembro de 2012.

Os Diretores da Companhia informam adicionalmente que não houve novas normas ou pronunciamentos técnicos contábeis expedidos pelo CPC entre as demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 ou entre as informações trimestrais de 30 de setembro de 2012 que gerassem diferença de padrão contábil.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os Diretores da Companhia informam que não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, nem entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do Auditor**

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos Auditores Independentes não apresentam ressalvas em seus relatórios sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. Mas incluem uma ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras, informando que durante 2012, essas demonstrações financeiras foram alteradas para proporcionar uma apresentação mais adequada dos fluxos de caixa em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como o aprimoramento de certas notas explicativas que foram expandidas para aprimorar a divulgação e, consequentemente, a opinião dos auditores independentes considera essas alterações.



### **10.5 - Políticas contábeis críticas**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) o preenchimento deste item é facultativo.

**10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

**a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

Os Diretores da Companhia consideram que os controles internos adotados pela Companhia dão pleno suporte à elaboração de demonstrações e informações financeiras com a necessária segurança e informação adequada. Utilizamos sistema integrado de informações para controle de nossas transações contábeis, fiscais, financeiras e trabalhistas. Possuímos sistema informatizado e específico para controle das informações referentes ao Tráfego e Arrecadação de cada uma das praças de pedágio. Trata-se de sistema adquirido de empresa que é referência no mercado em que atua, especializada na gestão e controle de informações de pedágios.

**b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Nossos auditores independentes não apontaram recomendações ou deficiências que impactem ou alterem significativamente nossas informações ou demonstrações financeiras

### **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Os Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

**b) Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

### **10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras da CART.**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

**10.10 - Plano de negócios****a) Investimentos, incluindo:****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que o prazo da nossa concessão e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Contrato de Concessão, o montante previsto para investimentos até 2039 é de R\$ 2,2 bilhões.

Os principais investimentos decorrentes da Concessão em andamento são referentes a:

- (i) duplicação da rodovia e implantação de dispositivos de segurança e entroncamento;
- (ii) construção do CCO (Centro de Controle Operacional) e dos SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário);
- (iii) melhoria de Obras de Arte Especiais;
- (iv) implantação de Call-Box;
- (v) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre;
- (vi) tratamento de Passivos Ambientais (Erosões).

Os principais investimentos decorrentes da Concessão a serem realizados são:

- (i) construção de Postos de Pesagem (fixos e móveis);
- (ii) implantação do Sistema de Telepresença (atendimento remoto dos usuários do SAU e CCO);
- (iii) início do Programa de Intervenção Inicial nas Vicinais;
- (iv) melhoria de Obras de Arte Especiais;
- (v) duplicação da rodovia e implantação de dispositivos de segurança e entroncamento;
- (vi) implantação do Software ITS (projeto de software a ser implantado no CCO para integração inteligente de todos os equipamentos de pedágio e rodovia);
- (vii) implantação de passarelas para travessia de pedestre, pontos de ônibus, atenuadores de impacto, painéis de mensagens fixo.

**(ii) Fontes de financiamento dos nossos investimentos**

Nossas fontes de financiamento consistem em aportes de capital por nossos acionistas e empréstimos, preferencialmente os de longo prazo, além da emissão de valores mobiliários no mercado local representativos de dívidas.

**(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Nossos Diretores destacam que não há desinvestimentos relevantes em andamento nem previstos.

**b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não realiza aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c) novos produtos e serviços, indicando:****(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas****(ii) montantes totais gastos por nós em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços****(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados****(iv) montante total gastos por nós no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

#### **10.10 - Plano de negócios**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui projetos dessa natureza em andamento.

#### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores da Companhia informam que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima, não existindo outros fatores que influenciam o desempenho operacional da Companhia.



### **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

### **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### a) Atribuições de cada órgão e comitê

#### a.1) Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por 03 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Ao nosso Conselho de Administração compete: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto Social; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em lei; (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (vi) estabelecer critérios para o rateio da remuneração dos diretores, com observância do montante global fixado pela Assembleia Geral; (vii) nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia, que necessariamente serão registrados na Comissão de Valores Mobiliários para exercício da atividade; (viii) autorizar a Companhia a: (a) alienar a qualquer título ou constituir ônus reais sobre bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (b) prestar avais, fianças ou quaisquer outras garantias; (c) contratar empréstimos, cujo valor seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou 10% (dez por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (d) fazer doações de quaisquer de seus bens ou direitos, cujos valores sejam superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (e) firmar acordos de exclusividade; (f) contratar obras ou serviços de engenharia, cujos valores sejam superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou 5% (cinco por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (g) aquisição de bens para o ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ou 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, o que for menor; (ix) celebrar contratos que resultem em obrigações ou responsabilidades que excedam (a) o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em operação isolada, ou (b) considerando o conjunto de obrigações e exigibilidades, o equivalente a 10% do patrimônio líquido da Companhia; (x) autorizar a celebração de transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Companhia e seus acionistas (e os sócios ou acionistas diretos ou indiretos dos acionistas, bem como sociedades ou veículos de investimento controlados por acionistas ou sob seu controle comum), e ainda, com qualquer dos administradores das referidas partes relacionadas; (xi) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre eventual alienação; (xii) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, espécie e classe das ações, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como a emissão de notas promissórias e debêntures; (xiii) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou intermediários, bem como deliberar sobre a destinação de dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei; (xiv) submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; (xv) deliberar sobre o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio na forma permitida pela

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

legislação em vigor; e (xvi) propor à Assembleia Geral a imputação dos Juros Sobre o Capital Próprio pagos aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Estatuto Social.

### a.2) Conselho Fiscal

O nosso Estatuto Social prevê o funcionamento, não permanente, do Conselho Fiscal, que quando em funcionamento será composto por, no mínimo 03 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Assembleia Geral que eleger os membros do nosso Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração e aprovar o regimento interno do órgão.

### a.3) Diretoria

A nossa Diretoria é composta por no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) diretores, acionistas ou não, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. Os cargos da diretoria são distribuídos da seguinte forma: 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Administrativo Financeiro, 01 (um) Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores e 01 (um) Diretor de Engenharia e Operação, podendo tais cargos serem cumulados por um mesmo Diretor, a critério do Conselho de Administração.

À nossa Diretoria compete: (a) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos objetivos e metas da Companhia, para exame e deliberação; (b) assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e também não necessite de prévia aprovação na forma deste Estatuto Social; (c) promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; (d) propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza; (e) aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; (f) delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da Companhia; (g) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, para apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral; (h) elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia; (i) instalar escritórios de representação da Companhia em locais de interesse para os negócios sociais, quando necessário; e (h) aprovar normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

### b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009 o preenchimento do item em questão é facultativo para a Companhia, conforme registro em categoria B, concedido em 22/11/2010.

### d) Em relação aos membros de desempenho da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos nossos objetivos e metas, assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não necessitem de prévia aprovação na forma do nosso Estatuto Social, promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza; aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da empresa; elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia e aprovar normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

#### Ricardo Schittini Duarte - Diretor Presidente

Na condição de principal orientador e condutor das atividades da Companhia, compete ao Diretor Presidente: (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) nomear, em conjunto com outro Diretor, procuradores “*ad juditia*” e “*ad negotia*”, neste caso com mandato não superior a 01 (um) ano; (c) encaminhar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, elaborado pela Diretoria Executiva; e (d) admitir, demitir e promover os empregados da Companhia.

#### Damião Carlos Moreno Tavares – Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores

Na qualidade de Diretor de Planejamento compete: (a) elaborar e propor ao Diretor Presidente e posteriormente ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia; (b) coordenar a execução do planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; (c) assessorar o Diretor Presidente na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (d) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência; (e) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia e; (f) na qualidade de Diretor com Investidores prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários.

#### Diretor Administrativo e Financeiro

## **12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

Ao Diretor-Administrativo Financeiro compete: (a) dirigir as atividades financeiras da Companhia; (b) preparar as normas administrativas e instruções de serviço; (c) organizar o quadro de pessoal; (d) elaborar o Relatório Anual da Administração, em conjunto com os demais membros da Diretoria; e (e) supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas e anuais.

Obs.: O cargo de Diretor Administrativo e Financeiro atualmente não está preenchido.

### **Diretor de Engenharia e Operações**

Ao Diretor de Engenharia e Operações compete: (a) elaborar os planos operacionais da Sociedade; (b) executar esses planos operacionais; e (c) dirigir as atividades operacionais da Companhia.

Obs. O cargo de Diretor de Engenharia e Operações atualmente não está preenchido.

### **e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## **12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

### **a) Prazos de Convocação**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **b) Competências**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **d) Identificação e administração de conflitos de interesses**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	29/03/2012
		Valor Econômico - SP	29/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	13/04/2012
			14/04/2012
			17/04/2012
		Valor Econômico - SP	13/04/2012
			16/04/2012
			17/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	05/06/2012
		Valor Econômico - SP	05/06/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	30/03/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	15/04/2011
			16/04/2011
			19/04/2011
		Valor Econômico - SP	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de São Paulo - SP	01/06/2011
		Valor Econômico - SP	01/06/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	29/03/2010
			15/06/2010
		Jornal do Comércio - SP	29/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	15/04/2010
			16/04/2010
			17/04/2010
			19/04/2010
		Jornal do Comércio - SP	19/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	15/06/2010
		Valor Econômico - SP	15/06/2010



#### **12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

**a) Frequência das reuniões**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**b) Disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome CPF	Idade Profissão	Orgão administração Cargo eletivo ocupado	Data da eleição Data de posse	Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Gustavo Nunes da Silva Rocha 001.603.077-08	43 economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2012 30/04/2012	Até AGO 2014 Sim
Marcus Roger Meireles Martins da Costa 300.474.046-04	54 economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2012 30/04/2012	até AGO de 2014 Sim
Gustavo Artur Ciocca Zeno 078.413.147-36	36 economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2012 30/04/2012	Até AGO de 2014 Sim
Marcos Bastos Rocha 801.239.967-91	47 engenheiro eletrônico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2012 30/04/2012	até AGO de 2014 Sim
Damião Carlos Moreno Tavares 066.638.505-04 Diretor de Planejamento e de Relações com Investidores. Ricardo Schittini Duarte 497.990.887-04 Diretor Presidente.	56 contador 57 engenheiro civil	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest. Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 36 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente	30/04/2012 30/04/2012 30/04/2012 30/04/2012	Até AGO de 2014 Sim até AGO de 2014 Sim
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações</b>				
Gustavo Nunes da Silva Rocha - 001.603.077-08 Brasileiro, com formação acadêmica em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR tendo como principais funções a administração dos assuntos estratégicos da empresa e de todos os seus ativos, incluindo a Companhia. Já ocupou cargos de Gerente de Fusões e Aquisições e de Acompanhamento de Controladas e Coligadas na Brasil Telecom S/A, (companhia do setor de telecomunicações), onde tinha como principais funções a gestão de todos os projetos envolvendo operações de reorganização societária do grupo Brasil Telecom, entre os anos de 2002 e 2005; Líder Financeiro da Construtora OAS LTDA, (empresa do setor de construção pesada integrante do grupo econômico da Companhia), onde tinha como principais funções a gestão de todos os projetos de estruturação financeira, entre os anos de 2005 a 2007; Diretor Financeiro da OAS Participações e Engenharia (holding de investimentos integrante do grupo econômico da Companhia) onde exerceu a liderança de todos os assuntos pertinentes à gestão financeira da empresa entre os anos de 2007 e 2008; e de Diretor Superintendente da OAS Investimentos (holding de investimentos integrante do grupo econômico da Companhia) na qual exerceu a função de administração das participações deidas pela empresa entre os anos de 2008 a 2010). O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.				
Marcus Roger Meireles Martins da Costa - 300.474.046-04				

Brasileiro, com formação acadêmica em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA Executivo pela COPPEAD/UFRJ e CVRD Sênior Leadership Program – Sloan School of Management/MIT. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão e Recursos Humanos da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR tendo como principais atribuições a gestão de pessoas e a coordenação administrativa. Já ocupou os cargos de Diretor de Recursos Humanos, Vice Presidente e Diretor Estatutário de Serviços Corporativos da TELEMIG Celular Operadora (companhia do setor de telecomunicações), entre os anos de 2006 e 2009, nos quais teve a oportunidade de liderar processo de transição da integração dos processos, da estrutura e das pessoas da Telenig ao Grupo Vivo, visando a manutenção dos talentos e das melhores práticas da Telenig, dentro do Grupo Vivo. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Gustavo Artur Ciocca Zeno - 078.413.147-36

Brasileiro, economista, formado pela Universidade Cândido Mendes, com MBA no Instituto de Empresa e cursos de extensão no Centro Internacional de Formação Financeira, Corporate Finance Training, Espanha. Atualmente é Gerente Executivo de Relações com Investidores na Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, cargo que tem como atividade principal manter o relacionamento com os investidores, tendo sido M&A Associate no Banco Santander (Global Banking and Markets) (instituição prestadora de serviços financeiros), entre os anos de 2008 e 2009; Gerente de Consultoria na Accenture (consultoria empresarial), entre os anos de 2003 e 2006. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcos Bastos Rocha - 801.239.967-91

Brasileiro, com formação acadêmica em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia, com mestrado em Administração de Empresas – Finanças pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ e MBA Executivo em Gestão pela SDE/IBMEC. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, sendo responsável pela gestão financeira e estruturação de todas as dívidas e financiamentos da empresa bem como de todos os seus ativos, incluindo a Companhia. Já ocupou os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Sendas S/A (companhia do setor de varejo) com funções de análise, planejamento e controle financeiro da empresa entre os anos de 2003 e 2005; Diretor Geral do Banco Investired Unibanco S.A. (instituição financeira) onde foi responsável pelo planejamento, administração e controle dos recursos e atividades da instituição entre os anos de 2005 e 2008; e Diretor Executivo de Finanças, RI, Tecnologia da Informação e Diretor de Serviços da Globex Utilidades S.A. (companhia do setor de verjo), tendo cumulado funções pertinentes ao relacionamento com investidores, funções operacionais e de gestão interna entre os anos de 2008 e 2010. O conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Damião Carlos Moreno Tavares - 066.638.505-04

Brasileiro, com formação acadêmica em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairú - Salvador. Atualmente ocupa o cargo de (i) Diretor Vice-Presidente de Concessões Rodoviárias da Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR e tem como principais atribuições a gestão de todos os projetos da empresa envolvendo ativos com atuação no setor de rodovias; (ii) Diretor Administrativo-Financeiro da Linha Amarela S.A. – LAMSA (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) em que tinha como atividade principal o controle das finanças da empresa; e (iii) Diretor Administrativo-Financeiro da Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN (empresa integrante do grupo econômico da Companhia) na qual sua principal atividade foi a administração dos procedimentos internos bem como a estruturação financeira da empresa. Já ocupou cargos de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da INVEPAR nos quais suas atividades preponderantes eram, respectivamente, a definição da estratégia de negócios da empresa e de seus ativos, entre os anos de 2007 e 2010; e Superintendente Financeiro da Construtora OAS Ltda. (empresa do setor de construção pesada integrante do grupo econômico da Companhia) tendo exercido a gestão e controle das finanças, nos quais suas atividades eram administração das participações detidas pela empresa, planejamento estratégico e coordenação de processo orçamentário, entre os anos de 1992 e 1997. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Schittini Duarte - 497.990.887-04

Brasileiro, casado, Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia de Volta Redonda/RJ em 1978, ocupou a posição de Gerente de Propostas, de Contrato e Comercial na Geotécnica, CBPO e OAS (empresas do setor de construção pesada, sendo a OAS integrante do grupo econômico da Companhia) tendo exercido funções de administração em licitações e gerenciamento de contratos com fornecedores entre os anos de 1982 e 1996; Líder Operacional das OAS, entre os anos de 1995 e 2006; atuou como Diretor Operacional/Energia da OAS entre o período de 2006 a 2008, no qual sua atividade principal foi a de liderar todas as atividades de novos projetos e expansão, acompanhamento de desempenho operacional e participação em processos de fusão/aquisição; e em janeiro de 2009 foi eleito Diretor Presidente Companhia, sendo responsável atualmente pela gestão e controle de todos os seus assuntos estratégicos. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui comitês instalados.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



## 12.12 - Outras informações relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, usuários, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- manutenção e divulgação de registro informando a quantidade de ações relativas a cada sócio;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à: (i) forma de convocação de assembleia geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso conselho fiscal por meio de arbitragem a ser conduzida pela Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras: Conforme o art. 133, § 5º da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), estamos dispensados de publicar o “Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras”, pois publicarmos com 30 (trinta dias de antecedência (29/03/12) da data da AGO de (30/04/12) o Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,56	2,00		7,56
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	468.000,00		468.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	18.000,00		18.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	93.000,00		93.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS - R\$ 93.000,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	283.000,00		283.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	58.000,00		58.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	38.000,00		38.000,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
Total da remuneração	0,00	958.000,00		958.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,41	2,00		7,41
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	600.000,00		600.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	21.000,00		21.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	122.000,00		122.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	.	INSS - R\$ 122.000,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	294.000,00		294.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	.	.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	49.000,00		49.000,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.		O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.	
Total da remuneração	0,00	1.086.000,00		1.086.000,00

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,67	2,00		11,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	19.000,00	704.000,00		723.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	18.000,00		18.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	4.000,00	174.000,00		178.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	.	INSS - R\$ 140.000,00 FGTS - R\$ 34.000,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	524.000,00		524.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	.	.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	32.000,00		32.000,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
<b>Total da remuneração</b>	23.000,00	1.452.000,00		1.475.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,50	2,00		17,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	15.000,00	707.000,00		722.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	16.000,00		16.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	3.000,00	228.000,00		231.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	.	INSS - R\$ 205.000,00 FGTS - R\$ 23.000,00		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	.			
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.	O número de membros de cada órgão foi calculado de forma a refletir a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, na forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
<b>Total da remuneração</b>	18.000,00	951.000,00		969.000,00

**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



**13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

A Companhia não possui um plano de opções de compra de ações.

**13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**

**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Órgãos	2011	2010	2009
Conselho de Administração	N/A	2,31%	4,19%
Diretoria Estatutária	100%	97,69%	95,81%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A



**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

#### **14.1 - Descrição dos recursos humanos**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.





15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Composição capital social						
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR						
03.758.318/0001-24						
BB CARTEIRA LIVRE I FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
73.899.742/0001-74	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2012		
35.764.281	25.000000	73.939.746	26.000000	109.704.027	26.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Construtora OAS Ltda.						
14.310.577/0001-04	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2012		
3.051.499	2.000000	5.735.090	2.000000	8.786.589	2.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS. FEDERAIS - FUNCEF						
00.436.923/0001-90	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012		
35.764.281	25.000000	71.528.561	25.000000	107.292.842	25.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS						
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012		
35.764.281	25.000000	71.528.561	25.000000	107.292.842	25.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR						
CPF/CNPJ acionista						
03.758.318/0001-24						
OAS INVESTIMENTOS S.A.						
07.584.023/0001-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2012		
15.283.428	11.000000	28.523.562	10.000000	43.807.010	10.000000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000				
OAS S/A						
14.811.848/0001-05	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/03/2012		
17.429.354	12.000000	34.858.708	12.000000	52.288.062	12.000000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0.000000	0	0.000000	0	0.000000	
TOTAL						
143.057.124	100.000000	286.114.248	100.000000	429.171.372	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Composição capital social						
73.899.742/0001-74						
BB CARTEIRA LIVRE I FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES						
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI						
33.754.482/0001-24	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012		
130.163.542	100,000000	0	0,000000	130.163.542	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	130.163.542	100,000000	0	0,000000	130.163.542	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Construtora OAS Ltda.					
CPF/CNPJ acionista					
14.310.577/0001-04					
OAS S/A					
14.811.848/0001-05	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012	
584.998.996	100,000000	0	0,000000	584.998.996	100,000000
Classe ação		Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
584.998.996	100,000000	0	0,000000	584.998.996	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNP J acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
OAS INVESTIMENTOS S.A.						
CPF/CNP J acionista						
07.584.023/0001-30						
Composição capital social						
OAS S/A						
14.811.848/0001-05	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012		
553.108.274	100,000000	0	0,000000	553.108.274	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
553.108.274	100,000000	0	0,000000	553.108.274	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
OAS S/A						
14.811.848/0001-05						
Composição capital social						
CMP PARTICIPAÇÕES LTDA.						
42.187.138/0001-91	Brasileira-BA	Não	Sim	21/03/2012		
450.000.000	90.000000	0	0.000000	450.000.000	90.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
LP PARTICIPAÇÕES LTDA.						
09.720.351/0001-41	Brasileira-BA	Não	Não	21/03/2012		
50.000.000	10.000000	0	10.000000	50.000.000	10.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0.000000	0	0.000000	0	0.000000	
TOTAL						
500.000.000	100.000000	0	10.000000	500.000.000	100.000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARIOS. FEDERAIS - FUNCEF						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
				00.436.923/0001-90		
OUTROS						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
				34.053.942/0001-50		
OUTROS						
1	100.000000	0	0.000000	1	100.000000	
TOTAL						
1	100.000000	0	0.000000	1	100.000000	



15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CNP PARTICIPAÇÕES LTDA.						
CPF/CNPJ acionista						
42.187.138/0001-91						
Cesar de Araujo Mata Pires						
056.377.245-04	brasileira-BA	Não	Sim	09/12/1996		
18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
LP PARTICIPAÇÕES LTDA.						
CPF/CNPJ acionista						
09.720.351/0001-41						
Jose Aldemário Pinheiro Filho						
078.105.635-72	brasileira-SP	Não	Sim	06/02/1999		
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
CPF/CNPJ acionista					
OAS S/A					
14.811.848/0001-05					
Composição capital social					
CMP Participações Ltda					
42.187.138/0001-91	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012	
450.000.000	90,000000	0	0,000000	450.000.000	90,000000
Classe ação					
Qtde. de ações (Unidades)					
Ações %					
TOTAL	0	0,000000			
LP Participações e Engenharia Ltda					
09.720.351/0001-41	Brasileira-SP	Não	Não	21/03/2012	
50.000.000	10,000000	0	0,000000	50.000.000	10,000000
Classe ação					
Qtde. de ações (Unidades)					
Ações %					
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0					
0,000000					
0,000000					
0					
0,000000					
TOTAL					
500.000.000					
100,000000					
0					
0,000000					
500.000.000					
100,000000					

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
14.811.848/0001-05						
Composição capital social						
OAS S/A						
CMP Participações Ltda						
42.187.138/0001-91	Brasileira-SP	Não	Sim	21/03/2012		
450.000.000	90,000000	0	0,000000	450.000.000	90,000000	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
LP Participações e Engenharia Ltda						
09.720.351/0001-41	Brasileira-SP	Não	Não	21/03/2012		
50.000.000	10,000000	0	0,000000	50.000.000	10,000000	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)						
Ações %						
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0						
0,000000						
0						
0,000000						
TOTAL						
500.000.000						
100,000000						
0						
0,000000						
500.000.000						
100,000000						

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
CPF/CNPJ acionista					
33.754.482/0001-24					
CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI					
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CMP Participações Ltda						
CPF/CNPJ acionista						
42.187.138/0001-91						
Cesar de Araujo Mata Pires						
056.377.245-04	Brasileiro-BA	Não	Sim	09/12/1996		
18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CMP Participações Ltda						
CPF/CNPJ acionista						
42.187.138/0001-91						
Cesar de Araujo Mata Pires						
056.377.245-04	Brasileiro-BA	Não	Sim	09/12/1996		
18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
18.082.427	100,000000	0	0,000000	18.082.427	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ultima alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
LP Participações e Engenharia Ltda						
CPF/CNPJ acionista						
09.720.351/0001-41						
Composição capital social						
Jose Aldemário Pinheiro Filho						
078.105.635-72	Brasileiro-BA	Não	Sim	06/02/1999		
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	



15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
LP Participações e Engenharia Ltda						
CPF/CNPJ acionista						
09.720.351/0001-41						
Composição capital social						
Jose Aldemário Pinheiro Filho						
078.105.635-72	Brasileiro-BA	Não	Sim	06/02/1999		
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
8.214.849	100,000000	0	0,000000	8.214.849	100,000000	

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2012
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000000%

#### **15.4 - Organograma dos acionistas**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## 15.7 - Outras informações relevantes

Esclarecemos que o nosso controle é exercido diretamente por Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR (“Invepar”), que detém 100% das ações de nossa emissão e, indiretamente, por: (i) OAS Investimentos S/A, que detém 10,683% do capital votante da Invepar, Construtora OAS Ltda., que detém 2,133% e OAS S.A., que detém 12,183% do capital com direito a voto da Invepar e, juntas, essas sociedades (“Sociedades OAS”) detém 25% do capital votante da Invepar; (ii) BB Carteira Livre I – Fundo de Investimento em Ações (“BB Carteira Livre”), que detém 25% do capital votante da Invepar; (iii) Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“PETROS”), que detém 25% do capital votante da Invepar, e (iv) Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“FUNCEF”), que também detém 25% do capital votante da Invepar.

Para informações acerca do controle indireto das referidas sociedades do grupo OAS, ver quadros 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

BB Carteira Livre é um fundo de investimento gerido pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”) é titular da totalidade das quotas do BB Carteira Livre e, portanto, responsável pelo processo de tomada de decisões em relação a esse fundo. A PREVI, por sua vez, é uma entidade fechada de previdência privada e seus participantes são funcionários do Banco do Brasil S.A. e empregados do quadro próprio da PREVI.

A PETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída pela Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobrás, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. É uma fundação administrada pela sua Diretoria Executiva, que possui a seguinte composição: Luiz Carlos Fernandes Alonso, Presidente; Carlos Fernando Costa, Diretor de Investimentos; Mauricio França Rubem, Diretor de Seguridade; e Newton Carneiro da Cunha, Diretor Administrativo e Financeiro.

A FUNCEF é uma entidade fechada de previdência complementar, instituída pela Caixa Econômica Federal, com personalidade jurídica de direitos privado, sem fins lucrativos. É uma fundação administrada pela sua Diretoria Executiva, que possui atualmente a seguinte composição: Carlos Alberto Caser, Diretor Presidente; e Carlos Augusto Borges, Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias.

As Sociedades OAS e a BB Carteira Livre, controlada pela PREVI, são integrantes de acordo de voto para regular seus interesses na qualidade de acionistas da Emissora.

PETROS e FUNCEF não são signatários de acordo de acionistas. Não obstante, pertencem ao bloco de controle em decorrência do exercício do controle de fato. Desde o ingresso desses acionistas na Invepar, todas as deliberações sociais são tomadas por unanimidade.

### Esclarecimentos quanto ao quadro 15.1/15.2

Considerando a impossibilidade de inserir no quadro 15.1/15.2 os números exatos das participações acionárias dos acionistas da Emissora, em razão de uma limitação operacional do sistema Empresas.Net, tais números foram arredondados no referido quadro 15.1/15.2, bem como nos itens 8.1 e 8.2. Dessa forma, indicamos na tabela abaixo as participações exatas dos acionistas da Emissora:

Nome do acionista	CPF/CNPJ	Qtd. Ações Ordinárias	Percentual Ações Ordinárias (%)	Qtd. Ações Preferenciais	Percentual Ações Preferenciais (%)	Qtd. Total de Ações	Percentual total (%)
BB Carteira Livre I FIA	738997420001-74	35.764.281	25,00	73.939.746	25,842	109.704.027	25,5618
Construtora OAS Ltda.	143105770001-04	3.051.499	2,133	5.735.090	2,0044	8.786.589	2,0473

**15.7 - Outras informações relevantes**

Nome do acionista	CPF/CNPJ	Qtd. Ações Ordinárias	Percentual Ações Ordinárias (%)	Qtd. Ações Preferenciais	Percentual Ações Preferenciais (%)	Qtd. Total de Ações	Percentual total (%)
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	4369230001-90	35.764.281	25,00	71.528.561	24,999	107.292.842	24,999
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS	340539420001-50	35.764.281	25,00	71.528.561	24,999	107.292.842	24,999
OAS Investimentos S.A.	75840230001-30	15.283.428	10,683	28.523.582	9,9692	43.807.010	10,2073
OAS S.A.	148118480001-05	17.429.354	12,183	34.858.708	12,183	52.288.062	12,183

**16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	29/09/2009	18.000.000,00	0,00	19.232.930,00	29.09.2009 a 17.05.2010	SIM	4,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora direta							
<b>Garantia e seguros</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Não há							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais do primeiro e segundo ano da Concessão. Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 4,2% a.a.							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	30/10/2010	8.000.000,00	0	8.307.146,58	30.10.2010 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora direta							
<b>Garantia e seguros</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Não há							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais							
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	30/09/2010	18.000.000,00	0,00	18.742.629,00	30.09.2010 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora direta							
<b>Garantia e seguros</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Não há							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais. Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	29/10/2010	7.000.000,00	0,00	7.216.602,44	29.10.2010 a 28.12.2010	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	30/10/2010	7.000.000,00	0,00	7.268.273,26	30.10.2010 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	28/12/2010	380.319,00	0	380.319,00	28.12.2010 a 05.01.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	09/05/2011	600.582,07	0	600.582,07	09.05.2011 a 23.05.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	22/08/2011	316.032,77	0	316.032,77	22.08.2011 a 31.08.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	10/08/2011	856.373,92	0	856.373,92	10.08.2011 a 30.08.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora direta						
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	12/09/2011	384.826,77	0	384.826,77	12.09.2011 a 30.09.2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora direta							
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	13/10/2011	336.948,22	0	336.948,22	13.10.2011 a 30.10.2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora direta							
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	11/11/2011	400.402,13	0	400.402,13	11.11.2011 a 30.11.2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora direta							
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Linha Amarela S.A. - LAMSA	18/09/2009	30.000.000,00	0	31.993.542,08	18.09.2009 a 17.05.2010	SIM	2,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
	Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 2% a.a.						
Linha Amarela S.A. - LAMSA	28/12/2010	11.000.000,00	0	11.195.644,49	28.12.2010 a 15.02.2011	SIM	2.000000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
	Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 2% a.a.						
Linha Amarela S.A. - LAMSA	24/01/2011	7.000.000,00	0	7.057.438,88	24.01.2011 a 23.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
	Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Linha Amarela S.A. - LAMSA	31/01/2011	8.000.000,00	0	8.045.007,94	31.01.2011 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais							
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
Linha Amarela S.A. - LAMSA	02/02/2011	4.000.000,00	0	4.018.598,18	02.02.2011 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais							
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
Linha Amarela S.A. - LAMSA	11/02/2011	6.000.000,00	0	6.006.634,31	11.02.2011 a 18.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Linha Amarela S.A. - LAMSA	27/05/2011	8.000.000,00	0	8.089.014,57	27.05.2011 a 27.06.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Linha Amarela S.A. - LAMSA	30/05/2011	10.000.000,00	0	10.115.264,58	30.05.2011 a 29.06.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
Concessão Metrovária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	14/10/2009	70.000.000,00	0	71.397.432,67	14.10.2009 a 17.01.2010	SIM	11,190000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	Taxa de juros de 130% da variação do valor do CDI a.a.	45.000.000,00	0	46.082.539,91	25.02.2010 a 17.05.2010	SIM	11,730000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	Taxa de juros de 125% da variação do valor do CDI a.a.	35.000.000,00	0	35.480.597,13	31.03.2010 a 17.05.2010	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Ligada						
<b>Objeto contrato</b>	Empréstimo mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Capital de giro para custear os gastos operacionais						
	Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	30/04/2010	28.000.000,00	0	28.141.745,23	30.04.2010 a 17.05.2010	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais							
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	30/06/2010	34.000.000,00	0	34.360.089,99	30.06.2010 a 30.07.2010	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de giro para custear os gastos operacionais							
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	25/06/2012	40.690,43	40.690,43	40.690,43	25/10/2012	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Ligada							
<b>Objeto contrato</b>							
Compartilhamento de despesas							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Nota de débito serviço compartilhamento. A RECEBER							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrô-Rio	24/01/2011	7.000.000,00	0	7.024.777,52	24.01.2011 a 03.02.2011	SIM	0,200000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Ligada							
Empréstimo mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Capital de Giro para custear os gastos operacionais. Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	05/03/2009	1.078.096.492,00	587.723.915,66	630.410.390,21	5 anos	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução, em regime de empreitada, de obras civis, compreendendo os serviços de recuperação, ampliação e melhorias do Corredor Raposo Tavares.							
<b>Garantia e seguros</b>							
A Contratada se obriga a contratar, com seguradoras de primeira linha, os seguros de responsabilidade e risco de engenharia, inerentes à execução das obras civis.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, a exclusivo critério da CART, mediante envio de notificação escrita de rescisão com antecedência mínima de 30 dias.							
Poderá ainda ser rescindido pela CART, mediante notificação prévia e sem que caiba à OAS quaisquer indenizações, em caso de inadimplência por parte da OAS e desde que a OAS não inicie a implementação das medidas necessárias para a correção do inadimplemento em 15 dias e na ocorrência dos seguintes fatos: (i) decretação de falência, recuperação judicial/extrajudicial ou dissolução da OAS, sem que esta informe, no prazo de 15 dias, as medidas efetivas que esteja adotando a fim de impedir que a CART e as obras sofram qualquer tipo de consequência; (ii) quando a CART atrasar por mais de 30 dias sucessivos ou por mais de 60 dias somados em um período de 6 meses, o pagamento à OAS de qualquer valor devido no Contrato, salvo se em razão de ocorrência de atos ou fatos de força maior, fato superveniente ou imprevisível alheio ao seu controle ou quando a CART injustificadamente deixar de aprovar, dentro do mesmo prazo, qualquer documento de cobrança emitido pela OAS, exceto quanto a pagamentos ou parcelas que estejam sendo contestados pela CART.							
Poderá ainda ser rescindido de pleno direito, caso a OAS descumpra o prazo de 15 dias para início de medida corretiva ou a CART opte pela rescisão imediata do Contrato, rejeitando as justificativas da OAS.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	18/10/2009	3.000.000,00	0	2.391.615,96	19.10.2009 a 29.10.2009	NAO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais de terraplanagem, drenagem e pavimentação na rodovia SP-270, km 602+700.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	19/10/2009	2.500.000,00	0	2.095.175,41	19.10.2009 a 29.10.2009	NAO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais de terraplanagem, drenagem e pavimentação na rodovia SP-225, km 313+000.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	23/04/2009	1.900.000,00	0	1.780.617,63	23.04.2009 a 13.02.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais para melhorias de acesso, reparo no pavimento e recuperação de erosões no Corredor Raposo Tavares.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	01/08/2009	1.600.000,00	0	1.479.718,00	01.08.2009 a 20.11.2009	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais de intervenção civil nas praças de pedágio da CART.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de quaisquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	10/12/2009	32.000,00	0	30.543,20	15.12.2009 a 01.02.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Locação do equipamento Plataforma tipo tesoura GS 4390 diesel.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	04/01/2010	250.000,00	0	229.226,92	04.01.2010 a 01.02.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Execução de serviços emergenciais de execução de projeto e obra de drenagem complementar na Praça de Pedágio P4.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	05/02/2010	1.250.000,00	0	1.173.267,47	05.02.2010 a 26.02.2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora indireta						
Execução de serviços emergenciais de consolidação do solo de fundação, estabilização e macaqueamento dos segmentos em concreto armado da passagem de gado do Km 546+800 da Rodovia Raposo Tavares							
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção							
<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>							
Natureza e razão para a operação							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	30/04/2010	766.000,00	0	616.416,87	01.05.2010 a 28.02.2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora indireta						
Elaboração de Projeto Funcional para melhoria dos dispositivos de acessos existentes no Corredor Raposo Tavares.							
Garantia e seguros	Não há.						



16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	30/04/2010	1.140.000,00	0	1.089.802,26	08.05.2010 a 15.09.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais de recuperação do talude e acostamento na Rodovia SP-270, km 531+000							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	17/06/2010	1.725.000,00	0	1.714.361,46	17.06.2010 a 20.08.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de contenção de talude com emprego de gabões na Rodovia SP-270 Km, 546+800.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de quaisquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	21/06/2010	820.000,00	0	785.711,42	21.06.2010 a 21.09.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços emergenciais para recuperação da ponte do Rio Batalha, na Rodovia SP-225, km 242+600							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	01/07/2010	415.000,00	0	395.309,75	01.07.2010 a 30.01.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de inspeção inicial de 91 (noventa e uma) Obras de Arte Especiais (OAE's) existentes ao longo do Corredor Raposo Tavares.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	01/09/2010	277.000,00	0	263.550,22	01.09.2010 a 30.11.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora indireta							
Prestação de serviços de elaboração de projeto para implantação de faixas adicionais na SP 225 (3ª Faixa) e de galeria no km 305 da mesma rodovia.							
Não há.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	26/07/2011	1.171.401,01	0	1.128.644,89	01.08.2011 a 30.11.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de recuperação de Passivos Ambientais (PA'S) através da recomposição de taludes, remoção de barreiras, recomposição vegetal e implantação de drenagem para proteção das áreas tratadas.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	11/08/2011	4.505.898,70	0	4.341.433,40	130 (cento e trinta) dias , contados a partir de 15.08.2011.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora indireta							
Execução de obras de substituição da galeria localizada no Corredor Raposo Tavares, no acesso ao município de Presidente BERNARDES, SPA - 586/270, km 1+450.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	05/10/2011	796.286,18	0	767.221,73	07.10.2011 a 30.11.2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora indireta						
Garantia e seguros	Execução de serviços de reforço estrutural em bueiro tipo "Armco Duplo", e recuperação de bueiro tipo "Armco Duplo".						
Rescisão ou extinção							
Não há.							
<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>							
Natureza e razão para a operação							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	05/04/2010	400.000,00	0	377.416,28	05.04.2010 a 30.04.2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora indireta						
Garantia e seguros	Execução de serviços emergenciais de implantação de Dreno Longitudinal Profundo (DLP) no acesso ao município de Piquerobi/SP, no trecho sob concessão da Concessionária.						
Não há.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	10/12/2010	4.100.000,00	0	2.408.210,53	03.01.2011 a 31.03.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de recuperação de duas Obras de Artes Especiais superior (viaduto rodovia SP270 Km 444 e 572).							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	03/01/2011	1.400.000,00	0	684.591,61	03.01.2011 a 31.03.2011	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de recuperação de uma Obra de Arte Especial em— passagem superior (Viaduto) Rodovia SP 270, Km 446.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;							
O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.							
Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de quaisquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.							
Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	01/08/2010	18.500,00	0	15.085,37	01.08.2010 a 30.11.2010	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora indireta							
<b>Objeto contrato</b>							
Projeto executivo para implantação de galeria na rodovia SP-270, km 621+240.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	01/02/2009	1.100.000,00	0,00	1.039.731,99	01.02.2009 a 20.11.2009	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Execução de serviços de levantamentos topográficos, sondagens e projetos funcionais e executivos para a prospecção de pontos extras para implantação das praças de pedágio da Concessionária.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
<p>O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária;</p> <p>O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for.</p> <p>Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão.</p> <p>Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.</p>							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - Invepar	30/09/2012	447.633,29	447.633,29	447.633,29	30/09/2012	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora direta							
<b>Objeto contrato</b>	Provisão Compartilhamento de despesas. Provisão está incluída no saldo total de R\$ 1.169 mil apresentado da Nota Explicativa nº 10 do ITR base Set/2012. Provisões INVEPAR (R\$ 447.633,29 + R\$ 467.215,51 + R\$ 211.439,65 + R\$ 42.811,51).						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Provisão Nota de Débito Invepar 09/12						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - Invepar	30/09/2012	467.215,51	467.215,51	467.215,51	30/09/2012	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora direta							
<b>Objeto contrato</b>	Provisão Compartilhamento de despesas. Provisão está incluída no saldo total de R\$ 1.169 mil apresentado da Nota Explicativa nº 10 do ITR base Set/2012. Provisões INVEPAR (R\$ 447.633,29 + R\$ 467.215,51 + R\$ 211.439,65 + R\$ 42.811,51).						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Provisão Nota de Débito Invepar 09/12						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - Invepar	30/09/2012	211.439,65	211.439,65	211.439,65	30/09/12	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controladora direta							
<b>Objeto contrato</b>	Provisão Compartilhamento de despesas. Provisão está incluída no saldo total de R\$ 1.169 mil apresentado da Nota Explicativa nº 10 do ITR base Set/2012. Provisões INVEPAR (R\$ 447.633,29 + R\$ 467.215,51 + R\$ 211.439,65 + R\$ 42.811,51).						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Provisão Nota de Débito Invepar 09/12						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A - Invepar	30/09/2012	42.811,51	42.811,51	42.811,51	30/09/12	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Relação com o emissor						
Controladora direta						
Objeto contrato	Provisão Compartilhamento de despesas. Provisão está incluída no saldo total de R\$ 1.169 mil apresentado da Nota Explicativa nº 10 do ITR base Set/2012. Provisões INVEPAR (R\$ 447.633,29 + R\$ 467.215,51 + R\$ 211.439,65 + R\$ 42.811,51).					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Provisão Nota de Débito Invepar 09/12					
Natureza e razão para a operação						
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	17/01/2012	30.000.000,00	0,00	30.319.583,66	17.01.2012 a 16.02.2012	SIM 0,200000
Relação com o emissor						
Controladora direta						
Objeto contrato	Empréstimo mútuo					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas Partes, independente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato, que não seja eficazmente sanada no prazo de 10 dias a contar do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) mediante acordo escrito formalizado entre as Partes.					
Natureza e razão para a operação	Capital de giro para custear os gastos operacionais					
Taxa de juros de 100% da variação do valor do CDI a.a. + 0,2% a.m.						
OAS - Engenharia e Participações Ltda.	11/02/2010	440.000,00	0,00	440.000,00	11.02.2010 a 23.02.2010	NÃO 0,000000
Relação com o emissor						
Controladora indireta						
Objeto contrato	Execução de serviços emergenciais de reparos superficiais localizados na Rodovia Raposo Tavares.					
Garantia e seguros	Não há.					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
O contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das sanções contratuais e/ou legais e eventual indenização por perdas e danos, em qualquer das seguintes hipóteses: (a) falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (b) descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula, condição ou disposição do presente contrato; (c) não cumprimento ou alteração de projetos ou definições da fiscalização, por parte da contratada, sem expressa prévia autorização por escrito da Concessionária; O presente contrato poderá ainda ser rescindido pela Concessionária, a seu exclusivo critério e conveniência, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer tipo de indenização ou reparação, seja a que título for. Poderá ainda, também, ter sua execução interrompida ou ser simplesmente rescindido pela Concessionária, sem que incorra no pagamento de qualquer ônus ou indenização à contratada, mediante determinações da ARTESP por qualquer motivo, inclusive falta ou insuficiência de recursos financeiros ou em razão de rescisão do Contrato de Concessão. Poderá ser rescindido por qualquer das partes, na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior, tal como definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impeçam em caráter definitivo a sua execução, especialmente por paralisação contratual por parte do proprietário da obra.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar	12/12/2011	330.998,81	0,00	330.998,81	12.12.2011 a 30.12.2011	NAO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
<b>Objeto contrato</b>							
Controladora direta							
Compartilhamento de despesas							
Não há.							
Não há							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações da espécie que sejam pactuadas, segue estritamente os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o da Companhia. Adicionalmente, esclareça-se que a nossa administração somente autoriza a celebração de quaisquer negócios com partes relacionadas dentro de condições compatíveis com o mercado, sem qualquer benefício ou favorecimento de contrapartes em detrimento da Companhia.

**b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Na hipótese de celebração de operações e negócios com suas partes relacionadas, nós obrigatoriamente seguimos os padrões de mercado em operações da espécie e amparamos tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, incluindo a cotação e comparação de operações similares junto a instituições financeiras de 1ª linha ou outras partes independentes, no estrito interesse da Companhia. Em relação aos nossos mútuos com suas partes relacionadas, descritos no item 16.2, esclarecemos que ocorreram em função das nossas necessidades de caixa para o desenvolvimento das nossas atividades, sendo sujeitos aos encargos financeiros compatíveis com operações usualmente praticadas no mercado entre partes independentes.

Conforme descrito no item 16.2 acima, em 2011, a Companhia manteve operação de mútuos com suas partes relacionadas obedecendo aos padrões de mercado em operações desta espécie e amparou tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, no estrito interesse da Companhia.

Nossos contratos com partes relacionadas sempre consideraram as práticas usuais de mercado, sendo que eles definem prazos para suas efetivas realizações (quitações), bem como taxas de juros de mercado, fazendo com que nenhuma unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra, possuindo as condições pactuadas caráter estritamente comutativo, inclusive nas operações realizadas na data-base de 30/09/2012.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
31/08/2012	715.000.000,00	Não há	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956
Capital social por classe de ações					
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		NÃO HÁ	Não há		
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
31/08/2012	715.000.000,00	Não há	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
31/08/2012	715.000.000,00	Não há	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
30/04/2012	715.000.000,00	Não há	513.484.978	513.484.978	1.026.969.956

## **17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



### **17.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures
<b>Data de emissão</b>	18/01/2011
<b>Data de vencimento</b>	18/01/2013
<b>Quantidade (Unidades)</b>	40
<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures são emitidas fisicamente, nominativas e circularam por endosso em preto, sempre depositadas em instituição financeira que atuou como agente de liquidação e custódia.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ou a amortização parcial das Debêntures, mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 dias úteis, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, conforme o caso. A Amortização Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se ao máximo de 95% do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.</p> <p>O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total ou Amortização Parcial será o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido de (i) a Remuneração acumulada, desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Vencimento; e (ii) demais Encargos Moratórios, conforme definido abaixo, devidos e não pagos. O valor da Remuneração acumulada referida no item (i) acima será trazido a valor presente na Data de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial, por meio de uma taxa de desconto equivalente à Taxa DI.</p> <p>O pagamento do Preço de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.</p> <p>As debêntures objeto de resgate antecipado serão canceladas pela Emissora.</p>
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p>Hipóteses de vencimento antecipado: O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013, podendo ser declaradas antecipadamente vencidas, no caso de ocorrência dos seguintes eventos: (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Remuneração e ao pagamento do principal das Debêntures, nos termos desta Escritura, não sanada dentro do prazo de 3 dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento; (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura que não aquelas referidas no item "a" acima, não sanada dentro do prazo de 7 dias úteis contados da data da notificação do inadimplemento; (c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, no Contrato de Financiamento ou nos Contratos de Garantia, se não sanada no prazo de 10 dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável; (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, nos Contratos de Garantia ou em qualquer outro documento relativo à Emissão, provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas; (e) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que:</p> <p>Vide Seção 18.10 deste Formulário de Referência.</p>

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsão.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima e na Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Nota Promissória
<b>Data de emissão</b>	11/03/2009
<b>Data de vencimento</b>	07/09/2009
<b>Quantidade (Unidades)</b>	37
<b>Valor total (Reais)</b>	370.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Hipóteses de vencimento antecipado: as Notas Promissórias tiveram vencimento em 180 dias após a data de emissão, podendo ser declaradas antecipadamente vencidas, no caso de ocorrência dos seguintes eventos: (i) falta de pagamento, pela Emissora ou pela Avalista, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Notas Promissórias, não sanada no prazo de 2 dias úteis, contados das respectivas datas de vencimento; (ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 dias úteis; (iii) anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento pela Avalista e ou de seus acionistas do aval prestado pela Avalista; (iv) liquidação, dissolução, extinção, decretação de falência, pedido de autofalência ou de insolvência ou pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Avalista; (v) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional ou financeira da Emissora e/ou da Avalista de cumprir com suas obrigações relacionadas às Notas Promissórias; (vi) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; ou ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; Vide Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsão.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima e na Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Nota Promissória
<b>Data de emissão</b>	25/08/2009
<b>Data de vencimento</b>	02/03/2010
<b>Quantidade (Unidades)</b>	40

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias são emitidas fisicamente, nominativas e circularam por endosso em preto, sempre depositadas em instituição financeira que atuou como agente de liquidação e custódia.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	As Notas promissórias poderiam ser resgatadas antecipadamente pela Companhia, quando observados, cumulativamente, os seguintes procedimentos: (i) no 179º dia contado da data de Emissão; (ii) o resgate antecipado deveria abranger a totalidade das notas promissórias em circulação; (iii) na data do resgate, a Companhia efetuará o pagamento do valor nominal unitário das notas promissórias acrescido, até a referida data, da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão; (iv) não haveria pagamento de prêmio aos Titulares de Notas Promissórias em decorrência do resgate antecipado.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Hipóteses de vencimento antecipado: as Notas Promissórias tiveram vencimento em 180 dias após a data de emissão, podendo ser declaradas antecipadamente vencidas, no caso de ocorrência dos seguintes eventos: (i) falta de pagamento, pela Emissora ou pela Avalista, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Notas Promissórias, não sanada no prazo de 4 dias úteis, contados das respectivas datas de vencimento; (ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de garantia Firme de Colocação, de Notas Promissórias Comerciais da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Contrato de Distribuição"), que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 dias úteis; (iii) anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento pela Avalista e ou de seus acionistas do aval prestado pela Avalista; (iv) liquidação, dissolução, extinção, decretação de falência, pedido de autofalência ou de insolvência ou pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Avalista; (v) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional ou financeira da Emissora e/ou da Avalista de cumprir com suas obrigações relacionadas às Notas Promissórias; (vi) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; ou ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; Vide Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsão.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima e na Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Nota Promissória
<b>Data de emissão</b>	01/03/2010
<b>Data de vencimento</b>	28/08/2010
<b>Quantidade (Unidades)</b>	40

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias são emitidas fisicamente, nominativas e circularam por endosso em preto, sempre depositadas em instituição financeira que atuou como agente de liquidação e custódia
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	As Notas promissórias só poderiam ser resgatadas antecipadamente pela Companhia, quando observados, cumulativamente, os seguintes procedimentos: (i) no 179º dia contado da data de Emissão; (ii) notificação enviada pela emissora, com antecedência mínima de 10 dias úteis, aos Titulares das Notas Promissórias, representados pelos Agente de Notas, contendo a data, o local e o procedimento do resgate; (iii) o resgate antecipado deverá abranger a totalidade das notas promissórias em circulação; (iv) na data do resgate, a Companhia efetuará o pagamento do valor nominal unitário das notas promissórias acrescido, até a referida data, da remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão; (v) não haverá pagamento de prêmio aos Titulares de Notas Promissórias em decorrência do resgate antecipado.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Hipóteses de vencimento antecipado: as Notas Promissórias tiveram vencimento em 180 dias após a data de emissão, podendo ser declaradas antecipadamente vencidas, no caso de ocorrência dos seguintes eventos: (i) falta de pagamento, pela Emissora ou pela Avalista, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Notas Promissórias, não sanada no prazo de 4 dias úteis, contados das respectivas datas de vencimento; (ii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de garantia Firme de Colocação, de Notas Promissórias Comerciais da 2ª Emissão da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Contrato de Distribuição"), que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 dias úteis; (iii) anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento pela Avalista e ou por seus acionistas do aval prestado pela Avalista; (iv) liquidação, dissolução, extinção, decretação de falência, pedido de autofalência ou de insolvência ou pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Avalista; (v) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional ou financeira da Emissora e/ou da Avalista de cumprir com suas obrigações relacionadas às Notas Promissórias; (vi) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; ou ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; Vide Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há previsão.
<b>Outras características relevantes</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima e na Seção 18.10 deste Formulário de Referência.
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Nota Promissória
<b>Data de emissão</b>	27/08/2010
<b>Data de vencimento</b>	23/02/2011



**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Quantidade (Unidades)</b>	40
<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As notas promissórias são emitidas fisicamente, nominativas e circularam por endosso em preto, sempre depositadas em instituição financeira que atuou como agente de liquidação e custódia.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	As Notas Promissórias poderiam, a qualquer momento, respeitando o disposto no artigo 7º, da Instrução CVM nº 134, de 1º de fevereiro de 1990, conforme alterada ("Instrução CVM 134"), ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, parcial ou integralmente, quando observados, cumulativamente, as seguintes condições: (i) notificação enviada pela Emissora, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, aos Titulares das Notas Promissórias, representados pelo Agente de Notas, contendo a data, o local e o procedimento de resgate; (ii) na data do resgate, a Companhia efetuará o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido, até a referida data, da remuneração, calculada pro rata temporis, bem como demais encargos previstos e não pagos, desde a Data de Emissão; (iii) aprovação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), do compartilhamento da garantia objeto da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, a ser oferecida em emissão futura de debêntures pela Emissora; e (iv) no caso de Resgate Antecipado parcial das Notas Promissórias, este será feito mediante sorteio ou leilão, nos termos do artigo 7º, § 4º, e observando o prazo mínimo previsto no artigo 7º, inciso II, ambos dispositivos da Instrução CVM nº 134. O Resgate Antecipado implica a extinção da respectiva Nota Promissória resgatada, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no artigo 7º, § 3º, da Instrução CVM nº 134. Os Titulares das Notas Promissórias deverão realizar todos os procedimentos adotados pela CETIP para terem suas Notas Promissórias resgatadas. Não serão devidos juros ou remuneração adicionais caso algum titular de Nota Promissória não adote tempestivamente os procedimentos exigidos pela CETIP.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	Hipóteses de vencimento antecipado: são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Notas Promissórias e, observado o disposto abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário desta Nota Promissória acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento: (a) anulação, nulidade, inexequibilidade ou questionamento, pela Avalista e/ou por seus acionistas, do aval prestado pela Avalista; (b) se as Garantias ou qualquer dos instrumentos que formalizarão as Garantias ("Instrumentos de Garantia"): (i) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Avalista ou por terceiros que comprovadamente afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Notas Promissórias e/ou nos Instrumentos de Garantia; (ii) não estiverem constituídas até 30 de setembro de 2010, de forma plena, válida, eficaz e exequível; (iii) forem anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente, e tal suspensão não seja elidida no prazo de 15 dias; ou (iv) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas; (c) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal, superior a R\$ 5.000.000,00, ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora e da Avalista; (d) constituição de penhor ou gravame sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente dados em garantia às Notas Promissórias, sem prévia autorização dos Titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias; Vide Seção 18.10 deste Formulário de Referência.

### 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** Não há previsão.

**Outras características relevantes** Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima e na Seção 18.10 deste Formulário de Referência.

---

#### **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As Notas Promissórias e Debêntures de emissão da Companhia foram ou são admitidos à negociação e registrados na CETIP S/A.

**18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Realizamos, em 18 de janeiro de 2011, a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, Em Série Única, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Foram emitidas 40 debêntures, totalizando R\$ 400 milhões.

O prazo de vencimento das debêntures é de 24 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de janeiro de 2013, data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido do saldo da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão). O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na data de vencimento.

A Escritura de Emissão na íntegra está disponível na rede mundial de computadores através do endereço [www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br).

Em 11.03.2009, realizamos a Primeira Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 370 milhões, vencidas em 29.07.2009 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (A) e 18.5 (A).

Em 25.08.2009, realizamos a Segunda Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 400 milhões, vencidas em 02.03.2010 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (B) e 18.5 (B).

Em 01.03.2010, realizamos a Terceira Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 400 milhões, vencidas em 28.08.2010 e já devidamente quitadas, conforme descrição detalhada constante dos itens 18.10 (C) e 18.5 (C).

Em 27.08.2010, realizamos a Quarta Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$ 400 milhões, vencidas em 23.02.2011 e já devidamente quitadas, conforme características dispostas no item 18.5 (D) e descrição detalhada constante dos itens 18.10 (D) e 18.5 (D).

**18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

**18.10 - Outras informações relevantes**

Características dos valores mobiliários, conforme descrito na Seção 18.5 deste Formulário de Referência:

**A) 1ª Emissão:**

(vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto foi cancelado ou susinado; (viii) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 5 dias úteis, contados da intimação e enquanto assim permanecer suspensa; (ix) citação da Emissora e/ou da Avalista, em qualquer ação de execução, cobrança judicial ou monitória (ou conjunto de tais ações) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo, garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável; (x) exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos da alínea anterior, arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do respectivo arresto, seqüestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, seqüestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia; (xi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência, por escrito, dos titulares das Notas Promissórias; (xii) mudança, sem a prévia anuência dos titulares de Notas Promissórias, do controle da Emissora e/ou da Avalista, exceto no que se refere ao ingresso da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF no capital social da Avalista; (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no Contrato de Distribuição são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes; (xiv) rescisão, intervenção, encampação, término antes do prazo previsto ou caducidade de qualquer concessão de titularidade da Emissora e/ou da Avalista, ou ainda alteração substancial em qualquer concessão que, a critério dos titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias, afete a capacidade da Emissora e/ou da Avalista de cumprir suas obrigações; (xv) prestação de quaisquer garantias, pela Emissora, sejam elas reais ou fidejussórias, que venham a importar riscos pecuniários em valores superiores a R\$5.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, excluídas as garantias das notas promissórias; (xvi) não cumprimento pela Emissora e/ou Avalista das obrigações descritas na cláusula 6.1, do “Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação de Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão da Companhia”; e (xvii) negativa de autorização para constituição da garantia por parte da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”) ou não constituição da Garantia no prazo de 45 dias a contar da assinatura do Contrato de Concessão celebrado entre a Emissora e a ARTESP.

**Juros:** sobre o Valor Nominal das Notas Promissórias incidiriam juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,0% (quatro por cento) ao ano base de 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*” por dias úteis decorridos desde a respectiva Data de Emissão e Liquidação até a data do efetivo pagamento das Notas Promissórias.

**Garantias:** as Notas Promissórias objeto da emissão contaram com aval da Invepar, e tiveram como garantia: (i) 100% dos recebíveis percebidos por intermédio da exploração das praças de pedágio instaladas e a serem instaladas até a data de vencimento das referidas Notas Promissórias, no Corredor Raposo Tavares, e (ii) todos os direitos e créditos atuais e futuros da Cedente que sejam depositados em conta centralizadora.

**Subordinação:** não há subordinação.

**18.10 - Outras informações relevantes**

**Eventuais Restrições Impostas à Companhia (distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários):** vide hipóteses de vencimento antecipado acima.

**Agente Fiduciário:** **PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bl. 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.

**B) 2ª Emissão**

(vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto foi cancelado ou sustado; (viii) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 5 dias úteis, contados da intimação e enquanto assim permanecer; (ix) citação da Emissora e/ou da Avalista, em qualquer ação de execução, cobrança judicial ou monitória (ou conjunto de tais ações) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo, garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável; (x) exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos da alínea anterior, arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do respectivo arresto, seqüestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, seqüestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia; (xi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência, por escrito, dos titulares das Notas Promissórias; (xii) mudança, sem a prévia anuência dos Titulares de Notas Promissórias, do controle da Emissora e/ou da Avalista, exceto pela assinatura de novo acordo de acionistas da Avalista para a formalização do controle compartilhado da mesma pelos atuais acionistas; (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no Contrato de Distribuição são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes; (xiv) rescisão, intervenção, encampação, término antes do prazo previsto ou caducidade de qualquer concessão de titularidade da Emissora e/ou da Avalista, ou ainda alteração substancial em qualquer concessão que, a critério dos titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias, afete a capacidade da Emissora e/ou da Avalista de cumprir suas obrigações; (xv) não observância, por parte da Emissora e/ou da Avalista, da obrigação de convocar Assembleia de Titulares de Notas Promissórias para que haja a autorização para prestar quaisquer garantias, pela Emissora e/ou pela Avalista, sejam elas reais ou fidejussórias, que venham a importar riscos pecuniários em valores, individuais ou agregados, superiores a R\$ 5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excluídas as garantias das Notas Promissórias em circulação no âmbito da Oferta restrita; (xvi) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Avalista das obrigações descritas no Contrato de Distribuição; (xvii) negativa de autorização para constituição da garantia por parte da ARTESP ou ausência de manifestação por parte da ARTESP em 15 dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato de Distribuição; (xviii) concessão de preferência a outros créditos; (xix) distribuição por parte da Emissora e da Avalista de dividendos ou juros sobre capital próprio superior ao mínimo legal, isto é, 25% do lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 17, § 1º, I, da Lei 6.404 de 1976.; (xx) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia às Notas Promissórias, sem prévia autorização dos Titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembléia de Titulares de Notas Promissórias; (xxi) na hipótese de descumprimento, pela Avalista, do seguinte índice financeiro a ser verificado trimestralmente: Dívida Líquida/EBITDA de, no máximo, 3,75x.

**Juros:** sobre as Notas Promissórias incidem juros remuneratórios correspondentes a 129% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiras DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma



**18.10 - Outras informações relevantes**

percentual ao não, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pelo CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)).

**Garantias:** as Notas Promissórias contaram com as seguintes garantias: (i) aval da INVEPAR apostado pela Avalista na Nota Promissória, compreendendo a dívida total representada por esta Nota Promissória, (ii) cessão fiduciária, em caráter suspensivo, de 100% dos recebíveis percebidos por intermédio da exploração das praças de pedágio instaladas e a serem instaladas até a Data de Vencimento das Notas Promissórias no Corredor Raposo Tavares; (iii) todos os direitos e créditos atuais e futuros da Emissora que sejam depositados em conta centralizadora.

**Subordinação:** não há subordinação.

**Eventuais Restrições Impostas à Companhia (distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários):** vide hipóteses de vencimento antecipado acima.

**Agente Fiduciário:** PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bl. 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.

**C) 3ª Emissão**

(vii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto foi cancelado ou sustado; (viii) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Avalista, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 5 dias úteis, contados da intimação e enquanto assim permanecer; (ix) citação da Emissora e/ou da Avalista, em qualquer ação de execução, cobrança judicial ou monitória (ou conjunto de tais ações) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 dias úteis, contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo, garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável; (x) exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos da alínea anterior, arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 dias úteis, contados da data do respectivo arresto, seqüestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, seqüestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia; (xi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência, por escrito, dos titulares das Notas Promissórias; (xii) mudança, sem a prévia anuência dos Titulares de Notas Promissórias, do controle da Emissora e/ou da Avalista, exceto pela assinatura de novo acordo de acionistas da Avalista para a formalização do controle compartilhado da mesma pelos atuais acionistas; (xiii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no Contrato de Distribuição são falsas, incorretas ou enganosas; (xiv) rescisão, intervenção, encampação, término antes do prazo previsto ou caducidade de qualquer concessão de titularidade da Emissora e/ou da Avalista, ou ainda alteração substancial em qualquer concessão que, a critério dos titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembléia de Titulares de Notas Promissórias, afete a capacidade da Emissora e/ou da Avalista de cumprir suas obrigações; (xv) não observância, por parte da Emissora e/ou da Avalista, da obrigação de convocar Assembleia de Titulares de Notas Promissórias para que haja a autorização para prestar qualquer garantias, pela Emissora e/ou pela Avalista, sejam elas reais ou fidejussórias, que venham a importar riscos pecuniários em valores, individuais ou agregados, superiores a R\$ 5.000.000,00

**18.10 - Outras informações relevantes**

ou o equivalente em outras moedas, excluídas as garantias das Notas Promissórias em circulação no âmbito da Oferta restrita; (xvi) não observância, por parte da Avalista, da obrigação de convocar Assembleia de Titulares de Notas promissórias para que haja a autorização para prestar quaisquer garantias, pela Avalista, sejam elas reais ou fidejussórias, que venham a importar riscos pecuniários em valores, individuais ou agregados, caso o índice de alavancagem da estrutura patrimonial da Avalista, incluindo as co-obrigações assumidas por ela em favor de terceiros, dado pela relação entre a Dívida Líquida e seu patrimônio líquido, seja igual ou maior a 2,0 (dois inteiros); (xvii) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Avalista das obrigações descritas no Contrato de Distribuição; (xviii) negativa de autorização para constituição da garantia por parte da ARTESP ou ausência de manifestação por parte da ARTESP em 15 dias úteis a contar da data de emissão das Notas promissórias; (xix) concessão de preferência a outros créditos; (xx) distribuição por parte da Emissora e da Avalista de dividendos ou juros sobre capital próprio superior ao mínimo legal, isto é, 25% do lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202, § 2º, da Lei 6.404 de 1976; (xxi) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia às Notas Promissórias, sem prévia autorização dos Titulares de Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias; (xxii) na hipótese de descumprimento, pela Avalista, do seguinte índice financeiro a ser verificado trimestralmente pelo Agente de Notas após o recebimento (a) das informações financeiras e documentos necessários para sua verificação, e (b) da memória de cálculo utilizada pela Emissora para cálculo do índice financeiro, que deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente de Notas em até 5 dias úteis contados a partir da entrega das informações trimestrais ("ITR") da Avalista à CVM ou, ao final do exercício social, contados a partir da entrega das Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP") da Avalista à CVM: Dívida Líquida/EBITDA de, no máximo, 5,8x; e (xxiii) na hipótese de descumprimento, pela Emissora, do seguinte índice financeiro a ser verificado trimestralmente: Dívida Líquida/Capitalização Total menor ou igual a 70%.

**Juros:** sobre as Notas Promissórias incidem juros remuneratórios correspondentes a 125% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a respectiva data de emissão e liquidação até a data do efetivo pagamento das Notas Promissórias 3ª Série.

**Garantias:** as notas promissórias contaram com as seguintes garantias: (i) aval da INVEPAR apostado nas notas promissórias compreendendo a dívida total representada pelas Notas Promissórias; e (ii) cessão fiduciária, condicionada à obtenção da anuência da ARTESP, dos direitos emergentes da concessão rodoviária no Corredor Raposo Tavares e demais direitos creditórios a ele relativos.

**Subordinação:** não há subordinação.

**Eventuais Restrições Impostas à Companhia (distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários):** vide hipóteses de vencimento antecipado acima.

**Agente Fiduciário:** PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bl. 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.

**D) 4ª Emissão**

(e) rescisão, intervenção, encampação, término antes do prazo previsto ou caducidade de qualquer concessão de titularidade da Emissora; (f) alienação de ativos operacionais que possam causar efeito adverso a operação da Emissora e/ou participações societárias da Emissora ou da Avalista que representem mais de 10% do seu patrimônio líquido, exceto se a alienação for feita dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e Avalista; (g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta cártula ou nos Instrumentos de Garantia que (i) não seja devidamente sanada no

**18.10 - Outras informações relevantes**

prazo de cura específico; ou, (ii) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 20 dias úteis, contados da data do respectivo descumprimento, exceto quando houver prazo diverso definido no respectivo documento; (h) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas; ou ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver, comprovadamente, concordância do credor correspondente ou, ainda, (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora; (i) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (ii) o protesto foi cancelado ou susinado; (j) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 5 dias úteis, contados da intimação e enquanto assim permanecer suspensa; (k) alteração do objeto social da Emissora, para excluir as atividades atualmente desenvolvidas, sem a prévia anuência, por escrito, dos Titulares das Notas Promissórias, devidamente reunidos em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias; (l) no caso de troca de controle acionário direto ou indireto da Emissora e da Avalista, ressalvada a hipótese de reestruturação dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e Avalista; (m) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora neste Contrato são falsas, incorretas ou enganosas; (n) negativa de autorização para constituição das garantias previstas na cláusula 2.11 por parte da ARTESP ou ausência de manifestação por parte da ARTESP até 30 de setembro de 2010; (o) distribuição, por parte da Emissora e da Avalista, de dividendos e juros sobre capital próprio superior ao mínimo legal, isto é 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia dos titulares das Notas Promissórias, reunidos em Assembleia Geral; (p) na hipótese de descumprimento, pela Avalista, do seguinte índice financeiro a ser verificado, semestralmente, pelo Agente de Notas após o recebimento, pelo Agente de Notas, das demonstrações financeiras da Avalista, que deverão ser enviadas ao Agente de Notas em até 5 dias úteis contados a partir do prazo para entrega das informações trimestrais ("ITR") da Avalista à CVM ou, ao final do exercício social, contados a partir do encerramento do prazo para entrega das Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP") da Avalista à CVM: Dívida Líquida/Capitalização Total menor ou igual 70%.

**Juros:** sobre as Notas Promissórias incidiram juros equivalente a 111% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)).

**Garantias:** as Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) aval da INVEPAR apostado pela Avalista nesta Nota Promissória, compreendendo a dívida total representada por esta Nota Promissória; e (ii) cessão fiduciária, condicionada à obtenção da anuência da ARTESP, de 100% dos recebíveis percebidos por intermédio da exploração das praças de pedágio instaladas e a serem instaladas até a Data de Vencimento das Notas Promissórias na rodoviária do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Termo de Contrato de Concessão Rodoviária N.º 002/ARTESP/2009.

**Subordinação:** não há subordinação.

**Eventuais Restrições Impostas à Companhia (distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários):** vide hipóteses de vencimento antecipado.

## 18.10 - Outras informações relevantes

**Agente Fiduciário: Oliveira Trust Servicer S.A** - sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20.

A Companhia efetuou 01 (uma) emissão de Debêntures em 2011, com as seguintes características:

(i) acarretem o início, pelo Poder Concedente, de procedimento administrativo visando a rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo Poder Concedente, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; (ii) afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; ou (iii) que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante da operação da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, sem que a Emissora consiga reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos, no prazo de 90 dias com relação aos itens (i) a (iii) desta alínea “d”; (f) a decretação de intervenção pela ARTESP, tendo por objeto o término do Contrato de Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento; (g) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”), em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00; (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; e (iv) as Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia; (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal cisão, fusão ou incorporação se der dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que a INVEPAR permaneça como seu acionista controlador, seja direta ou indiretamente, as quais ficam desde já aprovadas pelos Debenturistas; (i) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle da Emissora, na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela INVEPAR; (j) se houver qualquer alienação de participação societária da INVEPAR na Emissora, sem a anuência prévia e expressa dos Debenturistas, pela qual a INVEPAR deixe de ser o acionista controlador, conforme definido no art. 116 da Lei das S.A., da Emissora; (k) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00, cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentada ao Agente Fiduciário no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto; (l) não pagamento pela Emissora, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00; (m) se qualquer documento da Emissão, incluindo-se, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, em cada caso, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão; (n) se a Emissora (i) solicitar moratória, (ii) solicitar suspensão geral do pagamento, (iii) tornar-se insolvente, requerer recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ou (iv) tiver sua falência decretada e/ou requerida por qualquer terceiro, desde que nesta última hipótese, referido requerimento não seja sanado no prazo judicial aplicável; (o) se a Emissora solicitar a reestruturação de parte substancial de suas dívidas que venha a afetar adversamente e de forma substancial a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura; (p) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada; (q) caso, nos termos e prazo estabelecidos na Cláusula 3.26.2.1 acima, (A) os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento não sejam devidamente celebrados pelas respectivas partes na forma dos Anexos I a IV desta Escritura; (B) os Contratos de Garantia e de Compartilhamento não estejam devidamente registrados; (C) a concessão das Garantias previstas na Cláusula 3.26 desta Escritura não estejam devidamente autorizadas pela ARTESP; (r) não observância pela Emissora (i) de índice de Patrimônio

## 18.10 - Outras informações relevantes

Líquido/Ativo Total (o “Índice de PL/Ativo”) mínimo de 20%, a ser apurado anualmente, em até 10 dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, observado que em caso de descumprimento do Índice do PL/Ativo só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 4.3 abaixo; e (ii) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado anualmente, e calculado de acordo com a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, observado que em caso de descumprimento do ICSD só poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures no caso de descumprimento do disposto na Cláusula 4.2 abaixo:  $ICSD = \frac{EBITDA \text{ ajustado}}{(Amortizações + Juros \text{ das dívidas financeiras de curto e longo prazos})}$ . EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aportes de capital). O EBITDA ajustado anual deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses e deverá ser adicionado ao saldo de caixa operacional e de aplicações financeiras apurado no final do período imediatamente anterior; (s) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; (t) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.26 desta Escritura (i) sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela INVEPAR ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nas Debêntures e/ou nos Contratos de Garantia, e tal questionamento não seja revertido no prazo de 20 dias úteis da sua ocorrência; (ii) sejam anuladas ou tenham seu efeito suspenso judicialmente e tal suspensão não seja elidida no prazo de 20 dias úteis da sua ocorrência; ou (iii) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal rescisão não seja revertida no prazo de 20 dias úteis da sua ocorrência; (u) o não pagamento na data de vencimento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00, excetuando-se os pagamentos devidos nos termos do Contrato de Financiamento; (v) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas; e (x) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento.

**Juros:** sobre as Debêntures incidem juros equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>).

**Garantias:** as Debêntures contam com as seguinte garantias: (i) Penhor sobre todas as ações que a INVEPAR e a Construtora OAS Ltda. (“OAS”, e em conjunto com a INVEPAR, as “Acionistas”) atualmente detêm no capital social da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, exceto pelas 6 ações de titularidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia (as “Ações Empenhadas”), bem como sobre (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Ações Empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio, direitos de subscrição de novas ações representativas do capital social da Emissora e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) quaisquer novas ações de emissão da Emissora que venham a ser subscritas ou adquiridas pelas Acionistas ou que, de qualquer outra forma, venham a se tornar de titularidade das Acionistas, bem como todos os direitos relacionados a tais novas ações; (c) todas as ações de emissão da Companhia que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas às Acionistas, ou a seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações,

**18.10 - Outras informações relevantes**

conversão de debêntures de emissão da Companhia e de titularidade das Acionistas; e (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e a Instituição Financeira; (ii) pela cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão nº 002/ARTESP/2009 (“Contrato de Concessão”), celebrado entre a Emissora e o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), relativo ao Edital nº 004/2008 da Concorrência Pública Internacional da ARTESP (“Edital”), inclusive, sem limitação, os direitos relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão e todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do Contrato de Concessão, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão (os “Direitos Creditórios”), os quais deverão ser depositados na Conta Vinculada, conforme definida abaixo; e (iii) pela cessão fiduciária de todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na conta corrente nº 3093-7, agência nº 2373 (“Conta Vinculada”), de titularidade da Emissora e mantida junto ao Banco Bradesco (237), na qualidade de banco depositário e arrecadador (“Banco Depositário e Arrecadador”), a qual será movimentada exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas (o “Contrato de Administração de Contas”), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Depositário e Arrecadador e, como Intervenientes Anuentes, a Instituição Financeira e o Agente Fiduciário. A Conta Vinculada passará a receber os depósitos dos Direitos Creditórios, conforme mencionado acima, mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, a Instituição Financeira, conforme definida abaixo, e o Banco Depositário e Arrecadador, em conjunto com o Contrato de Penhor e o Contrato de Administração de Contas, os “Contratos de Garantia”).

**Subordinação:** não há.

**Eventuais Restrições Impostas à Companhia (distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários):** vide hipóteses de vencimento antecipado.

**Agente Fiduciário:** SLW Corretora de Valores e Câmbio LTDA, CNPJ: 50.657.975/0001-86

**8.1 Volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais**

Conforme anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento do item 18.1 é facultativo.

### **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.



**19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

#### **19.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

## **20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo.

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Não há informações relevantes a serem divulgadas.

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Nós possuímos Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de manutenção de sigilo de tais informações (“Política de Divulgação”), enquanto não divulgadas, conforme descrição no item 21.2 abaixo, aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de setembro de 2010. O documento em questão será, obrigatoriamente, observado pelos acionistas controladores, administradores e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (“Pessoas Vinculadas”).

Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação a comunicação à CVM e à Bolsa de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

As Pessoas Vinculadas à Política de Divulgação deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

Dentre os mecanismos internos estabelecidos para a implementação da Política de Divulgação, existe a obrigatoriedade de que as Pessoas Vinculadas firmem termos de adesão atestando a sua integral ciência a respeito dos termos e condições da Política de Divulgação, que ficarão arquivados na sede da Companhia.

Ademais, no caso de infração à Política de Divulgação, há a previsão no sentido de que as seguintes medidas sejam tomadas:

- a) Convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade contra o administrador;
- b) Propositura de ação de indenização pelos danos causados pela Companhia; e
- c) Denúncia do responsável à CVM

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Os ocupantes dos cargos listados no item 21.1 acima deverão guardar sigilo sobre as informações privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como possuem o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

De igual modo, deverão fazer com que as pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem as disposições descritas no parágrafo acima.

Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação colocará em risco legítimo interesse da Companhia.

Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes, referida no item 21.1, escape ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos valores mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, seja diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou indiretamente, pelo Diretor de Relações com Investidores.

Dentre os mecanismos internos estabelecidos para a implementação da Política de Divulgação, existe a obrigatoriedade de que as Pessoas Vinculadas firmem termos de adesão atestando a sua integral ciência a respeito dos termos e condições da Política de Divulgação, que ficarão arquivados na sede da Companhia.

Ademais, no caso de infração à Política de Divulgação, há a previsão no sentido de que as seguintes medidas sejam tomadas:

- a) Convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade contra o administrador;
- b) Propositura de ação de indenização pelos danos causados pela Companhia; e
- c) Denúncia do responsável à CVM

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

A responsabilidade pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização quanto ao cumprimento da política de divulgação de informações compete, originariamente, ao Diretor de Relações com Investidores.

#### **21.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram informadas nos itens acima.



**22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Nós não realizamos operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na formação de condução dos nossos negócios.

**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Nós não celebramos contratos relevantes que não estivessem diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

#### **22.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)